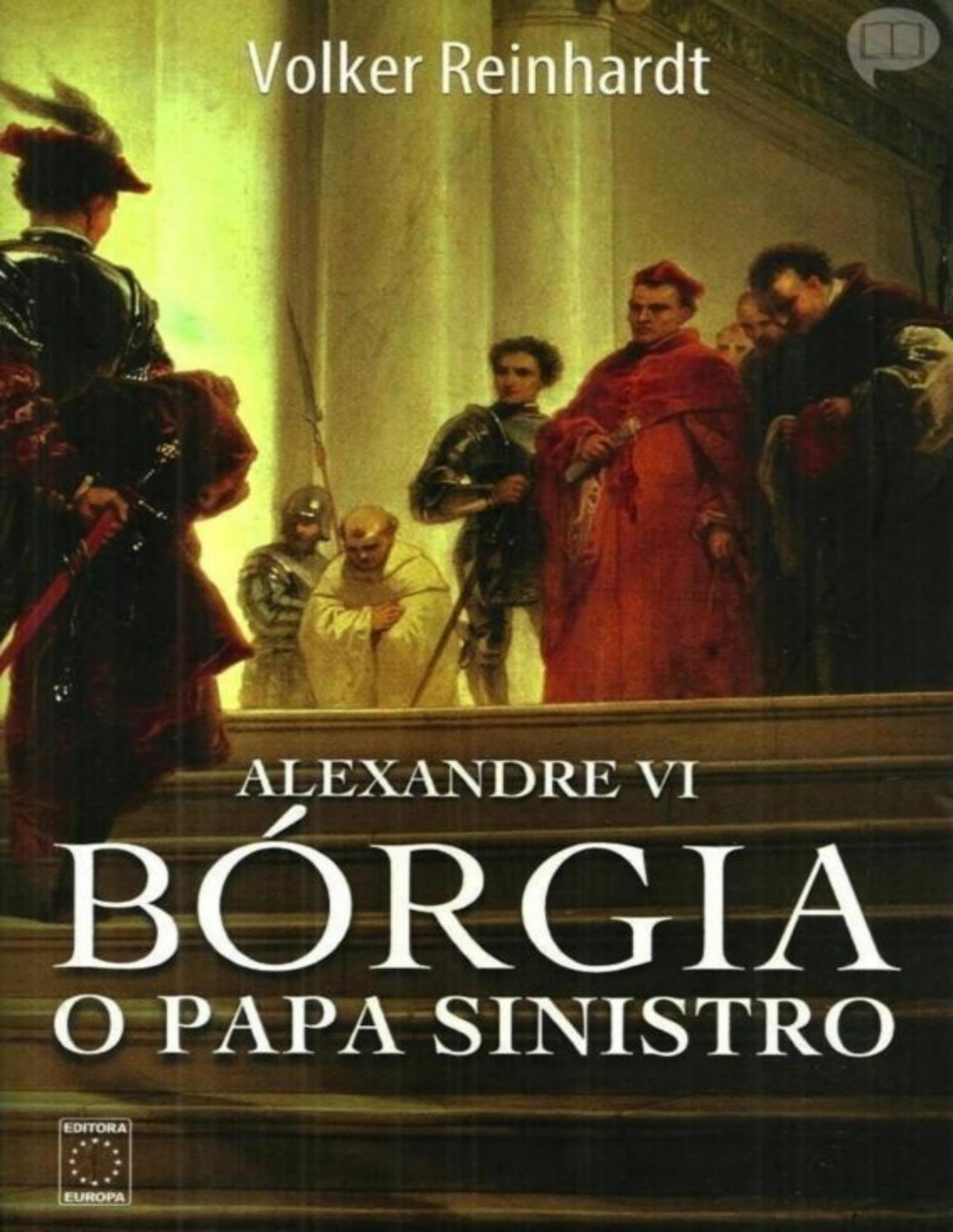


Volker Reinhardt



ALEXANDRE VI

# BÓRGIA

## O PAPA SINISTRO

# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

## Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [xlivros.com](http://xlivros.com) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

***Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.***

Volker Reinhardt

# ALEXANDRE VI

## Bórgia, o Papa Sinistro

Titulo original alemão

*Alexander VI. Borgia: Der unheimliche Papst: eine Biographie*

2005

# PRÓLOGO

## **Veneno em túmulos de mármore**

O pontificado de Alexandre VI foi marcado por escândalos. Começando pela maneira indecorosa como o cardeal Rodrigo Bórgia passou a ocupar a Cátedra de Pedro. Mesmo observadores imparciais dão conta de uma eleição comprada.

Bórgia dispunha dos mais ricos prestimônios e prometia-os aos seus eleitores estrategicamente, com uma falta de escrúpulos que deixava os cardeais atônitos.

O maior símbolo de pompa e ostentação da sua coleção de cargos, o posto de vice-chanceler da Santa Sé, foi conferido ao seu principal assistente eleitoral, o cardeal Ascânio Maria Sforza, irmão do duque de Milão, Ludovico. Ascânio, todavia, não ficou satisfeito com o papel de "vice-papa", já que tencionava poder tomar, ele mesmo, as grandes decisões. Assim, uma série de graves conflitos foi inevitável. Em janeiro de 1497, quando o cardeal adoeceu gravemente, muitos viram o veneno do papa no jogo. Embora tenha sobrevivido, a partir daí passou a correr solto o boato do "doce pó branco dos Bórgia" sempre que um rico prelado morria repentinamente.

A família Bórgia também foi vítima de violência. Em junho de 1497, o filho preferido do pontífice, Giovanni Bórgia, foi assassinado em circunstâncias misteriosas. Seis meses depois, Alexandre anulou o casamento de sua filha Lucrecia. O destino de seu marido seguinte foi mais trágico ainda. Ele foi estrangulado em agosto de 1500, a mando de César Bórgia, outro filho do papa (e, portanto, seu cunhado). Em audiência com um enviado veneziano, Alexandre VI desculpou-se pelo ato impulsivo do filho, alegando tratar-se de legítima defesa.

A impressão de que o Vaticano tornara-se um verdadeiro manicômio espalhou-se por toda a Europa. Era também uma verdadeira fortaleza. Dia e noite, homens armados patrulhavam o terreno. Não era de se admirar que os romanos achassem que a residência papal estava habitada por fantasmas que emitiam

incansavelmente sinais luminosos e ruídos. Mas o que eles queriam dizer com isso?

O cúmulo da indignação dos cristãos devotos em toda a Europa deu-se em agosto de 1498, quando César Bórgia abandona o cardinalato para dar prosseguimento às suas verdadeiras paixões: a guerra e o poder. Alguns anos antes, o Senado da Igreja negou a renúncia de um príncipe da Igreja que queria dedicar seus últimos anos à meditação piedosa longe da cúria. A cor púrpura não pode ser lavada: uma vez cardeal, sempre cardeal. Esse foi o motivo alegado àquela altura. Mas a regra não valia para o filho do papa. Será que ainda havia regras que podiam ser aplicadas aos Bórgia? Essa era a pergunta que se fazia no centro do poder da Itália.

Enquanto isso, Alexandre VI tratava de eliminar sumariamente seus adversários políticos. Em junho de 1502, o antigo senhor de Faenza deposto por César, Astorre Manfredi, foi retirado morto do rio Tibre. Ele tinha apenas dezoito anos.

Na capitulação, haviam-lhe prometido salvo-conduto. Por meio desse assassinato, foi extinto o ramo principal da linhagem dos Manfredini.



*Figura 1 — Resurrectio Christi, de Pinturicchio (1493/94, Sala dos Mistérios, Apartamento Bórgia, Vaticano). Alexandre VI presencia com reverência a Ressurreição de Cristo neste afresco do pintor italiano. Naquela época, como o artista da corte entrava e saía do*

*Vaticano como se fosse sua casa, retratou o poderoso papa Alexandre VI com seu ousado nariz de águia e seus grossos lábios, exatamente "como veio ao mundo". A partir de então, o papa passou a ser caracterizado sempre dessa forma.*



*Figura 2 — Alexandre VI, no detalhe do afresco de Pinturicchio (ver Fig. 1, pág 9)*

No último dia de 1502, César Bórgia convidou seus comandantes, que pouco antes haviam formado uma aliança contra ele, para um encontro em Senigallia.

Parecia que comemorariam a recém-conquistada concórdia. Mas o banquete de réveillon não passou da entrada. Todos foram estrangulados. Para os romanos, o filho do papa passou a ser a própria imagem ambulante da morte. Insultos à sua pessoa eram pagos com a vida, mas, antes disso, a língua dos caluniadores era arrancada — e isso em Roma, onde até então era livre a prática do escárnio e da zombaria.

O medo e o terror foram disseminados também por meio das máscaras, atrás das quais César escondia seu rosto. Ninguém devia saber exatamente onde ele estava, o que via, o que sabia. Todos deviam temer que ele estivesse por perto perscrutando tudo. Para

isso, divulgavam-se mensagens sobre a sua assustadora velocidade ao locomover-se. De acordo com observadores, seu lema "Que me odeiem, contanto que tenham medo de mim" poderia ser atribuído a Calígula ou a Nero. Mas será que isso favorecia um nepote, cujo poder estava ameaçado de ruir completamente após a morte do papa da família? Não seria melhor, em vez disso, oferecer uma imagem amigável e cativante para ganhar aliados, ou mesmo defensores, para os momentos de crise? Ou será que os Bórgia estavam determinados a nunca mais abandonar o poder? Como isso poderia funcionar com uma monarquia eletiva como o papado, que reinava sobre o Estado Pontifício na Itália central?

Até a própria natureza parecia finalmente se rebelar contra o domínio dos Bórgia. No final de junho de 1500, uma tempestade destelhou a sala do trono papal. O edifício inteiro desmoronou, Alexandre VI foi soterrado e, pouco tempo depois, resgatado dos escombros apenas ligeiramente ferido. Quando a morte o alcançou, três anos depois, testemunhas juraram nunca terem visto um cadáver inchado de forma tão assustadora. As conclusões não dão margem a dúvidas: o diabo viera buscar seu servo fiel para levá-lo à inquietação eterna do inferno.

Todos os acontecimentos relatados são verdadeiros, bem como as conseqüentes reações dos contemporâneos. Vale a pena, então, contá-los? Desde o início, episódios da vida de Alexandre VI e dos Bórgia foram usados principalmente para acusar ou absolver o papa e, dessa forma, a Igreja de modo geral. É possível confrontar a liberdade de suas atividades sexuais com o sentimento anti-Igreja que impera hoje. Um sumo pontífice que comprovadamente não diz a verdade nas bulas parece ser o melhor argumento contra a pretensão da Igreja em ser infalível nas decisões que concernem à doutrina da fé e da moral. Até hoje, muito menos favoráveis à verdade histórica como essas declarações carregadas de emoção são também as não raras tentativas de "reabilitar" Alexandre VI, ou seja, banalizar os acontecimentos que foram considerados instigantes por seus contemporâneos, como se fossem pura e simples invenção de seus numerosos inimigos. Uma "lavagem" assim só pode ser

realizada por meio de uma variedade de manobras para encobrir e distorcer os fatos.

Condenar ou absolver não são tarefas do historiador. Se o reinado do papa Bórgia deve ser considerado castigo de Deus para salvar a Igreja do declínio e, dessa forma, servir como impulso para a renovação interior; ou, como vê Maquiavel, uma prova de que a religião nada mais é do que um meio inventado pelo homem para exercer seu domínio; depende da fé e da crença de cada um.

Todos são livres para considerá-lo desta ou daquela maneira. Mas esses juízos de valores devem ser separados rigorosamente de uma história séria de Alexandre VI. E quaisquer que sejam as conclusões tiradas pelo leitor, ele terá sido previamente advertido de todos os paralelos generalizados.

Embora Alexandre VI tenha sido o sumo pontífice da Igreja de 1492 a 1502, ele não era a Igreja. Ao contrário: não foram poucos os prelados e cardeais que, de certa forma, colocaram em questão sua legitimidade como sucessor de Pedro.

Além disso, eles desenvolveram conceitos de um papado alternativo que pouco tinha em comum com as ideias de Alexandre VI. Apesar disso, o momento imediatamente após a sua morte não era propício à Reforma. Mesmo que o papa Bórgia e seus parentes mais próximos tenham sido, de fato, rotulados como infratores das leis, sinalizando que elas deveriam ser drasticamente alteradas, isso só aconteceu depois de meados do século XVI.

O pontificado de Alexandre VI não deve ser nem glorificado nem polemizado.

Fascina pelo fato de o papa ter violado cada vez mais as regras, chegando ao ponto de pisoteá-las. Essa aberração não se instaurou imediatamente. Na primeira metade do pontificado, foram mais evidentes laços com normas tradicionais e sua gradativa expansão, até que, nos últimos cinco anos, as quebras de tabu se tornaram rotineiras. Portanto, só se pode entender a particular dinâmica do domínio dos Bórgia e, por fim, sua conseqüente legalidade própria, comparando-a com pontificados anteriores, ou seja, é importante mencionar como e por que outros papas avançaram por caminhos cujos limites Alexandre VI posteriormente extrapolou.

Esse desvio parcial de normas não significou, contudo, "normalização". Ao contrário: a percepção das transformações anteriormente consumadas, cujos resultados este papa assumiu como costumes estabelecidos da cúria, deve servir para aguçar a visão de onde e por que aconteciam as transgressões já observadas com perplexidade e incredulidade pelos contemporâneos.

O reinado de Alexandre VI, assim contemplado, pode ser interpretado como uma má lição sobre como exercer o poder para culminar, no final, com a perda desse poder. E mostra como a má administração de um rico capital financeiro e político pode levar à ruína. Trata-se aqui tanto da destruição de sistemas alheios como da autodestruição involuntária. Em todas as singularidades, a história de Alexandre VI e dos Bórgia apresenta, portanto, semelhanças com as épocas posteriores e também com os tempos atuais. Não existindo essa ponte estreita entre os séculos, por que então se ocupar com o passado?

É claro que os contemporâneos dos Bórgia eram, muitas vezes, demasiadamente parciais. Seus interesses estavam em jogo. Esses interesses eram lesados frequentemente de forma irreparável pelas ambições expansionistas de Alexandre VI em benefício de sua família. Esse *pontifex maximus* despertou o ódio como nenhum de seus antecessores ou sucessores. Mas o terreno fértil da raiva e do medo é propício também ao surgimento dos mitos. Eles tornam-se ainda mais facilmente verossímeis, já que depois de tantas ambiguidades, o papa está completamente desacreditado e, por isso, é capaz de tudo. A descoberta do mito dos Bórgia por meio da investigação histórica é, portanto, um passo à frente no longo e sinuoso caminho que leva a um destino longínquo: a verdade histórica.

A fronteira entre a verdade e a difamação desenfreada não está, em hipótese alguma, delimitada. Embora venha à tona com a devida clareza a que propósitos servem essas histórias escandalosas que circulam por aí — nem tudo o que se diz à boca pequena sobre o papa e sua família tem de necessariamente ter sido inventado —, não se pretende de forma alguma favorecer o surgimento de histórias misteriosas. Em vez disso, trata-se de submeter a uma

nova investigação todas as referências transmitidas, incluindo os documentos que nos últimos séculos tornaram-se acessíveis pela primeira vez: o que pode ser dado como certo, o que fica em aberto, o que é menos plausível, o que está obviamente errado?

Isso soa como um trabalho de detetive e, de fato, assemelha-se a ele. É possível ler a história de Alexandre VI e dos Bórgia como um romance policial. Não há nada de aviltante nisso. A revisão de indícios, a consideração de situações sob pontos de vista diferentes e muitas vezes contraditórios e, especialmente, a investigação dos motivos são atividades intelectuais de conotações nobres.

Levam aos métodos da crítica das fontes e, com isso, a possibilidades, riscos e limites da história como ciência. E tem mais a oferecer do que meras teorias.

Quem conhece Alexandre VI, em suas negociações com embaixadores de potências estrangeiras, e César Bórgia, ao lidar com seus inimigos, é instruído detalhadamente nas artes da propaganda, da manipulação e do engano, e tem todo o direito de tirar conclusões legítimas de que o abismo entre as aparências e a realidade na política persiste até hoje. A história ensina a vida.

Mesmo com todas as semelhanças, as investigações a respeito de Alexandre VI e seus familiares apresentam uma diferença crucial em relação ao trabalho de detetive. Os romances policiais geralmente acabam com a identificação dos culpados e da revelação de seus motivos. No caso do papa Bórgia, muitas questões permanecem em aberto. Não que falem hipóteses, suposições ou especulações, mas nem sempre se pode apresentar provas. Para o historiador, reconhecer a falta de conhecimento e até mesmo a incapacidade de compreensão é, portanto, um ato de honestidade. A ideia central deste livro deve ser a tentativa de trazer à luz a "árdua" verdade histórica, fazendo que o leitor participe desse processo, tendo liberdade até mesmo para chegar a outros resultados que não aqueles das pesquisas do autor principal — que se abstém de todo e qualquer julgamento moral. As emoções que, todavia, permeiam o texto referem-se pura e simplesmente a observações, ações e sofrimentos dos contemporâneos.

Não será essa discricção uma violação das regras que garantem a exatidão? Não será aqui exigida a expressão piedosa de compaixão para com os perseguidos, expropriados e assassinados? Há três maneiras de contestar. Por um lado, quanto menor for a imposição do autor, mais naturalmente o leitor será levado a tomar partido das vítimas. Por outro, os seus contemporâneos — Nicolau Maquiavel, Francesco Guicciardini e Francesco Vettori, só para mencionar três dos mais ilustres — já interpretaram os excitantes acontecimentos do pontificado Bórgia como um objeto que nos obriga a refletir e conduz a novos universos de ideias. E em terceiro e último lugar, a admiração da posteridade diante do presente não será supostamente menor do que a nossa estupefação perante Roma e o papado entre 1492 e 1503. Essa estupefação está no começo de todas as tentativas de compreender Alexandre VI e os Bórgia.

# 1 DE XÁTIVA A ROMA

(1378 - 1458)

## As origens dos Bórgia

Rodrigo de Borja nasceu, provavelmente, no primeiro dia de 1431. Ou, também presumivelmente, um ano depois. Embora sua data de nascimento exata seja cercada de dúvidas, uma coisa é certa: mesmo sendo um amante de festas opulentas e glamourosos bailes noturnos, não celebrava seu aniversário de forma ostensiva. Não era prioridade de um *pontifex maximus* comemorar a saída do útero materno, e sim o dia de sua nomeação como sucessor de Pedro. A escolha do Espírito Santo, de acordo com a versão oficial, outorgava ao predestinado, de fato, uma segunda existência, uma existência superior. Como símbolo dessa transformação, os papas assumem, até os dias atuais, um novo nome. Assim, Rodrigo de Borja, que havia muito já usava o nome italianizado para *Borgia*, passou a ser Alexandre VI em 11 de agosto de 1492.

Como pontífice, uma de suas maiores preocupações foi prolongar seu pontificado — e, por conseguinte, sua vida. Foi tão longe nessa obsessão que, a partir do ano-novo de 1502, resolveu pagar para garantir que viveria mais.

Começou oferecendo 30 ducados a cada um de seus criados, acrescentando cinco ducados ao montante a cada ano. A contrapartida daqueles presenteados de forma tão generosa era garantir que o prêmio chegasse a 100 ducados por cabeça, ou, em última análise, assegurar que Alexandre VI chegasse aos 86 anos de idade. A ideia por trás de tanta generosidade era conseguir algo das pessoas, tornando-as também beneficiárias do seu próprio benefício. Como os empregados conseguiriam prolongar a vida de seu senhor, não foi, no entanto, revelado. Provavelmente, por meio de orações. Pelo menos esse seria o método tradicional. Outros papas esperavam pelas preces de pobres selecionados.

Alexandre VI, ao contrário, apostava na consciência saudável sobre o lucro.

Mesmo com tais estimativas e empenho por conseguir uma expectativa de vida barata, Alexandre VI não era, de forma alguma, um caso isolado. Desfrutava a companhia de ilustres predecessores e teólogos. Todos eles tinham denunciado a contradição entre a majestade do papado e a curta duração da maioria dos pontificados como um escândalo que podia levar os cristãos à apostasia.

Cuidados com o corpo e a higiene pessoal já faziam parte, desde muito tempo, do estilo de vida dos papas. No caso de Alexandre VI, no entanto, seus contemporâneos acreditavam unanimemente que as precauções com saúde e longevidade deveriam beneficiar principalmente, se não exclusivamente, os Bórgia, ou seja, a expansão e proteção do poder familiar. Isso é o que indica também o momento dos generosos presentes de aniversário: 1503 tinha de ser o ano das decisões. A ordem era não morrer naquele momento.

Alexandre VI estava confiante no fato de que teria tempo de sobra para as suas realizações. A que se devia esse otimismo, vindo de um homem que, segundo os padrões da época, já era considerado um ancião? A confiança era alimentada, sem dúvida, pela tradição da família Bórgia. Desde muitas gerações, essa família estava convencida de que suas modestas condições de vida nada tinham a ver com a sua origem nobre. Isso fez que seus membros partissem do princípio de que um dia iriam ocupar o lugar que mereciam. Ressentimentos e esperanças desse tipo não eram incomuns naquela época. No caso dos Bórgia, somaram-se profecias precisas de que o destino os predestinara às mais elevadas honrarias.

Muitas outras famílias que tinham conseguido subir na hierarquia social também lançavam mão de tais previsões. Dessa forma, justificavam seu sucesso como vontade divina. Não é de se estranhar que Alexandre VI acreditasse nas obras da providência para justificar a história da sua linhagem. Dificilmente outra família da época teria tido uma ascensão tão vertiginosa quanto a sua. O destino, ao que parece, conduziu a família Bórgia da sua antiga

pátria à terra prometida — e logo duas vezes, com tio e sobrinho, à Cátedra de Pedro.

O início da história da família é repleto de lendas. Se acreditarmos na mais persistente e importante delas, a família *de Borja* teria sua origem por volta de 1140, proveniente de um ramo da dinastia de Aragão. As mais recentes pesquisas genealógicas refutaram completamente essa tese, mas Alexandre VI acreditava piamente nas suas raízes reais. Há provas visíveis dessa crença até hoje. No teto em caixotões da Basílica de Santa Maria Maior, encomendado por ele, o touro do brasão da família carrega a coroa dupla dos reis aragoneses. Nessa mesma época, um herdeiro vivo dessa dinastia referiu-se ao papa como um parente querido.

Bem se sabe que Alexandre VI estava ciente de que se tratava de uma manobra diplomática. No entanto, profundamente satisfeito, exultou: finalmente, depois de tanto tempo, o desejado reconhecimento!

A história dos Bórgia, tal como pode ser rastreada nos livros da Igreja e nos registros oficiais, foi por muito tempo caracterizada por falta de glamour, mas não se pode afirmar que tenha sido obscura. Ao longo de várias gerações, os descendentes desse clã vastamente ramificado ocuparam posições de liderança na cidade de Xátiva, na planície de Valência. Pelas normas relativamente vagas daquela época, podiam ser classificados como membros da nobreza menor. E as notoriedades locais com vastas propriedades teriam grandes probabilidades de permanecer nessa classificação, se não fosse a escalada do herdeiro de uma linhagem lateral de menor prestígio que viria a beneficiar toda a estirpe: Alonso de Borja, nascido no primeiro dia de 1378, no povoado de Canais, perto de Xátiva, falecido em 6 de agosto de 1458, como papa Calisto III, em Roma. O ano de seu nascimento, como o de seu sobrinho Rodrigo, faz parte da mitologia da família e é bastante simbólico, pois marcou o início do grande cisma do Ocidente: a divisão da Igreja em duas e, a partir de 1409, com três papas e seus respectivos séquitos.

Esse estado irremediável desperta medo pela glória eterna: seria possível ainda chegar ao paraíso? Não foram poucos os teólogos que responderam a essa pergunta com ceticismo e pessimismo. A

fragmentação da Igreja, por direito indivisível, arrastou-se ao longo de clivagens políticas e nacionais.

Especialmente a contradição entre cardeais franceses e ingleses fez fracassar todas as tentativas de uma reunificação, colocando o papado em risco. Afinal de contas, dado o impasse, vieram à tona velhas teorias, agora renovadas, segundo as quais a autoridade suprema de governar a Igreja era reservada ao concílio, um fórum que concentrava todos os fiéis. Esse "conciliarismo", por sua vez, caiu como uma luva nas mãos dos governantes seculares. Diante da discórdia reinante no clero, eles seriam os únicos que, por meio da convocação de um concílio, poderiam ter êxito no processo de reunificação da Igreja. Tendo como pano de fundo esses desdobramentos que fortaleceram os poderes ilimitados dos príncipes sobre suas respectivas igrejas regionais, o senhor de Xátiva vai trilhando seu longo, gradual e, para a época, típico caminho: como advogado, como conselheiro do príncipe e como clérigo.

Depois de estudar Direito em Lérida, Alonso de Borja tomou a decisão, em 1408, de seguir a carreira eclesiástica. Era uma carreira que tradicionalmente oferecia melhores perspectivas de sucesso aos jovens ambiciosos das camadas sociais menos elevadas. Além disso, naqueles tempos conturbados, havia grande procura por especialistas em Direito Eclesiástico. Eles ainda eram os mediadores mais confiáveis nas questões relacionadas ao cisma entre os clérigos e os leigos.

E a recompensa era grande: glória ao governante e posições de liderança lucrativas ao conselheiro ou diplomata que desse a sua colaboração.

Em 1411, o clérigo de Xátiva, cuja reputação como advogado não parava de crescer, foi nomeado cônego da Catedral de Lérida. Essa função, que fora ocupada regularmente por outros membros da linhagem principal da família, garantia consideráveis rendimentos e justificava as esperanças por posições mais elevadas. Mas a virada na história de vida de Alonso deve ter ocorrido alguns anos antes. O dominicano Vicente Ferrer (morto em 1419), amplamente conhecido como rígido pregador, anunciou ao jovem clérigo que ele, um dia,

ocuparia o trono de Pedro. Tais profecias não faltavam em biografias papais.

Fatos concretos são a prova de que aqui não se trata da invenção piedosa de um biógrafo tardio, mas sim de uma autêntica e marcante experiência. Trinta e seis anos após a morte do eloquente frade, Calisto III, de fato eleito papa, não tendo outra coisa mais importante para fazer, incluiu o nome de Ferrer na lista dos candidatos à canonização. Mas também isso não significava muita coisa, afinal o dominicano era considerado havia muito tempo um escolhido do Senhor no que dizia respeito às rígidas reformas da Igreja. Ele era também um conterrâneo do papa, o que geralmente acelerava os processos de canonização. Mas havia um motivo ainda mais pessoal para a rápida canonização. Esse motivo é mencionado na competente biografia de Ferrer, escrita pela pena de um contemporâneo:

Alonso de Borja dizia havia anos a seus seguidores que estava confiante, antes mesmo de ter sido eleito efetivamente papa: ele nutria a esperança de um dia governar pessoalmente a Igreja Romana. Mas depois de terem morrido dois ou três papas e a eleição ter acabado de forma diferente, muitos daqueles que tinham apostado nele agora faziam troça do velho ridículo, cujas previsões não passavam de conversa fiada. Essas mesmas pessoas, contudo, ficaram tremendamente surpresas quando, após a morte do papa Nicolau VI, ele, de fato, ocupou o trono de Pedro, e questionavam-no pelas inspirações que o tinham levado a fazer tão frequentemente previsões desse desfecho, de forma assim tão inabalável. Sua resposta: "Quando eu era ainda adolescente, foi-me anunciado por um homem mundialmente famoso, marcado pela fé, piedade e santidade de vida, Vicente Ferrer, da Ordem dos Pregadores, que eu, um dia, seria o maior de todos os mortais e, depois de sua morte, iria superar todas as pessoas em louvor, honra e adoração. [...]. E como vejo agora que, como um dom de Deus, fui realmente agraciado com o que ele dissera, foi-me ordenado fazer por ele o que ele profetizara ser minha missão, a ser cumprida

perante sua pessoa. Portanto, o meu veredicto é que esse grande homem seja santificado por mim o mais rápido possível".

A santidade dos dominicanos revelou-se no cumprimento da profecia. A canonização é também um ato de agradecimento. Dessa maneira, foi estabelecida uma relação de reciprocidade, que conjugava destino e dignidade. Assim, Alonso de Borja torna-se papa a fim de outorgar a Ferrer a sua legítima categoria. Dou para que dê: devoção aos santos e sua duradoura proteção ao pontífice e sua família. A ideia de elegibilidade por dinastias vai tomando forma.

Pouco depois de 1400, essa profecia pareceu, em princípio, ousada. Como deveria ser o caminho de Lérida a Roma? Como patrocinador, o primeiro a agir foi o papa Bento XIII, um dos três papas rivais da época, que colocou o promissor compatriota sob suas asas. O valor de sua proteção, no entanto, foi irrelevante, já que foi deposto sumariamente, com seus concorrentes, pelo Concílio de Constança. O objetivo era eleger, por volta de 1417, na figura de Martinho V, da família Colonna, pertencente à alta aristocracia romana, um novo *pontifex maximus* que fosse reconhecido por todos. E também Alonso de Borja arranhou um novo e influente protetor: Afonso V (1396-1458), rei de Aragão.

Afonso V reinava não apenas sobre a metade setentrional da Península Ibérica, mas também sobre as Ilhas Baleares, a Córsega e a Sardenha. Mas o jovem monarca não estava ainda nem um pouco satisfeito com isso. Seus olhos estavam voltados com cobiça para a Itália.

Para seus planos ambiciosos, precisava de advogados competentes como Alonso de Borja. Havia quase quatro décadas, Borja tinha colocado seus notáveis conhecimentos jurídicos inteiramente a serviço do rei. Era uma ferramenta perfeita nas mãos do monarca e chegou a atuar também nas difíceis disputas entre a Coroa de Aragão e o papado. Afonso V não via com bons olhos suspender o apoio a Bento XIII, que ignorou soberanamente a deposição pelo concílio, bem como seu sucessor Clemente VIII, sem obter amplas concessões de Roma. Nas negociações mantidas com

os embaixadores enviados por Martinho V, Alonso de Borja, por meio de sua experiência, ganhou o reconhecimento também pelo lado romano.

De qualquer forma, por parte do rei, o reconhecimento era incontestado. No entanto, o amplo apoio que o homem de Xátiva passou a receber, a partir desse momento, não tinha nada de desinteressado. O fato de ter colocado seu vice-chanceler em posições de liderança dentro da Igreja assegurava ao monarca acesso a uma grande parte de seus recursos financeiros. Essa divisão de tarefas deu excelentes resultados ainda durante a administração da diocese de Maiorca por Alonso. E essa disponibilidade de dar ao rei aquilo que ele exigia qualificou-o a posições ainda mais altas. Em 1429, Alonso passou a ser bispo de Valência, ofuscando, dessa maneira, todo o sucesso que fora anteriormente alcançado pelas mais nobres ramificações de sua linhagem. Naturalmente, foi fundamental para isso a recomendação de seu senhor. Apesar dos doze anos de dedicados serviços, a sua nomeação, que fora aprovada por Martinho V, teve seu preço. Favor significa o privilégio de poder comprar, por toda parte, as regras invioláveis da clientela. Alexandre VI, posteriormente, dominará essa arte com maestria absoluta. Seu tio, no entanto, teve de pagar uma fortuna ao seu rei pelo bispado de Valência.

O fato de Martinho V ter dado sua aprovação reflete uma mudança na política da Igreja. Do ponto de vista do rei, o antipapa, que se encontrava entrincheirado na península rochosa Peníscola, tinha cumprido a sua missão. E quando Alonso de Borja comunicou-lhe a suspensão do apoio da casa real, Clemente VIII agiu da forma mais razoável possível: desistiu. Anos mais tarde, tornou-se lenda que a arte de persuasão do enviado teria contribuído para que o teimoso antipapa tomasse essa decisão. Fora de questão, no entanto, é o fato de que Alonso, como portador de uma mensagem sem margem a negociações, contribuiu, com a sua competência jurídica, para que esse ato transcorresse de forma rápida e indolor.

E isso também agradou a Roma.

Os comprovados interesses da união mantiveram-se, mesmo depois de 1429.

Como pastor de uma das mais ricas dioceses da Espanha, Alonso de Borja não recusou os pedidos de subsídios da câmara de finanças real. O seu papel como conselheiro real também prevaleceu sobre suas novas funções como bispo; o grande jurista era indispensável no tribunal e aumentou o número já grande de não residentes, ou seja, clérigos que não estavam em exercício de suas funções em sua diocese. Como prelado "político" por excelência, Alonso de Borja imbuíu rigor exemplar ao seu estilo de vida. Repudiava os pecados capitais da gula e da luxúria, nisso estiveram de acordo até mesmo seus inimigos.

Afonso de Aragão também abriu as portas que levariam seu favorecido à Itália.

Nas intrincadas contendas pela coroa de Nápoles (à qual pertencia também a Sicília), que gozava de extremo prestígio, após muitos contratempos e prestes a atingir seus objetivos, o rei promoveu a sucessão de seu conselheiro quase sexagenário em 1437. E com boas razões. Após longos conflitos, Afonso tinha conseguido prevalecer sobre seus rivais da Casa de Anjou, porém havia ainda uma última e difícil batalha pela frente. Essa seria com o papa, que ocupou a suserania sobre o reino fundado brilhantemente pelos normandos em 1130.

Contudo, o *pontifex maximus* em exercício, Eugênio IV, não estava disposto a reconhecer, sem delongas, as novas relações de poder. Um rei tão forte como Afonso, cujo domínio abarcava a região ocidental e central do Mar Mediterrâneo, chegava agora ao trono de Nápoles.

Essa proximidade despertava velhos temores de serem cercados e, com isso, vinham à tona más recordações da luta sangrenta dos papas contra a dinastia dos Staufer, no século XIII. A Itália não seria muito pequena para um principado desse porte? Será que ele não buscava, inevitavelmente, uma hegemonia que pudesse destruir o equilíbrio, sempre problemático, entre as cinco grandes potências — Veneza, Milão, Florença, Roma e Nápoles —, bem como entre alguns centros menores, como Ferrara, Mântua e muitos outros pequenos territórios? Mesmo os grandes barões de Nápoles e Sicília viam o futuro com preocupação. Será que o monarca aragonês colocaria

novamente em causa a ampla autonomia que tinham conquistado como o fiel da balança nas lutas pelo trono realizadas nos últimos dois séculos?

Tantas perguntas sem respostas — e um vasto campo de ação para Alonso de Borja. Em 1439, ele negociou uma trégua entre Roma e Nápoles. Essa trégua correspondia, na prática, a uma neutralidade por parte de Eugênio IV e permitia a Afonso conduzir com êxito as negociações com as principais famílias da nobreza de seu novo reino, sem ser importunado por interferências papais. Nesse pacto entre a monarquia e a aristocracia, estavam as mãos também do inteligente advogado de Xátiva, fundamentalmente envolvido como executor e intérprete da vontade real. A Coroa e os barões negociaram, afinal, um *modus vivendi* em que o clã principal garantia não apenas o domínio de fato nos seus enormes territórios feudais, mas também coroava esse domínio com a atribuição formal da mais alta jurisdição. Por outro lado, o monarca reservou-se o direito de supervisionar o exercício do poder da nobreza por meio de agentes próprios e, havendo necessidade, assumindo as devidas competências. A lealdade, ou seja, o bom comportamento e a disponibilidade de servir ao rei, passaria, futuramente, a ter poder de decisão acima da categoria dentro da orgulhosa elite de nascimento.

Essa foi uma questão ambiciosa e até ousada. Essa conquista, até a morte de Afonso em 1458, deve-se, em muitos aspectos, ao fato de que esse monarca gozava de elevada autoridade pessoal, além de dispor de órgãos centrais competentes para a administração e a jurisprudência.

Além disso, ele soube tirar proveito com grande habilidade dos meios de propaganda da época: impressionantes construções em estilo antigo e, seguindo a mesma linha, textos escritos por famosos humanistas. Pode-se partir do princípio de que por trás da maioria dessas manobras inteligentes estava a orientação de Alonso de Borja. Após a entrada triunfal de Afonso em sua nova capital, em 1443, foi ele quem esteve ao lado do rei durante as negociações com o papa.

Essas tiveram lugar em Terracina, a meio caminho entre Roma e Nápoles, representando um esforço mútuo em que ambas as partes tiveram de igualmente dar a sua parcela. Eugênio IV reconheceu a legitimidade do novo poder e Afonso retirou o apoio ao Concílio de Basileia, que representava a oposição dentro da Igreja contra o papa.

É chegado, assim, o momento do penúltimo salto na trajetória do prelado político. Como homem de seu rei, recebeu o chapéu eclesiástico vermelho em 1444. Afonso não teve sequer de insistir excessivamente com o papa. O rigoroso jurista espanhol era muito benquisto às margens do Tibre. Idoso, sem raízes dentro do aparato curial e não muito rico, ele não representava uma ameaça para ninguém. No entanto, aquele que reinava sobre Nápoles e Sicília contava agora com um ativo defensor de seus interesses dentro do Senado da Igreja. De sua residência, nos arredores de sua igreja titular Santi Quattro Coronati, próximo a Latrão, Alonso de Borja nunca perdeu de vista as obrigações de cliente perante seu patrão, continuando a trabalhar incansavelmente para seu senhor, fosse na concessão de benefícios, fosse em questões eclesiásticas.

Essa lealdade cega era apenas um lado da moeda. Como um dos vinte cardeais, o homem de Xátiva pertencia agora à elite de liderança exclusiva da Igreja. E essa cor púrpura brilhou muito além das dependências da cúria. As cabeças coroadas do mundo dirigiam-se a um cardeal como "meu primo". Isso porque ele era um príncipe da Igreja, usufruía de poder, mas não de soberania. Se dependesse dos próprios cardeais, isso era algo que estaria prestes a mudar. Como grupo, eles estavam tentando garantir a autonomia nas tomadas de decisão da Igreja, pressionando o papa a ser o órgão executivo de sua vontade. Mas o papa, por sua própria natureza, não estava de acordo e reagiu contrariamente.

Aproximadamente na metade do século XV, essa questão relacionada ao poder dentro da cúria ainda não estava definitivamente esclarecida.

## **Anos de aprendizado no poder**

Para o novo cardeal, no entanto, era o momento de expressar seu agradecimento.

Seguida de Deus e do rei, a próxima na fila era a sua família. E, com ela, o círculo de apoio formado por amigos, ou seja, seus valiosos aliados. Pairavam sobre aquele que atribuía o sucesso apenas a si mesmo fortes suspeitas do grave pecado do orgulho e da soberbia, que já fora responsável pela queda de Lúcifer do céu para o inferno. A virtude da piedade, a submissão reverente aos costumes dos antepassados e o perfeito elo com sua devoção ajudavam contra os impulsos de seu dilatado ego. Concretamente, obrigava-se que parentes e amigos, e justamente nessa ordem, recebessem as bênçãos da elevação.

Assim sendo, dois sobrinhos de Alonso ocupavam o topo dessa hierarquia.

Ambos eram fruto do casamento de sua irmã Isabel com Dom Jofre de Borja, um descendente do ramo principal da família: Rodrigo, o futuro Alexandre VI, bem como seu irmão Pedro Luís. Rodrigo foi designado, ainda muito jovem, a seguir a carreira eclesiástica. Esse era o plano de carreira típico daquela época. Com um membro da família sentado na cadeira episcopal de Valência, seria uma falha injustificável abrir mão desse privilégio. As posições de liderança dentro da Igreja eram herdadas geralmente de acordo com o celibato, não de pai para filho, mas de tio para sobrinho. Regulamentada por regras minuciosamente elaboradas, a prática da concessão de benefícios oferecia grandes oportunidades para isso.

Embora o papado tenha sofrido muitas perdas durante o cisma, muitos dos prestimônios mais lucrativos continuaram a ser concedidos em Roma, ainda que, muitas vezes, em conjunto com os governantes seculares. A vocação ou aptidão pessoal não desempenhavam um papel importante para se ingressar no sacerdócio. Somente com as reformas do Concílio de Trento (1545-1563), essa disposição individual passou a ser normativa.

Para a "profissão" do jovem Rodrigo de Borja, a elevação de Alonso foi fundamental. Carreiras como a do grande jurista formavam o elemento móvel de uma sociedade que vinha se consolidando de forma considerável, particularmente na Itália. Cada prelado que conseguisse chegar à cúpula da Igreja levava prontamente consigo a sua família — munido do afã indomável de lá se estabelecer por tempo indeterminado. Esse mecanismo frustrava não apenas os romanos "natos", mas também escasseava os recursos para os futuros jovens promissores. E, com isso, anunciavam-se graves conflitos na distribuição de recursos. Como muitos fizeram antes e depois dele, o cardeal de Xátiva também tomou medidas de precaução para garantir a futura posição dos seus. Ele deve ter levado Rodrigo para Roma por volta de 1449. Naquela época, seu protegido, que curiosamente após a morte do pai tinha se mudado com a mãe para o desocupado palácio episcopal de Valência, já estava bem arranjado, com cargos dentro da Igreja e bons vencimentos. Um cônego em Xátiva, por exemplo, gozava de rendimentos consideráveis. Era mérito de seu ilustre filho cardeal Alonso que houvesse cônegos na pequena cidade. Alonso tinha "promovido" a paróquia local para colegiado — isso também é piedade. Para além de uma longa missão diplomática a serviço do papado, Rodrigo de Borja, cujo nome está mudando gradualmente para a forma italiana *Borgia*, não deverá mais abandonar a Itália.

No círculo mais íntimo da família e do poder, contudo, mesmo como papa continuará até o fim falando e escrevendo em catalão.

Por volta de 1453, o sobrinho do cardeal dedicou-se aos estudos de Direito em Bolonha. Os primeiros traços conhecidos de seu caráter devem ser contemplados com muita cautela. Os humanistas tinham a tendência de reescrever em elegante latim conhecidos lugares-comuns da Antiguidade clássica. E isso se aplicava ainda mais quando se tinha de fazer uma lista com as qualidades de personalidades poderosas e de outras que poderiam vir a sê-lo. Acreditava-se poder distinguir nesses textos contornos de uma autêntica individualidade, mesmo com todas as violações: na ênfase da imponente física, no louvor à rápida faculdade de compreensão e agilidade mental, na capacidade de fazer manobras, assim como

no talento de administrar e dominar. Todas essas qualidades deveriam ser amplamente demonstradas, pelo assim descrito, em 36 anos de cardinalato e onze de pontificado. Informações adicionais sobre esses primeiros anos são, no entanto, muito raras. Dentro da cúpula da Igreja, seu tio não desfrutava muito destaque.

Essa falta de proeminência não conseguiu impedir a sua próxima escalada. No conclave, quando as partes em conflito não chegavam a um acordo, entravam em cena os candidatos de conciliação. A idade de Alonso de Borja o qualificava, de mais a mais, a esse papel. Afinal, havia outros que também queriam uma parte desse quinhão. Além disso, os pontificados muito longevos provocavam, não raro, graves distúrbios. A distribuição de poder, as influências e as riquezas cristalizavam-se de forma unilateral em benefício dos sobrinhos do papa e seus clientes. Enquanto outros protagonizavam manchetes diplomáticas e culturais, o cardeal de Valência, como era conhecido agora, esperava tranquilamente. No conclave de 1447, pouco sobressaiu. Nesse conclave, para surpresa de todos, o vencedor foi o humanista Tommaso Parentucelli, que adotou o nome de Nicolau V.

Durante os oito anos de seu pontificado, a Itália foi palco de profundas transformações políticas. Em 1450, Francesco Sforza, o único arrivista verdadeiro entre os governantes seculares da península, ascendeu ao trono ducal de Milão. Longas negociações com as principais famílias da aristocracia antecederam a disputa pelo trono — que, após a extinção dos Visconti, curiosamente favoreciam o mais fraco entre muitos candidatos. Seguindo essa linha, o domínio da nova dinastia permaneceu fora de perigo enquanto estiveram conscientes dos pactos assumidos com a sua elite, ou seja, enquanto respeitaram ou ampliaram seus privilégios e agiram com a máxima cautela em assuntos relacionados à política externa.

Além do mais, Bórgia e Sforza eram velhos conhecidos. O novo duque já tinha dado provas de suas aptidões para exercer funções mais elevadas, quando foi líder de um exército mercenário durante a tortuosa luta pelo trono napolitano, da qual Afonso de Aragão saiu vencedor. Em horizontes longínquos, foi traçado um cenário de três diferentes ângulos que revelava grande tensão: os Sforza e os

Aragão, primeiramente rivais, depois aliados por muito tempo e, finalmente, inimigos mortais. Aliado a isso, os papas dos Bórgia tinham como objetivo tirar proveito dessa rivalidade para consolidar seu próprio domínio. No final das contas, Alexandre VI contribuirá de forma significativa para que uma dinastia permaneça por muito tempo no poder e para que a outra lá fique por mais de uma década.

Em meados do século XV, eventos ocorridos fora da península foram cruciais para a Itália. O fim da Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França, teve como consequência a rápida consolidação da monarquia francesa. Sob a forma de influência de caráter diplomático, essa revitalização da monarquia tornou-se cada vez mais perceptível entre os Alpes e o Monte Etna já a partir de 1460.

Com exceção de uma tentativa fracassada de fazer que a Casa de Anjou voltasse a se sentar no trono napolitano, as intervenções militares diretas ficaram, naquele momento, de fora. Em contrapartida, o rei Luís XI encontrava-se bastante ocupado em outras frentes, especialmente na luta contra o duque da Borgonha — Carlos, o Temerário.

Outro evento causou ainda maior admiração do que o final das hostilidades entre Inglaterra e França. Em 29 de maio de 1453, o sultão Maomé II conquistou Constantinopla e exterminou, assim, os últimos resquícios do Império Bizantino.

O susto provocado contribuiu para que Nicolau V alcançasse um bom êxito no seu empenho de resguardar a estabilidade política na Itália. Por meio dos acordos fixados em Lodi, na Itália, em 1454 e 1455, foram criadas estruturas federais que deveriam engendrar a manutenção da paz por meio da reconciliação de interesses. No entanto, a estrutura complexa dos numerosos estados com seu complicado emaranhado de sistemas, com diversas relações de proteção e dependência, permaneceu, também no futuro, altamente suscetível a interferências. Só era possível instaurar o equilíbrio se, pelo menos, as cinco principais potências praticassem uma política permeada por prudência e ponderação. Os acordos exigiam, assim, a contenção de todos, principalmente do papado. O lema da modernidade era abdicar do nepotismo excessivo. Nicolau V

respeitou essa regra.

Será que seu sucessor iria fazer o mesmo? Após a morte do primeiro papa humanista, o conclave se reuniu primeiramente com 14 e, em seguida, com 15 cardeais; jamais o número de eleitores de um conclave voltou a ser tão baixo. Os italianos, que contavam com sete purpurados, detinham uma exígua maioria. O segundo grupo mais forte era o dos espanhóis, com quatro representantes. Esses últimos, contudo, não chegavam a representar uma ameaça tão grande como os franceses, embora esses só estivessem representados com dois príncipes da Igreja. Os eloquentes humanistas italianos eram considerados bárbaros por excelência e os prelados italianos, uma ameaça para o papado. Será que iriam transferir a cúria novamente para Avignon, que durante 1309 e 1377 tinha sido a residência papal, em detrimento da Cidade Eterna?

Não foram apenas essas preocupações e o precoce nacionalismo que moldaram a eleição do novo *pontifex maximus*. Como era comum havia muito tempo, a rivalidade entre os Colonna e os Orsini exercia forte influência sobre as formações partidárias do conclave. Com suas vastas e, de fato, autônomas propriedades feudais, esses dois clãs da aristocracia dominavam, desde o século XIII, não apenas a paisagem rural romana, mas também a região de fronteira com Nápoles, sem falar na própria Cidade Eterna. No conclave, cada linhagem apresentou um cardeal e este permaneceu rodeado pelos seguidores da respectiva família. Uma vez que o poder de ambas as partes equiparava-se, não foi possível fazer valer a força de seu respectivo preferido. Foi inevitável, portanto, proceder à busca de um candidato de conciliação. O cardeal Bessarion, com sua elevada formação filológica e teológica, bem como seu estilo de vida exemplar, ofereceu-se como tal. Mas rapidamente pairou no ar uma espécie de xenofobia, mais exatamente grecofobia. Um grego como papa? A união da Igreja Ortodoxa com a Igreja Católica não fora realizada pura e simplesmente pela força das circunstâncias, ou seja, pela ameaça iminente da queda de Constantinopla? Era possível confiar realmente na ortodoxia desse príncipe "estrangeiro" da Igreja?

Alonso de Borja, nesse aspecto, estava completamente fora de suspeitas. Além disso, como espanhol, ele representava a Reconquista, a batalha de fé contra os mouros. Dentro das circunstâncias altamente tensas e de confinamento espacial do conclave, o regresso a esses antigos motivos que, depois de 1453, passaram a ser novamente atuais, desempenhava um papel muito importante. O fator decisivo, no entanto, foi que, com a elevação a papa do homem de Xátiva, o impasse foi resolvido e foi adiada provisoriamente a decisão sobre o desenvolvimento no longo prazo da situação do poder em Roma. Não é de se esperar que um papa de 77 anos quisesse tomar alguma decisão importante.

Dessa forma, os Orsini aproveitaram a oportunidade e apoiaram ativamente o candidato do rei Afonso, ganhando, assim, pontos a seu favor em Nápoles. Além disso, um pontífice já idoso e de caráter bem consolidado parecia oferecer melhor garantia para combater a ascensão vertiginosa de determinados grupos ao poder apostólico, sem incorrer em transformações incômodas de sua natureza.

Aqui residia, de fato, o risco para a eleição papal. Em que medida se poderia prever o comportamento de um candidato após ser elevado a papa? A austeridade e o rigor do cardeal de Valência seriam uma garantia contra surpresas desagradáveis, calculavam seus eleitores.

Assim, em 8 de abril de 1455, foi cumprida a profecia de Vicente Ferrer, e Alonso de Borja subiu ao trono de Pedro como Calisto III. Como todos sabiam, ele era um homem com família. Em outras palavras: o que não faltavam eram potenciais nepotes. O fato de os eleitores não terem visto isso como um obstáculo está possivelmente relacionado ao problema de o nepotismo ser considerado, em grande parte, coisa do passado, não apenas por meio da moderação imposta pelos próprios papas, mas também pela delicada pressão por parte do cardinalato. Ambos tinham contribuído para que, nos dois últimos pontificados, não tivessem sido observadas situações desagradáveis a esse respeito. O papa recém-eleito poderia nomear cardeal um sobrinho qualquer ou, se necessário, melhorar o estilo de vida de parentes mais próximos. Assim versavam as regras vinculativas de decência que se orientavam em uma categoria

aristocrática de nepotes, mas de forma alguma principesca ou mesmo dominante.

Comparado ao nepotismo igualmente aventureiro e caótico de Bonifácio IX (1389-1404), que concedeu a seus numerosos parentes napolitanos metade da região do Lácio, como também abundantes prestimônios, isso já era um passo à frente. A inviolabilidade desses padrões precisava, no entanto, ser colocada à prova.

Desse modo, todas as atenções se voltaram ao idoso homem de Xátiva e seus jovens sobrinhos. Do ponto de vista do rigoroso moralista, para o qual o papa não tinha parentes consanguíneos, mas apenas espirituais, e precisamente em todos os lugares onde reinavam o mérito e o merecimento, o início foi marcado por uma positiva surpresa. No começo, fez-se pouco em termos de apoio à família. Rodrigo Bórgia e seu primo Luís Juan de Mila foram agraciados com lucrativos benefícios, mas permaneceram estudando Direito em Bolonha. Porém, a alegria dos *zelanti*, que eram os reformadores zelosos, não iria durar muito. Em fevereiro de 1456, a nomeação simultânea de Rodrigo e Luís Juan de Mila a cardeais pôs fim a todas as esperanças de conter o nepotismo. Pior ainda: estava violada a regra mais importante da ainda recente autorrestrrição. Acrescente-se a isso que esses dois chapéus vermelhos foram só o começo. Calisto III tinha agora pressa em elevar o prestígio de sua família. Provavelmente, temia já ter esperado demais. Aparentemente, os escrúpulos iniciais que se opuseram à promoção intensiva de seus parentes de sangue tornaram-se obstáculos definitivamente eliminados. Só é possível presumir de que maneira se deu essa mudança de atitude: por sugestões ao pé do ouvido de conselheiros que perseguiram seus próprios interesses, mas provavelmente também pelos pedidos ou exigências dos próprios sobrinhos.

Esses não podiam agora se queixar da moderação de seu tio. O mais enérgico e persuasivo dos dois novos purpurados, Rodrigo, tornou-se vice-chanceler em 1457, passando a ocupar o mais importante e lucrativo posto dentro da cúria depois do papado. As tarefas associadas a essa função consistiam em cuidar da torrente de solicitações de concessão de indulgências que chegavam a Roma

vindas de toda a cristandade. O papa reservava-se o direito de tomar decisões apenas em casos ligados a círculos políticos mais amplos, mas, geralmente, apreciava essas *causes célebres* depois de uma prévia avaliação de seu vice-chanceler. Dessa maneira, esse último assumiu uma posição-chave. A jurisdição clerical estava longe de ser apenas responsável por litígios dentro do clero, mas também por grande parte do direito da família e do casamento. Nesse domínio sensível, os canonistas tinham criado uma infinidade de obstáculos, restrições e proibições que exigiam decididamente a concessão de derrogações. Era imensa a necessidade de concessão de graças e indultos, ou seja, dispensas provenientes dessas complicadas regras. Em outras palavras: no palácio do vice-chanceler convergiam laços, por meio dos quais era possível estabelecer ligações com os poderosos de todo o planeta. Permissão para casar, apesar do grau de parentesco muito próximo, legitimação de filhos bastardos, absolvição de promessas incômodas: tudo isso tinha o seu valor de contrapartida e sua utilidade. E, principalmente, o vice-chanceler passou a ter acesso irrestrito a desagradáveis segredos que os poderosos não queriam que se tornassem públicos.

A nomeação de Rodrigo a bispo de Valência elevou ainda mais a sua posição e aumentou seus rendimentos. E, pouco depois, ao elevado posto dentro da Igreja, juntou-se também uma posição de liderança secular. Calisto III nomeou seu talentoso sobrinho, sem a menor cerimônia, como capitão das tropas papais na Itália. Um cardeal como general: isso foi uma ofensa para muitos. A enorme quantidade de postos atribuídos a outro sobrinho, Pedro Luís, irmão de Rodrigo, também provocou escândalos. Ele recebeu numerosos cargos no Estado Pontifício, entre eles a castelania do Castelo de Santo Ângelo. Como resultado, passou a comandar a inexpugnável fortaleza da cidade de Roma: uma prevenção para os tempos de crise. Pedro Luís, que estava destinado a ser o herdeiro da aristocrática dinastia Bórgia, ganhou, acima de tudo, os feudos que tinham sido perdidos pelos barões romanos. Indo ao encontro desses propósitos, especialmente nos territórios dos Orsini, foram tomados todos os castelos, com seus respectivos direitos de jurisdição, tributação e recrutamento de tropas. A sua amargura foi

ainda maior quando o cardeal Orsini, o "fazedor de papas", contabilizou recompensas no lugar de desapropriações.

Calisto derrotou os Orsini, mas o que ele queria mesmo era atingir seu patrão, o rei Afonso. As suas relações com Nápoles tinham piorado rapidamente. A exigência do monarca de continuar a condescender com ele nos âmbitos políticos do clero, ou seja, nomear candidatos convenientes para o bispado e conceder lucrativos prestimônios ao seu protegido, foi considerada um atrevimento e, por isso, recusada. O papa já não tinha a menor predisposição para esses servicinhos de capelão. A situação progrediu de tal maneira que chegou a recusar favores a Afonso, favores esses que concedia em provocante abundância aos membros de sua família. Divergências políticas importantes agravaram a contenda. Calisto acreditava ter identificado, na tática dilatária de Nápoles, o principal obstáculo para a realização de seu grande plano, que era reprimir os otomanos. No outono de 1457, o rei ameaçou o papa com concílio e deposição; este, por sua vez, ameaçou o rei com privação de enfeudamento. De repente, como em uma poderosa encenação teatral, no ápice do conflito, um dos dois protagonistas retirou-se do palco. Em 27 de junho de 1458, morreu Afonso V, de cognome "o Magnânimo". Mesmo com idade avançada, seu adversário começou a entrar em ação. Ele proibiu o filho ilegítimo de Afonso, Fernando de Aragão, mais conhecido como Dom Ferrante, sucessor designado para a região continental do sul da Itália, de usar seu título de rei. Revogou ainda o juramento de fidelidade de seus súditos e assumiu o reino como um feudo que fora devolvido à Igreja.

Ao mesmo tempo, o papa concedeu a Pedro Luís a função de comandante supremo das tropas que liderariam a inevitável guerra contra Nápoles. Além disso, transferiu para seu sobrinho o vicariato de Benevento e Terracina, que tinha sido ocupado pelo falecido monarca. O nepote regia esse enclave romano no reino de Nápoles, como o título mesmo indica, literalmente como substituto do papa; a experiência demonstrou, contudo, que esses vicariatos, de fato, transformaram-se rapidamente em grandes domínios autônomos. Como já mostrado no drástico agravamento das relações com os

Orsini, essa concessão demonstrava também o que os Bórgia realmente tinham em vista: o trono de Nápoles.

Isso revelava uma crescente cobiça e, ao mesmo tempo, um momento crucial na história do papado. No verão de 1458, iniciou-se a fase do nepotismo territorial.

A partir disso, foram muitos os papas dispostos a correr quaisquer tipos de risco para tentar conquistar um território cada vez maior e mais independente como estado de família e, com isso, precipitar o panorama político da Itália em um abismo de turbulências. Era a coisa mais natural do mundo para os contemporâneos daquela época que um papa deixasse de ser aquilo que tinha sido como cardeal, ou seja, um servo fiel de seu Senhor. Em outras palavras: ninguém contestou o direito de Calisto estabelecer novas bases para as relações com Nápoles. De acordo com as elevadas exigências de seu posto, estava também fora de questão que ele, como pai de todos os cristãos, contanto que fosse para defender os interesses da Igreja, tivesse o direito de pôr limites nas ações do rei, seu antigo patrão. No entanto, um corte abrupto de todos os laços, uma ruptura tão grosseira de todas as esferas de lealdade, como sucedeu em julho de 1458, quando o papa negou todo e qualquer apoio a Ferrante, violou não só o sentimento de justiça, mas também a decência política. Uma coisa dessas não se fazia assim tão facilmente. Isso não foi apenas uma violação a todas as normas de piedade, mas também contra o espírito de Lodi. Além do mais, por trás de tudo isso via-se um insólito véu de arrogância. Quem eram, afinal, esses Bórgia para se sentar no trono da casa real dos Aragão?

De acordo com o clima conservador daquela época, as aspirações de querer chegar tão alto deveriam ser cuidadosamente justificadas. Um nepotismo desse porte só poderia ser respaldado com fundamentos ideológicos. Estes foram traçados sob a forma de um emaranhado de motivos justificadores que, a partir da metade do século XV, ganharam contornos bem definidos; nessa mesma época, concretizam-se os argumentos dos adversários. Mais uma vez, foi atizado um debate inflamado sobre os poderes e limites de um papa em favorecer seus parentes. Esse debate viria a estender-se pelos

próximos três séculos. A cúria nunca chegou a um consenso sobre o máximo que se podia permitir, em que deveriam abster-se ou o que deveria ser absolutamente proibido. Mesmo que tenham surgido, ao longo das décadas, padrões ou mesmo normas que foram aprovados tanto moral como teologicamente por comissões criadas justamente para esse fim, essas diretivas, muitas vezes concebidas de forma demasiadamente generosa, não foram aceitas por todos. A voz da contestação não é silenciosa. Quando o assunto é nepotismo, o coração do papado bate de maneira agitada, muitas vezes desenfreada.

A periódica mudança de governo no sistema romano era o principal motivo apresentado pelos defensores e apologistas do nepotismo para ratificar a necessidade de um pontífice máximo dispor de, pelo menos, um parente consanguíneo ao seu lado. Sua argumentação versava que um papa recém-eleito tinha de se confrontar com um anônimo aparato curial de difícil gestão e, não raro, hostil. Para enfrentar essa situação, o papa necessitava de servos fiéis e modestos, capazes de total abnegação para atender à sua vontade soberana. E onde encontrar um servo tão fiel senão dentro do círculo familiar mais íntimo? O sangue é mais grosso do que a água: essa é uma explicação que qualquer um entende. Mas, ao contemplar mais de perto a complexa estrutura do Vaticano, nota-se que essa fundamentação não passa de propaganda inteligentemente concebida. No apelo à experiência de vida de pessoas de todas as camadas sociais estão precisamente escondidos os verdadeiros motores do nepotismo.

Esses consistem, porém, em trazer ao Vaticano a duradoura grandeza da família, contanto que essa grandeza possa ser alcançada sob as condições da fragilidade e da mortalidade humanas.

Por esse motivo, não se pode falar de uma função do nepotismo relacionada à posição do governante, uma vez que, como se perfilou em 1458, essa cunhagem enfraquece os direitos da Igreja e dos seus estados de forma significativa. Essa debilitação pode ser constatada por meio da segregação de territórios inteiros, como foi o caso de Benevento e Terracina, pela competência comprovada da

maioria dos parentes dos papas em questões militares e administrativas ou também por meio dos próprios interesses desses últimos. Como a crise no último verão de Calisto III demonstrou, eram justamente tais interesses que absorviam, de forma absolutamente extrema, os recursos e as energias do papado.

A nomeação de parentes para ocupar os mais altos cargos também não era politicamente sem alternativas, como o enaltecimento do nepotismo pretende fazer crer. Os próprios papas davam provas contrárias de maneira retumbante.

Sempre que estavam diante de delicadas missões diplomáticas ou quando era necessária a interferência de experiência comprovada, eles encarregavam, para solucionar os problemas, prelados de carreira, com os quais não tinham o mais longínquo parentesco. Por um lado, esses eram declarados fiéis acólitos; por outro, sua formação ou experiência qualificava-os às exigentes tarefas. Esses tecnocratas do poder tinham ainda outra vantagem fundamental: em vez de fazer reivindicações incômodas como os sobrinhos, gozavam de permanente liberdade condicional. Os dois papas Bórgia, em especial, podiam recorrer a um vasto reservatório de especialistas na área administrativa e do exercício do poder; não é por acaso que esses experts, quase sem exceção, falavam catalão. A razão do nepotismo é o nepotismo. Em outras palavras: o apoio à família é o fim em si mesmo. Papas nepotistas — e até o final do século XVII o foram quase todos aqueles que regeram por tempo prolongado — têm geralmente duas coisas em mente: a posição que ocupam e a família, duas almas residindo no mesmo peito.

Alexandre VI solucionará o problema à sua própria maneira.

Mas o que levou Bórgia a tentar derrubar o príncipe em 1458? Essa imensa e crescente autoconfiança, isoladamente, não podia ser respaldada por nenhuma ideologia do nepotismo. Para isso, eram necessários estímulos mais fortes — e ainda mais ocultos. E os seus estímulos não permaneciam ocultos. Em instantes, abria-se uma brecha capaz de revelar as verdadeiras intenções de Calisto III. Em uma conversa exaltada, o papa afirmou que a Casa de Aragão sempre havia colocado em questão a merecida posição dos Bórgia,

mas que agora as forças da providência iriam inverter essas pérfidas manobras. Palavras de seu sobrinho, 40

anos depois: "Os Bórgia foram abençoados por Deus com a fertilidade que, todavia, castigou os monarcas espanhóis com o rompimento de sua árvore genealógica". Por trás de ambas as declarações, feitas em momentos de emoção, esconde-se uma ideia que, por ser tão audaciosa, só pode ser revelada pela codificada linguagem das imagens ou pelos textos literários: a eleição como papa santifica não só o indivíduo, mas a família como um todo.

## **2 EM BUSCA DO PODER PERDIDO**

**(1458 - 1492)**

### **O crepúsculo dos sobrinhos e um novo amanhecer**

No final de julho de 1458, quando a campanha contra Nápoles era iminente, as forças de Calisto III baixaram a guarda. Os Bórgia tiveram de reconhecer que seu domínio ainda inabalável dependia, cada vez mais, do fino fio da vida do papa. Durante completos quatorze dias de agonia, seu poder extinguiu-se sozinho. Suas instruções não foram mais executadas, as verbas desapareceram e novas autoridades entraram em cena. Acima de tudo, o colégio cardinalício passou a adotar um tom peremptório para com os ainda nepotes. Pedro Luís submeteu-se e devolveu o Castelo de Santo Ângelo. Tristeza de uns, alegria de outros. Não só o rei Ferrante I, em Nápoles, mas também o clã dos Orsini farejaram a grande oportunidade de entrar em ação, com espírito de vingança, para recuperar o terreno perdido. Os barões não tiveram de se confrontar com muita resistência. Em Roma, todos aqueles que tinham uma faca se puseram a caçar qualquer coisa que falasse catalão.

Na crise, separou-se o joio do trigo. Pedro Luís Bórgia, tão orgulhoso nos tempos das vacas gordas, saiu fugido e disfarçado de Roma, utilizando veredas aventureiras em direção a Ostia. Mas a galera que tinha sido contratada partiu sem ele e o nepote teve de continuar sua viagem a Civitavecchia num pequeno barco. Lá, pouco tempo depois, foi miseravelmente consumido por uma febre.

Mas o cardeal Rodrigo não fugiu. Estava no leito de morte de seu tio, no momento de seu último suspiro, naquele 6 de agosto de 1458. De certa forma, ele poderia sentir-se protegido pelo seu alto cargo dentro da Igreja, mesmo que isso não pudesse evitar que a massa de romanos, munida de chicotes, saqueasse seu palácio. A palavra de ordem naquele momento era aguardar e cuidar da memória. Pois ainda havia outra alma dentro do peito do falecido

papa. Calisto III, mais do que qualquer outro governante europeu, interveio — não apenas verbalmente, mas também por meio de ações e causando graves prejuízos financeiros — na luta contra o implacável avanço do Império Otomano.

Em momentos críticos, ele prestou apoio ao albanês Skanderbeg, o baluarte nos Bálcãs. A esse respeito, o papa espanhol tinha ido muito além das expectativas.

Sem grandes preocupações, podia-se acusar Pedro Luís dos equívocos nepotistas do pontificado, pois o morto já não sofreria nenhum prejuízo com isso. Em contrapartida, o cardeal Rodrigo achou-se no direito de considerar-se a mão direita daquele papa que tinha sustentado o escudo da cristandade. Essa tática de autorrepresentação ajudou o jovem cardeal não apenas a sobreviver, mas também, em curto espaço de tempo, a começar a se expandir, ou seja, a ampliar sistematicamente a sua posição dentro da cúria.

O poder estava perdido, a recuperação do poder tinha apenas começado. Pelo menos o ponto de partida material para esse fim era excelente. Isso porque, com o cardinalato, Rodrigo Bórgia manteve os cargos que lhe tinham sido atribuídos em caráter vitalício. E essas eram as jóias de sua coleção: a diocese de Valência, que agora era considerada pertencente à família, bem como o cargo de vice-chanceler que, em tempos de crescente demanda de dispensas, somava rendimentos cada vez mais elevados. A máxima do momento era, pois, transformar os ativos financeiros em capital social, a fim de que isso pudesse render-lhe lucrativos juros, compostos na forma de relações proveitosas. Era necessário estabelecer uma estratégia com mão firme e respirar fundo. Com as manifestações de ódio contra tudo o que se relacionasse à Catalunha, um segundo pontificado Bórgia, num futuro próximo, estava fora de cogitação.

Enquanto isso, também foi preciso esclarecer em que direção o papado deveria ser conduzido: se por regras rigorosas, moderadas ou brandas, com relação ao estilo de vida e à prática de exercício do poder. Cada uma dessas direções teve seus defensores eloquentes. Ninguém duvidava da linha defendida pelo cardeal Rodrigo. Pouco depois da morte de Calisto III, a carta apresentada pelo novo papa

Pio II foi um testemunho impressionante da imagem que ele desfrutava.

Nascido Enea Silvio Piccolomini, em Siena, o novo pontífice era um dos mais famosos humanistas do seu tempo. A epístola foi escrita a Rodrigo Bórgia em 11 de junho de 1460, no mais elegante latim. Mas o tom da carta era grave. Pio II falou aos jovens príncipes da Igreja como um pai zangado com o filho desobediente. Sua censura: em uma festa ao ar livre promovida pela alta sociedade de Siena, o espanhol temperamental teria se passado de conquistador a parvo ao oferecer flores e frutas a uma bem-amada, além de ter feito inúmeras declarações amorosas. Com esse comportamento, e apenas por estar presente em uma festividade dessa natureza em público, Rodrigo causou graves danos à reputação da Igreja. Além disso, com uma maestria sem igual na arte de escrever, o papa sugeriu a existência de muitos outros acontecimentos ainda mais lascivos.

O punido reagiu a essa censura de forma apaziguadora. Em todos os episódios, seu comportamento teria sido puro e casto. E, além do mais, desejou-lhe melhoras. A carta era menos significativa para os acontecimentos reais do que para a reputação do cardeal, que já naquela época era inequívoca. O teor da carta é sintomático, por outro lado, no que se refere à mudança de atitude do papa que, antes de ter entrado para o clero, tinha escrito novelas eróticas, procriado filhos ilegítimos e protestado contra o celibato forçado dos sacerdotes. Além disso, o texto reflete um profundo conflito de normas na cúria e dentro da Igreja como um todo: em que medida as infrações cometidas pelos clérigos contra a determinação da abstinência sexual eram consideradas graves ou veniais? Afinal, a reação indignada do *pontifex maximus* deixa claro no que consistia a mais grosseira (in)capacidade do censurado: exhibir-se durante a violação de regras. A decência é tudo.

Nela se refletem tanto valores da nobreza como humanistas. O papa Piccolomini, diga-se de passagem, vinha de uma das mais antigas e aristocráticas famílias da nobreza da Toscana. Desde o início, quando Siena, que dispunha de um vasto território, foi convertida em um burgo auto-governado de feição republicana em

1125, seus ancestrais tinham ocupado posições importantes e eram senhores de numerosos feudos nas regiões rurais. Como boa parte de seus contemporâneos, o aristocrata erudito de Siena empenhou-se, ao lado do Conselho de Basileia, em defender suas reivindicações de soberania sobre toda a Igreja, para depois colocar suas notáveis habilidades diplomáticas exatamente a serviço do lado oposto, ou seja, do papado. Ele também defendeu com a pena seus interesses.

Entre 1457 e 1458, pouco antes de ter sido nomeado cardeal, Piccolomini fez registros em seus escritos sobre as promissoras conjunturas econômicas e culturais da Alemanha. Esse florescer — de acordo com a tendência altamente política dos "estudos regionais e culturais" — os beócios provincianos deviam à influência enobrecedora da Itália e, em especial, de Roma. Em vez de reclamar da suposta exploração financeira e a má gestão do papado, os alemães deveriam agradecer-lhe e demonstrar reverência.

Apesar de todas as advertências, com as ações do novo papa, o cardeal Rodrigo Bórgia podia sentir-se, em alguns aspectos, incentivado. Pois o novo papa praticava o nepotismo de forma tão intensa quanto seu antecessor. Seus sobrinhos foram agraciados de forma generosa com títulos e domínios feudais — entre eles um vicariato. Além disso, Pio II praticava um culto de personalidade que superava até mesmo o emprego crescente dos meios de comunicação das cortes das regiões norte e central da Itália. Na sua modesta aldeia natal, Corsignano, ele mandou construir uma igreja episcopal, assim como suntuosos palácios, e batizou esse novo modelo de cidade com o seu nome papal "Pienza".

Em seus comentários, o *pontifex* mostrava-se imbuído da convicção de que havia sido predestinado pela Providência para a mais alta dignidade e descrevia os acontecimentos do passado recente com uma saudável dose de desdém para com os outros governantes italianos, enquanto glorificava o próprio governo. Além da fé comum que ambos os papas depositavam no seu destino, seus contemporâneos viam outro paralelo com relação a Calisto III: Pio II também tentou, com todas as forças, promover a Cruzada contra os otomanos.

Aparentemente, a mesma coisa tinha significados diferentes em ambos os pontificados. Em primeiro lugar, Pio II respeitava limites. Embora, seguindo um modelo que a partir daquele momento passara a ser estratégico e comum, tenha casado um de seus protegidos com uma princesa da família real napolitana, foram mantidas as diferenças entre posição e Estado, em ambos os lados. Em ampla medida, tal fato ocorreu em razão da ilegitimidade da estirpe da noiva.

Além disso, o casamento perseguia apenas o propósito de conferir a esse ramo da família Piccolomini um prestígio feudal adicional; não lhe passou pela cabeça realizações de caráter duvidoso como a conquista do trono de Nápoles. Mas essa elevação hierárquica beneficiou um clã, cuja nobre reputação estava fora de questão dentro da Itália. E, finalmente, a arquitetura magnífica de Pienza foi justificada por uma específica teoria humanista.

Segundo essa teoria, a grande massa só aceita as verdades religiosas de salvação quando são simbolizadas, de forma clara, por meio de imagens e edifícios, ou seja, quando são capazes de impressionar os olhos. Um retorno à simplicidade original da Igreja estava, portanto, excluído. Uma reforma da Igreja, tal como alimentada por Pio II, oprimia as irregularidades, restringia a ostentação exagerada e prescrevia regras de decência vinculativas. E também estabelecia claras prioridades. A maior delas determinava que a razão da existência do papado era a promoção da religião e da moral, não a expansão do governo secular por meios políticos ou mesmo militares.

Essa base de poder do Estado devia ser também indispensável para afirmar a independência e a imparcialidade do sucessor de Pedro, mas não podia ser um objetivo aparente em si mesmo. Se a religião se transformasse ostensivamente em mero instrumento de poder, a credibilidade do papado estaria irreparavelmente deteriorada. Ao contrário, tal credibilidade exigia uma conduta de vida exemplar, permeada até mesmo de arrependimento e purificação.

Profundamente imbuído por essas ideias de depuração, o papa Piccolomini estabeleceu a sua marca, já à beira da morte. No verão

de 1464, ele quis que o carregassem até Ancona, a fim de esperar pela frota da Cruzada. Faleceu pouco tempo depois, assim como a própria Cruzada, que apenas ele tivera mantido em vida. Mas os seus princípios não estavam mortos. Foram legados a seu sobrinho, o cardeal Francesco Todeschini Piccolomini. Durante quatro décadas e meia, Francesco Piccolomini atuou na mesma cúria que Rodrigo Bórgia, porém perseguindo outros ideais, até mesmo como a imagem personificada de uma outra Igreja: advertindo, avisando e, cada vez com maior frequência, ausente de Roma.

Enquanto Pio II esteve vivo, contudo, ainda reinava predominantemente uma harmonia entre a família do governante e o cardeal espanhol. Sobre isso, a severa carta não deve dar margem a ilusões. Por um lado, mesmo com toda indignação, ela parece expressar também uma simpatia genuína. Por outro, o papa Piccolomini, um clássico exemplo dentro da cúria de vocação tardia, sentia-se obrigado a oferecer compensações ao seu eleitor de Xátiva. E essa foi a ideia principal que dominou em relação ao princípio de gratidão no lado ensolarado do pontificado. Não apenas em razão da proteção oferecida por Pio II durante a "perseguição catalã", o patrimônio de prestimônios de Rodrigo também registrou considerável lucro durante os seis anos de seu pontificado. Entre eles merece menção, sobretudo, a lucrativa diocese de Cartagena.

Por essa proteção, por sua vez, o beneficiário retribuiu de acordo com as sutis regras de conduta da cúria. Ele multiplicou a glória do seu patrocinador por meio de sua presença tanto real como simbólica. Ele acompanhou o papa durante a viagem a Mântua por ocasião do Congresso dos Príncipes, que já perseguia a grande meta de pacificação da cristandade como um pré-requisito para liderar a Cruzada. E, parecendo que levava mesmo isso a sério, o cardeal de Valência, no verão de 1464, lá compareceu com uma galera financiada com recursos próprios.

A mensagem dessa espetacular ação militar foi imediatamente captada: aqui se apresentou um jovem príncipe da Igreja que prestou apoio à causa da religião com seu próprio patrimônio. Rodrigo Bórgia também demonstrou, em outra investida onerosa, que estava ao lado do papa. Ele arcou com os custos do magnífico

palácio em Pienza que, mais tarde, após o crepúsculo dos Bórgia, em 1503, serviria como sede do bispado.

Mas, com isso, ainda não estavam esgotados os recursos disponíveis para a auto-promoção do cardeal. Em particular, a construção de sua residência, em Roma, exigiu toda a sua atenção. Um domicílio desse porte, de acordo com a teoria da "vida sublime", deveria representar as melhores qualidades do exemplar príncipe da Igreja, ou seja, impressionar pela grandeza e generosidade, mas também refletir elevada seriedade moral, inabalável responsabilidade e cultivado estilo de vida. Essas não eram exigências simples para uma casa feita de pedra. E a tarefa mais desafiadora sequer foi mencionada: os mais elaborados dos palácios dos cardeais que surgiram em Roma a partir da metade do século XV eram candidaturas emparedadas ao trono de Pedro. Isso se aplicou também ao *Palazzo Borgia* (atualmente já foi inúmeras vezes reformado como *Palazzo Sforza Cesarini*, situado no *Corso Vittorio Emanuele*). A maneira como o construtor interpretou os padrões humanistas fica evidente a partir da detalhada descrição dos aposentos e salas de aparato fornecida por um visitante ilustre, em 1484.

A opulência da decoração deixou sem ar até mesmo esse ilustre homem do mundo. Que requinte para os sensuais efeitos dos drapeados refinados e volumosos, que fino acabamento do mobiliário precioso e dos nobres tecidos!

Nas paredes, vistosos tapetes Gobelins retratando cenas históricas, todos os tapetes combinando com os móveis, entre eles uma cama com dossel forrada com cetim vermelho, bem como uma cômoda com louças de ouro e prata. Mais atrás, outras duas salas; em uma delas, outra cama com dossel, guarnecida de veludo da Alexandria; na seguinte, um sofá com revestimento dourado e, ao lado, uma mesa e cadeiras primorosamente entalhadas. Havia ainda um pequeno vestiário, decorado com a mais fina tapeçaria.

A descrição suntuosa do interior do palácio exalou sensualidade. Tantas camas voluptuosas à disposição! É claro que o relator, o recém-nomeado cardeal Ascânio Sforza, sabia muito bem quantas crianças tinham sido geradas naquelas camas. A inveja e até mesmo

o desejo de também possuir todas essas maravilhas passeavam pelo texto de Sforza. Esse desejo haveria de ser brevemente realizado. Em 1462, o comentário de Pio II sobre a obra ainda em construção, no entanto, foi ambíguo, praticamente um elogio de dúbio sentido: uma nova casa dourada, foi a sua exclamação de surpresa. O imperador Nero, libertino e perseguidor dos cristãos, foi o primeiro a construir um palácio com esse nome...

O palácio e seu dono dividiam opiniões. Príncipes da Igreja piedosos queixaram-se do excesso de esplendor como uma expressão de autoglorificação. Sua conclusão negativa: em vez da piedade presunçosa do hedonismo puro, quase nenhum culto à Antiguidade, nenhuma demonstração de formação clássica. Em seu lugar, um luxo exacerbado em todos os lugares. Para muitos prelados mais jovens em ascensão, contudo, esse estilo de vida e seu protagonista, o cardeal Rodrigo Bórgia, transformaram-se em modelo promissor no planejamento de sua própria carreira.

No conclave de 1464, Bórgia teve de ser, mais uma vez, paciente. Pela primeira e única vez, o cardeal de Valência, apressando-se doente de Ascona para Roma, não desempenhou um papel importante na eleição do novo pontífice. Além do mais, Pietro Barbo, o cardeal eleito, não era seu amigo nem inimigo. Rodrigo Bórgia, todavia, pôde ver comprovadas suas aspirações. Isso porque o novo papa era o quarto sucessor de seu tio Eugênio IV. Esse foi um caso precedente: os nepotes podiam pessoalmente conseguir a tiara. Preocupações morais que pudessem impedir tal repetição passaram a não ser consideradas. Mas devia haver alguma outra coisa que encorajasse prelados ambiciosos como Rodrigo. O novo papa, com apenas 47 anos, estava ainda no verdor dos anos, sem qualquer ameaça ou risco conhecido de doenças.

Paulo II, como Barbo se nominou, foi pontífice por sete anos. Dessa época, há poucos registros sobre Rodrigo Bórgia que sejam dignos de menção. Por um lado, isso se deve ao fato de que ele não fazia parte do círculo de confiança mais íntimo do papa. Por outro, não se pode dizer que esse pontificado tenha sido, de forma geral, espetacular. Como consequência da eliminação de cargos e privilégios, Paulo II antagonizou-se com humanistas influentes como

Bartolomeu Platina, que escreveu obituários difamatórios a seu respeito. Essa redução de cargos refletiu a intenção de diminuir a influência dos leigos dentro da cúria. Tal fato, todavia, não passou de uma tímida abordagem da Reforma.

Ademais, embora Paulo II tenha elevado dois de seus parentes a cardeal, não concedeu aos interesses da família uma importância tão relevante. Além disso, dedicou-se devotamente à sua coleção de gemas e jóias antigas. Acontecimentos interessantes ou mesmo mudanças vigorosas não tiveram lugar entre 1464 e 1471. Em 1468, foram concedidas a Rodrigo Bórgia a diocese de Albano e, provavelmente, também nessa ocasião, a ordenação. Sua vida privada, contudo, foi assumindo um caráter agitado, embora ainda não mostrasse esse seu lado em público. Afinal, ainda não podia avaliar claramente como a cúria iria reagir a tais revelações. Isso seria decidido na eleição papal seguinte.

### **Os anos de mudança do papado**

Quando a era de Paulo II chegou ao fim, no verão de 1471, Roma encontrava-se em uma encruzilhada. Qual dos dois conceitos opostos a respeito da Igreja e da cúria iria prevalecer? Quando foi anunciado o resultado do conclave, em 9 de agosto, pareceu que a fração dos renovadores conservadores tinha motivos para celebrar. Foi eleito Francesco Maria della Rovere, que adotou o nome de Sisto IV. Tratava-se do general dos franciscanos, um homem religioso do qual se esperava uma correção de rumo, até mesmo uma nova orientação para a conduta pastoral. Mas os reformadores estavam enganados. Embora fosse um teólogo erudito, Sisto IV mostrou-se, mais que qualquer outro pontífice, um papa para a sua família. O novo alinhamento vinha completamente ao encontro do cardeal Rodrigo Bórgia, que tinha prestado ao novo papa apoio eleitoral decisivo e agora podia contar com inúmeros favores.

As novidades no pontificado de Della Rovere não residiam nos novos métodos de arrecadar dinheiro, na forma de recrutamento da elite ou nas estratégias do nepotismo em si. Ao contrário, aqui só houve, sem exceções, casos precedentes.

Mas em todas essas áreas houve intensificação das atividades, aceleração do ritmo e, principalmente, eliminação de inibições e falta de respeito. Em outras palavras: constatou-se uma mudança que foi além das transformações puramente quantitativas. Desde o começo, a intensidade de todas as forças adveio desmedidamente em benefício dos parentes do papa, cujos interesses determinariam a orientação da política papal na segunda metade do pontificado.

Por mais que essa nova forma de grande nepotismo tenha desconcertado o panorama dos estados italianos, para a oposição dentro da cúria um outro fenômeno, aparentemente menos espetacular, causou a mesma preocupação. Não apenas o fato de Sisto IV ter, sucessivamente, ordenado seis membros de sua família a cardeal e, com isso, infringido antigas normas; o novo agravante foi que os demais purpurados passaram a ser nomeados, predominantemente, por conveniência política. Mas, com isso, não apenas a clientela de Della Rovere no Senado da Igreja ganhou poderes questionáveis, mas também o colégio cardinalício, em geral, assumiu uma nova forma, cada vez mais sinistra, que preocupava os reformadores conservadores. Os purpurados, que gradualmente passaram a dominar o cenário romano, tinham feito concessões preliminares para conquistar essa honra, ou seja, investiram capital social e político, que deveria surtir efeitos imediatos, beneficiando precisamente a sua própria família e seus seguidores. Sisto IV deu o exemplo.

No Vaticano, o cardeal nepote Pietro Riario levava uma vida com tanta ostentação que deixava os romanos de boca aberta. É certo que não se pode acreditar em tudo o que foi produzido pela pena de Stefano Infessura, escrivão do Senado, que sempre redigia tomado por grande ressentimento. Mesmo que esse romano, que não estava nada satisfeito com o rumo que a situação estava tomando, tenha inventado e aumentado muitos acontecimentos de forma descarada, os banquetes suntuosos que ele descreveu com tons de acusação foram, de fato, servidos nas licenciosas festas dos nepotes. A renda anual de Pietro, assim como a do segundo nepote principal, cardeal Giuliano della Rovere, cresceu astronomicamente, como se pode comprovar. Para o herdeiro da futura dinastia principesca, Girolamo

Riario, Sisto IV praticava, afinal, uma política de riscos incalculáveis. Seu objetivo: um Estado familiar.

A primeira presa consistia nas cidades de Ímola e Forlì, com os arredores da Romanha. Com essa estratégia, o papa também se concedeu o direito de escolher, sem reservas, a esposa para seu sobrinho: Catarina Sforza, da família de duques de Milão. A fim de garantir essa primeira etapa da ascensão familiar, Sisto IV envolveu-se, em 1478, na mais espetacular das conspirações do Renascimento. Ele aprovou o plano de assassinar, na Catedral de Florença, Lourenço de Médici e seu irmão, Giuliano, que estavam atrapalhando os planos de Girolamo. E isso, precisamente, na missa de Páscoa. A religião passou a ser utilizada como meio de dominação, só que com uma nova e brutal dimensão.

Giuliano sucumbiu aos punhais do mercenário assassino; Lourenço, porém, sobreviveu e vingou-se cruelmente, enquanto um dos nepotes, cardeal Raffaele Sansoni Riario, corria risco de morte. Ele chegou a ser preso em Florença quando seguia de Pisa para Roma.

A guerra que se seguiu a esse complô não foi a última do seu gênero. Quase no final do seu reinado, Sisto IV seguiu os passos de Calisto III. Sua cobiça voltou-se para Nápoles. A fim de obter o apoio de Veneza para essa conquista, o papa ofereceu à Sereníssima o reino de Ferrara como recompensa, ou seja, dispôs de bens da Igreja como prêmio para uma Coroa nepotista. Alguns anos antes, por ocasião do casamento de um nepote, o papa tinha separado a cidadezinha de Sora do território do Estado Pontifício, transferindo-a para o rei de Nápoles, que, por sua vez, concedeu-a ao parente do papa sob a forma de feudo. A justificativa para essa redução dos direitos da Igreja foi curta e memorável: Sora nunca tivera utilidade para o papado, fora sempre um fardo. Muitas coisas passaram a ser explicadas dessa maneira.

Como acontecera em 1458, os planos de Sisto IV em expulsar os aragoneses de Nápoles não foram concretizados. Enquanto o cardeal Rodrigo Bórgia pôde contemplar essa derrota com satisfação, o pontificado viu nisso um material vivo de apreciação. Como pequenos cidadãos enriquecidos, oriundos da cidade genovesa de

Savona, Della Rovere e Riario ocupavam uma posição bem mais baixa que a dos Bórgia no que concerne à sua estirpe. Mesmo assim, atacaram sem escrúpulos a Coroa real. O que poderia autorizar-lhes se não a profunda convicção de serem enobrecidos pela eleição do Espírito Santo, estando, assim, pelo menos à altura dos mais nobres príncipes italianos? Essa consciência de elegibilidade refletia-se também na compreensão dos papéis dos nepotes. Não só porque o cardeal Pietro Riario, até a sua morte prematura, em 1474, transitava de igual para igual, como uma espécie de príncipe herdeiro, com as mais poderosas personalidades do mundo, chegando até a superá-las em termos de brilho e ostentação. Com ou sem instruções do papa, no mundo diplomático Giuliano della Rovere agia com tanta desenvoltura que parecia ter nascido para tal. Roma, a cidade das possibilidades ilimitadas. Por meio da elevação de seu tio a papa, o filho de um comerciante de verduras pôde ascender a príncipe e, logo, passar a comportar-se como se tivesse nascido em berço de ouro. Rodrigo Bórgia aprendeu também outra lição. Quem quisesse oferecer à sua família um lugar duradouro nos clarões do poder devia agir com mais discernimento do que Calisto III e Sisto IV. Para isso, era necessário ter aliados mais fortes e, principalmente, mais tempo. E também mais dinheiro, claro.

Como agora tudo estava à venda, era necessário fazer ofertas e, eventualmente, aproveitar as oportunidades. Dessa maneira, Rodrigo Bórgia expandiu seu império de cargos e prestimônios. Como presente eleitoral, exigiu do papa Sisto IV a abadia de Santa Escolástica, em Subiaco, ao leste de Roma. Isso não quer dizer que a nova honra de ser abade desse antigo e famoso mosteiro tivesse obrigado o homem de Xátiva a levar uma vida baseada na castidade e na humildade. Ao contrário: como outras abadias abastadas da Itália ou da França, a de Subiaco também não passava de uma comenda. As suas rendas eram revertidas ao comendador, ou seja, a Rodrigo Bórgia, que, em contrapartida, devia cuidados e proteção aos monges.

A abadia de Santa Escolástica, todavia, nunca foi tratada de forma diferente, a não ser como propriedade privada do cardeal. Os

direitos de jurisdição da abadia sobre 22 localidades fortificadas no Estado Pontifício, como no reino de Nápoles, ajudaram-no a usufruir de uma posição-chave nessa região.

Desfrutando o ar fresco do castelo, a família Bórgia aproveitava os dias de verão despreocupadamente. Além disso, os planos geoestratégicos de Rodrigo foram direcionados para as vias de acesso ao norte da Cidade Eterna. O cardeal adquiriu também importantes garantias: nomeadamente, recebeu o feudo Nepi e a Civita Castellana, que, por sua importância político-militar, estavam submetidos anteriormente à administração da Igreja e, sob o domínio dos Bórgia, viveriam a mais turbulenta fase de sua longa história.

Outras ligações externas também puderam ser amplamente estabelecidas sob o governo de um papa que pensava da mesma forma e era tão bem-intencionado como Sisto IV. Em 1472, o cardeal Bórgia fez uma viagem como legado à Espanha, ou seja, como representante autorizado do *pontifex maximus*.

Oficialmente, o seu objetivo era convencer os reis de Aragão e Castela sobre a planejada Cruzada. Mas, além disso, o príncipe espanhol da Igreja foi incumbido de uma missão muito mais delicada. Em 1469, Isabel, a princesa herdeira de Castela, casou-se com Fernando, príncipe herdeiro aragonês. Aos olhos romanos, essa união, contudo, não tinha validade alguma, já que o grau de parentesco muito próximo dos cônjuges representava um empecilho. Ademais, essa união causou polêmica em ambos os reinos. Para eliminar o primeiro obstáculo, Sisto IV emitiu uma bula de dispensa, para tirar proveito da situação da forma mais favorável possível, de acordo com o momento político. O cardeal dependia de suas habilidades de negociação no que diz respeito à resistência política. E essas habilidades demonstraram ser excelentes. Também do seu ponto de vista pessoal, a viagem a serviço ao seu país natal tinha sido um enorme sucesso. Sua desenvoltura na corte foi brilhante, tendo caído no agrado do futuro casal de reis, Isabel e Fernando, o que poderia lhe trazer, em um futuro próximo, grandes benefícios.

O vice-chanceler da Igreja não causou furor apenas em cabeças coroadas. Para poder celebrar com esplendor sua entrada triunfal

em Valência, a capital de sua lucrativa diocese, o cardeal tomou grandes empréstimos, já que mesmo os seus elevados rendimentos correntes não bastavam para exibir essa ostentação. O

endividamento valeu a pena. As pessoas do povo ainda contariam a seus netos sobre esse espetáculo: tantos nobres cavaleiros, tantos trajes luxuosos, a música tão alta. Também a pescaria humana que o príncipe da Igreja praticou em sua terra natal foi promovida de forma decisiva por meio dessa brilhante entrada em cena. Seu grupo de seguidores foi abastecido abundantemente por jovens e esperançosos clérigos de boas famílias. O patrocínio de Bórgia prometia as melhores perspectivas de carreira em Roma.

A maioria dos novos clientes nunca chegou lá. Durante a viagem de volta, diante da costa da Toscana, as galeras do cardeal foram surpreendidas por uma tempestade devastadora. Apenas ele e algumas pessoas de confiança conseguiram se salvar. Também foram por água abaixo 30 mil ducados de seus prestimônios espanhóis. Em compensação, as relações que tinham sido estabelecidas na Espanha deram provas de durabilidade. Essa foi a sorte de Rodrigo Bórgia. Isso porque a sua relação com Giuliano della Rovere, que estava se tornando uma das figuras mais dominantes do pontificado, praticando uma política cada vez mais independente, se necessário também contra as intenções de Sisto IV, agravou-se de forma vertiginosa. Essa inimizade haveria de perdurar. Nos anos posteriores, essa relação hostil iria causar graves tumultos na política europeia. Nesse momento, contudo, já estava conseguindo polarizar o colégio cardinalício. Quem era a favor de um era contra o outro; tornou-se cada vez mais difícil manter a neutralidade. Quando o final desse pontificado foi-se aproximando, ambos os líderes partidários estavam convencidos de que havia lugar para apenas um deles às margens do Tibre. Nessa batalha implacável, Rodrigo Bórgia apostou nas suas boas relações com os Médici, com Milão e com Nápoles. A situação ficara ainda mais acirrada quando Sisto IV começou uma guerra obstinada contra os Colonna, vindo a morrer no auge desse conflito, em agosto de 1484.

No calor estivai daquele ano, Roma tornara-se um verdadeiro caldeirão. Não apenas os cardeais, que temiam por sua saúde devido às elevadas temperaturas, mas também a maioria dos romanos via o conclave com ansiedade. Temiam as pragas que geralmente advinham durante os períodos de sé vacante, ou seja, o interregno em que não há governante. Saques, guerra civil, anarquia... Mas, dessa vez, tudo foi rápido e não houve problemas. Mal começara, a eleição do papa já estava terminada. Os cardeais precisaram apenas de três dias inteiros para apresentar ao curioso público, em 29 de agosto, o novo *pontifex maximus*: Inocêncio VIII, nascido em Gênova com o nome de Giovanni Battista Cibo, conhecido também como o cardeal de Molfetta.

O cardeal não era famoso. Giovanni Battista de quê? Diante da esplanada de São Pedro, a multidão estava admirada. Pela primeira vez, todos eram unânimes: foi eleito não apenas o mais desconhecido dos cardeais, mas também o mais discreto deles, para não dizer o menos importante.

Por quê? Em primeiro lugar, tinha aumentado para 32 o número de eleitores.

Esse aumento do eleitorado não foi nenhuma coincidência, mas fazia parte da sofisticada estratégia de Sisto IV. À medida que se concediam mais chapéus purpurados, diminuía a influência individual de cada príncipe da Igreja. De acordo com seus cálculos, isso possibilitaria que todos se controlassem e se pusessem rédeas mais facilmente. Desse modo, o Senado foi-se tornando cada vez mais italiano. Dos dez "estrangeiros" (quatro espanhóis, quatro franceses, um português e um inglês), seis foram impedidos de participar da eleição papal devido à distância espacial, de tal maneira que os italianos tiveram uma nítida maioria numérica. Um estrangeiro só teria chance se fosse considerado suficientemente "italianizado". Depois de quase três décadas de "naturalização" e muitas declarações feitas em público com o máximo cuidado a favor da *italianità*, da grandeza da cultura e da auto-determinação política de seu país de acolhimento, Rodrigo Bórgia tinha a pretensão de poder ser considerado um "italianizado".

Que trunfos ainda tinha nas mãos o homem de Xátiva que, em 1476, tinha sido elevado a decano do colégio cardinalício? Sem dúvida, um desses trunfos era a sua renda anual de 35 mil ducados. Com isso, era possível comprar muitas coisas. Em 1472, o orçamento doméstico do cardeal de Valência já contava com quase 300 pessoas, incluindo 139 membros do clero — uma corte tão glamourosa como a de Ferrara, que era apenas duas vezes maior. Mas, por ocasião da eleição do papa, muitos postos, dioceses e demais prestimônios passaram, inesperadamente, a ter um novo valor. É que cada novo pontífice renunciou a todas as suas fontes de renda clericais a fim de ascender ao trono de Pedro com as mãos abanando. Esse ato de renúncia, contudo, podia ser revertido perfeitamente sob a forma de presentes ou promessas de campanha eleitoral. Se me deres o teu voto, receberás meus prestimônios. No entanto, a situação de Rodrigo Bórgia não era das melhores. O líder da fração opositora, Giuliano della Rovere, podia contar com, pelo menos, dez seguidores fiéis. Se esse grupo permanecesse coeso, disporia do quorum necessário para exercer um bloqueio.

De acordo com o Código Eleitoral de 1179, eram necessários dois terços dos votos para a eleição de um papa; em agosto de 1484, houve dezessete votos.

Entre as frentes, todavia mais perto de Della Rovere do que de Bórgia, encontravam-se os quatro cardeais venezianos: Barbo, Michiel, Foscarini e Zeno.

Depois de dois papas venezianos na última metade do século, as chances de um deles vir a ser papa eram praticamente inexistentes. A causa disso era a pressão exercida pela República sobre seus príncipes da Igreja. Como cardeais, eles deveriam dar prioridade aos interesses de seu país de origem. Respeitando ou não essa prioridade, a reputação da elegibilidade estava, com isso, completamente arruinada, a menos que houvesse um poderoso protetor.

Para os mais importantes representantes da "Contraigreja", os cardeais Todeschini Piccolomini e Carafa, isso se transformou em um dilema. Eles defendiam a candidatura do cardeal Barbo, que era muito respeitado no seu meio devido às suas qualidades espirituais e

intelectuais. Ele interveio categoricamente para inculcar regras mais severas quanto à conduta dos altos prelados e realizar a sua seleção de acordo com os critérios do zelo pastoral, da educação e da moralidade. Como consequência, Barbo não era popular no meio dos cardeais mais jovens, que tinham uma atitude mais hedonista perante a vida.

Além disso, a fração indecisa do colégio hesitava em face da sua candidatura.

Era previsível que Giuliano della Rovere não provocasse rumores em prol de seus próprios interesses. Depois de treze anos de pontificado, a família de Sisto IV tinha inúmeros inimigos, sem falar na suspeita fatal de herdabilidade do papado. Portanto, todos contavam que o nepote iria favorecer um seguidor especialmente dedicado para continuar governando, usando-o como fachada. E Barbo decididamente não o era. Rodrigo Bórgia, no entanto, lutava pelos seus interesses. O seu lema era a extinção do domínio de Della Rovere e Riario sobre a cúria! Essa palavra de ordem não estava destituída de tensão. Mas àquele que defendia esse lema faltava a confiança necessária. Pelas suas costas, os aliados, em Milão e Nápoles, trocavam mensagens sobre a sua baixa confiabilidade. O embaixador florentino resumiu essa imagem duvidosa numa correspondência a Lourenço de Médici: o sobrinho de Calisto III iria corromper o mundo com dinheiro, prestimônios ou cargos. Ainda assim, Ascânio Sforza e Raffaele Sansoni Riario decidiram travar uma aliança com ele, visando a defender-se dos inimigos comuns.

Giuliano della Rovere aproveitou, afinal, a redobrada relutância por parte de muitos cardeais contra o rigor reformador de Barbo e o imprevisível cardeal Bórgia para ludibriar a oposição. Essa, por sua vez, tentou colocar em jogo um candidato da preferência do senhor de Milão, Ludovico Sforza. Após a previsível recusa do candidato, apostou, então, tudo na carta Bórgia. No entanto, seus adversários agiram com maior rapidez e determinação. Na votação seguinte, apoiou Barbo sem qualquer rodeio — pelo menos foi o que pareceu. Dessa forma, o cardeal reformador obteve tantos votos (de acordo com as fontes, dez, onze ou doze) que sua eleição passou a ser considerada possível. Todos os que tinham algo a perder com isso

ficaram paralisados de susto. Mais tarde, colocariam em questão se Della Rovere realmente tinha levado a sério a candidatura de Barbo. Partindo de uma abordagem atual, a resposta é a seguinte: provavelmente não. Mas foi o suficiente para que, sob a tensão do conclave, já não se pudesse mais excluir a possibilidade de sua eleição.

O grupo formado por Bórgia, Sforza e Sansoni Riario encontrava-se, agora, na defensiva. Para dissuadir o nepote de Sisto IV da preferência desastrosa pelo cardeal reformador, os três tiveram de aceitar a sua segunda escolha, Giovanni Battista Cibo. Como seguidor fiel de Della Rovere, ele era, realmente, o seu candidato a sucessor. O próprio Ascânio Sforza foi forçado a pronunciar-se a favor desse acordo. Ninguém levou a sério a candidatura do cardeal de Gerona, lançada de última hora por seu compatriota Rodrigo Bórgia. Em 28 de agosto de 1484, quando o sol estava se pondo, os votos a favor de Cibo estavam reunidos.

Todavia, ainda não tinham sido concretizados.

Antes disso, uma questão fundamental tinha de ser esclarecida: quem recebe o quê? Era a noite dos presentes eleitorais que, para a maioria dos purpurados, era animada e excitante ao mesmo tempo. O que aconteceria, a partir daquele momento, foi narrado pelo irritado tradicionalista Infessura, em uma cena memorável. Com exceção de alguns requintes de malícia, suas linhas podem estar bem perto da verdade. Segundo sua descrição, os cardeais fizeram fila diante da cela do futuro papa. Eles apresentaram a Cibo os desejos que não podiam ser negados, a menos que ele quisesse pôr em risco a sua eleição no último momento. Mas essa não era a sua intenção. Segundo Infessura, como não havia uma cadeira, o futuro *pontifex maximus* sentou-se no chão com as pernas cruzadas, enquanto assinava um "ato de clemência" atrás do outro. Um dos primeiros da fila era Rodrigo Bórgia. O perdedor das eleições não estava disposto a tornar-se o perdedor do pontificado. Em todo caso, ele ainda tinha algo muito precioso para vender ao novo papa, que assumiu o nome de Inocêncio VIII: a renúncia pela obstrução e oposição.

Antes de mais nada, ele garantiu as conquistas: o domínio sobre Nepi e Civita Castellana, assim como a *facultas testandi* concedida por Calisto III, ou seja, o direito de dispor livremente de seus bens por meio de testamento. Se o cardeal Bórgia desse agora a alma ao Criador, seus parentes estariam em boas mãos. Era reconfortante estar ciente disso, mas o príncipe da Igreja nem pensava em morrer, muito menos na inevitável proximidade da morte. Em vez disso, o desejo de poder dominava seus planos futuros. O seu lema durante o pontificado de Cibo era juntar todas as forças para a tentativa seguinte, provavelmente a última.

Inocência VIII não era exatamente o homem que iria recusar os desejos de seu poderoso vice-chanceler. Bórgia ficou de olho no feudo Soriano, ao norte de Roma — e o obteve. As dioceses de Maiorca e Eger completariam perfeitamente a sua coleção de dioceses lucrativas — o seu desejo era uma ordem para o papa.

Até mesmo o arcebispado de Sevilha parecia garantido. Mas, nessa matéria, os reis espanhóis Isabel de Castela e Fernando de Aragão intervieram categoricamente. Eles disseram não. É que entravam em campo, de forma predominante, os interesses da Coroa.

Depois de longos e árduos conflitos, chegou-se, finalmente, a um acordo. No lugar de Sevilha, o cardeal recebeu o ducado de Gandia, na região de Valência.

Não foi em vão, obviamente, que recebeu essa aristocracia orgulhosa composta de catorze barões e um marquesado. O ato de clemência consistia em ele poder comprar o feudo. Embora as majestades tenham vindo ao encontro do cardeal, no que diz respeito ao preço, foi cobrada uma vultosa soma. O sobrinho de Calisto III teve condições de pagar, lançando mão de suas economias e de seus rendimentos correntes. Ele foi atraído não só pelas rendas dos impostos arrecadados nos feudos, mas principalmente pelo prestígio social. O portador desse título feudal pertencia à alta aristocracia espanhola, ou seja, aos círculos aos quais os Bórgia, de acordo com sua ascendência, sempre se sentiram pertencentes.

## **A família do cardeal**

De acordo com o documento legal de legitimidade de Sisto IV, datado de 5 de novembro de 1481, Pedro Luís Bórgia, filho do cardeal Rodrigo, tornou-se o primeiro duque de Gandia em 20 de dezembro de 1485; a mãe não foi mencionada nesse documento. Não revelada permanece também a data de aniversário do duque: datas plausíveis oscilam entre 1458 e 1462, ou seja, da época em que Pio escreveu a sua carta de censura. Não menos esclarecedor é o momento em que o príncipe da Igreja revelou publicamente as suas relações familiares. Durante os anos de Paulo II, ele ainda hesitou, mas, depois dos dez anos de pontificado de Della Rovere, não havia mais nenhuma razão para ter escrúpulos. Os tempos tinham mudado profundamente; muitos jovens cardeais mantinham um relacionamento duradouro com uma amante e tinham filhos. Se foram concebidos antes ou depois do ingresso à vida religiosa, eram detalhes que não faziam diferença nesse clima de liberdades.

De qualquer maneira, já não havia muito o que esconder. Havia muito tempo, o amor de Rodrigo Bórgia pelas mulheres e seu efeito sobre elas tinham sido proverbiais na sociedade masculina da cúria. A sua força de atração pelo sexo oposto, segundo a descrição de um humanista romano, era comparável à do ímã sobre as limalhas de ferro. Eram evidentes os laivos de admiração e inveja. A aventura erótica que Alexandre VI manteve até sua oitava década de vida amalgamou-se, desde o começo, com um consequente planejamento da sua dinastia. O cardeal de Valência não apenas reproduziu biologicamente, mas também passou seu nome adiante. Sim, ele queria constituir uma família, embora fosse um clérigo. E o que era mais importante para um aristocrata do que o crescimento contínuo de sua árvore genealógica? Rodrigo Bórgia não era o único que pensava assim.

Os debates sobre os prós e contras do celibato sacerdotal tornaram-se acalorados na cúria. Em apenas um aspecto, que já tinha sido assinalado por Pio II na sua epístola de censura, os cardeais conservadores e laxistas eram unânimes: se fosse para

pecar, então, por favor, que pecassem com estilo, ou seja, sem provocar celeuma.

Foi precisamente essa a regra violada por Rodrigo Bórgia ao reconhecer sua paternidade em um cartório público. Não foi uma confissão vergonhosa, mas uma ação consciente: "Olhem aqui, esse sou eu!".



*Figura 3 — Retrato de uma nobre dama, de Innocenzo Francucci da Imola (1490-1550), Roma, Galeria Borghese. Segundo uma antiga e confiável tradição, a imagem representa Vannozza dei Cattanei (1442-1518), a amante de Alexandre VI de longa data e mãe de seus mais famosos filhos. Trata-se de uma obra cujo objetivo é manter viva a memória da falecida e, por isso, mostra-a*

*no auge de seus anos. Nesse contexto, é importante notar a pulseira de coral de duas voltas no seu pulso direito: os corais eram considerados uma defesa contra maus-olhados, especialmente contra a difamação. Nesse caso, era inútil: contra a má reputação dos Bórgia, pouco puderam fazer no final para tentar reabilitar a honra da família.*

O cardeal tampouco precisava esconder a sua amante de longa data. A partir daquele momento, não só em documentos, mas também no palco da nobre sociedade romana, ela circulava com a consciência tranquila de uma matrona reconhecida. Vannozza dei Cattanei, dez anos mais nova que seu parceiro, o cardeal, mãe de seus quatro filhos mais famosos: César, nascido em 1475; Giovanni, em 1476; Lucrecia, em 1480; e Jofre, em 1481. Como tal, não foi apenas imortalizada com uma tumba na Igreja Santa Maria del Popolo, mas também mencionada oficialmente, e isso ainda em 1493, o primeiro ano do pontificado de Alexandre VI. Além disso, sete anos depois, o papa concedeu-lhe o nome e o brasão dos Bórgia com o touro decorativo. Da parte de seu filho mais velho, César, ela assumiu até mesmo funções administrativas no Estado Pontifício.

Durante todo esse tempo, as relações com seus filhos foram se tornando cada vez mais estreitas. As medidas de proteção em relação à sua mãe, que César tomou após a morte do papa, em 1503, acabaram por mostrar-se necessárias. Mesmo os arqui-inimigos dos Bórgia a deixavam de fora de suas furiosas ações. Quando morreu, em 1518, aos 76 anos, Vannozza dei Cattanei era considerada uma respeitada benfeitora de muitas instituições de caridade. Não foi incomodada durante a vida, mas teve importunada a sua paz eterna. Em 1594, o papa Clemente VIII mandou destruir a sua tumba. O papado reformado da era confessional envergonhava-se dessa atração turística e da lembrança daquela que ali repousava.

Mesmo que Rodrigo Bórgia, tanto na posição de cardeal como na de papa, tenha oferecido meios à mãe de seus filhos que permitiram que ela vivesse e morresse como uma aristocrata — o que ela não era de berço —, Vannozza nunca chegou a desempenhar um papel

sólido na rede social do Vaticano. Em contraste com a sua prole de ambos os sexos, que circulava livremente pelo centro do poder da Igreja e a quem eram concedidas importantes missões, ela permaneceu marginalizada, tanto em termos espaciais como funcionais. Cartas enviadas a Alexandre VI evocando lembranças dos velhos tempos da mais profunda confiança não conseguiram mudar a situação. Não fazia parte dos planos do papa levar uma vida conjugal. Por um lado, havia muito tempo, ele já tinha outras favoritas; destas, todavia, apenas Giulia Farnese haveria de sair do anonimato e, em algumas ocasiões, exercer alguma influência. Por outro, um *pontifex maximus* vivendo maritalmente com uma quase esposa seria provocação demais.

Mesmo antes, as tradições exigiam um mínimo de compostura.

No início do seu relacionamento com o cardeal Bórgia, um pouco antes da metade da década de 1470, Vannozza era casada. Como diziam as más-línguas, seu marido, Domenico Giannotti, que ocupava um cargo administrativo no Estado Pontifício, precisava viajar muito. Após a sua morte, durante cinco anos ficou faltando um marido como pretexto. No final de 1481, o cardeal casou a mãe de seus quatro filhos com Giorgio della Croce, que, na qualidade de secretário apostólico, precisava ausentar-se constantemente também devido à sua função. Com a morte de delia Croce, quatro anos depois, ele realizou outro matrimônio, dessa vez com o humanista curial Cario Canale. Já não se tratava de garantir um álibi, mas sim de suprir a sua ex-amante no caso de sua própria morte.

Que sentimentos estavam por trás dessas relações? Em uma época como a atual, é obrigatório confrontar-se com essa pergunta — e conformar-se em obter apenas respostas limitadas. Em um passado tão distante, as verdadeiras emoções tornam-se pouco tangíveis. Por um lado, escritos aparentemente tão íntimos como as cartas eram regulados por rígidas normas literárias e consistiam, em grande parte, em lugares-comuns. Além disso, como tudo na história, as relações familiares também estão sujeitas a transformações. Por volta de 1500, os pais tinham de viver com a probabilidade estatística de que pelo menos a metade da sua prole não sobreviveria à adolescência. Mas nem por isso o amor pelos

filhos deixava de existir. Tratava-se, contudo, de um tipo diferente de amor, menos individual e, em compensação, mais coletivo, ou seja, voltado para a família como um todo. Essa emoção era nutrida pela consciência de unidade, pela busca comum de ascensão e voltada para a defesa da morte social, a qual significava o rebaixamento à pobreza e ao desprezo. Não raro, as elites a temiam muito mais do que a própria morte física.

Definindo o amor dessa forma, Alexandre VI respeitou Vannozza dei Cattanei e amou profundamente três dos filhos por ela gerados. No final, o rei da França e os representantes da República de Veneza estavam fartos das declarações de que César era tudo para ele: seu coração, a menina dos seus olhos. É que essas declarações inevitavelmente estabeleciam ligações com exigências: protejam o meu preferido, mesmo depois da minha morte! Lucrecia, a filha predileta, teve seu casamento anulado e levada novamente ao altar única e exclusivamente por conveniências políticas, sem que tivessem a menor consideração por seus sentimentos. Era justamente aqui que se revelava o valor que ela atribuía ao seu pai e à sua família. Embora a retórica das cartas e de outros documentos normalmente tivesse pouco a dizer, em alguns raros momentos rasgavam o véu das convenções. Vinham à tona, então, indisfarçáveis emoções. Uma dessas janelas abriu-se por ocasião da morte repentina de Giovanni Bórgia, momento em que Alexandre VI saiu gritando: "Sete pontificados pela vida de meu filho!".

Todavia, ainda é necessário cuidado. Mesmo a dor pode ser explorada taticamente.

Também o amor, como expressão do destino ou até mesmo da comunidade de elegibilidade, conhece suas graduações. É um verdadeiro sobe e desce. Nesse sentido, a transferência do ducado de Gandia para Pedro Luís foi um grande golpe e, ao mesmo tempo, uma impressionante prova de amor. Por volta de 1467

a 1469, Isabela e Gerolama, filhas de Rodrigo Bórgia nascidas de uma mãe desconhecida, tiveram de se contentar com muitíssimo menos. Gerolama casou-se com um descendente da família Cesarini, que era considerada da alta nobreza da cidade de Roma. No mesmo plano dessa elite local de segunda categoria, muito abaixo dos

Colonna e dos Orsini, ascendeu o marido de Isabela, Pietro Matuzzi, um renomado e bem-sucedido advogado da cúria. Por que essas diferenças? Aparentemente, o cardeal estimava que as suas chances de travar relações convenientes no mercado romano eram menores que na Espanha. Mas lá ele usufruía de enorme prestígio, que superava o de qualquer outro cardeal desde tempos imemoriais.

Isso era demonstrado não só pelo título feudal, mas principalmente pela nobre esposa que ele negociara para Pedro Luís: Maria Enriquez, princesa da casa real de Aragão. No entanto, antes que esse casamento pudesse ser consumado, a morte acertou as contas com a dinastia. Pedro Luís morreu em 1488, sem deixar descendentes. Dessa maneira, Gandia voltou para as mãos da coroa e Maria Enriquez estava novamente livre. O pai enlutado, contudo, tinha outros filhos.

Imediatamente, começou a articulação para reconquistar o ducado e ganhar a noiva para o próximo de seus filhos: Giovanni Bórgia. Mas, para isso, ele teve de se submeter a novas negociações. O casal real espanhol não tinha pressa alguma.

Enquanto isso, na bolsa de valores das relações matrimoniais, o preço dos Bórgia sofria oscilações. Seu valor no mercado flutuante mostrava os contratos matrimoniais negociados para Lucrecia e, em seguida, seus rompimentos. Na tenra idade de onze anos, a filha do papa fora prometida a Dom Cherubino Juan de Centelles, o irmão do conde de Oliva. Mas essa união jamais chegou a ser consumada, da mesma forma como ocorreu com o matrimônio seguinte, previsto com o conde de Aversa, no Reino de Nápoles. As ações dos Bórgia tinham alcançado uma alta sem precedentes — para a filha do papa reinante, só o melhor poderia ser suficiente. A noiva de César Bórgia, no entanto, era a Igreja; o primogênito da união com Vannozza estava destinado à vida religiosa. Chegar ao topo da cúria e estabelecer-se ali — essa receita de sucesso exigia continuidade para a geração seguinte.

César viria a desatar essa ligação posteriormente, mas, naquele momento, ela ainda estava intacta. E dava lucros. Além de numerosas comendas, aos dezesseis anos foi-lhe concedido o bispado de Pamplona, aos pés dos Pireneus; nunca tinham prestado

tamanhas honrarias ao filho de um cardeal. Esse tratamento preferencial refletia a influência do vice-chanceler da Igreja Romana — e a sua perspectiva de subir ainda mais. Dos quatro grandes de Vannozza, Jofre foi o menos favorecido pelo pai. Foi legitimado apenas em 1493. Depois disso, ele já não podia se queixar da falta de títulos e riquezas, tendo sido enviado ao exterior, de forma sintomática, como uma espécie de posto avançado dos Bórgia no Reino de Nápoles. Não se pode esconder que seus talentos diplomáticos e militares eram modestos. Mas isso também acontecia com Giovanni, o primeiro dos filhos preferidos. Esse não era o problema. Como as de outros pais, as preferências do cardeal eram insondáveis. Com isso, caminhava a passos largos o apoio familiar de Alexandre VI ao seu mais íntimo círculo familiar.

Seu nepotismo, porém, não parava por aí. Foram acrescentados outros círculos.

O segundo grupo que se juntou ao centro do poder consistia em outros membros do clã dos Bórgia; o que não faltava ao papa eram sobrinhos, filhos de suas três irmãs. Dentro desse círculo, era possível alcançar até mesmo o cardinalato. No entanto, grandes influências ou ainda a participação no governo estavam fora de cogitação. No terceiro círculo dos favorecidos de Alexandre VI, o parentesco foi-se transformando em lealdade de concidadãos. Aqui se encontravam os prelados de carreira para tarefas especiais; devido à sua origem e à sua língua, bem como pela comprovada fidelidade de seus serviços, eles eram considerados de inteira confiança. Os de maior serventia e utilidade eram agraciados com o chapéu vermelho.

Não se conhece a forma como os filhos do cardeal viveram a infância. Ela poderia ser classificada, pelos psicólogos do desenvolvimento do século XXI, como dotada de proteção e de privilégios materiais, mas, paralelamente, problemática devido à ausência frequente da figura paterna. Sabe-se muito mais sobre a autoconfiança deles. Nesse aspecto, César era especialmente temido.

Desde o início, não perdoava a menor afronta e banhava com sangue todo e qualquer insulto à sua honra, fosse suposto ou real.

Esse comportamento permite uma análise profunda: a honra não era uma propriedade segura e, por isso, precisava ser defendida constantemente. O filho de Alexandre VI sentia-se um príncipe, mas ele sabia muito bem que os verdadeiros príncipes contestavam a sua posição. Quando, durante negociações, o assunto era pôr na balança a posição dos Bórgia, César tinha de ouvir insultos que o feriam mortalmente: bastardo, mácula viva diante de Deus e dos homens. No final das contas, a maioria das ligações matrimoniais com as grandes famílias italianas acabava, contudo, sendo concretizada. Conclusão: os verdadeiros aristocratas oscilavam no que diz respeito à posição dos nepotes. Ficavam entre a cruz e a espada, balançando entre os sedutores dotes dos Bórgia e o medo de *mésalliances* comprometedoras entre a exigência dos parentes do papa pela nobreza coletiva e o desprezo dos *parvenus*.

No verão de 1492, agravou-se o estado de saúde do frágil Inocêncio VIII. De modo geral, de acordo com o que fora dito anteriormente por conhecedores, seu pontificado foi discreto e predominantemente submetido às rédeas de Giuliano della Rovere, o fazedor de papas que, naquele momento, desempenhava o papel de arquipapa. Durante cinco anos, o papa nem sequer se atreveu a nomear novos cardeais. No caso de Inocêncio VIII, fundiram-se o temor diante da confrontação e o respeito pela tradição, isto é, a palavra dada a uma política hesitante e, até mesmo, receosa. Os negócios do nepotismo, aos quais o seu predecessor tinha se dedicado fervorosamente, foram praticados por ele com grande ponderação.

Antes de ingressar na vida religiosa, Giovanni Battista Cibo tinha gerado um filho, a quem todo mundo chamava simplesmente de "Franceschetto". Com Cerveteri e Anguillara, recebeu ilustres feudos na região rural romana e o número habitual de rentáveis cargos de nepotes. Mas seu pai não conduziu nenhuma guerra para criar um estado dos Cibo. Em vez disso, fechou um espetacular negócio matrimonial. Os romanos zombavam da "permuta": um chapéu vermelho em troca de uma noiva para Franceschetto.

Foi dessa maneira que o sogro de Franceschetto tornou-se o estadista mais brilhante da Itália, Lourenço de Médici, oficialmente

"o primeiro homem da República de Florença" e, na realidade, o mais influente articulador dos bastidores e, para muitos, o secreto soberano às margens do Arno. Seu poder, contudo, não era legitimado pela tradição, nem efetivamente garantido. De acordo com sua sábia avaliação, um cardinalato para seu segundo filho, Giovanni, garantiria aos Médici uma segunda pátria para a época das vacas magras. E, assim, a filha de Lourenço, Maddalena, casou-se com o filho do papa, em 1488. Giovanni tornou-se cardeal aos treze anos, naquele momento apenas *in petto*, ou seja, secretamente; a nomeação foi tornada pública três anos depois.

Quando se mudou para Roma, seu pai, o grande escritor, deu-lhe uma carta de advertência que deveria acompanhá-lo na sua trajetória. O teor da carta: "Cuide-se, meu filho. Roma é um covil do mal, o epítome de todos os vícios, abriga as mazelas do mundo inteiro. É onde reina a hipocrisia". Poucos meses depois de esse texto ter sido escrito, morreu Lourenço de Médici, em abril de 1492.

Acabava-se, assim, a sua influência moderada sobre o papa e outras grandes potências.

A atividade favorita de seu genro, Franceschetto Cibo, consistia em manter pedaços de ouro em cofres e contá-los. Quando seu pai estava à beira da morte, ele não teve outra coisa mais urgente a fazer do que converter o seu patrimônio em dinheiro, eventualmente até mesmo a preços irrisórios. Essa renúncia desanimada indignou os romanos e, em especial, os humanistas da cúria.

Inebriados por modelos clássicos, eles queriam ver o nepote lutando. Mas Franceschetto não tinha nada de herói. Pautado pelo medo, fugiu para Florença imediatamente após a morte de seu pai, carregando a esposa e seus bens. Mas não se pode negar certa sabedoria por parte do "avarento", que era como os panfletos se referiam a ele. Entre Colonna e Orsini, os Cibo tiveram de ser literalmente esmagados. Quem quisesse se defender contra os barões, além de muita força de vontade e nervos de aço, precisava também contar com poderosos aliados. Mas os Cibo não tinham nada disso. Sua renúncia tinha também outra vantagem: eles praticamente não faziam inimigos. Um dia, futuros prelados da família agradeceriam a "Francisquinho" por isso.

Em julho de 1492, Rodrigo Bórgia começou a colocar na balança as suas chances para o conclave seguinte. Arquetou estratégias para otimizar seus pontos fortes e reduzir suas deficiências. Ele e seus conselheiros mais próximos preocupavam-se com o agravamento das relações entre Milão e Nápoles. Havia ameaça de rompimento de laços familiares. Os acontecimentos na capital lombarda pareciam um conto de fadas às avessas. O duque Gian Galeazzo Sforza era casado com Isabel, filha do rei Ferrante de Nápoles. A felicidade do jovem casal foi turvada pelo intrigante tio de Gian Galeazzo, Ludovico, que era quem, de fato, governava e restringia o legítimo soberano. Ludovico, contudo, temia a vingança do sogro de seu sobrinho. E com toda a razão. Essa disputa entre seus principais aliados poderia diminuir consideravelmente as chances de Bórgia. Por outro lado, ele era o mais rico príncipe da Igreja de toda a cristandade. Passando em revista o caráter dos seus cardeais contemporâneos, ele tinha razões de sobra para acreditar que poderia abocanhar um bom número deles para a sua eleição.

## O conclave de 1492

Rodrigo Bórgia estava longe de ser o único a fazer estimativas de suas possibilidades. Para os romanos, o atrativo da monarquia eletiva clerical residia no fato de que sempre havia algo em que apostar, e apostar nos diferentes candidatos era um esporte popular; os adivinhos andavam ocupadíssimos. A maioria dos papas tinha os seus astrólogos da corte. A roda da fortuna girava sem cessar. Conseguir vislumbrar o futuro por meio de análises astrológicas era uma tentação irresistível. Nesse sentido, a astronomia era amplamente reconhecida como uma técnica de dominação. Para Rodrigo Bórgia, era agora ou nunca.

Em 25 de julho de 1492, quando Inocêncio VIII, após inúmeros alarmes falsos de "morte do papa à vista", realmente morreu, a maioria dos observadores apostava no "nunca". Isso se justificava principalmente pela mudança do pontificado que Giuliano della Rovere, o arquipapa, tinha levado a cabo no inverno anterior: a reconciliação com o rei Ferrante, em Nápoles, o que também tinha sido fundamentado por um matrimônio de nepotes. Como arquiteto dessa aliança, o sobrinho de Sisto IV poderia reunir em prol de seus interesses uma impressionante coalizão. Fora Florença e Nápoles, Veneza, uma terceira potência italiana, demonstrava interesse por essa comunidade. Isso causou maior admiração ainda quando as relações entre a República de Veneza e Nápoles agravaram-se drasticamente. Pomo da discórdia eram as cidades costeiras da região da Apúlia, cujo domínio era aspirado pela Sereníssima com a intenção de proteger a sua hegemonia no Mar Adriático. Além disso, o rei Carlos VIII, verdadeiro inimigo mortal de Ferrante, era considerado um dos simpatizantes mais engajados de Della Rovere. Não há necessidade de maiores explicações para o apoio oferecido pela República de Gênova às aspirações do príncipe da Igreja da Ligúria.

Se a distribuição dos votos no colégio cardinalício correspondesse a essas relações de poder, o sobrinho de Sisto IV, da mesma forma

como ocorreu em 1484, já seria o vencedor do jogo. Mas as coisas não eram bem assim. Nos últimos anos, perfilara-se na cúria um influente e intrigante líder partidário: Ascânio Sforza. Ele, e não Rodrigo Bórgia, era a verdadeira cabeça dos inimigos de Della Rovere. Como tal, ele podia contar com nada menos que doze dos

23  
cardeais que estavam se preparando, desde o início de agosto de 1492, para se reunir em conclave. Sforza, contudo, tinha uma desvantagem pessoal. Com seus apenas 37 anos e sendo irmão do governante de Milão, ele não poderia declarar as suas pretensões em ascender ao trono de Pedro, já que o veto dos purpurados mais velhos e menos expostos politicamente seria inevitável. Seu candidato era, portanto, Rodrigo Bórgia, pois este possuía o que faltava ao outro: ricos prestimônios. O que era de se esperar desse duunvirato foi resumido pelo humanista Giovanni Lorenzi, a serviço do cardeal Barbo, dois anos antes, de forma sucinta e, ao mesmo tempo, polêmica: "Aqui são fechados apenas pactos secretos. O vice-chanceler e Ascânio dividiram o mundo entre si da seguinte maneira: o vice-chanceler deverá ascender a papa; Ascânio, contudo, a arquipapa (em latim: archypapa)."

Sem dúvida, esse seria o resultado em caso de sucesso. Mas será que o cardeal espanhol seria tão manso e cordeiro como o falecido Inocêncio VIII e iria se deixar levar como uma criança? Provavelmente não, e essa era a opinião que prevalecia. As expectativas em torno do que faria Rodrigo Bórgia como papa, ao contrário, estavam claras para todos os iniciados. Além de ser um competente administrador, no que diz respeito ao código de direito canônico, o vice-chanceler era também bastante versado. Sobre suas habilidades, diziam os outros que era astuto, principalmente nas negociações. Mas ele era um homem com família. Em termos de confiabilidade, a sua reputação tampouco tinha sofrido alguma melhora. Também causava certa preocupação o notório desejo dos Bórgia em relação ao sul. As ancestrais aspirações ao trono de Nápoles e a política de risco de Ludovico Sforza, que se considerava o mestre da diplomacia italiana, constituíam uma teia perigosa. Será que essa mistura não iria perturbar a "tranquilidade da Itália" e

abalar o equilíbrio já delicado das forças? A maioria dos cardeais, todavia, pelo menos verbalmente, era a favor disso.

Nenhuma outra eleição papal tinha sido tão intensamente determinada por questões políticas como essa. Dessa vez, o conclave foi dominado completamente pela turbulência de duas grandes potências. As hostilidades indissolúveis entre Ludovico Sforza e o rei Ferrante tornaram-se mais acirradas e provocavam visões apocalípticas de traição e destruição. Assim, medidas especiais tiveram de ser tomadas. Ferrante enviou tropas para a fronteira do Estado Pontifício. Ludovico teve de passar por cima de sua avareza e deu ao seu irmão, Ascânio, um cheque em branco para a compra de votos. O critério do merecimento espiritual ficou em segundo plano.

Para agravar mais a situação, essa trama era vista na Itália de forma muito diferente de como era vista ao norte dos Alpes. Enquanto Erasmo de Roterdã sonhava com um papa como uma figura paterna, cuja missão seria orar, sofrer e advertir, a maioria dos humanistas italianos só podia esboçar um sorriso diante de tamanha ingenuidade. O papa não só tinha de ser deste mundo, mas também fincar os pés em suas engrenagens. Além disso, a exemplo de Nicolau V e Pio II, deveria seguir as regras da decência, da moral e da piedade. Mas esses tempos faziam definitivamente parte do passado. A pequena fração em torno dos cardeais inflexíveis, Todeschini Piccolomini e Carafa, tinha de reconhecê-lo brevemente.

Em vez disso, chegara a hora de Ascânio Sforza. Crescido em um ambiente onde se respirava o ar intrigante da corte, político por excelência, esse cardeal concluiu com sucesso seu aprendizado de oito anos na cúria. Como mostraram as observações de Lorenzi, os planos para a realização do conclave estavam havia muito tempo traçados. O lema principal era não ser enganado novamente por uma artimanha qualquer de Giuliano della Rovere, mas tomar pessoalmente a iniciativa. Chegara o momento em que os líderes partidários, pouco antes do encerramento das localidades eleitorais, encontraram-se para uma conversa preliminar.

A finalidade desse encontro estava claramente definida: o objetivo era intimidar a oposição e investigar suas intenções. Nessa

reunião, Giuliano della Rovere deu a primeira cartada. O sobrinho de Sisto IV teria afirmado que estava consciente de que, dessa vez, não estava com a faca e o queijo na mão. A fim de evitar complicações para todas as partes, seria recomendável, como homens de honra, que chegassem, de antemão, a um acordo em relação ao candidato. Fazer essa sugestão seria, é claro, uma prerrogativa de Ascânio, o líder dos batalhões potencialmente mais fortes. A ideia que estava por trás dessa proposta, aparentemente generosa, era óbvia. O partido de Sforza era composto de muitas cabeças, porém poucas eram figuras ilustres. Se colocasse as cartas sobre a mesa, a oposição poderia concentrar todas as suas forças para dismantelar o seu candidato ao trono de Pedro.

Mas Ascânio não caiu nessa armadilha. O que ele fez foi simular com virtuosismo. Ele ainda não teria tomado decisões definitivas sobre as suas preferências, mas Rodrigo Bórgia seria, sem dúvida, um papa que honraria o cristianismo. Essa confissão bastante vaga foi uma jogada inteligente, pois Giuliano, naturalmente, julgou os outros por si mesmo, ou seja, não acreditou nessa proposta. Ao contrário: ele concluiu com isso que o grupo de Milão tinha arquivado definitivamente a candidatura do vice-chanceler. Uma outra isca também não funcionou. Com agradecimento e humildade, Ascânio recusou a proposta da oposição de promover as suas próprias ambições de ascender ao trono de Pedro.

A intenção de fazer fracassar de todo jeito essa candidatura no conclave era clara e transparente. Não que o cardeal Sforza não tivesse planos ambiciosos, mas tudo ao seu tempo. Primeiro, um pontificado Bórgia sob as suas rédeas. Em seguida, o grande golpe em seu próprio interesse. Afinal, o papel de "fazedor de papas" também tinha o seu encanto. Ludovico Sforza amparava seu irmão financeiramente com pouca generosidade. Mais veemente se tornava a sua exigência em ter um estilo de vida como o que tinha Rodrigo Bórgia. Se ele o ajudasse a obter a Tiara, a gratidão dele e a sua própria riqueza não teriam mais limites. Afinal de contas, o cardeal espanhol, além do cargo de vice-chanceler, tinha seu palácio, inúmeras dioceses (de acordo com algumas fontes, esse número chegava a dezesseis) e muitas comendas para distribuir.

Ascânio Sforza também julgou os outros por si mesmo. Se não podia resistir a essas tentações, a maioria dos cardeais, por conseguinte, também não poderia.

Por que aqueles que já eram ricos e poderosos se deixavam subornar tão facilmente? A ganância é como a água do mar, diziam os moralistas no Senado da Igreja: quanto mais se bebe, mais sede se tem. Além dessas sábias palavras, sobram motivos psicológicos: em Roma, teve lugar a emancipação do culto às coisas belas. Se originalmente, como símbolo das verdades eternas, conduziam à fé, tinham-se tornado agora, para a maioria dos cardeais, uma finalidade absoluta. "Mostra-me teu palácio, tua vila, tua coleção de antiguidades": os símbolos de status definiam a posição social e o prestígio.

Essas eram perspectivas favoráveis para os potenciais eleitores de Rodrigo Bórgia. Por outro lado, vender os votos dessa maneira era considerado simonia e essa prática era estritamente proibida. Simonia provém de Simão Mago, um mago pagão que procurou comprar dos apóstolos Pedro e Paulo o poder de realizar milagres e, segundo a lenda, devido a esse sacrilégio, foi punido com a queda mortal durante uma tentativa de voo. Em 1492, as consequências políticas tinham de ser consideradas com muito cuidado. Se circulasse a notícia de uma eleição papal simonista, monarcas europeus encontrariam argumentos pertinentes para ameaçar o *pontifex maximus* com concílio e deposição quando fosse necessário. Ainda que canonistas competentes demonstrassem que a ascensão de um papa eleito sob a prática da simonia, mesmo com todas as mazelas morais a ela associadas, ainda fosse legalmente válida, essa distinção seria muito complicada para um público mais vasto, isso para não dizer muito sutil.

Além disso, no calor do conclave, essas preocupações não contavam. Como sempre, as primeiras rodas de votação (escrutínios) eram uma espécie de sondagem. Nessa fase, ambos os lados encontravam-se praticamente em posição de igualdade. Mas isso não significava muita coisa, pois os nomes nas cédulas de votação — eram permitidas múltiplas respostas! — não passavam inicialmente de fumaça. Mas então, no terceiro escrutínio,

repentinamente, pareceu que a situação estava ficando séria. Com o veneziano Giovanni Michiel, Giuliano della Rovere apresentava agora uma personalidade respeitada, que também poderia ser elegível pelos adeptos de Ascânio Sforza, mesmo que fosse também odiada por ele próprio.

Dessa maneira, o cardeal de Milão encontrava-se num beco sem saída. E ele tinha um problema. Se declarasse Michiel um candidato inaceitável, corria o risco de que alguns de seus seguidores, cansados desse jogo, começassem a alimentar simpatias pelo candidato de compromisso da oposição. Essa já tinha sido a receita para o sucesso de 1484. Nesse momento, era necessário evitar que essa manobra se repetisse. E isso a qualquer preço.

Não apenas cronistas notoriamente hostis, como Infessura, concordam que Ascânio Sforza, na noite de 10 para 11 de agosto, envidou todos os esforços para comprar os votos com os últimos amplos poderes outorgados por Rodrigo Bórgia. Os primeiros objetos de sua arte de persuasão, baseada em prestimônios, foram, naturalmente, os cardeais "pobres". Devido ao espaço limitado, o que havia sido prometido a eles disseminava-se como fogo em pólvora. Assim, os outros não tiveram de continuar dormindo naquelas duras camas. Giuliano della Rovere, impotente, teve de assistir horrorizado a como o cardeal milanês foi comprando os votos de seus seguidores. Ganhou o cardeal Orsini com propriedades feudais em Monticelli e Soriano, a legação da província de Marcas, além da diocese de Cartagena. Uma cesta de presente não menos pomposa foi embalada por Sforza para o seu rival do clã dos Colonna; a peça de luxo dessa coleção de benefícios foi a abadia de Subiaco. O cardeal da família baronial Savelli, que era ligada tradicionalmente aos Colonna, foi agraciado com o domínio sobre a Civita Castellana e a diocese de Maiorca. Quem ainda não tinha nada, quem queria mais alguma coisa? No final das contas, até mesmo o fracassado candidato Michiel e seu seguidor não saíram de mãos abanando. Ele se arrependeu disso no leito de morte.

Rodrigo Bórgia vangloriou-se até mesmo ao seu pior inimigo, forçadamente de joelhos, de ter intercedido a seu favor na votação. Mas isso foi só jactância na euforia do triunfo. Giuliano della Rovere

sabia muito bem que, depois dessa eleição, a sua permanência em Roma não seria mais possível e, portanto, economizou os gestos de humilhação. Os cardeais da "Contraigreja" também resistiram. Todeschini Piccolomini e Carafa, assim como seus simpatizantes Jorge da Costa e Giovanni Battista Zeno, foram os únicos que, durante essa noite de oferecimentos, tinham pregado os olhos e estavam diante do fato consumado.

O que eles deveriam fazer? Opor-se a um papa eleito era algo sério e poderia provocar muito rapidamente um novo cisma. Dessa forma, eles procuraram, por assim dizer, ver o lado bom dos fatos, ou seja, participaram formalmente da eleição e, para proteger o interesse de seus seguidores, aceitaram um ou outro pequeno favor do novo *pontifex maximus*, mas não se venderam.

Como os adversários do novo papa deveriam proceder futuramente? Para Giuliano della Rovere, só havia uma saída. Ele passaria os onze anos seguintes preponderantemente no exílio, de onde promoveria a deposição de Alexandre VI por meio de um concílio anunciado pelos príncipes. Essa agitação não o impediu de reconciliar-se *pro forma* com o papa quando as circunstâncias políticas o permitiam ou exigiam. Para os cardeais que queriam evitar uma escalção e, por conseguinte, resistiram em Roma, não restou outra coisa a não ser uma espécie de emigração interior. Aquele que trilhou esse caminho de forma mais consequente foi o sobrinho de Pio II. Sempre que tarefas honrosas esperavam por ele, o cardeal Piccolomini não se eximia de suas responsabilidades. Dessa maneira, tentou separar os interesses da Igreja do interesse dos Bórgia o melhor que pôde. Mas expressou sua oposição no consistório, a reunião em que o papa e os cardeais discutiam os assuntos mais importantes da Igreja. Aqui, a voz da "Contraigreja" pôde ser ouvida até o fim, mas foi-se tornando cada vez mais isolada e impotente.

Giovanni de Médici saiu-se também perdedor desse conclave. No final das contas, ele estava com uma mão na frente e a outra atrás. Seu irmão, Piero, o novo homem forte de Florença, levou-o a seguir esse curso pró-Nápoles; por outro lado, Ascânio Sforza, a quem ele devia muitos favores, fazia parte de sua clientela. Dividido entre essa

lealdade incompatível, o príncipe da Igreja de dezesseis anos, sem nenhuma defesa, ficou dançando na corda bamba; ele só foi se juntar ao partido vitorioso quando seu voto já não tinha mais nenhuma importância. Ascânio Sforza nunca o perdoou por essa indecisão. Segundo o código da cúria, a quebra de confiança figurava como um dos mais graves delitos.

Para o papa recém-eleito, porém, a festa só estava começando. No início de cada pontificado eram realizadas comemorações celebradas com esplendor ritual. A mais pomposa delas — e a mais desgastante também — foi a coroação de Alexandre VI, em 26 de agosto. Depois de uma longa e penosa cavalgada pelas ruas de Roma, que estavam completamente enfeitadas com guirlandas, o *pontifex maximus*, devido ao sol escaldante, desmaiou na sua Igreja episcopal da basílica Laterana e só voltou a si depois que espirraram água fria no seu rosto.

Politicamente mais significativos do que esse evento de pura ostentação eram os embaixadores de obediência, por meio dos quais os monarcas italianos declararam a sua devoção ao novo pastor supremo, ao mesmo tempo que declararam suas necessidades mais urgentes. Na maneira como os embaixadores se manifestaram e, mais ainda, na forma como foram recebidos e acolhidos, era possível perceber quem, a partir daquele momento, estaria sob a graça das luzes papais e quem teria de se contentar com suas sombras. Para Ludovico Sforza, o irmão do "fazedor de papas", essa foi, por definição, a oportunidade de mostrar ao público quem tinha tido a última palavra nos bastidores do Vaticano.

No entanto, para o arrogante milanês, essa festa foi um fiasco. E pensar que tudo tinha sido planejado meticulosamente. Ludovico tinha proposto uma embaixada conjunta composta de Milão, Florença e Nápoles. Dessa forma, segundo as justificativas oficiais, todas as antigas potências do eixo, desde os longínquos tempos da garantia de liberdade italiana de Lodi, deveriam demonstrar a sua retomada unidade. Na verdade, a associação tinha o objetivo de humilhar o rei Ferrante, que teve de admitir que estava perdida a causa de seu genro, o duque Gian Galeazzo. Embora soubesse muito

bem das segundas intenções de Ludovico, Ferrante deu sua autorização. O perdedor tinha de engolir o pó da derrota.

O grandioso espetáculo político foi prejudicado, no entanto, por um terceiro personagem. Piero de Médici herdou a difícil posição de poder de seu pai, mas não a sua sabedoria. Ao contrário de Lourenço, que, com extrema habilidade, sabia tirar proveito das regras republicanas para impor a sua vontade, seu filho, que descendia pelo lado materno dos orgulhosos Orsini, acreditava que poderia pôr fim ao jogo de dissimulação e agir abertamente como um príncipe. Dessa forma, equipou a sua própria expedição de obediência, que deveria superar todas as outras em matéria de esplendor. No centro dessa expedição, sob um calor infernal, ele desfilou pessoalmente pelas ruas romanas, vestido com um traje longo de veludo preto, guarnecido com uma barra de brocado prateado que deveria dar a impressão de que se tratava de uma sublime majestade. Com toda essa suntuosidade, o senhor da orgulhosa Milão podia facilmente competir com os demais, mas o plano de colocar a coleira publicamente no rei de Nápoles caiu por água abaixo. A ira de Ludovico em relação a isso correspondia ao medo que sempre pairou sobre o seu ativismo diplomático: medo da consequência da ilegitimidade, medo também, no entanto, de uma pretensa aliança especial entre Piero e Ferrante. Em última análise, esse medo era o resultado da desconfiança que a política autocrática e incoerente de Milão provocava nos outros.

O medo também circulava pela corte napolitana. Será que os Bórgia, agora com um papa muito mais vigoroso do que em 1458, iriam retomar o assalto ao reino do sul? Ferrante, envelhecido rapidamente pela preocupação com a sobrevivência de sua dinastia, só via uma maneira de evitar isso: virar a mesa, ou seja, tirar proveito do sentimento de família de Alexandre VI para proteger seu domínio. Concretamente, isso significava que tinha de apresentar propostas tentadoras para os filhos do papa. Como todo e qualquer medicamento forte, o efeito aqui também dependia da dosagem certa. A receita, cuja prescrição exigia muito tato, era atrair os Bórgia com títulos e rendimentos, de tal maneira que lhes parecesse que o domínio aragonês devesse ser mantido e protegido, sem

conceder demasiado poder aos nepotes. Como ele não nutria ilusões acerca do caráter de Alexandre VI, o rei estava dividido entre a resignação e o otimismo.

Apesar do triunfo aparente, o covencedor Ascânio também não foi poupado de caprichos sinistros. Contribuíram para isso grandes decepções. Os muitos prestimônios que o cardeal milanês acreditava ter garantido como recompensa pelos seus esforços renderam-lhe menos do que o prometido. Outros cardeais também se queixaram sobre essas inexplicáveis diferenças. Aparentemente, Rodrigo Bórgia tinha divulgado quantias incorretas durante o conclave. À boca pequena, começou-se a falar de fraude eleitoral. Mas essa não era a maior preocupação do arquipapa. Mesmo com todo o prestígio que o cargo de vice-chanceler e sua residência no coração do Vaticano lhe proporcionava, ele foi tomado por questões muito perturbadoras. Por quanto tempo perduraria a generosidade ilimitada do novo *pontifex maximus*?

O excesso de obrigações de gratidão começou rapidamente a incomodar. Com muita pertinência, essa clássica sabedoria política foi colocada no papel por Nicolau Maquiavel, vinte anos depois. Portanto, pôde virar facilmente para o lado oposto, principalmente quando o brilho do outro ofuscava a sua própria posição. E era exatamente isso o que estava acontecendo. Os pardais gorjeavam nos telhados porque, para obterem favores de Alexandre VI, tinham de passar antes por Ascânio Sforza. Um papa que se deixasse levar como uma criança seria, sem dúvida, alvo de cáusticos deboches. Mas, se essas circunstâncias evoluíssem em seu favor, Ascânio e Ludovico, como todos os outros, teriam também de enfrentar a longa fila de pedintes. Quando começou o confronto aberto, Alexandre VI estava em situação privilegiada.



*Figura 4 — Retrato de Alexandre VI, de um pintor alemão desconhecido, por volta de 1500, Museu de Belas-Artes, Dijon. Como no afresco de Pinturicchio (Figuras 1 e 2), as características do rosto de Alexandre VI neste retrato são marcadas por traços que vão do sublime ao grotesco. O nariz adunco parece ter sido entortado por marteladas, a boca respira sensualidade, o olhar é frio e impassível. Não se sabe se devido a esses traços quase caricaturais o papa tenha sido alvo de críticas; provavelmente o artista, com meios imperfeitos, quis representar a soberania e a majestade da posição.*

Não importava mais como a sua elevação tinha sido alcançada. Ele agora era o papa e, como tal, usufruía do poder da função, da tradição da piedade, do medo supersticioso da vida após a morte. Conclusão: na posição de "fazedor de papas", Ascânio tinha brincado com o fogo; se a sua criação se voltasse contra ele, corria o risco de se queimar. Todos esses pressentimentos surgiam como uma espécie de pesadelo reprimido na correspondência do cardeal milanês. E, para ter controle sobre esse medo, a exemplo de seu irmão, começou a se envolver em manobras mirabolantes. Sua meta era fazer que Alexandre VI caísse na dependência permanente dos Sforza.

Medos, ressentimentos, desconfianças, ousadas esperanças, planos extravagantes: no centro do poder italiano, esse estado de espírito não era garantia de um futuro promissor. Visando à

manutenção da paz, estava agora fora de cogitação agir como Lourenço de Médici tinha ensinado, ou seja, com uma política cautelosa, com cuidado cético e renúncia inteligente. Em vez disso, a palavra de ordem era exatamente o oposto: ou tudo ou nada. Em Milão, Florença e Nápoles, os poderosos que seguravam o leme do comando estavam convencidos de que podiam, por meio de uma política de risco, ganhar muito e perder pouco. No nordeste da península, a República de Veneza estava esperando, como uma aranha, as presas que poderia capturar com os fios de sua teia. Para completar os infortúnios da Itália, de acordo com os observadores pessimistas, estava sentado no trono às margens do Tibre um papa que, para conquistar um estado para sua família ou, ainda melhor, vários estados, não hesitaria em cobrir a Itália de guerras.

Nem todas as previsões para o pontificado de Alexandre VI eram assim tão sombrias. Da mesma forma que as opiniões foram sempre divergentes em relação à personalidade do cardeal Rodrigo Bórgia, a sua eleição também causou muita polêmica. Por ter despertado esperanças e outros desejos nos cardeais "políticos", representou uma catástrofe para o grupo reformador em volta de Todeschini Piccolomini. A esse coro heterogêneo, juntaram-se também os formadores de opinião. Dependendo dos interesses dos poderosos, com cujos seguidores estavam comprometidos, os historiadores humanistas louvavam a energia de Bórgia ou alertavam contra a sua imprevisibilidade. Em geral, predominou nesse concerto — espelho do poder ou relações de encargos — tons de enaltecimento. O tenor principal anunciava: este papa conduzirá Roma ao encontro de grandes acontecimentos. Não foi à toa que se nominou Alexandre.

Como aquele, esse também pretende dominar o mundo e isso, precisamente, para a cristandade. Com ele terá início a Idade de Ouro, a última a ter lugar sobre a Terra. Nesse meio-tempo, todo novo reinado em Roma era introduzido com um panegírico dessa natureza.

Com a voz de seu senhor, falavam também as pessoas do povo. Dessa maneira, pouco depois da eleição de Alexandre VI, um clérigo alemão tinha notícias escandalosas para dar aos seus amigos no seu país: o novo papa teria dezessete filhos, e, como um tirano, iria

governar única e exclusivamente em benefício deles. Além disso, ele seria um marrano, ou seja, um seguidor inconfesso da fé judaica. Em outras palavras, o fim dos tempos era iminente, mas esses tempos não eram dourados. Eram escuros como a noite.

## Entrevistas com as testemunhas

A partir de 11 de agosto de 1492, todas as atenções voltaram-se para o novo papa. Eram poucos os observadores imparciais. Por esse motivo, antes de dar início à descrição do pontificado, é necessário verificar as informações compiladas sobre Alexandre VI.

Nem sequer os documentos oficiais, assinados e cunhados por Alexandre VI, estão livres da suspeita de terem sido falsificados. Não faltaram escândalos horrendos durante o pontificado. Um alto prelado, acusado de produzir documentos falsos, foi condenado, por esse motivo, à prisão perpétua na mais escura masmorra do Castelo de Santo Ângelo. Ele teria fabricado centenas dessas falsificações e ganhado um bom dinheiro com isso. Posteriormente, a administração papal teve de dar-se à pachorra de separar o joio do trigo.

Independentemente disso, é possível, hoje, apresentar um conjunto considerável de declarações sobre Alexandre VI que podem ser consideradas acima de qualquer suspeita. Com maior ou menor solenidade, de acordo com o tipo de texto, a pessoa que fala nas bulas, nos motos-próprios ou nos breves é o papa. No entanto, na maioria das vezes, a sua maneira de se expressar se caracterizou por uma linguagem muito presa, formal e ditada pela tradição da sua função. Em alguns casos, no entanto, mesmo as mais solenes dessas declarações mentem descaradamente. O que pensar quando, em uma determinada bula, um dos filhos de Bórgia é dado por filho de César Bórgia, ou seja, por neto de Alexandre VI, e, na bula seguinte, por filho do papa? Não é necessário ser nenhum gênio da lógica para constatar que apenas um das bulas dizia a verdade.

Além disso, Alexandre VI escreveu cartas cuja autenticidade é inquestionável.

Seus destinatários eram, naturalmente, as pessoas mais próximas: suas amantes e, principalmente, seus filhos. Como a epístola de Pio II já demonstrou, as cartas, antigamente, eram muitas vezes dirigidas não apenas ao destinatário, mas também a

um amplo público. Por esse motivo, estavam cheias de lugares-comuns e de frases feitas. As ilustres figuras não permitiam, assim, as cobiçadas espiadas na sua esfera mais íntima e "pessoal". E, se o faziam, era muito pouco.

Em 31 de julho e 30 de novembro de 1493, Alexandre VI escreveu duas cartas ao seu filho Giovanni, então recém-nomeado duque de Gandia, nas quais se percebe, em ampla medida, a famosa advertência a um homem muito jovem que tinha a tendência de ultrapassar os limites, e não mediu palavras: seu filho estaria se divertindo nas alcovas com mulheres lascivas — um lugar-comum —, desconsiderando a sua elevada dignidade e a sua posição. Por outro lado, ele estaria negligenciando a sua esposa — isso também soa bem convencional. No entanto, é necessário aguçar o ouvido.

De acordo com o furioso pai, Giovanni estaria negando à sua esposa aquela atenção muito especial, à qual ela teria direito garantido. Falando claramente: o casamento ainda não tinha sido consumado. E, enquanto não houvesse a consumação, poderia ser sumariamente anulado. Se fosse anulado, a estreita ligação com a casa real aragonesa estaria correndo perigo. Não existindo mais essa proximidade, tudo poderia desmoronar após a morte do papa. O amor paternal no ano de 1493 foi dedicado à preocupação com a posição de seus filhos.

Mesmo a leitura das declarações oficiais oferece surpresas. Em um breve texto de Alexandre VI, escrito ao governo da cidade de Florença, em 21 de novembro de 1499, depara-se com uma notícia sensacional. Segundo o papa, Catarina Sforza, como tutora de seus filhos, frutos do matrimônio com Girolamo Riario, senhora de Ímola e Forli, teria...

... cometido contra nós uma traição vergonhosa, um envenenamento do qual, após ter sido descoberto, só conseguimos nos salvar com a ajuda de Deus — sobre isso o Vosso Embaixador oferecerá em breve mais informações.

De fato: nos escritos do enviado florentino, constam os mínimos detalhes do complô. Dois soldados vestidos de camponeses teriam misturado diversos tipos de veneno ao papel de carta, para que o papa, ao abri-la, impregnasse os dedos com a substância mortal.

Durante o interrogatório altamente constrangedor, a fim de obter uma sentença mais leve, um dos dois assassinos teria confessado o nome da mandante.

Apesar de a autenticidade desses textos ser inquestionável, já não é possível confirmar com segurança se o atentado realmente foi praticado ou se Alexandre VI o teria inventado para fins de propaganda. Por um lado, era possível acreditar facilmente no atentado dos culpados que estavam apenas lutando pela própria sobrevivência. Por outro, justamente àquela altura, o papa não economizava esforços para atribuir as mais atrozes infâmias aos membros da família Sforza-Riario, tentando justificar a deposição deles como vigários da Igreja. Uma tentativa de envenenamento cairia-lhe como uma luva. Nesse contexto, é difícil imaginar que a enérgica senhora pudesse ter participado dessa empreitada audaciosa, envolvendo-se em um arriscado negócio que, além do mais, era algo meio atabalhoado. Portanto, a conclusão: o ceticismo é altamente necessário, apesar da carta e do cunho papal.

E, com isso, é colocada em prova a credibilidade da correspondência diplomática. Em 1492, os mais importantes estados da Itália tinham, em Roma, o seu próprio embaixador, oficialmente reconhecido, chamado quase sempre de "orador"; os menores dispunham, pelo menos, de um encarregado, que também fornecia aos seus respectivos estados as notícias capitais. Os encarregados, normalmente, serviam a vários senhores. Por conseguinte, as suas notícias chegavam aos mais diferentes lugares; se fosse um acontecimento notável, espalhava-se como fogo em pólvora. Essas mensagens, não raro, eram apenas notícias de segunda mão. Enquanto os embaixadores das grandes potências eram recebidos regularmente em audiência pelo papa, os agentes dos estados menores tinham de se contentar com informações em forma de migalhas. Para impressionar os seus senhores, eles costumavam enfeitar um pouco e, quase sempre, exageravam. Assim, surgiam boatos que se transformavam em fofocas na corte ou que eram pelo menos suspeitos.

Em um desses casos, Isabela d'Este, marquesa de Mântua e a mais famosa colecionadora de arte de seu tempo, teria implorado ao

seu marido que tomasse cuidado com o veneno de César Bórgia. O marquês tinha acabado de trocar insultos verbais com o filho do papa e a vingança do nepote, que ficou profundamente ofendido, era mais do que certa. Fica a dúvida se o atentado foi planejado ou não, mas esse aviso de alerta refletia, sobretudo, uma imagem.

Quem falasse o nome Bórgia pensava logo em poções e intrigas mortais. Com isso, existia em torno dos relatores uma enorme expectativa. O mandante queria ver confirmadas as suas prévias suposições. Dessa maneira, torna-se cada vez mais difícil distinguir o que realmente aconteceu daquilo que foi inventado apenas porque se encaixava no contexto.

Seguindo essa linha, um dos muitos agentes de Isabela relatou que, em 13 de agosto de 1502, um bobo da corte de Luís XII, da França, teria cravado um punhal no peito de César Bórgia em reação a um espancamento gratuito que sofrera. O derramamento de sangue haveria sido tamanho que o corpete branco do nepote teria ficado completamente vermelho. Parece até que se podia escutar os gemidos desesperados da princesa: se o bobo tivesse fincado o punhal um pouco mais profundamente, a Itália seria poupada de seu pior pesadelo! No entanto, também diante dessa notícia, é necessário certo ceticismo. Se o ocorrido foi presenciado por apenas essa suposta testemunha, não significa muito. Um homem que tinha grandes preocupações com a sua honra não teria o menor interesse em publicidade desse tipo. O incidente, caso tenha acontecido mesmo, teria sido mantido em segredo. Além disso, há provas suficientes de que o filho do papa não tolerava brincadeiras às suas custas. Por outro lado, a notícia tornou-se suspeita pelo fato de que corresponde perfeitamente, quase como um clichê, ao modo de vida de César.

Mais suspeita ainda é a moral da história. Essa era a seguinte: arrivistas insolentes eram castigados pelos bobos. Terá uma queda vertiginosa aquele que, inflado de arrogância, atrever-se a querer ascender acima de seu nível. Bobos da corte que colocavam o espelho diante dos poderosos brincavam com um mundo às avessas. Nesse caso, porém, o mundo às avessas refletia a verdadeira ordem mundial. Essa piada deve ter agradado especialmente à nobre

Isabela, cuja família tinha sido forçada a negociar um casamento com os Bórgia. Por esse motivo, essa história é surpreendente demais para ser verdade.

Esclarecidos documentos e correspondências, agora é a vez das testemunhas da época. O primeiro relator digno de menção apresenta as suas declarações por escrito da seguinte maneira:

Escrito por Johannes Burckard, natural de Estrasburgo, protonotário da Santa Sé, clérigo da capela papal e mestre de cerimônias de todos os eventos relacionados às cerimônias e a algumas outras além dessas.

Essa é uma descrição precisa de seus textos. De fato, os inúmeros cadernos de anotações (*liber notarum*) de Burckard estão predominantemente cheios de descrições detalhadas das celebrações. A recepção pomposa dos embaixadores, a organização meticulosa dos casamentos e, principalmente, os respeitáveis funerais: esta era a sua especialidade. Em ocasiões litúrgicas, quando o papa queria saber o que e como deveria entoar, Burckard era o homem de quem o *pontifex maximus* buscava a opinião. Para estar preparado, em caso de dúvida, o especialista, respondendo às questões formais, anotava minuciosamente como proceder em todos os tipos de festas e em todos os momentos.

Os seus registros deveriam, portanto, servir como um lembrete para ele mesmo, além de funcionar como padrão para seus seguidores. Na qualidade de mestre de cerimônias, além de ter estado muito ocupado com Alexandre VI, Burckard teve também de lutar muito com ele. É que o papa não gostava de sermões longos.

Para ele, tudo tinha de ser muito rápido. Essa impaciência era encarada com relutância pelo ponderado alsaciano. De acordo com a sua opinião, os ritos precisam de tempo. Além disso, Burckard era o responsável pelo registro do número de funcionários dos órgãos papais no final do ano. Adicionado a tudo isso, ele era responsável também pela disciplina. Aquele que faltasse às grandes procissões sem justificativa teria descontado de seus rendimentos essa ausência.

Aparentemente, essa não parece ser uma profissão muito interessante. Naquela época, no entanto, as cerimônias tinham uma importância muito mais elevada do que hoje. De forma obstinada, Burckard e seus contemporâneos podiam debater horas a fio sobre a disposição de lugares dos embaixadores durante a missa papal, ou seja, quem podia sentar-se à frente de quem. Os funerais das grandes personalidades eram também espetáculos que despertavam enormes emoções: foi suntuoso o suficiente ou será que os parentes do falecido são daqueles avarentos que fecham a mão para tecidos negros e cantores? Por conseguinte, Burckard, o chefe de protocolo, era o centro das atenções. Ele registrava não apenas as suas próprias encenações, mas também as conversas com seu patrão, o papa. Seus relatos, portanto, refletem também as atividades diárias e suas rotinas. É precisamente por esse motivo que são tão nítidos. Abrem uma janela especial, da qual não se pode ter acesso a grandes acontecimentos políticos, mas ao estado de ânimo de Alexandre VI, seus humores, seus hábitos e suas idiossincrasias. Nas conversas com seu mestre de cerimônias, seu comportamento era muito mais descontraído do que na presença de diplomatas. No entanto, não havia acesso a um *pontifex maximus* de chinelos expondo suas intimidades. O papa Bórgia era extremamente vigilante para dar com a língua nos dentes.

As observações de Burckard não se restringem apenas a essas impressões do cotidiano. Precisamente porque os poderosos fechavam as portas para o mestre de cerimônias durante as negociações de assuntos importantes e discussões de estado, era impelido a querer saber o que se passava entre quatro paredes. Para esse fim, tinha seus informantes. Até mesmo cardeais e embaixadores serviam a esse propósito. Em troca, na cerimônia seguinte, tinham a garantia de um lugar reservado na primeira fila. É claro que esses testemunhos são tão fidedignos como aqueles que os forneciam. Portanto, sempre que as notícias de Burckard eram escritas em terceira mão, era necessária cautela. Mesmo assim, esses rumores têm seu fundo de verdade, pois o *liber notarum* reflete fielmente as crenças, as esperanças e os temores do Tibre: um alsaciano como porta-voz dos romanos!

Naturalmente, a imaginação também entra em jogo. Em outras palavras: Burckard registra para a eternidade os excessos escandalosos que as pessoas do povo, com uma volúpia lasciva, imaginam acontecer dentro das câmaras do Vaticano. E sua própria fantasia também era bem temperada. Além disso, o mestre de cerimônias tinha uma forte inclinação para histórias escandalosas do tipo "sexo e crime". Se essas histórias não viessem até ele, ia atrás delas. No final do Ano Santo de 1500, ele fez uma ronda pelos confessores de São Pedro, realizando ávidas anotações dos episódios mais descarados e de arrepiar os cabelos, que tinham sido objeto de confissão. E isso não era pouco. Afinal, pecadores de todo o mundo tinham vindo a Roma para receber a absolvição de seus pecados, que incluíam assassinatos, incestos, poligamias, em todas as combinações possíveis. Porém, não se deve fazer de Burckard a testemunha principal das orgias do palácio papal. Não será nenhuma injustiça à sua pessoa insinuar que ele gostou de participar de muitas dessas festas. Contudo, levado pela ausência de um convite, ele lançava mão então de sua imaginação.

Nada disso diminui a credibilidade de seu caderno de anotações. Suas informações são fidedignas, principalmente quando registram acontecimentos insignificantes, sem tirar conclusões mais amplas desses fatos. Exatamente como no episódio do final de novembro de 1495. Como não parava de chover na bacia do Rio Tibre, um mês depois a inundação inevitável transformou as ruas de Roma em canais. Nesses casos, sob a liderança do papa, era oportuno a realizar uma procissão. E assim, Alexandre VI deu a seu mestre de cerimônias a missão de preparar uma oração apropriada para a ocasião. Para Burckard, isso significava consultar os escritos de Pio II. Em seus últimos anos de vida, esse papa tinha escrito poesias para utilização litúrgica, no melhor latim. Dessa maneira, com o peito inflado de orgulho, Burckard foi capaz de apresentar ao papa, em curto espaço de tempo, os resultados de sua pesquisa. Para sua surpresa, Alexandre VI não gostou. Burckard precisava mais do que rapidamente de uma nova oração. Tanto o texto da versão rejeitada como o do novo escrito foram registrados no *liber notarum*.

Por que essa reação emocional do papa? Comparando os dois textos, há uma diferença que imediatamente salta aos olhos. A primeira versão desfaz-se detalhadamente na evocação da ilimitada culpa coletiva: "Pai, nós pecamos, nós cometemos um delito, a inundação é uma punição mais do que merecedora; não obstante, na Tua infinita misericórdia, absolve-nos!". O papa, que entoava o texto, acusa-se, portanto, como pecador. Será que foi essa auto-acusação que tanto desagradou a Alexandre VI? Na versão aprovada também se fala da justiça do castigo de Deus, mas de uma forma mais contida, mais impessoal. Será que a rejeição da primeira oração teve a ver com o antigo rancor contra o seu autor ou sua família? Certa ocasião, o papa Bórgia reafirmou sua aversão aos longos sermões com o sarcástico adendo de que o mau hábito de conversa fiada humanista teria sido introduzido na cúria por Pio II.

Um segundo texto, oriundo de um meio cultural e social completamente diferente das observações elaboradas no latim grosseiro de cozinha do mestre de cerimônias, descreve mais de perto o pontificado de Alexandre VI: "A história de seu tempo, de 1475 até 1510", de Sigismondo dei Conti. Nascido na aristocrática família Conti di Antignano, natural de Foligno, o autor é um protótipo dos humanistas da cúria que, além de boa formação, tinham grandes ambições, eram extremamente versáteis e dominavam o ambiente intelectual de Roma em torno de 1500. Esse filho de conde, estabelecido no alto aparato administrativo papal por meio da compra de um cargo no secretariado, deu provas de estar à altura de desempenhar diversas tarefas: missões diplomáticas, mas também a supervisão da construção da Igreja de São Pedro, sob a direção do arquiteto Bramante.

Por último, mas não menos importante, ele era um dos historiadores representativos da cúria. Seguindo os princípios humanistas, a sua história não só foi escrita no mais elegante latim, mas também se concentrou, de forma preponderante, nas principais ações do Estado. De acordo com a compreensão de dignidade dos antigos historiadores, tratou de conferências entre soberanos europeus, contratos, manobras diplomáticas e seus bastidores e, acima de tudo, campanhas bélicas.

A simplicidade desse texto eloquente, no entanto, foi apenas superficial. Por trás da estrutura das frases perfeitamente elaboradas, escancarou-se o abismo da ambiguidade. Na medida do possível, o pontificado de Alexandre VI foi muito bem escrito. César Bórgia aparecera como um jovem corajoso, autorizado a nutrir as mais audaciosas esperanças a quem, em matéria de louvores, estavam reservados jargões de virtude da Antiguidade e outros lugares-comuns. Em estilo semelhante, o nepotismo de Alexandre VI foi, no início, justificado por normas; em última instância, tudo era recompensa para o desempenho e o mérito. Em outras palavras: a fachada estava de pé. Porém, foi, pouco a pouco, minada e, finalmente, demolida. Foi minada justamente porque os motivos conflitantes foram conjugados sem haver uma transição. Em todo caso, Sigismondo relatou detalhadamente os boatos maldosos que teriam sido propagados por Carlos VIII sobre Alexandre VI. Embora esses boatos tenham sido tachados como algo difamatório, essa rápida reabilitação da honra, contudo, teve um efeito muito vago. O conflito dos pontos de vista permaneceu sem esclarecimento. E surge a pergunta: quem tinha razão? Alguma coisa ficou pelo meio do caminho.

No decorrer da crônica, esses contrastes engenhosamente construídos intensificaram-se. O fato de Alexandre VI perseguir ferozmente os Orsini é explicado, por um lado, pela ganância dos Bórgia em se apropriar de suas propriedades e, por outro, é fundamentado pela necessidade do Estado Pontifício em se defender contra as exigências do governo conjunto dos barões. E agora?

Ambição dos nepotes ou motivo de estado? Ambas as intenções excluía-se mutuamente. No final do pontificado, restava apenas o desprezo. Em agosto de 1503, num tom de adulação e piedade, o cronista reportou que uma série de homens obesos teria morrido em Roma. Isso era um mau presságio para Alexandre VI, que carregava com grande suntuosidade suas carnes exuberantes e intumescidas. Mas até quando? Durante o funeral do obeso recentemente falecido, no momento em que fazia suas mais profundas reflexões, uma coruja caiu morta a seus pés. Um mau augúrio, teria murmurado Alexandre VI. Uma semana depois, ele estava morto. Não se pode

encenar o fim do poderoso de forma mais sarcástica. Uma coruja em plena luz do dia foi a portadora de uma mensagem do inferno, anunciando ao papa a sua iminente partida para o mundo das trevas: é dessa maneira que o leitor deveria entender. Isso porque esse corpulento *pontifex* não ingressaria no Paraíso nem a peso de decreto. Partindo da interpretação desse final amargo, o antigo elogio conferido a Alexandre VI pode ser visto também como um ácido deboche. Dada a violação de todas as regras, só restava aos humanistas a ironia sanguinária.

O que se deve acreditar nas palavras do filho do conde de Foligno? Ele dará saltos tardios em sua carreira durante o pontificado de Júlio II, antigo Giuliano della Rovere. Esse era o mais empenhado dos incentivadores de Sigismondo entre os papas e, portanto, a luz orientadora de sua história. Seu desenho em preto e branco — preto para os Bórgia e branco para seus inimigos — era, dessa maneira, inquestionável. Mas isso não torna a arquitetura dos fatos de seu texto, por princípio, implausível. Ao contrário: para que as acusações possam surtir maior efeito, os fatos devem ser incontestáveis. Isso se aplica, de todas as maneiras, ao texto de uma pessoa de confiança da cúria, que escreve essencialmente para a sua própria espécie, ou seja, para uma elite romana ou italiana — que censuraria indignada possíveis divergências em relação ao curso verdadeiro dos acontecimentos. Todavia, a pergunta das perguntas deve ser novamente lançada: em que ponto terminam os fatos e começam as invenções?

A terceira e última testemunha individual chama-se Marino Sanudo. Esse nobre italiano nunca chegou a ver o papa, mas, no entanto, foi quem o descreveu da mais nítida maneira. A partir de 1496, durante três dezenas de anos, em seu gigantesco diário de estado, ele compilou cartas dos embaixadores venezianos de todo o mundo, da forma mais concisa possível, reduzindo as informações ao essencial e apenas com os detalhes necessários. Cenas de diálogos particularmente memoráveis são reproduzidas no texto. Como em um espelho côncavo, condensou-se aquilo que os embaixadores da Sereníssima tinham de reportar em casa. E isso é da mais alta qualidade. Na precisão da observação e na sutileza das conclusões

tiradas, os "oradores" da República de Marcos eram, na sua época, incomparáveis. É compreensível que os diplomatas exemplares da Europa não fossem populares nos seus países de acolhimento — eles viam e sabiam demais. Porém, Sanudo sabia ainda muito mais. Respalado com o mandato oficial do Conselho dos Dez, dia após dia, ele estava presente em reuniões de todos os conselhos e grêmios mais importantes. Ele escrevia sobre tudo o que era discutido, debatido, votado e decretado.

É por esse motivo que seus registros têm valor, como no caso do último embaixador veneziano do papado de Alexandre VI, Antonio Giustinian, cuja correspondência foi conservada no original. Sanudo era a memória viva da República e, ao mesmo tempo, um homem de carne e osso. Algumas vezes, tinha medo dos relatórios dos embaixadores romanos, que resumia fielmente, da mesma forma como fazia com as correspondências de Quios, Damasco, Alexandria e Innsbruck. Quanto mais durava o pontificado de Alexandre VI, mais angustiado ele se perguntava: haveria possibilidade de chegar ao reino dos céus sob o domínio desse papa? Ou: esse *pontifex*, palavra que significa literalmente "construtor de ponte", não estaria, no fundo, a serviço do lado oposto, a fim de conduzir cristãos em massa para o abismo dos infernos? Entre os documentos diplomáticos da República, encontra-se, inesperadamente, o seguinte texto:

*Lúcifer, o grande rei das trevas, conde de Hades e outros abismos, faz um brinde ao seu amado filho, papa Alexandre VI. Amadíssimo filho, nos últimos dias, fluíram até nós e nossos governantes inúmeras almas chorando e se lamentando copiosamente e nos reportaram verdadeiros milagres sobre as tuas tradições e tua comprovada fidelidade. Elas afirmam ter alcançado o nosso reino não pelos seus atos, mas sim por meio de tuas instruções...*

*Valorizamos ainda mais esses serviços do que tu, o Senhor de Cristo sobre a Terra, com as chaves para libertar e para prender, com obrigações para com o outro lado — e, todavia, trabalhas com tanta diligência na propagação de nossos súditos... Pedro, o primeiro*

*papa, tinha uma esposa, mas tu tens muitas, que te geraram muitos filhos e filhas, os quais estão enfeitando o mundo inteiro. Vemos com prazer que tu ages à luz do mandamento "Crescei e multiplicai-vos" e esperamos, nesse sentido, que tu conduzas ao nosso rebanho todas as ovelhas que te forem confiadas. Dentro de pouco tempo, muniremos a Expedição do Anticristo, e estamos confiantes de que tu, de uma maneira confiável, prepara-lhe o caminho. Que ele brevemente conduza todo o rebanho de cristãos aos reinos dos infernos.*

*Se te mantiveres nessa linha, construiremos para ti uma residência em nossas dependências como ninguém, com exceção de Judas, jamais recebeu.*

*Concebido no Inferno, 1º de janeiro de 1502.*

Na parte central desse diabólico breve, que imita perfeitamente a linguagem dos escritos papais, Lúcifer faz elogios ao papa pelas suas brilhantes ações no governo. Simonia, nepotismo, devassidão, guerras e violência de todos os tipos.

Era comum criticar a Igreja em forma de paródia, o lugar do céu trocado pelo do inferno. Rir sobre o que é o degenerado ameniza o horror, especialmente quando se ri fazendo escárnio. No entanto, esse texto cômico exprime medo: temor do papa, que adora mais o mal do que o bem, e também temor do fim do mundo por ele evocado. Sanudo indica que a epístola de Satanás teria sido encontrada em posse de seu mais devotado servo, em Verona. Será que, de fato, ele próprio a escreveu? Não se pode confiar inteiramente no sóbrio contador da República.

Mas quem sabe? O medo empresta asas.

Sanudo não era apenas um talentoso compilador de textos estrangeiros, mas também um excelente observador. Especialmente sugestivos são seus relatos sobre as aparições do núncio papal no Palácio Ducal. Esse mensageiro de Alexandre VI trouxe as decisões da República com suas penetrantes exigências, acompanhadas por árduos conflitos de consciência: o dilema consistia na lealdade contra as razões de estado. As demolições sumárias desses encontros embaraçosos por parte de Sanudo tornaram audível o

opressivo silêncio: devemos ir atrás de nossas vantagens ou manter a nossa palavra? Um drama em forma de diário. Como em um palco giratório, mudam-se os cenários: entrada em cena de Alexandre VI, entrada em cena do núncio, entrada em cena do Palácio Ducal, entrada em cena do mensageiro veneziano. Quem é quem na arte da negociação? Negociação é psicologia aplicada. Quem é mais hábil na arte de simular e de fingir? Quem consegue ver as intenções do outro? Quem pode ser enganado? Fechando um balanço provisório e, ao mesmo tempo, subjetivo, a grande partida entre Roma e Veneza terminaria empatada. Alexandre VI encontrou nos "oradores" da República de Veneza, pelo menos temporariamente, um adversário do mesmo páreo.

Eles faziam jus à sua reputação. Porém, entre eles não havia equilíbrio. Girolamo Donato (Donà) superou todos em termos de perspicácia e incorruptibilidade de julgamento. Entre o outono de 1497 e o início da primavera de 1499, desempenhou as funções de seu cargo em Roma, vivenciando lá emocionantes transformações. Para seus contemporâneos de Veneza e, além desses, para os poderosos de toda a Itália, a opinião desse patrício, festejado como humanista e mecenas, era levada em consideração como praticamente nenhuma outra. No entanto, mesmo uma testemunha desse quilate tinha de tolerar a desagradável pergunta: até que ponto se podia confiar nele quando o assunto envolvia a pessoa de Alexandre VI? Para os embaixadores da Sereníssima, registrar literalmente suas conversas com o papa, de acordo com o que a sua treinada memória permitia, era uma questão de honra: profissional, mas também familiar. A República baseava-se nos seus relatos e fundamentava a sua política de forma correspondente; qualquer omissão ou acréscimo poderia ter consequências desastrosas. É possível afirmar que os diálogos dos "oradores" com o papa Bórgia, apontados pelo grande registrador Sanudo, apesar de algumas imagens distorcidas, foram minuciosamente protocolados. A maneira como Alexandre VI falava, argumentava, elogiava, ameaçava, se irritava, solicitava, mesmo após quase meio século, permanece viva. Será que tudo isso é verdade?

Os diplomatas experientes sugerem cautela. O papa é um tipo especial de pescador de pessoas — elas caem na sua rede de aparências. Mas onde estavam os limites entre as aparências e a realidade? Alexandre VI ficava sério — e isso Donato reconheceu rapidamente — quando o assunto era o destino de sua família. Nesses casos, não havia lugar para piadas, sátiras ou ironias. Sim, a esse respeito, o papa, que sempre se mostrara pertinente e sagaz, não raro deixava transparecer um halo de inexplicável ingenuidade. Nem bem tinha exigido de Veneza a extradição de seus inimigos, retomava o tom de pai amoroso: a altamente respeitável República deveria oferecer a César, a menina dos seus olhos, a sua poderosa proteção e guarda, para todo o sempre. Donato era da opinião de que esse papa não pensava seguindo a máxima do "olho por olho, dente por dente". E esse era o seu calcanhar de aquiles. Ou será que essa credulidade era também só um artil?

Donato negava, mas com a devida cautela. É que eram esmagadores os indícios de que o papa era sempre ele mesmo quando o futuro de seus filhos estava em jogo. No inverno de 1498 a 1499, quando César estava em Chinon, na França, negociando pactos e, na verdade, o futuro destino dos Bórgia, Alexandre VI exaltava-se em Roma. Numa época em que o correio tardava a chegar devido às grandes distâncias, a ausência de informações era garantia de mau humor e impaciência. Más notícias significavam disputa com os aliados e profundo pessimismo, para não dizer paranóia. Réstias de esperança provocavam repentinas confidências, informações encorajadoras e efusiva gratidão. E a notícia de triunfo gerava novos desejos. A espera causou tal sofrimento ao papa que, certa ocasião, teve ataques de raiva, fez confissões surpreendentes e chegou a perder os sentidos. Tudo isso foi presenciado diretamente pelo embaixador da República de Veneza.

Acima de tudo, Alexandre VI era um mestre em pressionar seu adversário, fazendo-o assumir uma atitude defensiva. Dessa forma, dominava a conversa ao seu modo. Ele fazia uso dessa tática com extrema habilidade, justamente quando o lado oposto mencionava ventilar sua má conduta. O papa não gostava muito de ouvir

acusações. Por esse motivo, precavia-se contra elas ao atacar os outros.

Para fazê-lo, qualquer boato servia e, havendo necessidade, encarregava-se ele mesmo de divulgar o rumor. Mesmo que o "orador" pudesse negar as insinuações da mais veemente forma, encontrava-se, no entanto, novamente na defensiva. Aquele que se desculpava reconhecia sua culpa. Portanto, era lógico que o papa, sendo acusado, apresentasse determinadas exigências, por meio de cujo cumprimento a parte que estava sendo empurrada contra a parede tivesse de dar provas de sua boa vontade. Nesse tipo de conversas, são abertas, mais uma vez, algumas janelas. E a luz recai precisamente sobre aquilo que mantinha o pontificado intimamente coeso: a família.

## 3 PODER E IMPOTÊNCIA

(1492 - 1497)

### Com as mãos atadas

O triunfo foi seguido pela desilusão. Quando as flores da festa de coroação murcharam, vieram à tona as hipotecas do poder recém-conquistado por Alexandre VI. Elas eram tão altas que davam a impressão de que o domínio tinha sido apenas emprestado. O papa teve de pagar juros a Ascânio Sforza e seu irmão Ludovico, em Milão, precisamente sob a forma de influência. Ascânio, o novo vice-chanceler, determinava a seleção dos cargos e as diretrizes políticas.

Alexandre VI tinha de se sujeitar a isso porque os Sforza foram os únicos a oferecer ao papa proteção contra as maquinacões de seus adversários.

Pouco a pouco, os perdedores do conclave foram tirando o luto provocado pelo entorpecimento da derrota e passaram a lutar cada um à sua maneira. Os cardeais Todeschini Piccolomini e Carafa propagavam por toda parte o ultraje da eleição e a vergonha do eleito. Giuliano della Rovere, por sua vez, organizou uma resistência mais substancial. A caminho do exílio, ainda teve forças para humilhar seu inimigo. Os cardeais recusaram veementemente sua proposta de conceder a uma ramificação da família Sforza os castelos Cerveteri e Anguillara, situados ao norte de Roma, que tinham sido vendidos sem permissão por Franceschetto Cibo aos Orsini. O veto pronunciado por eles, após consulta com o papa no consistório, não possuía força juridicamente vinculativa, mas, em compensação, usufruía de um peso moral maior. Um *pontifex maximus* como Alexandre VI, que era contestável devido às circunstâncias de sua elevação, tinha sido especialmente orientado a não ignorar esse voto.

Imediatamente após o triunfo da votação, Giuliano della Rovere fugiu de Roma para entrincheirar a sua diocese na fortaleza do

Castelo de Óstia. De lá, ele controlava o rio Tibre, a artéria pulsante de Roma. Com um disparo de seus canhões, os navios de centeio ficariam parados. Para Alexandre VI, conquistar o protegido castelo era difícil, para não dizer praticamente impossível, porque ele não tinha dinheiro para recrutar tropas.

Teria sido por esse motivo que recorrera a outros meios? Na noite de 23 para 24

de fevereiro de 1493, homens armados invadiram o palácio de Della Rovere, próximo à sua igreja titular de San Pietro in Vincoli, e assassinaram o bispo de Águila, que lá dormia. Burckard, o mestre de cerimônias com um pendor para os crimes não solucionados, suspeitou de uma rixa entre conterrâneos; os habitantes de Abruzzo não tinham uma boa reputação. Outras suspeitas recaíram sobre o papa e seu "tutor", Ascânio Sforza. Ambos teriam sido informados por seus espões de que o cardeal tinha a intenção de passar aquela noite incógnito, em sua residência romana; o alvo do atentado seria ele, e não o bispo. Se o sobrinho de Sisto IV — segundo outra versão — tinha propagado intencionalmente o boato de sua curta permanência na Cidade Eterna, agora ele sabia o que lhe esperava. A menos que se tratasse apenas dos ladrões de Abruzzo.

A situação no sul de Roma também se mostrava ameaçadora. Lá, Virgínio Orsini, o grande líder do poderoso clã dos barões, em sentido literal e metafórico, conduzia uma pequena guerra contra o papa, a serviço do rei Ferrante de Nápoles. As tensas relações entre Roma e Nápoles tampouco foram amenizadas com a visita de um príncipe aragonês, prolongada tanto temporal quanto solenemente, no inverno de 1492 a 1493. O cardeal Ascânio Sforza tomava muito cuidado para que esse namoro político não fosse retribuído. No entanto, Alexandre VI não teria sido avesso a uma concessão, porém Ferrante tinha feito uma atraente proposta ao papa, envolvendo um projeto de casamento muito promissor para a família Bórgia. Mas ainda era válido o seguinte: *Ascânio locuto, causa finita*, ou seja, se o vice-chanceler havia prometido, o assunto estava resolvido.

Ascânio estava empenhado em continuar tirando proveito das graças do momento. Dificilmente se passava um dia em que o atormentado papa não tivesse de ouvir os planos de novas alianças.

Ele sabia muito bem que todas essas propostas estavam destinadas a acorrentá-lo permanentemente aos Sforza. Como ele poderia escapar das garras desses aliados todo-poderosos? Até aquele momento, o consistório não tinha negado a nenhum papa um chapéu púrpura para um sobrinho; e por isso se tornava mais urgente criar finalmente uma família de cardeais.

Em 31 de agosto de 1492, os cardeais aprovaram por unanimidade a nomeação de Juan de Bórgia-Llançol a cardeal. Até então, esse sobrinho de Rodrigo, filho de sua irmã Joana, tinha estado pouco em evidência. Essa situação pouco iria mudar também no futuro. O cardeal de Monreale, como foi intitulado depois de ter assumido o arcebispado siciliano, pertencia agora ao segundo círculo do poder, em oposição a outro nepote, que conseguiu chegar a uma posição mais elevada dentro do mesmo consistório. Uma vez mais, os cardeais reunidos tinham dado provas de sua generosidade. Foi assim que concederam a César Bórgia, o filho do papa de dezessete anos, a diocese de Valência, que tinha sido, pouco tempo antes, elevada a arcebispado. Essa diocese estava nas mãos da família havia três gerações. A maioria dos purpurados suspeitava que o filho do papa não iria se contentar apenas com isso e que essa nomeação seria seguida de um cardinalato. Essas suspeitas confirmaram-se, mas levou mais de um ano para isso acontecer. Alexandre VI foi revelando seu nepotismo lentamente.

Aparentemente, ele estava convencido de que tinha tempo. Inutilmente, não apenas o rei Ferrante, mas também Ascânio Sforza depositavam grandes esperanças no sentimento de família de Alexandre VI.

No final, Alexandre VI já não podia oferecer resistência à aliança de casamento conduzida energicamente por Sforza. É provável que ele, no fim das contas, também já não a quisesse mais. Todos sabem que mais vale um pássaro na mão do que dois voando. Já que não era possível aparentar-se com os aragoneses em Nápoles, uma aliança matrimonial com os Sforza podia ser uma segunda melhor solução, pelo menos naquele momento. O objeto de negociação pela parte dos Bórgia era Lucrecia, a filha preferida do papa, prestes a completar treze anos de idade. Seu contrato de

casamento com o noivo, Giovanni Sforza, senhor de Pesaro, nascido de uma ramificação lateral da dinastia, ficou pronto para ser assinado em 2 de fevereiro de 1493. A elaboração desse contrato foi precedida por árduas negociações. Os Sforza fincaram pé na sua categoria como dinastia no poder. Os Bórgia rebatiam dizendo que Giovanni era um vassalo do papa e seu domínio, por conseguinte, dependia de Roma. No final, eles fizeram prevalecer, em grande parte, as suas condições. Os Sforza precisavam desse casamento com mais urgência do que os nepotes — e o conseguiram.

No entanto, não ficaram completamente sossegados. Ascânio permaneceu especialmente vigilante. É que ele sabia muito bem como se podia provocar tentação nesse papa. Por esse motivo, todo cuidado era pouco. Seguindo esse pensamento, o vice-chanceler sugeriu mais um proveitoso casamento, desta vez entre o pequeno Jofre e uma princesa ilegítima da dinastia Sforza. Assim, passaria a dominar a região de Bolonha. Aos olhos de Alexandre VI, esse era um típico projeto dos Sforza: egoísta e irrealizável. Embora Bolonha estivesse de direito subordinada ao papa, estava, de fato, sob jugo do líder da família Bentivoglio, que, dos bastidores, detinha as rédeas da República. Os Bentivoglio tinham, portanto, de ser banidos para que Jofre pudesse receber o dote de sua esposa. Isso não seria um problema, caso fosse possível acreditar em Ascânio e Ludovico. Mas esses sonhos não passaram de devaneios. Alexandre VI não se prestava ao papel de marionete nas mãos dos Sforza. Em consequência disso, o vice-chanceler, de comum acordo com seu irmão, em Milão, passou a projetar mais febrilmente novas alianças, no mais alto nível. Como sempre, esses trâmites giravam em torno da mesma coisa: manter sob controle Ferrante de Nápoles, que não estava disposto a aceitar o afastamento de seu genro Gian Galeazzo Sforza.

Melhor ainda: queriam aterrorizá-lo e amedrontá-lo. Como Florença estava sob o domínio de Piero de Médici e apoiava os aragoneses, só restava mesmo Veneza para uma aliança de intimidação como essa e, naturalmente, o papa, que, de todas as maneiras, era considerado pelos irmãos Sforza um agente à sua inteira disposição.

De fato, Alexandre VI submeteu-se também a essa exigência. Em 25 de abril de 1493, dia de São Marcos, patrono da cidade de Veneza, anunciou solenemente, na basílica romana, o pacto triplo. Baseando-se no texto, sua orientação foi puramente defensiva; a aliança deveria servir, principalmente, para proteger o papa contra Ferrante, o prepotente vassalo do sul. Na realidade, as intenções dos aliados eram muito mais agressivas. Uma cláusula adicional combateu os fundamentos da "tranquilidade da Itália". Essa cláusula previa a adesão na liga do rei Carlos VIII da França, que desde a sua ascensão ao trono, havia dez anos, sonhava com a recuperação do patrimônio napolitano de Anjou e, nos últimos tempos, expressava sempre com maior determinação o desejo de realizar esse sonho. Em todo caso, os assuntos internos franceses estavam a tal ponto consolidados que não havia mais nada que impedisse a expedição em direção a Nápoles.

Como parceiro secundário, Alexandre VI tirou pouco proveito dessa aliança, se é que tirou. Teria de pagar caro pela proteção contra os Orsini, que tinha sido prometida por Veneza e Milão. Se, como a tensa situação indicava, a República de Veneza estivesse, de fato, envolvida numa guerra contra o Império Otomano, Alexandre VI teria de entregar à Sereníssima seu refém mais precioso: Djem, o irmão do sultão no poder, Bajasid II. Havia muito tempo, o príncipe tinha se exilado em Rodes para escapar do "garrote de veludo" que acabara prematuramente com a vida de muitos pretendentes ao trono às margens do Bósforo. Finalmente tinha chegado a Roma, depois de muitas manobras conturbadas de permuta. Nas festas da alta sociedade romana, o melancólico príncipe com seu exótico turbante era um convidado sempre bem-vindo, embora permanecesse sob constante supervisão da polícia papal. O sultão pagava caro para que esse adversário perigoso não abandonasse a gaiola às margens do Tibre.

Alexandre VI corria agora o risco de ter de abrir mão desse lucrativo trunfo.

Não é de se admirar, portanto, que o rancor contra o "arquipapa" Ascânio Sforza não parasse de crescer. Em consequência disso, o rei Ferrante viu aumentar as suas chances. Na primavera de 1493, ele

colocou sobre a mesa propostas concretas e, ao mesmo tempo, tentadoras. A mão da bela princesa Sanchia, filha natural do herdeiro do trono, bem como seu fabuloso dote, acenavam para um dos filhos de Alexandre VI, Jofre ou mesmo César — desde que abandonasse a carreira eclesiástica. O dote da princesa era constituído de várias propriedades feudais que produziam elevados rendimentos, além de uma posição privilegiada na corte. Com o coração pesado, Alexandre VI teve de recusar também essa oferta.

Essa era a vontade dos Sforza. E a sua vontade era de tal forma incondicional, que, nos corredores do Vaticano, corriam boatos maldosos sobre a ditadura dos Sforza. No verão de 1493, a situação chegou a tal ponto que Alexandre VI, por solicitação do cardeal Ascânio, escreveu um breve assegurando o apoio incondicional de Roma ao rei Carlos VIII para avançar na direção de Nápoles.

Essa intervenção era o que o papa mais temia. Finalmente, seus piores inimigos reuniram-se na corte francesa. E suas insinuações tiveram também consequências. O monarca passou a anunciar, cada vez com maior frequência, que desempenhava sua função como filho fiel da Igreja e que iria reformá-la da cabeça aos pés. Em resumo, isso significava concílio e deposição para Alexandre VI.

O papa estava entre a cruz e a espada: tinha medo da investida italiana por parte de Carlos VIII, alimentada e pressionada pelos Sforza, e estava de olho na oferta feita por Nápoles. A iniciativa seguinte foi tomada novamente por Ferrante. Ele aumentava a sua oferta a patamares cada vez mais tentadores, deixando inequivocamente claro que o futuro esplendor dos Bórgia tinha seu preço aqui e agora: a queda de Ascânio Sforza. Um sinal visível da perda de poder poderia ser o retorno ao seu legítimo lugar no coração da Igreja do prelado, de grandes méritos, tendo sido praticamente expulso do Vaticano: Giuliano della Rovere.

Depois de três décadas e meia no trato com questões políticas com cinco diferentes papas, o rei dominava perfeitamente o jargão untado e cheio de adulações da cúria. Seu namoro com os Bórgia atiçava ainda mais o ativismo dos Sforza. Seu próximo lance: Hungria, Milão, Roma e França deviam expulsar o usurpador Ferrante do Vesúvio e ajudar o legítimo herdeiro da Casa de Anjou a

obter justiça. Mal acreditavam na possibilidade de que uma coalizão universal desse porte propiciasse a concretização da expedição francesa. Os humanistas italianos acreditavam na história como um ensinamento de vida e, portanto, relegavam a conquista de Nápoles pelos franceses ao plano da imaginação. Seu argumento: os últimos monarcas alemães, que tinham tido a pretensão de receber a Coroa imperial como reis romanos, tinham adquirido um salvo-conduto para Roma e, após a cerimônia às margens do Tibre, voltaram rapidamente para sua pátria provinciana.

O esplendor cultural os tinha ofuscado, mais precisamente a própria elite cultural — esta com mais intensidade ainda. Era um exagero à opinião pública que um bárbaro, como o rei francês — considerado rude, impulsivo e ganancioso —, pudesse atrever-se a profanar o solo sagrado da península com seus mercenários para envolver-se numa batalha perdida contra a mais elevada civilização do planeta. Para eles, a reputação de Carlos VIII não passava de uma escaramuça tática e, na melhor das hipóteses, um jogo de medo e tensão: quem se deixava intimidar, quem mantinha a calma? Na sua opinião, portanto, não era necessário temer graves consequências. Dessa forma, embalavam-se na segurança.

Desconsiderando todas as intrigas contrárias, ambos os Sforza sentiam-se mestres neste jogo. Nesse meio-tempo, puderam ver confirmada essa avaliação.

No verão de 1493, tiveram motivos de sobra e em dose dupla para alegrar-se.

Puderam celebrar dois casamentos, mas, acima de tudo, eles próprios eram motivo de júbilo. Em 12 de junho de 1493 foi realizado o casamento de Giovanni Sforza com Lucrecia Borgia. O luxo ostentado pela festa organizada pelo pai da noiva, o papa, deixou intencionalmente os convidados de olhos arregalados e a oposição dentro da Igreja completamente perturbada. O cardeal Ascânio parecia ser o homem forte às margens do Tibre e Alexandre VI deixava bem claro que a descendência biológica do papa, além de enobrecida, também estava no poder. O local dessa celebração familiar foi, diga-se de passagem, o Vaticano.

Nesse espetáculo, a noiva e o noivo não passavam de preciosos figurantes vestidos a caráter. Como objeto da vontade alheia, eles puderam receber os presentes, por meio dos quais tinha lugar a glorificação daqueles que presenteavam. Ascânio Sforza ofereceu ao jovem casal um precioso aparador e um soberbo conjunto de louça: copos, pratos, xícaras, é redundante dizer, do mais precioso metal. Seu irmão de Milão presenteou-os com uma enorme quantidade de brocado em ouro e prata, assim como deu um anel de diamante e outro de rubi. Eles eram os patrocinadores desse casamento, isso não se podia esconder de ninguém.

A cerimônia em si, todavia, colocou todos esses notáveis donativos em segundo plano. O papa abençoou pessoalmente a união dos recém-casados, cercado por doze cardeais — como Cristo e seus discípulos. O banquete que foi oferecido, contudo, nada tinha a ver com a simplicidade da Última Ceia. Mesmo a portas fechadas, podia-se ouvir que damas e cavalheiros, enfileirados em seus coloridos trajes, festejavam e dançavam. Além disso, foram recitadas comédias e declamados poemas obscenos. O restante ficava a critério da imaginação dos excluídos. Portanto, tornou-se lendário.

Segundo Infessura, o indignado e voluptuoso escrivão do Senado, as 150 taças de prata oferecidas aos noivos pelo papa foram solenemente estreadas. Para o divertimento geral, derramaram vinho dessas 150 taças nos decotes das damas da mais alta sociedade romana, enquanto seus maridos tiveram de ficar do lado de fora. Depois de menos de um ano de pontificado, os Bórgia já não temiam absolutamente nada com relação à sua reputação. Por esse motivo, a fantasia não tinha mais limites, uma vez que podia ser baseada em fatos reais. Entre as aristocratas romanas que presenciaram a festa, estava a belíssima e fascinante Giulia Farnese. A sua ligação como o *pontifex maximus*, 44 anos mais velho do que ela, era um segredo aberto. É que o papa apaixonado não fazia absolutamente nada para ocultar a sua mais recente conquista. Ao contrário: para o acolhimento de Giulia e sua família, o papa se expôs brevemente de forma impressionantemente reconhecível.

Mais sensacional ainda foi o segundo casamento que os Sforza, em 1493, registraram de forma triunfal. Trata-se aqui do acordo de

paz de Senlis, pactuado entre Maximiliano I, imperador do Sacroimpério Romano-germânico, e Carlos VIII da França, que culminou com a disputa sobre a sucessão borgonhesa.

Assim, o monarca francês passou a ter carta branca na Itália. A partir de então, a expedição para a conquista do trono napolitano passou a ser, subitamente, uma questão a ser tratada com seriedade. O monarca de Milão não estava disposto a abrir mão do jogo sedutor envolvendo atração e ameaça, que agora tinha se tornado definitivamente um desafio. Ele procurou, contudo, outras garantias e foi encontrá-las justamente na Casa de Habsburgo. Entre junho e agosto de 1493, o neto de camponeses humildes negociou com o todo-poderoso senhor Maximiliano uma aliança de casamento, apresentando a uma Europa atônita, pouco tempo depois, o desfecho das negociações. Após a morte de seu pai, o imperador Frederico III, em 19 de agosto de 1493, o novo líder da dinastia dos Habsburgo deveria casar-se com Bianca Sforza, a filha do duque Galeazzo Maria, assassinado em 1476.

Maximiliano estava passando por enormes apuros financeiros, o que todo mundo sabia, principalmente, devido às cobranças de uma multidão de credores. Pelo menos no curto prazo, Ludovico Sforza pôde remediar um pouco essa situação.

Para esse casamento, ele pagou o astronômico dote de 400 mil ducados; os Habsburgo banhavam verdadeiramente a ouro os casamentos com os arrivistas.

Havia muito tempo que o rico ducado de Milão não desembolsava uma quantia tão considerável como essa. Assim, para amalgamar seu poder que se encontrava aos escombros, Ludovico teve de abrir mão de muitos feudos lucrativos. Teve de pedir emprestada uma boa parte da elevada quantia — e isso a juros exorbitantes.

Estava, todavia, convencido de que o investimento era vantajoso. Ao que parecia, os Sforza tinham chegado ao topo, à frente da Igreja e do Império. Isso não estava totalmente errado, mas deve ser analisado com maior precisão: a Igreja e o Império estavam um degrau abaixo deles. Também em casa, Ludovico acreditava ter atingido seu objetivo. Em um acordo suplementar, Maximiliano prometeu a concessão do feudo imperial de Milão, que até então

tinha sido recusado aos Sforza. Foi concedido a ele, Ludovico, e não ao legítimo duque Gian Galeazzo. Causou grande furor e interesse na Itália o fato de que o malvado tio recebeu essa concessão e não seu desafortunado sobrinho e duque. Ludovico também não tinha mais nada a perder com a sua reputação.

O jogo duplo dos Sforza, em Milão e Roma, foi estimulado ainda mais por esses triunfos. No verão de 1493, o cardeal Ascânio, em segredo, tramou para que a expedição de Carlos VIII para a conquista de Nápoles fosse vista como uma libertação, aguardada com ansiosa expectativa, contra o terror promovido por Ferrante. É claro que essa mensagem tinha sido inventada e o papa sequer tinha sido consultado a esse respeito. Contudo, ele teve de continuar escondendo a sua ira por estar sendo utilizado como um fantoche pelos Sforza. Caso contrário, estaria correndo o risco de os irmãos Sforza passarem para o grupo dos simpatizantes do concílio e, com Ascânio, apresentassem um candidato promissor para a sua sucessão no trono papal. Se o papa Alexandre VI não queria entrar para a história como um papa sem importância, estava mais do que na hora de sair do jugo da dominação.

## **Golpes de libertação**

As oportunidades para isso não demoraram a chegar. Em 13 de junho de 1493, um dia após o casamento de Lucrecia com Giovanni Sforza, o príncipe aragonês Federico d'Altamura chegou a Roma. O que estava em ordem para os Sforza era muito pouco para a Casa de Aragão. Afinal de contas, esse papa tinha outros filhos, que ainda não haviam sido devidamente amparados. Como de costume, a receita para o sucesso era a mesma: nepotismo como meio de domínio, porém não a favor do papa, mas sim de outros. Quem quisesse ganhar influência em Roma, tinha de fazer uso do sentimento de família de Alexandre VI. As últimas preocupações do *pontifex maximus*, que era ganancioso e medroso ao mesmo tempo, foram sobrepujadas por uma delegação diplomática com a qual a superpotência Espanha, até o momento ausente de Roma, entrou em campo. No início de 1492, Isabel e Fernando tinham expulsado

os últimos líderes mouros de Granada e, em face dos planos de conquista por parte da França, sentiram-se impelidos a apoiar os seus parentes napolitanos. Providos da aura de sucesso de defensores da fé, apelaram para a consciência de seu compatriota de forma franca e direta. A honra comprada, as relações carnais com jovens romanas, o excesso de favorecimento aos seus parentes, a dependência indecorosa para com os Sforza: os embaixadores dos reis não deixaram de fora nenhum desses temas que eram, seguramente, embaraçosos para Alexandre VI.

Essa estratégia de ameaça e tentação quebrou, finalmente, o feitiço. Apenas três meses após a conclusão da tríplice aliança, que deveria atá-lo de forma indissolúvel aos Sforza, Alexandre VI fechou um acordo com o procurador de Ferrante para um casamento duplo. Jofre Bórgia deveria casar-se com Sanchia de Aragão, tornando-se príncipe de Squillace e recebendo mais feudos ainda, cujos rendimentos, devidamente fixados contratualmente, correspondiam a 10 mil ducados anuais. Além disso, ele seria agraciado com um lugar de honra no mais íntimo séquito real e mais ainda: o seu posto deveria ser indicado. Jofre permaneceria na corte napolitana como promessa viva da inabalável afeição mútua entre as duas cidades. Na verdade, isso queria dizer que ele teria de servir de garantia para o bom comportamento de seu pai. Toma lá, dá cá — esse também era o lema para o segundo projeto de casamento. Finalmente, Isabel e Fernando declararam o seu consentimento para que Giovanni Bórgia, que se tornou o segundo duque de Gandia, se casasse com Maria Enriquez, a viúva de seu meio-irmão. O preço que Alexandre VI teve de pagar para realizar esse ardente desejo foi imenso e, ao mesmo tempo, não lhe custou absolutamente nada: na divisão do Novo Mundo descoberto por Colombo, o papa espanhol favoreceu os "seus" soberanos, em detrimento de Portugal, ou seja, a magnitude dos Bórgia valia alguns graus de latitude. Como que por magia, os rebeldes transformaram-se agora em filhos amados do papa.

É óbvio que Fernando também não se esqueceu de seus fiéis aliados. Dom Virgínio Orsini, o poderoso general do regente e pequeno rei sem coroa em uma terra de ninguém entre Roma e Nápoles, caiu novamente nas graças dos favorecimentos. Após o

pagamento de 35 mil ducados, ele pôde até mesmo manter os disputados Castelos Cerveteri e Anguillara. Mesmo o renegado cardeal Giuliano della Rovere foi, subitamente, agraciado pelo amor paternal de Alexandre VI, caso voltasse com remorso na posição de filho perdido. Mas a reconciliação com uma personalidade de caráter tão altivo não podia ser comprada assim de forma tão barata. Em vez disso, o nepote de Sisto IV apresentou suas condições: ou ele ou eu. "Se Ascânio Sforza não abandonar o Palácio do Vaticano, eu não volto." Mesmo para o agora tão afável Alexandre VI, essa exigência máxima foi inaceitável. O lado oposto, contudo, acreditava ver um sentimento de pesar nessa recusa. Parecia que, por trás dessa negação, ouvia-se qualquer coisa como "ainda não, mas quem sabe mais tarde".

Não foi dado ao papa muito tempo para alegrar-se com o progresso dos acontecimentos. Pouco depois da conclusão do acordo de casamento e amizade romano-napolitana, chegaram a Roma os embaixadores do rei Carlos VIII da França. Eles exigiam categoricamente que Alexandre VI outorgasse ao seu monarca, na posição de herdeiro de Anjou, o reino de Nápoles. Mas esse pedido foi atendido sem mais delongas por meio do entendimento cordial reinante entre os Bórgia e Ferrante. Os embaixadores não levaram mais do que garantias sem qualquer compromisso de volta para a França: Alexandre iria analisar cuidadosamente todos os títulos legais e, em seguida, informar a ambas as partes a sua decisão. Estava claro no que isso iria dar: em nada. Por esse motivo, na partida da comitiva de embaixadores, em 9 de agosto de 1493, as palavras foram ásperas: Carlos VIII saberia como obter seu direito superior. Não menos ofensivo do que o monarca foi o comportamento dos irmãos Sforza. Eles teriam sugerido continuamente ao rei manter Alexandre VI sob rédeas curtas. E agora mais essa!

O escândalo, porém, veio à tona alguns dias depois. No final de agosto de 1493, o cardeal Ascânio recebeu, de fato, uma ordem de despejo: ele deveria fazer a gentileza de transferir o seu domicílio do Vaticano para a sua residência como vice-chanceler! Aparentemente, o papa tinha se debruçado nos braços do lado oposto e estava agora

às voltas com Giuliano della Rovere. Este passou a gabar-se abertamente de ter sido o mentor do despejo de seu rival. Em consequência disso, o ludibriado vice-chanceler retirou-se para o seu ducado de Nepi e, como parecia, estava ofendido até a alma. Que afronta para os orgulhosos Sforza!

Ludovico espumava de raiva — a honra da família estava manchada!

Não havia razão para maiores exaltações. O suposto drama era, pelo menos em sua maior parte, uma farsa que tinha sido combinada pelos dois atores principais.

Ascânio Sforza não só tinha sido inúmeras vezes informado da aproximação de Alexandre VI com Nápoles, mas também estava convencido da sua necessidade.

Esse acordo, afinal, não só deu fim à ameaça de Roma em relação à região sul, mas também fez aumentar as esperanças de um equilíbrio de interesses semelhante entre Ferrante e Milão. Aparentemente, sob certas condições, o rei estaria agora disposto a dar esse passo. De todas as maneiras, a perspectiva, mesmo vaga, de curar essa ferida aberta da política italiana justificava a encenação de tamanha farsa. No entanto, Ascânio Sforza não nutria grandes expectativas. Por esse motivo, em princípio, não informou seu irmão dos acontecimentos, mas o fez continuar seu namoro com Carlos VIII. Se Ferrante não cedesse, entraria pura e simplesmente em vigor um plano alternativo. Com a ajuda do rei francês, ele pretendia derrubar a dinastia aragonesa em Nápoles e, após a deposição de Alexandre VI, eleger papa o vice-chanceler.

Por seu lado, Ludovico sempre que mantinha a cabeça fria, favorecia, pelo menos temporariamente, uma terceira variante. Com a ameaça permanente de uma invasão francesa em Nápoles, ele queria manter em cheque Ferrante e seus potenciais sucessores, sem permitir que a intervenção militar se transformasse em derramamento de sangue. No entanto, quando o medo ou, mais exatamente, a raiva tomava conta dele (o que acontecia muitas vezes), curvava-se à solução violenta de Ascânio. Nessa completa confusão, mesmo os diplomatas mais astutos e experientes não conseguiam distinguir a aparência da realidade. Cada vez mais

preocupados, eles questionavam se as próprias cabeças mentoras dessa trama conseguiriam manter uma visão geral dos acontecimentos. Diante desse cenário, a suspeita e a desconfiança criavam uma dinâmica própria e assustadora.

Chegara a hora de Alexandre VI, mesmo que, no horizonte, a única coisa que se podia ver fosse o acúmulo de negras nuvens. Com um só golpe, no verão de 1493, ele conseguiu algo impressionante: a ascensão social dos Bórgia na Itália e na Espanha, a expulsão do "arquipapa" e, não menos importante, o enfraquecimento substancial da oposição por parte do cardinalato que, na pessoa de Ferrante, tinha perdido o seu mais ardente protetor. Até mesmo o foco ambulante de agitações chamado Giuliano della Rovere estava agora sob controle. Assim, nada mais poderia impedir o grande golpe que estava por vir, ou seja, a nomeação de novos cardeais, mais precisamente, doze ao mesmo tempo.

Antes da nomeação, apenas o cardeal Oliviero Carafa protestou contra essa degradação do chapéu púrpura. Os demais representantes da "Contraigreja"

tinham se resignado. No final, Carafa também documentou a sua divergência da mesma forma que eles: mediante a ausência no crucial consistório.

De maneira perspicaz, a sua impotente objeção tinha diagnosticado uma mudança radical, que ele e seus companheiros censuravam profundamente. Os candidatos que passariam a ser nomeados para o colégio sagrado personificavam um novo tipo de príncipes da Igreja, que provocaria a destruição do papado. Isso porque a maioria desses cardeais ainda era muito jovem e considerava o seu cargo um investimento que devia oferecer rendimentos. No entanto, eles não dedicavam fidelidade ao papa, muito menos à Igreja, mas sim apenas ao influente protetor que tinha oferecido a eles a oportunidade de obter esse investimento por meio da ascensão na cúria. *O tēmpora, o mores* — que tempos e que costumes! Os velhos cardeais já não entendiam esse mundo decadente.

Ainda pior, quase mesmo uma paródia de seus ideais, era o fato de que os que realmente romperam com as tradições reivindicavam friamente seus valores visando apenas seus próprios interesses. Sendo assim, o cardeal Ascânio não perdeu a oportunidade de, no consistório, acusar Carafa dos pecados de soberba e orgulho: um simples cardeal ousou opor-se à recompensa dos mais merecedores, feita por Sua Santidade em sua insondável sabedoria! Essa indignação era simulada. O próprio vice-chanceler sabia melhor do que ninguém que os critérios de seleção dos candidatos eram dinheiro, favorecimentos e facilidades.

Os cardeais que repudiavam a nomeação de seus novos colegas e o pontificado como um todo, mas que não se atreviam a expressar sua aberta insubordinação, tinham dado antes um voto positivo em branco, despedindo-se em seguida e usando um pretexto qualquer como desculpa. Dessa forma, apenas oito cardeais estavam presentes quando Alexandre VI, em 20 de setembro de 1493, apresentou o resultado da seleção. Inesperadamente, apenas um dos presentes, Domenico della Rovere, um sobrinho de Sisto IV, atreveu-se a replicar, apontando que um número excessivo de chapéus púrpura fora concedido a candidatos dos principados europeus — isso enfraqueceria os interesses da Igreja.

A crítica inesperada tinha, certamente, sua razão de ser. Ippolito d'Este, com apenas quinze primaveras, na qualidade de filho do duque de Ferrara, recebeu o chapéu púrpura por razões puramente políticas, desviando, ao mesmo tempo, as atenções do verdadeiro escândalo, César Bórgia. Estava sacramentado aquilo que muitos tinham previsto, ou seja, um filho do papa tornara-se cardeal. Isso foi uma novidade que despertou pesados temores em todos, não apenas nos representantes da "Contraigreja". Será que o sentimento de família de Alexandre VI era tão grande a ponto de tornar o papado hereditário? Se assim o fosse, com que meios? Será que a elevação de seu filho, de apenas dezoito anos, teria sido o primeiro passo nesse sentido? A maior preocupação, no entanto, residia no caráter de César Bórgia. Não que faltassem características marcantes no filho do papa; muito ao contrário. As suas preferências não eram segredo para ninguém: matar touros e adestrar cavalos,

só para mencionar duas de suas paixões mais relevantes. Parecia mais do que duvidoso que esse jovem de natureza rústica pudesse ajustar-se ao jugo suave do clero.

Para dissipar pelo menos uma parte dessas preocupações, Alexandre tratou de absolver seu filho, mais uma vez, do estigma do nascimento ilegítimo. E fez isso de forma duplicada, precisamente por meio de dois documentos datados da véspera da promoção a cardeal. No primeiro documento emitido, César foi registrado como filho do primeiro marido de Vannozza. Já o segundo documento indicava-o como filho do cardeal Rodrigo Bórgia e, dessa forma, legitimava-o. A natureza desse jogo duplo foi, com toda a certeza, puramente tática. Lembranças de 1458, deve ter sido esse o lema. Provavelmente, a primeira certidão destinava-se ao pior dos casos, ou seja, se, após a morte de Alexandre VI, a sua família passasse a ser vítima de odiosa perseguição. No entanto, essa explicação não é capaz de convencer completamente. Isso porque ninguém seria enganado com esses documentos que, embora verdadeiros, eram notoriamente forjados.

Finalmente, Alexandre VI passou a chamar César, em todas as ocasiões adequadas ou inadequadas, de seu querido filho.

Por que justamente o nepote com pendor para guerras recebeu o chapéu púrpura?

A resposta mais simples é: porque tanto Giovanni como Jofre já estavam comprometidos com contratos de casamento. Mas, afinal de contas, essa distribuição de papéis tinha sido definida pelo próprio Alexandre VI. E, diga-se de passagem, tinha sido fruto de intensas reflexões. Apesar dos recentes golpes de libertação, o papa e sua família continuavam na defensiva; de forma alguma, a luta para manter o cargo tinha sido vencida — e pior ainda: tudo indicava que estava só começando.

Colocar o mais enérgico de seus filhos no Senado da Igreja tinha sido uma medida de segurança básica contra os cardeais da oposição, enquanto ele vivesse, mas, principalmente, uma proteção para o período posterior ao seu pontificado, quando seria a vez do tudo ou nada para seus nepotes. Quem, senão César, deveria manter o séquito da família e fazer valer a eleição de um sucessor

que fosse conveniente? Que tais considerações foram decisivas pôde ser constatado, cinco anos mais tarde, quando o filho do papa abandonou a vida clerical. Nessa altura, os Bórgia tinham passado para a ofensiva e competia a César, o conquistador, entrar em ação. Fora isso, em setembro de 1493, a sua elevação a cardeal foi posta novamente à prova. Se, em tempos tão difíceis, tinha sido possível superar uma nomeação tão escandalosa, partia-se do princípio de que, no futuro, seria possível, sob circunstâncias bem mais favoráveis, conseguir muito mais.

Dois outros cardeais desempenhavam a mesma função: consolidar o domínio da família Bórgia às margens do Tibre. Um deles era Giuliano Cesarini, descendente da família, com a qual Alexandre VI, por meio do casamento de sua filha Gerolama, estava aparentado e com quem também, por outro lado, mantinha havia muito tempo algumas ligações. O outro era Alessandra Farnese, 25 anos, cujo mérito residia no simples fato de ser irmão da bela Giulia, a amante do papa. O seu cardinalato era uma espécie de salário do amor. Orsino Orsini, o marido da amante, também recebia o seu salário. Pelo par de chifres, ele foi recompensado com serviços que eram regularmente renovados, pelos quais recebia salários cada vez mais altos.

Dessa maneira, em todos os lugares imperava uma vã harmonia, ao menos enquanto a fascinante irmã do cardeal não começasse a exagerar. Em 1494, quando ela começou a tirar proveito da paixão do papa para extorquir cargos lucrativos para seu irmão, Alexandre VI colocou um fim nessa situação — suas companheiras não estavam autorizadas a exercer qualquer tipo de influência sobre as ações do governo. No entanto, por razões de Estado, essa separação foi apenas provisória, já que, sete anos depois, Giulia, a bela — como era chamada pelos romanos —, tornou-se novamente sua amante. Das jóias que ganhou do papa, ela pôde viver brilhantemente até a sua morte, em 1524.

Dois outros cardinalatos demonstraram exatamente a função relacionada ao cargo, algo que até então estava faltando. Gian Antonio Sangiorgio, de Pavia, afirmou-se nos negócios mais intrincados da cúria, sobretudo nos duvidosos casos canônicos, não

precisando para isso de nobre ascendência ou parentesco, muito menos da proteção de soberanos estrangeiros, mas apenas ser a mão direita do cardeal Rodrigo Bórgia. Por razões semelhantes, Bernardino Lonati, principal conselheiro de Ascânio Sforza, cuja elevação representava a mais importante concessão aos impopulares aliados, teve também uma carreira brilhante.

Os restantes sete chapéus de cardeal, que, em 20 de setembro de 1493 foram aprovados pelo corpo predominantemente servil do consistório, podem ser classificados como brindes promocionais, respectivamente, como expressão de devoção endereçada às principais potências europeias. Jean Villiers de la Groslaye, o abade de Saint-Denis, devia seu chapéu púrpura a Carlos VIII, da França; Bernardino Carvajal, o bispo de Cartagena, era um protegido de Fernando de Aragão. Maximiliano I conseguiu a elevação de seu favorecido, Raymond Péraud (Peraudi), o bispo de Gurk, que, posteriormente, passou a atuar como "especialista para assuntos alemães" dentro da cúria e, como tal, teve de realizar diversas operações de indulgência. A nomeação de Friedrich Kasimir Jagiello, o bispo de Cracóvia, tinha o propósito de ganhar a simpatia do rei polonês.

O cardinalato para Ippolito d'Este, no entanto, foi novamente um ponto para os Sforza; o vice-chanceler tinha apoiado o filho do duque e, em função disso, colheu benefícios financeiros como forma de gratidão. Com Domenico Grimani, finalmente, um quarto veneziano tomou assento no Senado da Igreja. Suas qualificações para o elevado cargo tinham sido, acima de tudo, a sua liquidez financeira.

Com exceção de César Bórgia, os nove cardeais tiveram de pagar pela concessão do cardinalato, inclusive os candidatos dos reis. Oficialmente, as transações foram realizadas como apoio voluntário para o financiamento da guerra contra os turcos. Mas isso não enganava ninguém. Um cardinalato como recompensa por uma boa conduta política não era novidade para ninguém; Inocêncio VIII tinha concedido um chapéu púrpura para sacramentar o casamento de um nepote.

Nesse sentido, os romanos já estavam acostumados a muitas coisas. A concessão do cardinalato por dinheiro, uma invenção específica de Alexandre VI, foi, todavia, uma quebra de tabu, assim como as correspondentes modalidades de pagamento que foram negociadas. A metade do preço acordado, que, segundo a solvência do comprador, girava em torno de 15 e 30 mil ducados, deveria ser paga em dinheiro. O restante poderia ser saldado por meio de jóias ou cartas de crédito. Também futuramente, Alexandre VI passaria a agir sempre dessa forma.

Com a diferença de que, já na oportunidade seguinte, dispensou as ambíguas dissimulações.

Com tantos vencedores, os perdedores tornaram-se ainda mais agressivos. Luís de Aragão, o candidato do rei Ferrante, saiu de mãos abanando. De acordo com a intenção do papa, apesar do recém-selado pacto matrimonial, não poderiam nascer flores nos jardins ao pé do Vesúvio. Externamente, no entanto, Alexandre VI mostrava-se bastante jovial. O rei teria de fazer a fineza de compreender que a opinião pública e o colégio cardinalício precisavam de tempo para se acostumar com o entendimento cordial que reinava entre Roma e Nápoles. O

mínimo que se podia interpretar aqui seria, talvez, uma vaga promessa para o futuro. A situação de Giuliano della Rovere era, porém, desoladora. A expansão do colégio cardinalício tinha reforçado o poder de seus inimigos, enfraquecido seus seguidores e prejudicado seriamente a sua influência dentro da cúria. Diante da precária situação, ele reagia com ataques de fúria. Por sua vez, os cardeais da oposição recolheram-se. Treze meses após a eleição de Alexandre VI, a Igreja estava à beira da cisão.

Ascânio Sforza, contudo, reputava como grande sucesso a nomeação dos doze cardeais. Embora tenha assegurado a nomeação de apenas dois de seus candidatos preferidos, conseguiu amarrar os cardeais Cesarini e Farnese à sua família por meio de projetos matrimoniais. Se Alexandre VI morresse naquele momento ou, talvez, se viesse a perder o seu posto, Ascânio estava quase certo de que seria o seu sucessor. Também de Milão, os Sforza foram novamente agraciados com certo brilho. A investidura de Ludovico

aos ricos feudos de Milão estava, finalmente, selada e sacramentada, mesmo que tenha entrado em vigor apenas um ano depois, em 8 de outubro de 1494. A amarga farsa do despejo caiu no esquecimento. Ao que parecia, os Sforza encontravam-se no auge do poder.

### **À beira do abismo**

Eles queriam tomar o vinho do triunfo até a última gota. Em Milão e Roma, em vez de se contentarem com o que tinham alcançado, os irmãos começaram a planejar novas expansões. Mais do que nunca, mostraram-se empenhados em aproveitar a oportunidade do momento e enfraquecer definitivamente o inimigo implacável aos pés do Vesúvio. Os comprovados meios para esse fim continuavam sendo a invasão italiana por parte de Carlos VIII que, de acordo com as expectativas, pagaria um alto preço pelo apoio a ele demonstrado, principalmente na substituição do *pontifex maximus*.

Uma nova e bela Itália, para sempre pacificada pela França e pelos Sforza e, ainda, adicionalmente protegida pela benevolência de Maximiliano, o chefe imperial. Esse cenário deve ter provocado muitos pesadelos em Alexandre VI, que naquele momento estava se tornando uma figura cada vez mais marginal na política nacional. Mas ele tinha pouco a contrapor diante da emergente coalizão formada por França e Milão. Ninguém levava mais a sério os seus planos de reunir uma frente nacional contra o rei estrangeiro. Os dias de Lodi tinham chegado ao fim — e isso havia muito tempo. Viva o saudável auto-interesse!

Esse era o lema político daquele momento.

A pouca influência ainda desfrutada por Alexandre VI para equilibrar a balança do poder político foi demonstrada no tom utilizado por Ascânio Sforza. Ele recusou abruptamente o pedido feito pelo papa de avaliar novamente as chances de reconciliação entre os Sforza e o rei Ferrante, sem se dar sequer ao trabalho de preservar as formas mais elementares de polidez. O papa, contudo, mesmo tendo sido grosseiramente rejeitado, não tomou essa

resposta à letra. Em vez disso, encarou-a como mais uma farsa na guerra de nervos: o rei francês ia chegar agora ou não? Em caso afirmativo, quando, por que caminhos, com quantas tropas?

Durou quase um ano essa troca de mensagens contraditórias e manobras. Nessa contenda, eles utilizaram todos os meios de propaganda e violência, algo que se tornou crítico quando, no outono de 1493, correu solto o boato de que uma tentativa de assassinato por parte dos Orsini contra Ascânio Sforza tinha falhado no último momento. Independentemente de o atentado ter sido um boato deliberadamente disseminado ou realmente planejado, os irmãos Sforza não só acreditaram nas intenções homicidas de seus inimigos, como também localizaram o mandante do atentado em Nápoles. Portanto, mais do que nunca, destruí-lo parecia-lhes ser um ato de legítima defesa.

Mesmo com toda essa agitação, reinava em Roma uma tranquilidade completamente fora do normal. A Cidade Eterna encontrava-se no ponto cego do fluxo de mensagens. É por esse motivo que Alexandre VI, que nos tempos das vacas gordas tinha sabido tirar proveito pessoal fenomenal da eficiência da informação, estava profundamente preocupado. Além disso, algumas mensagens eram piores do que não receber mensagem alguma. Se elas tivessem passado pelos canais de comunicação dos Sforza, eram consideradas contaminadas, quando não envenenadas.

Para piorar, o vice-chanceler tratava o inseguro Alexandre VI usando o pau e a cenoura. A atração consistia em ajudá-lo na luta contra os Orsini, cujos bens e direitos deveriam ser passados aos Bórgia; a pressão, no entanto, eram as notícias horrorosas que eram deliberadamente transmitidas. Essas notícias eram verdadeiras, exageradas ou completamente inventadas? Após cada aplicação de novas doses de informação, o papa oscilava entre a esperança e o medo. Essa insegurança era completamente intencional. Dessa maneira, Ascânio Sforza não demorou a relatar nos mínimos detalhes ao assustado papa tudo o que Carlos VIII pretendia fazer com ele. A entrada triunfal do rei em Nápoles representaria para o papa o dia do Juízo Final: concílio, deposição, vergonha e prisão. Essa catástrofe só poderia ser evitada se Alexandre VI outorgasse ao

monarca francês a concessão da Coroa napolitana, o que deveria ter sido feito havia muito tempo.

Essa mudança aguçou os ouvidos e fez brotar leves esperanças. A reforma da Igreja não era, aparentemente, uma finalidade absoluta, mas sim uma ameaça tática. Muito provavelmente, a mesma coisa pode ser dita sobre o anúncio solene da intenção do rei de conquistar a Terra Santa. Tudo indicava que o caminho a Jerusalém terminaria aos pés do Vesúvio. Se esses pressupostos fossem confirmados, teria de haver negociações. Mas o papa Bórgia, conhecido mestre na arte de dar pouco e exigir muito, esperava essas negociações com alguma placidez.

Além disso, a política de risco praticada pelos Sforza havia tido efeitos colaterais positivos para Alexandre VI. Todos aqueles que tinham a perder com a iminente queda do equilíbrio de poder jogavam a culpa para cima dos dois irmãos encrenqueiros, reunindo-se em torno do papa, o homem que agora se desculpava pelas suas violações anteriores cometidas contra a "tranquilidade da Itália". Esse efeito de solidariedade em tempos de crise melhorou até mesmo o clima dentro da cúria. Sinais e milagres: até mesmo o cardeal Todeschini Piccolomini voltou para Roma e colocou-se a serviço do *pontifex maximus*. Um domínio francês sobre a Igreja, erguido sob o manto da reforma, desacreditava não apenas a obra da renovação, mas também ultrajava seu coração. E as batidas desse coração eram italianas. Muitas pessoas pensavam ou sentiam-se da mesma forma: uma maldição sobre os insaciáveis irmãos Sforza, que trouxeram esses bárbaros para o nosso país! Sob essas circunstâncias dramáticas, mas não sem saída, Alexandre VI achou melhor esperar.

Em 25 de janeiro de 1494, com a morte do rei Ferrante, em Nápoles, a tática de ficar quieto mostrou-se um verdadeiro fracasso. Chegara o momento da decisão.

E se o papa renovasse a bula de Inocêncio VIII, datada de 1492, na qual seu antecessor confirmava a sucessão de Afonso para o duque de Calábria? Ou se, no último momento, contudo, passasse para o lado oposto e reconhecesse os direitos ao trono da Casa de Anjou? A resposta mais rápida em face da evolução da situação foi

dada novamente pelo ágil Ascânio Sforza. Lançando mão de enormes recursos financeiros, ele conseguiu trazer os principais membros da Casa de Colonna para o seu lado e, portanto, para o seio da aliança pró-França; como era previsível, esses foram seguidos pelos Savelli.

Dessa forma, o papa deve ter se sentido cada vez mais cercado dentro de seu próprio território. Os embaixadores do duque de Calábria apressaram-se ainda mais em prometer o cumprimento imediato de todas as condições relacionadas ao enfeudamento. E as condições impostas não eram poucas. Seu antecessor tinha estabelecido uma taxa de enfeudamento no valor de 200 mil ducados para uma mudança de domínio, uma quantia que o papa Bórgia, cada vez mais com a corda no pescoço, jamais poderia recusar. Embora estivesse longe de ser inatingível, Alexandre VI decidiu, no entanto, beneficiar-se completamente da situação mais difícil ainda em que se encontrava a dinastia de Aragão. Como compensação adicional para a investidura, o papa exigiu e recebeu o consentimento vinculativo, no qual o novo rei concederia um feudo complementar, com rendimentos anuais na casa dos 12 mil ducados e um dos sete postos mais altos da corte. Por trás disso tudo estava o grande plano de 1458, que era precisamente abocanhar a Coroa do Reino de Nápoles para seus nepotes. Sob as circunstâncias apresentadas, uma aliança com a enfraquecida Casa de Aragão seria a jogada mais acertada nesse sentido. A tática era primeiro ajudar, em seguida, minar e, finalmente, herdar. Em tempos de elevadas turbulências, a determinação política de Alexandre VI não se deveu à lealdade aos "compatriotas" de Nápoles, e sim à mera constatação de que uma mudança de aliança, no último minuto, iria piorar ainda mais a situação.

Contudo, se ele ainda cedesse à pressão de Carlos VIII, concedendo-lhe o Reino de Nápoles, estaria dentro de um completo conflito. Além disso, aquilo que tinha acabado de ser conquistado pelos Bórgia no Reino de Nápoles estaria agora perdido. Assegurar o papado e tirar proveito dele em prol de sua família eram os dois objetivos que ditavam, de forma consequente, a mesmíssima política. E não havia aqui outra alternativa. Essa atitude foi

fortificada pela esperança justificada de que, no final das contas, não se tratasse apenas de uma reforma da Igreja, mas sim de uma pressão de concessões políticas. Era necessário o diálogo, e confiança absoluta era imprescindível.

Dessa forma, reinava no Vaticano um espírito de esperança. Excepcionalmente, Alexandre VI recebeu assistência até dos cardeais da oposição, mesmo dos príncipes da Igreja de idade mais avançada, que cresceram sob o sinal da paz de Lodi e não queriam permitir que lhes roubassem os ideais de sua juventude. A Itália para os italianos — essa era e continuou sendo a palavra de ordem. A situação de Ascânio Sforza tornou-se cada vez mais precária e seus nervos não foram poupados. Secretamente, ele mandou perguntar a seu irmão se ainda seria possível fazer um acordo com Nápoles — e recebeu de volta uma gélida repulsa.

Nesse meio-tempo, Alexandre VI e Afonso de Aragão chegaram a um acordo.

Em 14 de março de 1494, o papa recebeu oficialmente os embaixadores de obediência do Vesúvio, o que significava um reconhecimento, de fato, da ordem de sucessão. Dois dias depois, aceitou o juramento de fidelidade do futuro rei e confirmou a bula de enfeudamento de seu antecessor. Os Bórgia foram muito bem recompensados por isso, muito além de todas as exigências originais.

Giovanni, o recém-coroadado duque de Gandia, além do prometido cargo na corte, recebeu o Principado de Tricario, no valor de 15 mil ducados anuais. Além disso, prometeram-lhe financiar um lucrativo comando militar com Nápoles e Florença.

Adicionalmente, Afonso aumentou os rendimentos do feudo de Jofre para 40 mil ducados e, finalmente, determinou uma data para o acordado casamento com a bela princesa Sanchia. Diante de tantas gentilezas, Luís de Aragão conseguiu assegurar naquele momento o seu chapéu púrpura, que Alexandre VI tinha negado a ele seis meses antes.

E assim, em Nápoles havia agora dois motivos para celebrações: uma coroação e um casamento. Para garantir o impecável desenrolar da coroação, Alexandre VI enviou a Nápoles, em viagem

de serviço, Johannes Burckard, seu especialista no assunto e que, como oficial de protocolo, foi incumbido de realizar a cerimônia com o representante da Coroa, o cardeal Bórgia-Llançol. Com seu rigor habitual, o alsaciano manteve a sucessão interminável de juramentos e homenagens que deveria consolidar esse trono flutuante naquele dia de maio de 1494. No final, até mesmo o tempo favoreceu. Após muita chuva fora de época, o céu clareou; o repentino sol foi visto por todos, e não apenas pelo mestre de cerimônias, como uma bem-vinda graça divina.

Não menos pomposa foi a celebração do matrimônio de Jofre e Sanchia. O noivo tinha apenas treze anos de idade, mas, aparentemente, já sabia o que fazer para consumir o casamento. Afinal, ele era um Bórgia. Nem as brincadeiras de mau gosto a que o casal foi exposto puderam impedir a angústia que pairava sobre ambas as festas. E a pergunta que estava por trás desse sentimento inquietante era: por quanto tempo ainda?

Nessa situação de incertezas, o novo rei não teve o menor escrúpulo em fazer sondagens diplomáticas sobre a situação às margens do Bósforo. Nos seus esforços para obter o apoio do sultão todo-poderoso, Afonso tinha recebido respaldo explícito de Alexandre VI. Sem dúvida, é verdadeira uma carta papal em que foram confiadas ao monarca as graças de Bajasid. Ao contrário dessa, trata-se muito provavelmente de inteligente falsificação uma carta do sultão que, por meio de um ataque contra os embaixadores, caiu nas mãos dos Bórgia, na qual o sultão prometia ao papa 300 mil ducados pelo assassinato do príncipe Djem. A verdade e a ficção estão intimamente entrelaçadas na propaganda dos adversários dos Bórgia.

Em Milão, reinava também um ambiente depressivo. Finalmente, Ludovico Sforza teve de admitir ter embarcado em um jogo em cujas regras ele tinha começado a escorregar. Carlos VIII — isso naquele momento parecia seguro — não iria pôr-se em marcha com uma frota para a conquista de Nápoles, como o senhor de Milão achava que iria acontecer, mas iria tomar a rota terrestre pelos Alpes. Essas mudanças logísticas fizeram os planos caírem por terra, pois todo o

empreendimento minuciosamente planejado ameaçava tornar-se incontrolável.

Aquele que se considerava o mestre da diplomacia italiana reagiu de forma nervosa. As suas sondagens, contudo, permaneceram não apenas sem resultado, mas também sem a menor ressonância. Essas giravam em torno de saber se poderiam ou não, no último minuto, notificar Nápoles. O senhor de Milão tinha perdido seu crédito de confiança. O mestre tinha se tornado um aprendiz; já era não capaz de dominar o poder que ele mesmo tinha criado.

Ao mesmo tempo, a situação em Roma tornou-se cada vez mais caótica. Como sempre, quando se iniciavam negociações no âmbito europeu, os Colonna e os Orsini mobilizavam as suas tropas para, partindo das vicissitudes da grande política, dar golpes financeiros em prol de seus feudos nos arredores de Roma.

Giuliano della Rovere também tirou proveito da graça do momento conturbado; ele voltou do exílio para reunir novamente os seus seguidores inseguros. Para eliminar pelo menos esse elemento de distúrbio, o papa propôs novamente a reconciliação ao exilado, só que dessa vez, mesmo sob condições honrosas, as suas tentativas foram em vão. A situação de Alexandre VI, de fato, não poderia ser pior.

Ou poderia? Ascânio Sforza fazia sérias advertências, uma pior que a outra. Ao mesmo tempo, ofereceu-se para deter, no último momento, a descida para o abismo. Ele foi precedido pelos embaixadores de Carlos VIII, que apresentaram novamente o antigo ultimato: enfeudamento com Nápoles ou a situação chegaria ao extremo. Para coroar tudo isso, Alexandre VI teve de escutar essas exigências, também no consistório público, na presença de todos os cardeais que estavam em Roma. Mas a pressão não surtiu nenhum efeito. Externamente controlado, o papa escutou as ameaças dos embaixadores, permaneceu cortês, prometeu examinar cuidadosamente, mais uma vez, as reivindicações francesas e não arredou pé um milímetro sequer de sua posição.

Essa aparente placidez foi apenas simulada. Se a situação se tornasse perdida, teria sido necessário contar com reações de pânico. Mas então o ódio de Alexandre VI seria dirigido contra

aqueles que considerava a origem de todo o mal. Tais considerações foram apresentadas por Ascânio Sforza, que assumiu as consequências. Em 28 de junho de 1494, ele reuniu-se com seus novos aliados, os Colonna, em Frascati, mais exatamente em Genazzano, ao sul de Roma. De lá, fomentou a guerrilha contra o papa. Logo após o início das hostilidades, Alexandre VI encontrou-se com Afonso de Nápoles para discutir estratégias comuns. Concordaram com a fórmula de que a melhor defesa seria o ataque; tendo em vista a superioridade militar da França, foi um plano ousado. O rei não estava preparado para enfrentar esse risco, muito menos essa situação de tensão.

Antes de o primeiro tiro ter sido disparado, Afonso, que era considerado um bravo e irrepreensível cavaleiro quando seu pai ainda vivia, fraquejou e, não obstante todos e quaisquer acordos, retirou-se de volta para Nápoles. Lá, seus esforços de defesa limitaram-se a arrecadar fundos para um exército que jamais chegaria a lutar de verdade.

Contudo, Alexandre VI era irredutível, mantendo sua posição em Roma. Os conselheiros mais próximos argumentavam que a fuga seria uma abdicação voluntária. Aconselhavam para que ele aguentasse a situação com firmeza. Tudo o que tinha sido alcançado até então pelos Bórgia era resultado das negociações para a invasão francesa de Nápoles, caso realmente fosse acontecer, o que, no verão de 1494, parecia certo. Se Carlos VIII triunfasse, o papa estaria forçado a ser rebaixado para capelão do rei e dos Sforza, isso se ele continuasse sendo papa. Aparentemente, os Bórgia e os Sforza não podiam viver pacificamente juntos.

A aflição do medo e a humilhação sofridas por Alexandre VI nesses meses exaustivos de 1494 jamais seriam esquecidas, muito menos perdoadas. Mesmo que a rápida mudança na conjuntura política demonstrasse ser oportuna uma tática de aproximação aos Sforza, o papa só estava esperando a hora de se vingar. Alguns anos mais tarde, quando um acidente histórico proporcionou-lhe essa possibilidade, a vingança teve um gosto muito especial.

Em agosto de 1494, chegou então uma notícia que deu asas a alguns e perturbou outros: começou! O dragão de ferro liderado por

Carlos VIII, contando com 40 mil homens do exército, tinha se colocado em movimento. Após longas idas e vindas, o colosso armado estava agora se movimentando muito rapidamente.

Quem quisesse poderia, quase que diariamente, fincar uma bandeirinha no mapa.

Em 23 de agosto, o rei estava com sua armada em Grenoble, em 3 de setembro, em Susa, em 14 de outubro, em Pavia. Lá, ele encontrou-se com o jovem e sombrio duque Gian Galeazzo Sforza, muito doente e à beira da morte. Ninguém acreditava que se tratava de uma enfermidade natural, Carlos VIII também não.

Nem bem Ludovico Sforza tinha assegurado, contrariando a sucessão legítima, o trono ducal de Milão, seu sobrinho também mergulhou no leito de morte. Ao que tudo indicava, uma coincidência dessas não tinha sido obra única e exclusivamente do destino.

O diplomata Philippe de Commines, um dos conselheiros de Carlos VIII e autor do relato mais enfático sobre essa invasão italiana, observou, nesse contexto, que seu senhor gostaria de ter alertado o paciente das intenções assassinas de seu tio.

Mas que, por razões de Estado, o excesso de confidências tinha de ser reprimido de forma intransponível, afinal de contas Ludovico era o mais próximo aliado de Carlos VIII. Por isso o rei francês teria proferido ao travesseiro daquele que estava definhando apenas meras futilidades. Gian Galeazzo morreu quatro dias depois.

A Itália não tinha tempo para ocupar-se com esse mais do que suspeito caso de morte e, assim, uma grande multidão reuniu-se para celebrar o novo duque Ludovico. A seguinte — e espetacular — queda de um poderoso não tardou a acontecer. Em Florença, Piero de Médici, um forte aliado de Nápoles, encontrava-se em uma situação quase tão desconfortável como a de Alexandre VI, mas, ao contrário do papa, precipitou-se em uma ação desmedida. Movido por um acesso de ira, entregou ao monarca francês, sem solicitação ou necessidade, as principais fortalezas. No lugar da esperada gratidão, esse gesto de humilhação provocou o desprezo do inimigo e o ódio de seus concidadãos.

Ao retornar para Florença, em 9 de novembro de 1494, bateram-lhe com a porta do palácio da cidade nas ventas. Poucas horas depois, o filho até então arrogante do grande Lourenço teve de buscar a salvação na fuga; com ele, foi para o exílio todo o ramo principal da dinastia dos Médici. Nessa época de medo, o eloquente pregador Girolamo Savonarola, de Ferrara, oferecia certa confiança. Ele apresentava-se como um profeta de Deus e anunciava aos inseguros florentinos que eles ainda teriam um grande futuro pela frente. Nas difíceis discussões sobre a Constituição da República, ele colocou todo o seu prestígio na balança, passando a ser uma espécie de pai espiritual de um novo regime, no qual os aristocratas e a classe média, unidos em um Conselho Superior, usufruiriam dos mesmos direitos políticos.

Em grande parte, a sua credibilidade como porta-voz e mediador de Deus repousava no fato de a temida catástrofe às margens do Arno não ter chegado a acontecer. O imponente exército de Carlos VIII acampou na cidade desprotegida, porém não fez nada contra ela. Essa salvação foi atribuída pela maioria dos florentinos a Savonarola. Ele também se dirigiu ao rei francês, porém não de maneira servil como Piero de Médici, mas plenamente consciente de sua missão divina. Como profeta do Senhor, apresentou ao monarca a missão que ele tinha de cumprir. A sua tarefa, como instrumento de Deus, seria preparar o terreno para a reforma da Igreja. Teve início um confronto: de um lado, o carismático pregador; do outro, Alexandre VI.

Carlos VIII avançou na direção de Roma, em grande parte, sem se deparar com o menor obstáculo. Os mínimos sinais de resistência foram sufocados pelos aliados de Carlos, Giuliano della Rovere e os Colonna. Dessa maneira, a cidade de Viterbo, ao norte da estrada de acesso a Roma, entregou-se absolutamente sem qualquer luta. Os Orsini, pouco tempo antes ainda aliados de Nápoles, desertaram ao lado dos poderosos batalhões. Virgínio, o chefe da dinastia, não se sentia, contudo, um traidor. Lealdade e fidelidade ele só devia a Ferrante, foi a sua justificativa. Ele não tinha a menor obrigação perante o novo rei. Além do mais, não confiava nesse papa. Philippe de Commynes ficou maravilhado e aprendeu a lição. Assim eram os

grandes senhores italianos. Para eles, o sucesso era mais importante do que a honra.

Justamente por esse motivo, o apoio dos barões renegados não foi menos bem-vindo. Em Bracciano, na sede principal da dinastia dos Orsini, o exército faminto recebeu alimento e hospedagem. A partir dali, seriam apenas alguns dias de marcha até Roma. De Bracciano, o cardeal Della Rovere avançou com um grupo de homens armados para o seu imponente castelo de Óstia, que mais uma vez foi usado como ponte para a Cidade Eterna. Os amedrontados romanos tinham a impressão de que não apenas os seus inimigos, mas até mesmo as pedras conspiravam contra Alexandre VI. No momento em que havia mais do que nunca a necessidade de fortalezas seguras, parte dos muros da cidade ruiu. Deve ter sido um sinal de Deus! Aqueles que duvidaram disso foram rapidamente doutrinados com uma lição. Pouco tempo depois, veio abaixo mais uma parte do bastião do Castelo de Santo Ângelo, sem qualquer influência externa.

Enquanto se fechava o cerco à Roma, o papa recebeu, em 2 de dezembro de 1494, uma inesperada visita de seu vice-chanceler. Após garantias de salvo-conduto, Ascânio Sforza aventurou-se a entrar na cova do leão. Ele trazia consigo propostas que o papa, levado pelas circunstâncias, dificilmente poderia recusar. A promessa tentadora era que a proteção de Milão e Veneza, no último momento, preservaria Alexandre VI da ameaçadora deposição. E qual seria o preço a pagar por esse milagroso ato de socorro? A entrega das fortalezas, a extradição de César Bórgia para Milão como refém, um comando militar lucrativo para os Colonna e, além disso, a completa subordinação do papa à vontade dos Sforza. O acordo era implacável: nenhuma ação governamental importante sem o consentimento do cardeal Ascânio.

Para Alexandre VI, essa foi a última gota do cálice. Essas condições eram simplesmente inaceitáveis e, o que é pior, eram também uma terrível humilhação. Por essa razão, reagiu sem refletir, uma atitude já temida pelo cardeal milanês durante todo o verão. Sob o pretexto de uma discussão final, o vice-chanceler e sua comitiva foram convidados a comparecer ao Vaticano em 9 de

dezembro. Mal as portas se fecharam atrás deles, foram aprisionados. Na sua impotência, Alexandre VI tentava agora atacar com terror psicológico; visitantes obscuros sussurravam aos encarcerados que a sua execução era iminente.

Ascânio, no entanto, sabia muito bem que Alexandre VI não iria chegar a tanto.

Rapidamente, essa tentativa desesperada demonstrou-se um erro. Ele desafiou não apenas os incontroláveis inimigos, mas também provocou a ira dos romanos.

Eles temiam que esse golpe imprudente pudesse incitar uma reação violenta por parte dos franceses. Assim sendo, os chefes dos treze distritos lançaram um ultimato ao papa: se ele próprio não consentisse a entrada do rei em Roma, eles iriam pessoalmente abrir os portões da cidade. Até mesmo as fracas tropas napolitanas, enviadas pelo desesperado rei Afonso II sob o comando de seu filho Ferrandino, não pretendiam lutar contra esse potentíssimo adversário. Ferrandino ainda chegou a comemorar o Natal com o papa, despedindo-se às lágrimas para seguir na direção do Vesúvio, mas Carlos VIII teve de esperar ainda quase uma semana. Seus astrólogos tinham calculado que o dia 31 de dezembro de 1494 seria a data mais oportuna para a sua ocupação solene da cidade de Roma.

Dessa forma, no último dia de 1494, o rei, na posição de conquistador, avançou com lança e armadura na direção de uma cidade subjugada. Mas não se pode dizer que a pomposa cerimônia tenha sido um sucesso completo. É verdade que Carlos VIII foi acompanhado por Giuliano della Rovere e Ascânio Sforza, libertado a tempo para dar as boas-vindas solenes ao rei. Porém, a saudação feita pelos embaixadores venezianos começou provocando discórdias. Como íntegros republicanos, eles se recusaram a beijar a mão do monarca. Além disso, houve discordância sobre quem podia andar à frente de quem. Para as discussões sobre o destino do papa e da Igreja, essa disputa não prometia coisa boa. Outras ações simbólicas provocaram a forte suspeita de que Carlos VIII estaria com medo da extrema confrontação. Assim sendo, o rei não se

dirigiu para o Vaticano, como os conselheiros em torno de Giuliano della Rovere tinham aconselhado, mas sim para o Palazzo Venezia.

Os defensores de uma ação linha-dura — a deposição do papa; sem quaisquer rodeios — não conseguiram se impor nos dias que se seguiram. Para sua inteira decepção, Carlos VIII, contudo, aceitou realizar pré-negociações com Alexandre VI. Como essas terminaram sem qualquer resultado, em 7 de janeiro de 1495, Alexandre VI, acompanhado de alguns de seus seguidores, recolheu-se no Castelo de Santo Ângelo, cuja devolução ele tinha exigido de Carlos VIII pouco antes. Ferido em sua honra, o rei enfurecido apontou os mais poderosos canhões para a fortaleza às margens do Tibre. Parecia que o papa tinha de enterrar agora as recém-brotadas esperanças de chegar a uma solução pacífica.

Enquanto a situação em Roma tornava-se cada vez mais precária, Afonso II de Nápoles perdeu tudo de um só golpe. Tanto física como emocionalmente, sucumbiu completamente. Transferiu a soberania do reino ao seu filho Ferrandino e fugiu para a Sicília, onde pouco tempo depois viria a morrer. Mas o novo rei tinha entendido os sinais dos tempos. Em vez da severidade de seu avô e da condescendência de seu pai, demonstrou afabilidade. Ele realmente cortejou seus súditos, aos quais prometeu ser sempre um regente paternal, aberto para ouvir as suas necessidades. Mesmo os barões mais empedernidos foram às lágrimas. Quando chegasse a hora certa, as pessoas comuns deveriam lembrar-se dessas promessas.

## **Ressurreição política**

A fuga do papa para o Castelo de Santo Ângelo aguçou os ouvidos dos seus mais determinados adversários. Oito cardeais tentaram convencer Carlos VIII de que ele deveria cumprir seu dever como monarca ungido e ajudar a Igreja na eleição de um novo e digno sumo pontífice. O principal argumento empregado contra Alexandre VI foi, naturalmente, a eleição simonista que o elegeu. Saltou aos olhos do incorruptível Philippe de Comynes, que estava presente nessas reuniões, uma contradição. Sem dúvida,

Rodrigo Bórgia tinha comprado a eleição e, diga-se de passagem, por um preço bem alto, mas os outros tinham aceitado com prazer, isso para não dizer que o fizeram da forma mais gananciosa. Especialmente Ascânio Sforza que, com Giuliano della Rovere, demonstrava agora ser um dos mais determinados na busca da dignidade, foi um dos que mais abriram a mão para o vil metal.

Commynes estava muito bem informado sobre todos os "presentes eleitorais": vice-chancelaria, palácio, móveis, feudos... Por isso, não demorou muito a admitir sua perplexidade. O que era preciso fazer? O objetivo da expedição era Nápoles. Independentemente da maneira como fosse realizada, a deposição de Alexandre VI provocaria complicações inesperadas. De acordo com as advertências dos avaliadores, Maximiliano só estava esperando uma oportunidade dessas para apresentar-se como protetor do papa e da Igreja e beneficiar-se desse papel para obter capital político. Qual era a vantagem de elevar Giuliano ao trono de Pedro no lugar de Alexandre VI? Era preferível um papa preso no Castelo de Santo Ângelo, do qual seria possível conseguir amplas concessões, do que um novo *pontifex maximus* no Vaticano a fazer incalculáveis e imprevisíveis exigências. Com esse argumento, os realistas impuseram-se contra os fundamentalistas. Além disso, concluiu o lacônico Commynes, o monarca era muito jovem, demasiadamente ganancioso e muito desavisado para realizar essa grande obra que seria a reforma da Igreja.

A única solução, portanto, era negociar. Embora abatido por desmaios causados pela grande tensão, Alexandre VI estava na sua zona de conforto. Qualquer acordo com o rei era melhor do que não ter acordo nenhum; isso porque, em qualquer tipo de trato juridicamente válido, era reconhecido seu líder legítimo.

Essa vitória valia uma quantidade enorme de concessões. Parecia também incerto que ele seria forçado a manter essas promessas. Afinal de contas, poderia acontecer muita coisa durante o caminho de ida e volta a Nápoles. As negociações também ofereciam chances que não podiam ser desprezadas. Se Alexandre VI resistisse às extremas exigências do rei, poderia apresentar-se perante à cristandade como um papa consciente de seus próprios deveres, que

colocava os direitos da Igreja acima de seu bem-estar pessoal. Dessa maneira, seu torturador estaria rotulado como um novo Nero, com consequências fatais para a imagem da monarquia francesa. O pontificado Bórgia tinha tido seu momento crucial. Alexandre VI tinha sido forçado a jogar a roleta-russa e saiu ganhando.

Mesmo que tenha perdido algo por ocasião da conclusão do acordo de 15 de janeiro de 1495, ele teve de abrir mão de seu mais valioso refém, o príncipe Djem, que deveria acompanhar Carlos VIII até Nápoles. Como uma garantia ambulante para o bom comportamento de seu pai, César também os acompanhou na viagem para o sul. Além disso, o rei exigiu e recebeu, durante toda a campanha, a soberania sobre quatro portões de entrada de Roma: Terracina, Civitavecchia, Viterbo e Spoleto. O pacto interveio até mesmo nos assuntos mais internos da cúria. O papa foi obrigado a reconciliar-se com seus cardeais, garantindo-lhes solenemente não apenas seus rendimentos legais, mas também seus direitos de veto dentro do consistório. Uma das imposições foi também a cláusula que proibia a nomeação de legados sem a aprovação francesa. Além disso, a influência do rei foi fortalecida devido ao cardinalato dos bispos de Saint-Malo e Le Mans.

Era um contrato com mordaza, repleto de imposições. Mesmo assim, em comparação com a situação tensa de até então, foi uma virada quase milagrosa.

Por um lado, veio abaixo novamente a oposição a Giuliano della Rovere, mas dessa vez definitivamente; ele não se recuperaria desse golpe até o final do pontificado. Por outro, tinha chegado o momento das cerimônias solenes, que colocaram em evidência a nova ordem vigente e, graças ao mestre de cerimônias Burckard, também a legitimidade do papa. Aqui, o vencedor só tinha a perder, pois Burckard organizara todo o cerimonial baseado em seus livros tradicionais, nos quais o papa sempre estava acima do rei — que devia, principalmente, prestar obediência.

Assim, o monarca que queria atuar como juiz sobre a Igreja e seu corrupto líder subitamente se viu forçado a desempenhar um papel que exigia servil submissão.

No consistório, ele finalmente beijou a mão do papa, como se nunca tivesse havido a menor discordância entre eles. Pouco tempo depois, imediatamente antes de sua partida para Nápoles, ele ajudou o corpulento *pontifex maximus* nos estribos, conduzindo seu cavalo pela rédea! Nunca a tradição tinha sido tão poderosa como agora. Por esse motivo, Alexandre VI mandou pintar essa cena de imediato. Se, posteriormente, os afrescos de Pinturicchio, no Castelo de Santo Ângelo, não tivessem sido destruídos, até hoje se teria diante dos olhos a hierarquia que o papado queria fazer passar por eterna. Soberania inabalável do *pontifex maximus* sobre todos os monarcas seculares que, providos de obediência e provação, deviam servir como um braço armado da Igreja; poder incontestável do vigário de Cristo, elevado pela eterna ajuda celestial sobre a ondulação da história, ainda que as ondas estivessem, ocasionalmente, altas demais. De acordo com a mensagem central das imagens, Alexandre VI deu continuidade à ininterrupta tradição, que tinha sido criada pelo apóstolo Pedro. Os poderosos deste mundo não podiam diminuir esse domínio atemporal em um milímetro sequer.

No ponto crucial, ou seja, no enfeudamento com o Reino de Nápoles, o papa permaneceu, de fato, inabalável. Não foi possível para Carlos VIII obter as mais cobiçadas das investidas. Com o pacto de 15 de janeiro, nem mesmo os irmãos Sforza ficaram satisfeitos. Para Alexandre VI, esse foi o efeito adicional mais agradável do acordo: Ascânio Sforza ficou extremamente zangado com o monarca, cuja falta de palavra ele enfatizava. O papa não sairia tão facilmente dessa! O desagrado do cardeal foi tão violento que ele abandonou a comitiva real sem permissão e caiu, imediatamente, em desgraça.

Contudo, isso não impediu Carlos VIII de assediar o vice-chanceler e seu credor com novas exigências de dinheiro. Além disso, a relação entre o duque de Milão e o rei tornou-se conturbada. Não que antes houvesse entre eles grandes simpatias ou confianças. Comynes apontou logo no primeiro encontro o quanto a arrogância prepotente de Ludovico desagradava o francês. Além do mais, com a partida do exército para Nápoles, o papa podia

contar agora com o alívio dos romanos. Finalmente, haviam acabado os saques e as extorsões na cidade desprotegida.

Não sem uma certa pitada de prazer perverso, foi observado que o autor da desgraça tinha se tornado a própria desgraça. Isso porque os mercenários suíços e franceses a serviço de Carlos VIII, sem distinguir amigo de inimigo, tentaram invadir também o palácio do cardeal Sforza. Repelidos no último minuto, eles mantiveram-se, sem causar danos, em edificações adjacentes. De acordo com a avaliação unânime dos moradores locais, tinham construído forcas para os soldados saqueadores tarde demais. Todos os que tinham participado de alguma maneira das ações dos invasores foram aconselhados a não se mostrar pelas ruas.

Alexandre VI não teve de esperar muito por outras boas notícias: Próximo à cidade de Velletri, o rei ordenou que o cardeal de Valência [César Bórgia] passasse à frente, pois ele queria se divertir com uma caçada. Essa ordem caiu a César como uma luva. De fato, ele não se sentia honrado com essa missão, pois considerava-se prisioneiro e refém. Por esse motivo, planejava, desde o início, afastar-se da comitiva. E essa era a oportunidade. Ao preparar o alojamento no palácio da cidade de Velletri, ele convenceu o chefe da guarnição local, mediante inúmeras promessas, a deixá-lo passar disfarçado de cavalição por uma porta secreta. César montou rapidamente no mais bem equipado cavalo, como se quisesse dar-lhe de beber, saiu com o animal para fora dos muros da cidade, sem chamar a atenção de ninguém ou despertar suspeitas — irrompendo com extraordinária velocidade no sentido contrário, para o norte, na direção de Veji.

De acordo com a notícia de Sigismondo dei Conti sobre a fuga de César, os romanos não ficaram nem um pouco impressionados com essa façanha. Eles temiam que Carlos VIII voltasse e se vingasse cruelmente pela quebra do contrato. Mas o rei reagiu galantemente a esse logro, atribuindo-o a uma travessura juvenil bem-sucedida — todos nós já tivemos um dia dezanove anos de idade. Alexandre VI, todavia, lavou as mãos na inocência. É difícil acreditar, contudo, que o afastamento não autorizado de César das tropas estrangeiras não

tenha sido discutido com ele. Como a ele já tinham sido atribuídos sucessos espetaculares, o rei francês não teve dificuldades em subestimar o malogro. Isso porque, com a aproximação do poderoso exército francês, o domínio da Casa de Aragão, em Nápoles, dissipou-se por si só. Em 22 de fevereiro de 1495, o rei Ferrandino embarcou na melhor galera espanhola e abandonou o seu reino. A mensagem de despedida para seus súditos revelou, por sua vez, um enorme e saudável bom senso: "Não posso mais ajudá-los. Ajudem-se mutuamente, ou seja, colaborem com seus novos senhores, onde e como acharem necessário.

Estarei à disposição para o caso de considerarem o antigo domínio mais suportável do que o novo".

Esse momento pareceu distante quando Carlos VIII, sob os aplausos do povo de Nápoles, ingressou na capital de seu novo reino logo depois. As esperanças da massa de, por meio dessa mudança de poder, passar a ter melhores condições de vida, até mesmo de criar um verdadeiro paraíso, foram rapidamente frustradas.

Os franceses tinham de financiar a sua guerra regionalmente e, além disso, o fornecimento de alimentos tinha sido interrompido por causa das hostilidades. A primeira impressão dominante era que a situação tinha piorado. Rapidamente vieram as saudades dos antigos bons tempos, do suave domínio dos aragoneses.

Dessa maneira, a cidade aos pés do Vesúvio começou, em pouco tempo, a fermentar.

No final de fevereiro de 1495, morreu o príncipe Djem, que era um precioso refém. Carlos VIII tinha chegado ao fim de seu cortejo triunfal e encontrava-se agora em um beco sem saída, para não dizer em uma armadilha. A facilidade de sua conquista surpreendeu não apenas todos os autointitulados especialistas, mas também enganou o presunçoso articulador Ludovico Sforza, em Milão. De fato, ele tinha calculado, ou melhor, especulado que fosse haver fortes combates entre os exércitos inimigos e que pudesse ser o fiel da balança ao exercer a função de árbitro ou pacificador. Em vez disso, mais do que nunca, viu-se resumido a sócio minoritário que foi explorado financeiramente. Dessa forma, milagrosamente, o manejável duque transformou-se de cachorrinho no colo do rei

francês em garantia da "tranquilidade da Itália". Ele podia ter certeza de contar com a aprovação da opinião pública, o que era um bálsamo para sua alma oprimida. A Itália para os italianos, esse grito ouvia-se como um trovão desde o Vale do Pó até o Vesúvio. Abaixo o domínio francês em Nápoles! Evidentemente, tanto os reis espanhóis como Maximiliano endossavam com alegria essas palavras de ordem. Em 31 de março de 1495, chegou uma liga defensiva para pôr um fim nessa situação. Ela podia ser chamada de "santa", já que Alexandre VI, pessoalmente, deu-lhe as suas bênçãos — e o fez de todo o coração.

A doce vida de Carlos VIII em Nápoles, com suas caçadas e festas, teve um brusco fim. O que fazer nessa precária situação? Nápoles estava à beira de uma revolta. E, durante o longo percurso de volta à França, um mundo de inimigos esperava por ele. Se o rei não quisesse abrir mão novamente, de forma tão precipitada, do reino que tinha acabado de conquistar, teria de dividir o exército.

A primeira metade acompanharia a pessoa sacrossanta do rei no trajeto de volta à França; a outra teria de resistir ao retorno de Ferrandino. Assim, em 20 de março de 1494, teve início a marcha de retorno que se transformou rapidamente em uma acelerada retirada.

Os impactos mais imediatos atingiram Alexandre VI. Não parecia oportuno permanecer novamente em Roma. Agora que o rei tinha de lidar com adversidades, o papa tinha de contar com a possibilidade de ser mantido como refém. Além disso, só uma pequena parte das tropas, que tinham sido previstas pela aliança, havia chegado às margens do Tibre. Portanto, Alexandre VI, em 27 de maio, partiu de Roma na direção de Orvieto. Embora não estivesse em segurança, estaria mantendo, pelo menos, certa distância. Ele pôde deixar tranquilamente a sua capital. Os romanos estavam dando-lhe apoio; por conseguinte, Carlos VIII foi recebido na Cidade Eterna, em 1o de junho, da forma mais gélida possível. Sim, o papa era agora festejado como a alma da resistência italiana contra os bárbaros, até mesmo por autores humanistas.

Por mais tentadoras que parecessem a perseguição e captura do infiel *pontifex maximus*, os franceses tinham agora outras prioridades. Eles estavam sendo perseguidos por um exército da

aliança, cuja força tinham subestimado. Antes de cruzar os Apeninos, em 6 de julho de 1495, nas proximidades de Fornovo, perto de Parma, o exército apresentou-se para a luta. Após algumas poucas horas, a batalha foi terminada por violenta tempestade de verão, que transformou o riacho Taro em uma feroz corrente; suas águas estavam vermelhas com o sangue dos mortos e feridos. Como ambos os lados alegaram para si a vitória, o resultado da batalha ficou em suspenso. No máximo, era possível alegar uma vantagem logística por parte dos franceses, que mantiveram em aberto o caminho de volta.

Seu objetivo agora era a retirada — também em Nápoles. Pouco depois, em 7 de julho de 1495, Ferrandino, celebrado como rei do povo, retornou à sua capital.

Embora o exército francês tenha mantido alguns pontos de apoio nas províncias, também lá os ventos começaram a soprar contra ele.

Aqueles que acreditavam que tudo iria ficar como antes estavam muito enganados. Enquanto Carlos VIII estava a caminho de Nápoles, seu primo, Luís d'Orléans, que descendia pelo lado materno dos Visconti, invadiu a Lombardia com um exército próprio e reivindicações de heranças próprias. A tentativa de Ludovico Sforza em quebrar o cerco de Novara terminou em um desastre militar que deu uma boa ideia da erosão interna de seu domínio. Mais agitado ainda foi ficando o duque, que ambicionava tornar-se também senhor dessa crise, já que, devido aos altos impostos, sabia que seu domínio era impopular entre seus súditos e que gozava de apoio cada vez menor dos aristocratas.

Com esse objetivo, em outubro de 1495, ele retirou-se da Santa Aliança e colocou-se novamente ao lado de Carlos VIII. Com esse comportamento, pretendia garantir que o rei colocasse atrás das grades seu indisciplinado e impopular primo. Para aqueles da aliança, abandonados dessa forma tão vergonhosa, essa repetida traição foi uma traição à moda de Milão. O capital de confiança dos Sforza, novamente acrescido em curto prazo pela queda da França, tendia a chegar novamente a zero.

O cardeal Ascânio também teve de viver amargas experiências. Ele estava residindo novamente no Vaticano, mas nada era como

tinha sido antes. Do ponto de vista de Alexandre VI, essa mudança significava que o vice-chanceler já não estava mais com a faca e o queijo nas mãos. Já não podia extorquir o papa. Os barões romanos também tinham enfraquecido. Virgínio Orsini tinha terminado sua longa carreira de sucessos com um grave erro. Após diversas manobras táticas, passou justamente para o lado dos franceses no momento em que a sua estrela estava em declínio. Em consequência disso, definhava agora como prisioneiro de Ferrandino, por trás das grossas paredes do Castelo do Ovo, em Nápoles. Em compensação, Alexandre VI podia agora lançar um olhar otimista para o futuro. Seria humanamente impossível que pudesse se repetir uma crise tão grave como essa durante o seu pontificado. E, mesmo que se repetisse, estava provado que todos os anúncios de renovação da Igreja, na realidade, tinham sido resultado de manobras políticas, as quais puderam ser enfrentadas, efetivamente, por meios políticos.

Não de forma menos clara foi demonstrada a inabalável autoridade do papado, mesmo que a reputação de seu titular estivesse maculada pela falta de credibilidade e que esse utilizasse abertamente o seu poder eclesiástico para beneficiar sua família. As elites consagradas concluíram que a religião era um meio de dominação. Essa compreensão que, duas décadas mais tarde, foi expressa com toda a nitidez por Nicolau Maquiavel, dificilmente poderia ter sido discordada por Alexandre VI, já que ele próprio manuseava esse instrumento da forma mais requintada possível. Maquiavel enganou-se, contudo, ao acreditar que essa maneira de utilizar os poderes de sua função descartasse que o papa, que se servia demasiadamente da religião para fins mundanos, não acreditasse na sua eficácia de salvação. Sem dúvida, Alexandre VI era, a seu modo, um cristão devoto; era especialmente profunda e sincera sua devoção por Maria. Há outro fundamento de Maquiavel que também não procede. Ao contrário do que afirmaram os pensadores políticos florentinos em um famoso capítulo do seu *O Príncipe*, a maioria da população não perdeu a fé em face da contradição entre a doutrina cristã e a vida do papa, mesmo que esse abismo tenha sido enorme. Ao contrário: as pessoas comuns do povo devem ter chegado justamente à conclusão oposta: uma

religião tinha de ser tão santa para resistir, apesar de um líder dessa laia!

Após a avaliação dos últimos acontecimentos, Alexandre VI e seus conselheiros podiam sentir-se encorajados. Por um lado, o domínio do papa estava assegurado. Por outro, era possível conseguir muito mais no futuro. Tantas violações a tantas normas consideradas intocáveis não permaneceram sem consequências adversas. O que estava impedindo a reestruturação do sistema de regras? Isso significava concretamente que, a partir daquele momento, sem qualquer reserva, todos os recursos do cargo recuperado passaram a ser subordinados, mais do que nunca, a um objetivo maior: a grandeza duradoura da família Bórgia. A empresa "eternidade mundana" entrava agora, portanto, em uma segunda fase. Com o máximo cuidado, o papa e seus conselheiros analisaram a situação, reuniram forças, realizaram planos, testaram concepções e simularam todas as alternativas — com um longo suspiro.

As relações favoráveis de poder apontavam que o passo seguinte seria a nomeação de novos cardeais. Dessa vez, não havia nenhum "arquipapa" para meter o bedelho na elaboração da lista de Alexandre VI; sem levar em conta os desejos de terceiros, em 18 de fevereiro de 1496, ele pôde dar lugar à sua própria comitiva dentro do Senado da Igreja. Um dos chapéus púrpura foi concedido a Juan de Bórgia-Llançol, o neto de Joana Bórgia, cujo filho também chamado Juan tinha sido nomeado cardeal em 1493. A partir daquele momento, havia dois cardeais chamados Juan Bórgia, o velho e o novo, na pessoa do sobrinho e do sobrinho-neto do papa. Os outros três cardinalatos recompensaram três anos de serviços fiéis. Juan Lopez era o mordomo secreto, responsável pelos rendimentos derivados das graças eclesiásticas. Bartolomé Martin, bispo de Segóvia, ocupava o cargo de chefe do governo da casa do papa e também gozava de uma relação de confiança. Uma posição dessa natureza também era ocupada pelo quarto dessa liga, Juan de Castro, que era o castelão do Castelo de Santo Ângelo.

Alexandre VI reformou o colégio cardinalício de acordo com as metas de seu pontificado.

## Profeta versus papa

Os negócios da Igreja continuaram a ser realizados sob o jugo de um líder como Alexandre VI, para o qual a grandeza de sua família era a medida de todas as coisas. A condição indispensável para o poder do papado e o sucesso de sua política era defender os direitos da Igreja contra as invasões dos governantes seculares. Segundo esse princípio, o papa promulgou um número considerável de normas com o objetivo de proteger as liberdades da Igreja e desfrutar liberdade de ação (imunidades) contra a apropriação insidiosa por parte do Estado e suas autoridades. Nessa área, o segundo papa Bórgia, sem dúvida, empenhou-se pessoalmente e com rigor. Isso se aplica também à luta contra a heresia. Ao mesmo tempo, a rotina de administração da cúria transcorria normalmente. Visto a partir desse ponto de vista, esse pontificado excepcional manteve a normalidade.

A situação é diferente no que se refere à organização eclesiástica das terras descobertas a partir de 1492. Em 1493, o papa que, sob pressão de Fernando de Aragão, tinha concedido amplas liberdades de ação para a nova Inquisição espanhola, conferiu poderes às majestades espanholas para as terras de além-mar ainda a serem descobertas e conquistadas, o que correspondeu, em alguns aspectos, a uma autoridade de Estado da Igreja. Não se questiona que a atribuição desses direitos visava, principalmente, à eficiência da cristianização em nome do Estado; da mesma forma, não há dúvidas de que, por trás dessas amplas concessões, foram perseguidos também interesses familiares.

O tribunal de julgamento de Alexandre VI sobre a divisão do Novo Mundo descoberto entre Espanha e Portugal foi uma espécie de "Eu dou para que vocês dêem". Na primavera de 1493, quando o papa, a pedido do rei Fernando, estabeleceu a linha de demarcação que deveria separar, de forma duradoura, as áreas de influência de ambos os países, foi esboçado o projeto de casamento duplo que culminaria com o reconhecimento de Giovanni Bórgia como duque

de Gandia. De forma correspondente, os monarcas espanhóis foram generosamente recompensados; eles ficaram com toda a dimensão do território sul-americano.

O Tratado de Tordesilhas, assinado por Espanha e Portugal em junho de 1494, previu correções significativas em relação ao anteriormente acordado; por meio da transferência da linha divisória para 46°30' de longitude oeste, grande parte do território do atual Brasil foi declarada como área de influência portuguesa.

Não há nenhuma evidência de que Alexandre VI estivesse ciente das implicações de suas decisões, ou seja, das consequências que essas orientações viriam a ter para a conquista violenta e submissão do continente, assim como para as potências coloniais. Mas como poderia ter sido de outra forma? As consequências dos descobrimentos e das conquistas revelaram-se para a Europa apenas gradualmente. Francesco Guicciardini, o mais importante historiador de seu tempo, não se aprofundou em maiores discussões sobre os acontecimentos de além-mar na sua monumental *História da Itália*, escrita entre 1535 e 1540 e que, a partir de 1490, estendeu-se para uma crônica da Europa.

Havia ainda o conflito de Alexandre VI com o pregador ascético Girolamo Savonarola, iniciado durante as negociações da invasão italiana por Carlos VIII e considerado uma questão de disputa de poder entre ambos, inextricavelmente entrelaçada em questões políticas. O confronto com o *pontifex maximus*, que personificava a secularização do papado em face de sua vida pessoal e seu nepotismo, ganhou alta magnitude simbólica por parte de muitos contemporâneos. De um lado, o amor ao próximo, a piedade mística e a edificação moral; do outro, o oposto absoluto, uma verdadeira caricatura pervertida dos valores cristãos. Está fora de questão, assim como em muitos outros aspectos contraditórios, que ambos os protagonistas nutriam concepções irreconciliáveis sobre a missão da Igreja. Mesmo que fosse compreensível a necessidade de reconhecer neles, em um tempo conturbado por preocupações escatológicas, a encarnação do bem e do mal, as causas desse conflito eram bem mais complexas.

Após a retirada francesa no verão de 1495, Florença era o único estado italiano importante, no qual as antigas relações de poder não tinham sido restabelecidas, mesmo que uma restauração dessa natureza tivesse sido recebida com entusiasmo por, pelo menos, duas grandes potências da península. Por um lado, o exilado Piero de Médici, um fiel, embora infeliz, aliado da Casa de Aragão em Nápoles, tinha acabado de sobreviver a tempos difíceis por causa do papa. Por outro, a atividade de Savonarola, o porta-voz religioso e ideológico da República de Florença, tornou-se, gradualmente, um problema para Roma. Embora, como prior de São Marcos, o antigo convento dos Médici, o religioso de Ferrara exercesse um importante cargo eclesiástico, seu posto não tinha nenhuma conotação política.

Não obstante, ou talvez exatamente por esse motivo, a sua influência sobre a política era muito forte e, não raro, até mesmo decisiva. Isso porque ele falava da cátedra sagrada não apenas com magniloquência, mas também com o carisma, a aura e a força dos profetas do Antigo Testamento. Foi dessa forma que ele falou a favor da aliança com o rei francês. A partir desse momento, os florentinos escutavam quase que semanalmente que o rei voltaria com um exército imbatível para promover a reforma da Igreja com a sua proteção. Mas essa renovação integral da fé e dos fiéis deveria ter Florença como ponto de partida. Florença teria sido a Cidade Escolhida, testada e considerada digna por Deus. A sua missão seria converter os infiéis, conciliar o mundo do cristianismo e, assim, promover o início do milênio, os mil anos abençoados de paz antes do Juízo Final.

Havia quase duas décadas, mensagens escatológicas semelhantes foram anunciadas na Itália por muitos outros auto-proclamados profetas, sem que o papado tivesse necessitado tomar medidas decisivas contra qualquer um deles.

Até mesmo a crítica contundente que Savonarola fazia aos costumes da cúria e, especialmente, aos do papa não foi considerada, no início, como fora do normal.

Na verdade, essa crítica podia até mesmo exercer uma função, que não era tão indesejada por Roma. Nos sermões de repreensões e advertências, que descreviam drástica e detalhadamente a

conduta de vida do papa e dos prelados e, ao mesmo tempo, proclamavam a meditação e a recuperação, as pessoas do povo viam a confirmação da atitude cética perante as pessoas mundanas da Igreja e, ao mesmo tempo, encontravam ali também uma válvula para o anticlericalismo do cotidiano. Em última análise, a descrição dos abusos promoveu a sua banalização.

Além disso, as acusações de Savonarola não eram dirigidas, em absoluto, apenas ao endereço romano. O alvo de sua crítica, pelo menos no início, foi também o patriciado florentino, acusado de ganância pelo luxo e pelo poder ilimitado, além do ímpio culto à personalidade. Com isso, foi articulado o difuso desconforto das pessoas comuns na cultura de elite da época e definida uma meta clara para as suas aspirações políticas: uma comunidade na qual fé, política, piedade e patriotismo estivessem mutuamente amalgamados.

Tudo isso não deve ter preocupado muito Alexandre VI. A pretensão de uma segunda invasão italiana por Carlos VIII, porém, seria um fator de distúrbio para a política por ele praticada. A maneira com a qual ela devia ser levada a sério dependia das rápidas mudanças sofridas pelas conjunturas da grande política. Por esse motivo, no entanto, o conflito entre o profeta e papa deve ter se tornado inevitável. Isso levou Savonarola a intitular-se cada vez mais veementemente porta-voz de Deus e, portanto, a convocar uma autoridade que estava acima do vigário de Cristo na terra. Pela exigência de anunciar a vontade de Deus, precisamente da mesma forma como o fizeram os anjos, os mensageiros do Altíssimo, o frade não só contornava a autoridade da Santa Sé, mas ousava pô-la até mesmo em causa, na posição de verdadeiro agente do Senhor.

De acordo com a estratégia romana, era necessário tomar medidas contrárias, a partir do momento em que Savonarola utilizasse o carisma de profeta para questionar deliberadamente a legitimidade de Alexandre VI. Na primavera de 1495, a situação tinha chegado exatamente a esse ponto. Do alto do púlpito da Catedral de Florença, o eloquente dominicano anunciou à reverente multidão, que escutava atentamente, que a eleição papal de 1492

não tinha validade porque tinha sido comprada e que, além disso, o eleito era um descrente.

Alexandre VI tinha de reagir a isso. Em julho de 1495, foi enviado um breve ao prior de São Marcos. Em tom cortês, o papa elogiou o seu zelo pastoral, porém, ao mesmo tempo, intimou-o, em forma de ultimato, a prestar contas em Roma sobre a sua pretensão de ser porta-voz de Deus. Há dúvidas de que essa intimação tenha sido levada a sério. É muito mais provável que tenha sido uma jogada inteligente para que Savonarola fosse injustiçado. Se ele atendesse a essa intimação, perderia não apenas o seu prestígio, mas também reconheceria o poder da jurisprudência do papa, cuja legitimidade ele negava. Caso ele não obedecesse, porém, estaria colocando em si mesmo o carimbo da rebeldia contra o sumo pontífice da Igreja, oferecendo ao papa argumentos ainda mais fortes para um procedimento mais severo.

E foi exatamente isso o que aconteceu. Alexandre VI reagiu com duras sanções legais à recusa do frade em comparecer diante dele. Em um segundo breve, emitido apenas sete semanas após o primeiro, o papa acabou com a independência do Mosteiro de São Marcos dentro da organização da ordem.

Conseqüentemente, seu líder passou a ser subordinado a um superior, cuja facilidade em se deixar influenciar era esperada pelo papa. Em resumo, a proibição de pregar atingiu o centro do poder de Savonarola. Era praticamente improvável que o punido fosse obedecer a essa ordem.

Tendo a escolha diante de si, ou seja, perder a voz e, com isso, tornar-se impotente ou obedecer uma cúria que ele, horrorizado, considerava um bastião da degeneração moral, o prior reagiu com uma abrangente auto-justificativa. Na sua réplica, datada de 29 de setembro de 1495, enfatizou a sua ortodoxia e também argumentou que, no que se referia à sua conduta diante do papa, seu comportamento estava isento de qualquer erro. Por esse motivo, não apenas o rebaixamento de seu mosteiro, como também todas as demais resoluções de Alexandre VI contra ele eram completamente infundadas. Após Savonarola ter destrutado a soberania da jurisdição romana dessa forma, a sua predisposição de

simplesmente acatar esse julgamento, enfatizada no final, não pareceu muito digna de crédito. Contudo, de acordo com o julgamento do público, esse ponto foi computado a favor do profeta.

Com a surpreendente virada no final, ele evitou romper com o papado. Isso obrigou a parte oposta a rever a sua estratégia. De fato, a resposta de Alexandre VI veio com uma mudança de tom. Ele demonstrou sua preocupação à sua pastoral. Segundo ele, a aparição do profeta, contanto que não fosse aprovada pela autoridade da Igreja, estaria confundindo as mentes simples e, com isso, colocando em perigo a salvação das almas de muitas pessoas. Como sinal de seu apreço paternal, ele gostaria, contudo, de devolver ao Mosteiro de São Marcos seus antigos direitos, desde que seu prior continuasse acatando a proibição de não pregar.

Essa já era uma questão política. Os devotos seguidores de Savonarola viram nisso um ataque malicioso do ímpio papa, que pretendia eliminar, em Florença, a comunicação com Deus, intencionando, dessa maneira, provocar um enorme desastre. Além disso, o cerne dos seguidores tinha se expandido para uma ampla faixa de simpatizantes. Assim, formou-se ao redor do frade, que pregava a destruição de todas as redes como condição para a renovação política e moral, uma espécie de "partido", que perseguia seus objetivos pelos meios usuais utilizados na política florentina — e fazia isso com êxito. Em fevereiro de 1496, o governo da cidade de Florença concedeu a Savonarola direitos para retomar seus sermões, apesar da proibição papal. A partir do ponto de vista romano, havia agora duas graves violações a serem registradas, que poderiam ser utilizadas de forma lucrativa. Por um lado, o governo às margens do Arno tinha ultrapassado, de forma flagrante, as suas competências. Segundo a cúria, isso tinha ferido gravemente as liberdades da Igreja. Por outro lado, o frade tinha caído definitivamente em desobediência.

A razão que ele deu para seu comportamento foi a seguinte: "Tu deves obedecer a Deus mais do que aos homens". Isso significava concretamente que, se uma ordem papal ofendera o mandamento do amor ao próximo, a resistência significava o máximo dever cristão. E, para Savonarola, era exatamente isso o que tinha

acontecido pela continuação da proibição de pregação. De acordo com sua argumentação, obedecer às ordens de Roma significaria privar o povo de Deus da mensagem de Deus. Com isso, a questão do poder tornou-se uma porta escancarada. Um profeta que se dava o direito de examinar a legitimidade das resoluções do papa fraturava a estrutura institucional da Igreja.

Carisma contra poder — o desenlace desse confronto dificilmente poderia parecer duvidoso aos observadores mais prudentes. Savonarola tinha de dar provas e mais provas da origem divina de suas declarações, ou seja, suas previsões tinham de se realizar. Se isso não acontecesse, o seu prestígio desmoronaria de forma inexorável. Alexandre VI, contudo, não tinha nem carisma, muito menos reputação a perder. Ele tinha apenas que, no momento certo, impor a autoridade de seu cargo. Além disso, só precisava esperar que seu adversário se envolvesse, de forma cada vez mais irrecuperável, nas redes da política. Na verdade, era uma batalha desigual.

Nos seus sermões quaresmais de 1496, o profeta levou as acusações contra o papa a dimensões apocalípticas. A comoção escatológica foi alimentada, principalmente, ao igualar, sublimemente, Roma com Babilônia, a cidade do Anticristo. Ela foi acompanhada por descrições de licenciosidades romanas que apelavam, de forma suficientemente eficaz, à força da imaginação popular.

Roma, a cidade das quatorze mil prostitutas. Os tons de Savonarola não se tornaram ainda mais estridentes porque as suas previsões e as elevadas expectativas a elas ligadas poderiam não se concretizar. Carlos VIII como renovador da Igreja? O povo acreditava cada vez menos nisso. O que se contava sobre a libertina vida privada do rei contrariava completamente essa seriedade moralmente elevada.

Com isso, a situação do frade tornava-se cada vez mais precária. Ele tinha de fazer o seu público entender as razões pelas quais as iminentes previsões por ele anunciadas tinham de ser esperadas, sem que isso prejudicasse o seu prestígio como profeta. Com esse objetivo, desenvolveu uma teoria peculiar de indeterminação

visionária. Ele recebia as visões celestiais com olhos humanos, mesmo que elas tivessem uma origem sobrenatural. Nesse sentido, poderia ocorrer um distúrbio de visão momentâneo, que seria corrigido pela mensagem seguinte. Duvidar de seu ofício profético seria o mesmo que desperdiçar Deus.

Ser cristão significava segui-lo com o coração piedoso, já que ele era a voz do Senhor. Cada vez menos florentinos estavam dispostos a isso.

Nos sermões da quaresma de 1497, as suas acusações contra Alexandre VI foram ainda mais violentas. Levado por uma necessidade interior, Savonarola procurava, então, o confronto pessoal com o *pontifex maximus*. O seu último capital era a sua impecável e praticamente santa conduta de vida — e a gritante imagem oposta que, em comparação, representava a conduta do atual papa. Nos seus veementes discursos de acusação, ele evidenciava, sobretudo, o seu nepotismo. Destinado a ser o pai de todos os cristãos, esse infiel *pontifex maximus* promoveu, única e exclusivamente, a sua descendência física. Com isso, ele ridicularizava e pervertia todos os verdadeiros valores, como um Anticristo em carne e osso.

A essa altura, o eloquente pregador já tinha sido excomungado, ou seja, excluído da comunidade dos fiéis. Ele tinha sido ameaçado com essa punição em outro breve de Alexandre VI, datado de 7 de novembro de 1496, caso se opusesse à integração de seu mosteiro na recém-criada congregação toscano-romana dos dominicanos. O frade, porém, rejeitou essa subordinação, partindo das mesmas razões anteriores. A decisão teria sido extorquida por seus inimigos, em razão das falsas informações do imprudente papa e contradizia, por outro lado, a lei divina. A supervisão da associação do mosteiro em questão foi conferida por Alexandre VI ao cardeal Oliviero Carafa, que tinha laços estreitos com a ordem dos pregadores, especialmente com Savonarola.

Essa foi uma jogada brilhante. Diante do público, Alexandre VI passou a imagem de um árbitro imparcial, pois tinha nomeado um de seus adversários dentro da Igreja. Ao mesmo tempo, ele fazia

manobras com os desconfortáveis príncipes da Igreja, colocando-os em uma situação entre o inferno e o purgatório.

Se Carafa demonstrasse, abertamente, simpatias para com o frade, correria o risco de também cair no ostracismo. Para se opor à suspeita de estar promovendo a divisão da Igreja, ele tinha de agir mais energicamente contra o prior do que seria a sua atitude natural. Tudo ocorreu, então, previsivelmente. Em 13 de maio de 1497, Alexandre VI excomungou novamente Savonarola por meio de um breve emitido apenas para esse fim. Na sua réplica de 19 de junho, o frade, excluído da comunidade dos fiéis, aguçou ainda mais as suas teorias. Todo cristão estaria confrontado com a escolha de Deus e isso significava obedecer a seus profetas ou às instruções do papa e, com isso, das pessoas. A salvação dependia dessa decisão.

Também estava em jogo o aspecto mundano. Florença estava isolada politicamente e enfraquecida economicamente. As previsões de seu líder espiritual teimavam em não se concretizar. Pior: Savonarola tornou-se cada vez mais um líder de partido. Ele favorecia seus seguidores e prejudicava os outros.

Por esse motivo, os assuntos internos às margens do Arno polarizavam-se. A cada dois meses, era realizada a eleição do novo governo da cidade, que era feita por meio de uma espécie de loteria, destinada a decidir sobre ser ou não ser. No início de 1498, quando uma demonstrada maioria de simpatizantes de Savonarola chegou ao poder, concedendo-lhe novamente o direito de fazer seus sermões, ofereceram a Alexandre VI a justificativa de uma última e extrema medida.

No seu breve de 26 de fevereiro de 1498, o papa ameaçou a cidade com o interdito. A mais pesada de todas as penas eclesiásticas teria como consequência a suspensão das missas e a invalidez de batizados, casamentos e enterros; além disso, todas as atividades comerciais com a comunidade estigmatizada deveriam ser paralisadas. Para a cidade de Florença, que vivia do comércio e das atividades artesanais, isso teria consequências fatais. Para evitar esse desastre, o governo tentou desesperadamente encontrar uma forma de conciliação. Esse compromisso deveria preservar a coerência de todas as partes, empenhando-se para que o frade

reconhecesse formalmente a autoridade do *pontifex maximus* reinante, o qual poderia, assim, retirar a sua ameaça de punição.

Para uma solução amigável como essa, os espíritos estavam muito agitados.

Profeta de Deus ou enganador? Essas alternativas excluía categoricamente qualquer tipo de neutralidade. O fim da incerteza foi prenunciado, no início de março, pela proposta de um franciscano: um julgamento divino, por meio de uma prova de fogo, deveria tomar a decisão que o veredicto humano falhara em promover. Se os franciscanos fossem queimados, Savonarola teria razão. Se os dominicanos virassem cinzas, o prior de São Marcos seria desmascarado como impostor e teria de abandonar Florença o mais rápido possível. Em ambas as ordenações havia homens ousados, dispostos a passar pelas chamas. Essa prova de fogo ganhou rapidamente uma atração irresistível, pois prometia alternativas claras.

Alexandre VI, no entanto, protestou contra a planejada ação. Será que ele tinha medo, como sugeriram seus adversários, de ser desmascarado como um enganador pelo tribunal divino? Não há dúvida de que o papa acreditava que ele e sua família tinham sido escolhidos pela providência divina. Mesmo sendo um mestre na arte da manipulação, deve ter temido as maquinações dos bastidores, que escapavam ao seu controle.

Mas sua proibição não teve efeito. Uma pedra tinha começado a rolar e ninguém queria pará-la agora. A decisão deveria ser apresentada em 7 de abril de 1498. A enorme multidão na Piazza della Signoria esperou horas e horas. Em vão, pois não aconteceu nada. No início da tarde, então, a mensagem que decepcionou profundamente todos: não haveria prova de fogo! As altas pilhas de madeira foram novamente removidas. Foi alegado que complicações teológicas seriam um obstáculo para encontrar a verdade sobrenatural. Os dominicanos insistiam em passar pelo fogo com a hóstia; para o seu contraente, isso seria uma blas-fêmia. Por esse motivo, os florentinos deveriam voltar para casa e continuar na mesma incerteza de antes?

No momento de profunda decepção pela ausência do julgamento divino, prevaleceram os adversários do frade; eles mandaram encarcerá-lo e conduziram um julgamento criminal altamente embaraçoso. Nesse momento crítico, Alexandre VI interveio pela última vez. O governo da cidade deveria extraditar o preso para Roma. Naturalmente, o governo evitou a concessão desse pedido. O profeta arruinado em cárcere romano seria um meio de pressão, que poderia ser usado sempre que houvesse um regime desagradável às margens do Arno.

O destino de Savonarola foi definido em Florença. Os membros do governo que tinham sido sorteados para os meses de maio e junho eram-lhe, em grande parte, hostis. Eles mandaram torturar o grande profeta para trazer à tona supostas confissões. Ele teria confessado que, desde o início, tudo se tratou apenas de mentira e falsidade: as mensagens de Deus, a comunhão com os anjos, tudo inventado e imaginado. Mas, de forma alguma, todos os florentinos acreditaram nessas revelações suspeitas. O cerne de seus seguidores manteve-se fiel ao seu líder espiritual. No entanto, os seus simpatizantes não eram mais capazes de protegê-lo. Em 23 de maio de 1498, Girolamo Savonarola foi estrangulado e, em seguida, queimado. Seu legado continuou vivo em Florença de forma clandestina.

Alexandre VI saiu-se vitorioso. Além disso, a cúria viu confirmada as suas convicções: mais fortes do que o carisma pessoal são o poder do cargo e, com ele, a tradição. Litígio de monge só se torna perigoso se estiver envolvido com política. Se for assim, é necessário enfrentá-lo politicamente. Com a mesma receita, vinte anos depois, Roma deveria lutar contra os princípios da reforma.

Papa *versus* profeta — o confronto permanece até hoje. Os seguidores do frade que, no século XXI, dedicam-se à sua canonização, encontram-se diante de um dilema. Contrariando o julgamento da maioria dos historiadores, ao declararem a falsificação das cartas não enviadas, que, em nome de Savonarola, apelavam aos príncipes da Europa a deposição de Alexandre VI, permanece inegável que o dominicano desobedeceu repetidas vezes ao papa Bórgia e negou a sua legitimidade. Essa resistência só pode

ser justificada quando se toma para si o ponto de vista de Savonarola e se considera ilegítima a eleição de Alexandre VI.

Se for assim, também a nomeação de Alessandro Farnese a cardeal e seu posterior pontificado não têm nenhuma validade. Mas sem Paulo III não teria havido nem o Concílio de Trento, muito menos a reforma católica. Como foi dito, um verdadeiro dilema.

Para os intelectuais da nova geração, Savonarola foi ascensão e declínio e, não menos importante, um desafio para promover a reflexão. Aos olhos do patricio Francesco Guicciardini, nascido em 1483, dez anos após a execução do frade, as contradições ainda não tinham se dissipado. Ao contrário, se o frade tivesse sido realmente um enganador, como explicar que, em uma cidade como Florença, onde todos se observavam mutuamente, ele pudesse ter se mantido como um exemplo brilhante diante de seus concidadãos? Será que a Igreja não havia aprendido que se reconhece o bem e o mal pelos frutos? A vida e a obra de Savonarola não foram reconhecidamente boas? Apenas em idade avançada e inteiramente para a redação de sua *História da Itália*, Guicciardini, a partir de 1535, tirou uma conclusão muito mais radical da queda do profeta que, com a distância temporal, tinha sido reduzida, havia algum tempo, em um mero episódio: a religião não passa de um instrumento da política. O ser humano foi privado de entender o sobrenatural. Deus não fala com ele. E não é Deus que determina a história — é o homem que se ocupa disso. Ironia da história: em 7 de abril de 1498, quando Florença aguardava pela decisão a ser tomada pelas chamas, foi decidido o destino dos Bórgia. Mas eles ainda não sabiam disso.

## A hora dos nepotes

Faltava ainda um longo caminho até a nomeação dos cardeais, em fevereiro de 1496. A luta por um Estado dos Bórgia, que estava sendo fomentada agora por todos os meios do papado, teve início na Campanha Romana. No decorrer do século XIII, nessa faixa de terra pouco habitada no entorno de Roma, algumas das grandes famílias baroniais estabeleceram os seus domínios. No período seguinte, os nepotes tinham tomado destas o maior número possível de pontos de apoio — para, em seguida, colocar-se pessoalmente em oposição aos parentes do papa em ascensão. Nessa luta, a única lei válida era a lei do mais forte. A família do *pontifex maximus* era forte enquanto esse vivesse. Com quantas terras e por quanto tempo essa família poderia, após a morte do papa, continuar mantendo-se, dependia de quanto capital social, sob a forma de relações proveitosas, ela tivesse acumulado. Para proteger-se contra as incertezas provocadas pelas mudanças constantes dos domínios às margens do Tibre, as grandes famílias garantiam-se nos Estados Pontifícios de várias maneiras: por meio de serviços bélicos para potências estrangeiras, por casamentos e por outras medidas de confiança que equivaliam a contratos de proteção de longo prazo.

Quando os Bórgia entraram na batalha pela Campanha Romana, havia apenas cinco sobreviventes e meio. Além dos Colonna e dos Orsini que, apesar de toda a concupiscência dos parentes do papa, tinham conseguido manter, nos últimos dois séculos, a sua parte do leão no poder, também puderam manter seus domínios, em longo prazo, os Conti, os Savelli e os Caetani. E, pela metade, os Della Rovere, cuja posição tinha sido enfraquecida pelo exílio do cardeal Giuliano. Alexandre VI tinha, portanto, de escolher: quem atacar primeiro?

Quem era o mais fraco nessa cadeia, quem dispunha do menor apoio? Em 1496, a resposta só poderia ter sido uma: os Orsini. Eles haviam perdido os seus aliados tradicionais no Vesúvio; além disso, o seu líder encontrava-se encarcerado. Justificar formal e legalmente

a sua expropriação não foi uma coisa difícil. A legislação vigente era vaga, a maioria dos contratos não podia ser encontrada, as balanças de pagamentos eram quase inexistentes. Praticamente nenhuma grande família dos Estados Pontifícios podia defender-se contra a acusação de quebra contratual e incriminação de rebeldia.

Além disso, Alexandre VI tinha a mais eficaz das propagandas a seu lado: tudo pelo Estado e pelos direitos da Igreja! Não importava que essas pertinentes palavras de ordem não resistissem a nenhum escrutínio sério. O que os Orsini tinham a perder, ganhariam os Bórgia. Mas o que os nepotes ganhavam era perdido pelo papado. Mais do que nunca, essa simples equação tinha validade nos arredores romanos. Isso porque a maioria dos príncipes europeus tentava fortalecer o seu poder por meio da supressão de forças subordinadas. Desse modo, Alexandre VI pôde esperar pela compreensão de seus pares. Os barões romanos viam essa luta, evidentemente, sob um ângulo completamente diferente.

Para eles, assim como para todas as elites regionais dos Estados Pontifícios, apenas um domínio legítimo poderia ser elevado: a supremacia do papa e os seus poderes locais de decisão. Não era possível chegar a um acordo sobre aquilo que deveria identificar o "Estado".

Na guerra de propaganda contra os Orsini, Alexandre VI apelou, além disso, para acontecimentos ocorridos poucos meses antes. Os "Ursinhos" (significado literal do nome da família Orsini) não o tinham abandonado, da forma mais ignóbil, em situação de emergência? Na terminologia feudal, tamanha deslealdade tinha o nome de felonía. É evidente que essa falta de palavra podia ser atribuída também aos Colonna, que tinham se comportado de forma similar, se não pior ainda. Mas eles contavam com o apoio de Ascânio Sforza e, por isso, estavam imunes, pelo menos até então.

Não obstante, Alexandre VI sonhava com um golpe duplo. Se os Colonna estavam fora de seu raio de ação, então, pelo menos, o poder dos Della Rovere, que já estava mesmo gravemente afetado, deveria ser destituído. Quando o papa, na assembleia de cardeais, apresentou a sua intenção de destituir, de ambas as famílias, os seus direitos soberanos na zona rural romana, mesmo as mais devotas

das criaturas tiveram que, timidamente, apresentar seus protestos. A sua humilde refutação era que, com isso, estariam indo além de suas próprias forças.

Sem falar na impressão desastrosa que isso provocaria na opinião pública.

Então, só contra os "Ursinhos"! Para encerrar as sucessões dos Bórgia, Alexandre VI mandou buscar, da Espanha para Roma, seu filho Giovanni, duque de Gandia. Em 10 de agosto de 1496, Johannes Burckard registrou a sua chegada. Na qualidade de mestre de cerimônias, esse acontecimento causou-lhe muitas dores de cabeça. Analisando protocolarmente, qual seria mesmo a posição do duque? Na frente ou atrás de quem o duque deverá ir ou sentar-se doravante? A resposta de Alexandre VI foi imediata: em qualquer situação, Giovanni deveria estar sempre acima de todos e o mais próximo possível do coração de seu pai!

Essa nova hierarquização não agradou todos. Especialmente, desagradou aqueles que achavam que podiam insistir nos seus verdadeiros méritos. Em consequência disso, logo entraram em cena situações horrorosas. Durante a visita a Roma do Grande Capitão Gonzalo Fernández de Córdoba, uma personalidade que era extremamente famosa e admirada, Giovanni Bórgia provocou enorme indignação ao exigir o direito de precedência. Afinal, um jovem empertigado na frente do herói da época significava que o mundo estava de cabeça para baixo, com valores invertidos!

Os problemas não se resumiam a questões formais e hierárquicas. Para preocupação de seus conselheiros mais próximos, Alexandre VI tinha colocado na cabeça transformar o volátil duque em um original aristocrata da mais tradicional linhagem. E o que poderia transformar o volúvel mulherengo em um homem maduro se não um comando militar? Aparentemente, não havia nenhum risco nisso. Os Orsini estavam praticamente vencidos. Ascânio Sforza, pelo menos, não se fartava de anunciar isso. Para ele, a derrota dos barões também era uma questão de honra. Por um lado, os Bórgia estariam, finalmente, saturados.

Por outro, os Colonna, seus aliados, prevaleceriam sobre seus eternos rivais.

Os preparativos para a campanha foram brevemente interrompidos por uma notícia vinda de Nápoles. Em outubro de 1496, com a morte de Ferrandino, Nápoles perdia seu terceiro rei em três anos, precisamente no auge de seus anos.

De acordo com os boatos que corriam soltos pela corte, o rei teria morrido durante as tentativas, muito intensivas, de gerar um sucessor ao trono. As preocupações de Philippe de Commynes sobre essa dança de morte das cabeças coroadas tornaram-se cada vez mais profundas. A sua reflexão consoladora era que Deus queria poupá-lo do pior. Deus ocupava o tabuleiro de xadrez da política com suas figuras seguindo critérios inescrutáveis e dispunha de uma reserva inesgotável de reis, damas e peões para contrapor todo aquele que se tornasse demasiadamente poderoso. Sem esse espinho na carne, os poderosos, cheios de orgulho, concederiam a honra a si mesmos e não a Deus. Introspecções de um inteligente diplomata.

Em Roma, no entanto, predominou o pesar de ter se deixado passar uma oportunidade. A reação na Espanha foi bem parecida. Tanto Alexandre VI quanto Fernando de Aragão tinham os seus próprios planos para Nápoles. O moribundo Ferrandino, no entanto, colocou abaixo os planos de ambos. Em seu leito de morte, ele designou o tio, Federico d'Altamura, como seu sucessor ao trono. Seria ele o último de sua dinastia a ocupar o trono de Nápoles? Nos últimos anos, multiplicaram-se os sintomas de fraqueza interior. Talvez os Bórgia precisassem apenas aguardar um pouco. Plano adiado não significava plano cancelado. Não havia, pois, nenhum obstáculo para uma investidura de Nápoles por parte de Federico, já que o papa tinha de investir todas as energias na Campanha Romana.

Lá, precisamente, os indícios de guerra eram evidentes. De fato, Giovanni Bórgia foi designado comandante supremo das tropas papais. Para obter a legitimidade sobre a expansão de seus nepotes, Alexandre VI concedeu ao seu filho preferido o venerável título de general da Igreja; adicionalmente, o papa elevou-o a legado da província de Patrimônio, uma região ao norte de Roma, onde estavam situadas as principais propriedades dos Orsini. Em 26 de

outubro de 1496, teve lugar a leitura da bula papal que declarava Virgínio Orsini, seu filho Gian Giordano, seu cunhado Bartolomeo d'Alviano, assim como Paolo Orsini, rebeldes contra a Igreja e, algo ainda mais bombástico, "inimigos da Itália".

Isentos desse anátema ficaram o cardeal da "família dos Ursinhos" e o abastado ramo da dinastia de Pitigliano, que estava sob a proteção de Veneza.

Apesar de sua orgulhosa hierarquia, é evidente que Giovanni Bórgia não pôde conduzir pessoalmente essa guerra. Faltava-lhe, com efeito, toda e qualquer experiência, sem falar em talento e aptidão. O lado adversário, no entanto, contava com Bartolomeo d'Alviano no comando, um dos mais famosos *condottieri* (comandantes mercenários contratados) da Itália. Dessa maneira, era expressamente recomendado contratar um líder mercenário à altura e conceder a ele o poder de comando. Essa missão ingrata, já que oficialmente estaria subordinada ao duque de Gandia, assumiu, finalmente, Guidobaldo, na figura do conde de Urbino e filho do grande Federico da Montefeltro (1422-1482).

Guidobaldo tinha sido o orgulho de sua época como líder militar e construtor.

Embora tenha herdado a inteligência, faltava-lhe, no entanto, a força física de seu pai: estava tão artrítico que mal podia mover-se. Um nepote de vinte anos de idade e um *condottiero* enfermo conduziram o exército papal contra os indomáveis barões.

Mesmo assim, no início correu tudo como planejado. Já no primeiro ataque, dez fortalezas dos Orsini caíram praticamente sem luta. Mas aquele triunfo era enganoso, pois os adversários estavam apenas poupando e reunindo forças. O

centro da resistência estava concentrado na fortaleza do castelo de Bracciano. Lá, a marcha foi paralisada. Repetidas vezes, as tropas papais investiram contra os fortes muros do castelo, que tinha acabado de ser renovado com as mais modernas técnicas na construção de fortalezas. Em vez de conseguir dominar a situação, acabaram sofrendo muitas perdas, ainda mais quando a artilharia pesada do rei Federico de Nápoles reforçou suas defesas.

Os agressores perderam centenas de soldados, o que, para um exército formado por tropas de quase 5 mil homens, foi um grande derramamento de sangue. O moral dos defensores estava exacerbado não apenas pela vitória: sabiam que um exército de reserva estava a caminho. Uma coalizão de adversários dos Bórgia havia sido recrutada. Entre eles, o rei da França, além de Giuliano della Rovere; assim como os Baglioni e os Vitelli, que tinham conquistado em Perugia, mais precisamente na Città di Castello, uma supremacia que não fora certificada pelo papa.

Os esforços de Alexandre VI em conquistar aliados para o seu lado não deram em nada. Sua palavra de ordem "A Itália para os italianos" não funcionou dessa vez. Estava excessivamente óbvio que não se tratava de uma luta pela defesa nacional, mas sim uma luta em defesa dos interesses dos nepotes. Para essa luta, ninguém queria mover uma palha sequer. Ao contrário: a República de Veneza deu carta branca ao seu protegido, o conde de Pitigliano, para que saísse em socorro de seus familiares. Dessa maneira, para Alexandre VI, a celebração do Natal de 1496 estava completamente arruinada. Enfermo de raiva e impaciência, manteve-se, dessa forma, afastado da celebração da missa solene de 25 de dezembro. De todo modo, já não havia mesmo dinheiro para pomposas comemorações. Essa campanha custava 30 mil ducados por mês. Na verdade, essa guerra não podia ser financiada, mesmo que seu resultado justificasse as melhores expectativas. Era oportuno, no entanto, como medida de precaução, procurar um bode expiatório. Esse papel caiu como uma luva a Ascânio Sforza, que havia falado em um "passeio militar" até Bracciano. Mais uma vez, o vice-chanceler teve de fazer as malas e abandonar o Vaticano. Ele tinha sido abandonado até mesmo pelo irmão. O próprio Ludovico Sforza era a favor de uma solução pacífica ao conflito contra os Orsini.

Os "Ursinhos", porém, viram uma boa oportunidade e colocaram mãos à obra.

Primeiramente, o exército de reserva, sob o comando de Vitellozzo Vitelli, explodiu o cerco em volta de Bracciano. Pouco depois, em 25 de janeiro de 1497, a mobilização sob comando de Bartolomeo d'Alviano derrotou fulminantemente o exército papal nas

proximidades de Soriano. Giovanni Bórgia ficou ferido e teve de se render imediatamente. Já o duque de Urbino tinha sido até mesmo aprisionado. Os barões triunfaram sobre o seu soberano em Roma.

Embora tenham tido de fazer muitas concessões e pagar uma caução de 50 mil ducados pela boa conduta no futuro, a paz foi restabelecida em 5 de fevereiro.

Não se falou uma palavra sequer sobre a sua desterritorialização. Ao contrário: não demorou muito para que Alexandre VI, em documentos oficiais, voltasse a chamá-los de "filhos queridos". O clã dos "Ursinhos" tinha enterrado seus mortos e olhava para a frente. Pouco antes da batalha de Soriano, Virgínio Orsini veio a falecer em cativeiro. Veneno? A opinião predominante era que somente ao papa essa morte poderia trazer algum benefício. Mas será que o braço de Alexandre VI seria suficientemente longo para alcançar o outro lado dos muros do Castelo do Ovo, em Nápoles?

Outra pergunta deve ser feita: após esse fracasso, seriam os Colonna as próximas vítimas do desejo de expansão do papa Bórgia? Os rivais dos Orsini tinham motivos de sobra para se preocupar. Eles declararam ser de sua propriedade pelo menos o mesmo número de castelos dos Orsini na região da Campanha Romana.

Além disso, seu protetor, Ascânio Sforza, tinha caído em desgraça. Também para este e seu irmão, em Milão, começaram tempos difíceis. Em novembro de 1496 e janeiro de 1497, morreram, uma após a outra, Bianca Maria, filha ilegítima preferida de Ludovico, e sua esposa, Beatrice d'Este. Não foram poucos os que viram nisso um sinal de que Deus estava castigando a morte de Gian Galeazzo e punindo a arrogância do conde.

Além disso, chegaram más notícias da França. Carlos VIII não conseguia esquecer a humilhação do rápido recuo da expedição italiana e resolveu planejar um segundo ataque, só que dessa vez mais bem preparado. O novo ataque deveria ser realizado em forma de alicate, simultaneamente em Nápoles e Milão.

Mais grave ainda do que essa ameaça era a perda de prestígio sofrida pelos Sforza dentro do cenário internacional. No início de 1497, quando França, Espanha e Inglaterra delimitaram as suas áreas de influência, ninguém achou necessário pedir a opinião de

Milão. Era praticamente como se tivessem feito uma cruz sobre os Sforza. Ajuda só veio mesmo de Nápoles: o rei Federico foi solidário ao seu antigo inimigo em um momento de necessidade, subsidiando-o por meio de um pagamento no valor de 10 mil ducados. Um gesto tocante, demonstrando suas boas intenções. Os recursos de Nápoles, em grande parte esgotados, não eram suficientes para mais do que isso.

Alexandre VI também passou a arquitetar seus planos agora sem contar com os Sforza. Após o desastre de Soriano, ele estava enfasiado dos conselhos do cardeal Ascânio e da sua falta de entusiasmo. Para banir os Della Rovere que, a partir de seu castelo em Óstia, tinham recomeçado a atacar os navios com cereais no Rio Tibre, ele pediu emprestado aos reis espanhóis o seu comandante.

Gonzalo Fernández atacou o molesto ninho de resistência com tal furor que a guarnição, dentro de apenas três semanas, viu-se obrigada a depor as armas. A guerra de alfinetadas, com isso, tinha chegado ao fim. A conclusão tirada foi a seguinte: os Bórgia precisavam de um aliado forte e a Itália não poderia oferecer-lhes no momento. Ao procurar por esse braço forte, os enfraquecidos Sforza não passavam de figuras molestas. Em função disso, quando o vice-chanceler caiu gravemente doente, entre janeiro e fevereiro de 1497, as suspeitas recaíram imediatamente sobre o papa. Nos poucos momentos lúcidos daquele lastimável estado de demência, entre febres e desmaios, Ascânio Sforza implorou aos seus criados que o levassem de Genazzano aos Colonna, com uma forte escolta e o máximo de dinheiro possível. Aparentemente, ele acreditava ter sido vítima de um envenenamento.

Em 3 de março de 1497, Alexandre VI dirigiu-se pessoalmente até o leito de morte do moribundo para provar que aquele boato era infundado. Ou será que ele tinha a intenção de, com sua visita, assustar mortalmente o antigo arquipapa? De uma forma ou de outra, ele foi recebido calorosamente. Depois de um forte abraço, ambos se deleitaram com lembranças de antigas proezas. Mas Ascânio, evidentemente, não confiava nessa paz. Mesmo miserável do jeito que estava, continuou lutando. Mobilizando todas as suas forças, simulou alguma recuperação. Logo, estaria novamente

saudável e retomaria seus negócios. Dessa maneira, o papa, que procurava obter certezas, ficou inseguro. Quem tinha razão, o paciente que se mostrava otimista ou os médicos que tinham concedido ao paciente apenas um mínima chance de sobrevivência?

Enquanto isso, o cardeal ao menos impediu o pior, ou seja, que fizessem uma cruz sobre ele ainda vivo. Os médicos estavam enganados. O príncipe milanês da igreja sobreviveu à crise e foi, gradualmente, recuperando forças. Ele salvou não apenas a sua vida, mas também seu patrimônio que, entretanto, tinha sofrido considerável crescimento. No caso de sua morte, esse patrimônio não iria cair nas mãos dos Sforza, mas sim nas mãos da Igreja, mais exatamente nas mãos dos Bórgia. Mesmo tendo se mostrado emocionado durante a vista, Alexandre VI demonstrou enorme impassibilidade ao recusar ao moribundo a *facultas testandi*, ou seja, o direito de dispor livremente de seus bens por meio de testamento. Com isso, alimentou ainda mais a maligna suspeita: será que esse papa dava fim a seus cardeais para se tornar herdeiro deles? Os sintomas da longa enfermidade opunham-se, ainda, a essa teoria. Como muitos outros poderosos de sua época, o cardeal sofria de sífilis.

Ao reconvalescente não foi concedido nenhum descanso. Ainda em fase de recuperação, ele teve de se armar contra o novo golpe de Alexandre VI. Dessa vez, o alvo do papa não apontava apenas para ele, mas mirava contra a honra da Casa de Sforza inteira. Ele corria o risco de ser ridicularizado. Isso porque, em maio de 1497, intensificaram-se os rumores de que Alexandre VI estava cogitando dissolver o casamento de Lucrecia, sua filha preferida. Para isso, o Direito Canônico, que não permitia divórcios, mas apenas a declaração de anulação posterior, previa uma série de razões. Com infalível instinto, Alexandre VI escolheu a mais embaraçosa delas para os Sforza: impotência do marido, ou seja, a não consumação do casamento, e isso mesmo depois de quatro anos. A opinião pública divertia-se com o fato de que o viril Giovanni tivesse tido um *casamento de José* com a bela Lucrecia. De fato, a situação dessa família estava ficando cada vez mais desoladora. Até mesmo a fertilidade tinha sido privada — e isso depois de tão orgulhoso

começo. Francesco, o primeiro duque, tinha posto no mundo nada menos do que três dúzias de descendentes. E que contraste com os Bórgia! Alexandre VI confiava muito na força de sua região lombar. A fertilidade não apenas atestava o poder de sua família, mas também refletia o seu grande talento. Um episódio dramático demonstrou que essa era a sua maneira de pensar. Pobres e esquecidos por Deus eram aqueles que, no final, não possuíam descendentes do sexo masculino. Ao que tudo indica, ele deve ter dito isso diretamente no calor da ira aos mensageiros das majestades espanholas. Isabel e Fernando, àquela altura, tinham apenas filhas.

Lucrecia também articulou, pessoalmente, resistência contra a dissolução de seu casamento. A filha de dezessete anos do papa tinha mais vontade própria do que era concedido a ela pelo modelo de família patriarcal daquela época. Seja qual for a relação que tenha tido com seu marido — que, aliás, ela não tinha escolhido —, ela também estaria exposta ao ridículo com uma anulação como aquela.

Como sinal de sua oposição, sem ter pedido autorização, ela dirigiu-se ao nobre mosteiro de freiras romano de São Sisto. A esse ato de renitência, Alexandre VI reagiu extremamente inclemente, mais precisamente com prisão domiciliar e votos de silêncio. Também não surtiu efeito a reclamação de Ascânio Sforza contra a declaração de invalidez do casamento, que ele considerava um de seus melhores feitos políticos. Além disso, depois de muitos altos e baixos, ele teve de admitir que os anos políticos das vacas gordas faziam parte do passado. Ele e seu irmão, em Milão, tinham agora de aceitar aquilo que tinha sobrado: as migalhas da mesa da diplomacia papal. Eles deviam estar felizes se essas ainda caíssem para eles.

Alexandre VI saboreava-se com planos ousados. Fortalecido por tantos enfraquecidos em Milão, Florença e Nápoles, ele acreditava que tinha chegado a hora de partir para a ofensiva na direção sul. Fernando de Aragão tampouco estava disposto a continuar assistindo passivamente à agonia política de seus familiares ao pé do Vesúvio. Não importava como fosse resultar a luta pelo trono realizada entre Federico, Fernando e Carlos VIII, os nepotes podiam

muito bem exercer a função de fiel da balança nessas contendas ou, até mesmo, ser o quarto contraente dela e abocanhar para si a Coroa. O passo seguinte nesse sentido já tinha sido planejado. Alexandre VI tinha a intenção de conceder a Giovanni Bórgia os feudos da Igreja em Benevent, Terracina e Pontecorvo.

As mesmas regiões tinham sido outrora predestinadas por Calisto III a Pedro Luís. O escândalo de 1497 não foi menor que o de 1458. E justamente pelos mesmos motivos: essa investidura fortalecia os nepotes às custas da Igreja. Além disso, fomentaria outras dissipações e abriria aos Bórgia os portões de entrada de Nápoles. Essa adjudicação dos feudos foi também uma confissão de Alexandre VI às suas raízes. O que não tinha sido terminado pelo tio era agora concluído pelo sobrinho. De acordo com os temores da oposição dentro da Igreja, isso era premonição de coisa muito pior para o futuro.

O cardeal Ascânio, contudo, continuava a oferecer seus serviços, de acordo com as regras. Ele anunciou que iria viajar pessoalmente até Federico, não apenas para obter a sua aprovação, mas para, além disso, fechar uma aliança entre Nápoles, Roma e Milão. Mas Alexandre VI não tinha o menor interesse nisso havia muito tempo. Sendo assim, negou ao vice-chanceler até mesmo esse papel de mediador submisso. E colocou não apenas o rei, mas também os cardeais, diante de fatos já consumados.

No consistório de 7 de junho de 1497, todos os 26 cardeais tiveram de escutar que a investidura tinha sido encerrada. A concessão das regiões a Giovanni Bórgia visava aos interesses da Igreja. Os cardeais sabiam que isso não era verdade, mas apenas um deles protestou, e energicamente: o cardeal Francesco Todeschini Piccolomini. A concessão desses direitos de soberania tão estratégicos resultaria em um enfraquecimento irreparável da Igreja e seu Estado.

Seria um sério abuso de poder. Mesmo o sóbrio mestre de cerimônias Burckard ficou impressionado com essa atitude. O papa jamais havia sido contestado publicamente de forma tão corajosa. Os reis espanhóis concordaram plenamente com o cardeal e mandaram dizer, por meio de seus embaixadores, que não estavam

de acordo com a atitude. A lista de pecados que eles apresentaram nessa ocasião para repreender Alexandre VI estava mais do que atualizada. Mas o censurado já tinha aprendido a sua lição no inverno de 1494 e 1495. Quando a situação se torna precária, não é a moral que conta, mas sim o poder.

Nem bem a concessão de Benevent e das regiões circunvizinhas tinha sido forçadamente realizada, teve lugar a batalha seguinte. Em 8 de junho, o cardeal César Bórgia foi nomeado legado para a solene celebração de coroação do rei Federico, em Nápoles. Dessa forma, o rei estaria circundado no seu grande dia por Giovanni, Jofre e César Bórgia. Seu reinado estava cercado.

## Morte no Tibre

Enquanto isso, Alexandre VI estava brincando de gato e rato com Ascânio Sforza. Era toma lá, dá cá. O mais importante de tudo era que eles protegessem a reputação de Giovanni Sforza. Poucos dias depois, em 14 de junho de 1497, na presença de seus filhos Giovanni e César — uma conversa a oito olhos —, o papa declarou ao vice-chanceler que a anulação do casamento de Lucrecia iria ser realizada porque o casamento nunca se consumara. O cardeal milanês teve de aguentar esse golpe sem mover um músculo do rosto, pois não podia dar-se ao luxo, naquele momento tão crucial, de romper relações com o papa.

Grandes objetivos tinham sido atingidos e acontecimentos maiores eram esperados em um futuro não muito distante. A família Bórgia tinha motivos de sobra para comemorar. Em ocasiões felizes como essa, relembra suas raízes e celebrava sua coesão. Assim sendo, para a noite de 14 de junho, foi combinado um jantar, a ser realizado dentro do mais íntimo círculo de pessoas. Esse jantar deveria ter lugar em um vinhedo da família de Vannozza, localizado nas cercanias da região urbana, entre as igrejas de San Pietro in Vincoli e San Martino ai Monti. Sentar-se à mesa para comer justamente nessa região, marcada pelo silêncio das ruínas, onde após o anoitecer reinava o domínio da ilegalidade, proporcionou à nobre sociedade romana um frisson de sabor especialmente agradável.

Com isso, os Bórgia também estavam dando provas de seu poder e influência: "Nenhum assassino ousará assediar-nos; não temos medo, somos temidos".

Sendo assim, foi uma questão de honra para Giovanni e César cavalgar para esse piquenique crepuscular quase sem escolta. Era praticamente impossível imaginar que alguém tivesse tanta tanta imprudência suicida para ser capaz de atentar contra a vida dos nepotes.

Ou não... Depois do escurecer, os dois irmãos despediram-se de sua mãe e dirigiram-se montados em suas mulas na direção do Vaticano. Na altura do palácio de Ascânio Sforza, na atual Via dei Pellegrino, o duque de Gandia desviou-se subitamente. Ele teria um compromisso. César imaginava do que se tratava e alertou seu irmão que tivesse cuidado. Fez isso porque à noite todos os adúlteros são pardos e, dessa forma, estariam vulneravelmente expostos aos punhais dos maridos traídos ou pais furiosos? Ou porque ele temia um perigo concreto? Ou, ainda, isso não passava de uma preocupação fingida?

As poucas palavras trocadas no momento da despedida deveriam ser colocadas, pouco depois, na balança. Diga-se de passagem que Giovanni não desapareceu sozinho na noite de verão romana. Ele estava acompanhado de um criado de confiança. Atrás dele, montada na mula, estava uma criatura encarapuçada que havia três semanas não saía do seu pé. Os romanos suspeitavam que, atrás da máscara, escondia-se uma alcoviteira que fornecia ao duque mulheres romanas de vida fácil. Afinal de contas, o conde tinha deixado sua esposa na Espanha.

Mas Giovanni não levou a sério as recomendações de César. Na Piazza dei Giudei, separou-se de seu criado. Este deveria esperar um pouco pelo seu senhor e, em seguida, eventualmente, ir para casa sozinho. Mas ele não pôde mais obedecer a essas ordens. Pouco depois, foi atacado por alguém vindo do escuro, em seguida maltratado cruelmente, mas não chegou a ser assassinado. Qualquer que tenha sido aquele que estivesse com as mãos ou a espada envolvidas nesse delito, aparentemente, não temia o depoimento dessa testemunha. Depois disso, o filho do papa seria visto apenas uma única vez, mais precisamente nas proximidades de San Maria Popolo, ao norte da cidade.

Essa afirmação não é segura. Acima de tudo, o lugar não faz muito sentido. Que razões teriam levado o duque a cavalgar primeiro em uma direção e, em seguida, no sentido contrário?

Para livrar-se de perseguidores? Próximo a esse lugar, aliás, estava localizado o palácio ajardinado de Ascânio Sforza. Quando, na manhã seguinte, Alexandre VI constatou que seu filho não tinha

chegado ao Vaticano, ainda sorriu. Afinal de contas, todos já tinham sido jovens uma vez na vida. Mas, quando anoiteceu e o duque ainda não tinha aparecido, a serenidade transformou-se, primeiro, em preocupação para, logo em seguida, virar pânico. A partir daí, todos os beleguins, esbirros e espiões de Roma se espalhariam para obter notícias. O principal informante apresentou-se pessoalmente. Em 16 de junho, um comerciante de madeira, natural da Dalmácia, prestou o seguinte depoimento para fins de protocolo: na noite de 14 para 15 de junho, ele teria dormido em seu barco, diante da Igreja de Girolamo degli Schiavoni, para vigiar sua mercadoria.

Depois de algum tempo, teria sido despertado por vozes. Dois homens exploravam o terreno e chamaram, então, um terceiro, que trazia uma mula pelas rédeas, transportando um corpo humano de atravessado, apoiado pela cabeça e pelos pés por duas outras criaturas. Quando o grupo chegou ao Tibre, jogou o corpo, aparentemente sem vida, nas suas águas. Ao ser perguntado pelos motivos que o levaram a não fazer imediatamente uma denúncia, a testemunha deu de ombros. Uma eliminação de pessoas impopulares não tinha nada de especial; até então, ninguém tinha demonstrado interesse por isso.

O relatório provocou os piores temores. Quem sabia nadar jogou-se nas águas do Tibre; elevados prêmios acenavam para os voluntários. A procura não durou muito tempo. Ainda no mesmo dia, os restos mortais do duque de Gandia foram retirados da água, a garganta cortada, desfigurada por outros oito golpes de punhal. Suas belas vestes tinham sido deixadas no corpo, assim como os trinta ducados que levava consigo. Um assassinato por roubo estava fora de cogitação.

Além disso, os inúmeros ferimentos demonstravam a violência do ato. Quem mata dessa maneira quer documentar o seu ódio e a sua vingança.

O papa lamentou-se e enfureceu-se como um animal ferido. No momento da mais profunda tristeza e desespero, foram feitas declarações que permitiram conhecer profundas revelações de uma alma maltratada, mas também de um sistema de valores. Ele daria tudo para devolver a vida ao seu amado filho. O

embaixador veneziano e seus colegas ouviram esse clamor não isentos de compaixão, afinal eles também eram pais de família. Será que um papa, mesmo com toda a compreensível dor que estava sentindo, não deveria buscar consolo na fé?

Enquanto isso, os romanos brincavam de detetive. Quem fez isso e por quê?

Enquanto apostavam para saber quem era o autor do crime, tudo parecia fixar-se no papa: quem ele iria descartar, acusar ou, por meio do seu silêncio, provocar ainda mais conversa fiada? A reabilitação da honra não era coisa que se deixasse esperar. Ascânio e Giovanni Sforza: acima de qualquer suspeita. O senhor de Mirandola, cuja filha teria sido alvo obstinado do filho do papa: fora de cogitação. Outros nomes ilustres foram também refutados. A lista era longa, já que os Bórgia, depois de quase cinco anos de pontificado, tinham muitos inimigos. Os seus amigos de agora eram os inimigos de ontem e, por esse motivo, não eram, praticamente, dignos de confiança.

No final das contas, a maioria dos romanos apostava nos Orsini. Nesse caso, seria uma vendeta clássica: o sangue de Giovanni Bórgia pela morte de Dom Virgínio. Além disso, Alexandre VI não mencionou uma palavra sequer sobre o clã dos "Ursinhos". Isso realmente dizia tudo. Mas esse silêncio sinistro não foi seguido de nenhuma ação. "A vingança é minha", diz o senhor. Será que Alexandre VI praticaria em sua velhice a abdicação piedosa da violência? Ou será que ele dispunha de informações secretas que colocavam os Orsini acima de quaisquer suspeitas? Aparentemente foi isso o que aconteceu porque, no período seguinte, foram agraciados pelo maior dos favorecimentos. A um deles foi permitido elevar o neto de Alexandre VI por ocasião de seu batismo, enquanto o outro estava em negociações para tornar-se o novo marido de Lucrecia. Mas eles, com certeza, não deviam sentir-se seguros com isso.

Até hoje não surgiram novos indícios sobre o assassinato de Giovanni Bórgia.

Em compensação, antigas contradições foram esclarecidas. A mais evidente delas diz respeito ao local onde o corpo foi

encontrado. Esse lugar estava localizado bem acima de San Girolamo. Quem quer que tenha sido visto pelo comerciante de madeira, de forma alguma pode ter sido o assassino do filho do papa. Mortos não nadam contra a correnteza. Saltam aos olhos também a forma demonstrativa com a qual Ascânio Sforza foi incriminado por denúncias anônimas e a rapidez com a qual a sua culpa foi descartada por Alexandre VI.

Alguém apontou com o dedo para o vice-chanceler e, com isso, para toda a família Sforza — como se isso ainda fosse necessário nesse dia de humilhação!

O suspeito com o motivo mais plausível era o ainda marido de Lucrecia, mas ele tinha um alibi. Havia partido de Roma dez dias antes, espumando de raiva, como muitos ainda se lembravam. Essa ausência chamou a atenção de alguns. Afinal de contas, assassinos de aluguel poderiam ser contratados com a maior facilidade na Cidade Eterna. No entanto, um sólido motivo apontava contra a autoria do assassinato de Giovanni Sforza. Ele vingou-se de seu ex-cunhado não com o punhal, mas com a pena. E essa era pelo menos tão mortal como o punhal.

Alexandre VI teria anulado o casamento de sua filha porque ele próprio não conseguia manter as mãos longe dela...

A atribuição ao papa desse incesto começou a ser vista, gradualmente, como possível, assim como também incriminavam César Borgia de fratricídio. Após cerca de aproximadamente um ano, o filho mais velho de Alexandre VI passou a ser o principal suspeito, pois tornou-se plausível que ele fora a pessoa que mais tirou proveito da morte do irmão. Ele tinha tomado o lugar de Giovanni, tanto como filho preferido quanto como herdeiro da dinastia. Pouco a pouco já não restava a menor dúvida de que ele era capaz de passar por cima do cadáver de qualquer pessoa. A opinião pública tinha o veredicto: tratava-se de Caim e Abel do Tibre. Mas isso não provava nada. O sangue é mais grosso do que a água, especialmente para os Borgia; e havia uma íntima coesão entre a cria de Vannozza. Sem dúvida, no futuro, seria típico de César primeiro embalar seu inimigo em segurança para, em seguida, vê-lo tropeçar em armadilha. Mas assassinar o próprio irmão a "sangue-

frio, justamente nesse dia de triunfo, depois de celebrar a harmonia familiar?

Contra essa teoria reside o fato de que Alexandre VI, tanto quanto se julga saber, jamais teria perdoado um ato desses. Nem naquele momento, muito menos no período seguinte, teria sido possível cogitar uma dependência psicológica do pai para com o filho ou até mesmo uma espécie de servidão senil. Portanto, parte-se do princípio de que só a sombra da suspeita teria sido suficiente para desacreditar César. Por outro lado, para seus grandes planos, o papa contava agora apenas com esse filho; Jofre era muito fraco para isso. César dificilmente teria corrido esse risco. E os Orsini? A reconciliação com os Orsini, mesmo sendo frágil do jeito que era, tinha custado uma batalha, uma morte e muito dinheiro. Seria muito imprudente colocar tudo em questão com um atentado, do qual inevitavelmente a família Bórgia seria a principal suspeita. Mas qual era o peso do bom senso ponderado contra a arcaica lei da vingança de sangue? Também no período subsequente, os Orsini, no que dizia respeito à racionalidade das metas de suas ações, não deixaram de causar surpresas. Mesmo assim, a hipótese de que tenham sido eles os autores desse crime aponta para um "provavelmente, não".

Classificando o depoimento do comerciante de madeira na sua verdadeira categoria, ou seja, como completamente improcedente, torna-se, ao mesmo tempo, sem efeito o cenário do cuidadoso plano. Sendo assim, de repente, o menos crível de todos os supostos autores do crime passa a ser o mais provável deles: o grande desconhecido que mata de modo passional. Em Roma, havia uma quantidade enorme de potenciais assassinos com a intenção de salvar a honra perdida; Giovanni Bórgia ia à caça nos mais diferentes e longínquos territórios.

Quem quer que tenha golpeado o duque naquela noite dilacerou também, com seu punhal, a sacralidade dos nepotes. Se mesmo a carne e o sangue do *pontifex maximus* já não eram mais tabu, Alexandre VI deveria, então, partir do princípio de que deveria temer por sua própria vida. Consequentemente, o assassinato de Giovanni Bórgia foi tratado como um assunto de Estado.

O enlutado pai não perdeu a oportunidade de demonstrar a sua perda aos poderosos italianos por meio de documentos oficiais. Neles, o papa expressava a sua "dor e abatimento profundo", que Deus, em suas inescrutáveis decisões, achou conveniente causar-lhe — na expectativa de que desse enorme sofrimento pudessem resultar benefícios para a Igreja e para a fé. A República de Veneza, que recebeu um desses breves, prestou condolências em um tom bastante sarcástico: Deus deu, Deus tomou.

As consequências do atentado foram drásticas para o cotidiano dentro da cúria.

Os controles já rigorosos de entrada de pessoas no Vaticano foram reforçados ainda mais, os embaixadores passaram a não usufruir de livre acesso. O medo de ações terroristas rondava o túmulo do príncipe dos apóstolos. Isso não foi nada diante da sensação que adveio três dias após a notícia da morte de Giovanni Bórgia. Em 19 de junho de 1497, o aflito e agoniado papa fez um discurso no consistório público, na presença de cardeais e embaixadores, que praticamente era o anúncio de sua abdicação ou algo muito perto disso.

Alexandre VI disse: "Amávamos o duque de Gandia mais do que o papado.

Mesmo que nos oferecessem sete pontificados, ainda assim essa perda não poderia ser compensada. Por que esse golpe? Talvez por causa de nossos pecados. Sendo assim, não queremos mais pensar em nós mesmos, mas apenas nos interesses da Igreja. Com essa finalidade, iremos afastar-nos pessoalmente do governo. Em seu lugar, colocaremos o comando do barquinho de Pedro em boas mãos. Antes de mais nada, seis cardeais deverão elaborar propostas de reformas concretas. Em seguida, deverão tomar todas as decisões importantes em grupo. A sua intenção será a de conceder benefícios lucrativos, única e exclusivamente por mérito, para os serviços prestados somente para a Igreja e para vítimas". Não parou por aí: "Zelaremos para que seja realizada uma ampla renovação da Igreja. Começaremos precisamente com o seu líder, ou seja, conosco. Queremos dar o bom exemplo. Transformaremos nossa

vida. Assim, haverá a recuperação da Igreja e também de seus membros".

Os embaixadores de Veneza não acreditavam naquilo que estavam ouvindo: que enorme providência divina por meio de um único punhal assassino!

Primeiramente, com os novos métodos, não só a concessão de benefícios deveria passar a ser feita por mérito, mas também teriam lugar uma contenção das abastadas rendas e a inculcação de um estilo de vida moral. A partir daquele momento, nenhum clérigo poderia receber mais do que 6 mil ducados anuais pelo conjunto de rendimentos de seus cargos, abadias comendatárias ou bispados juntos. Esse foi um limite muito baixo. Tinha chegado ao fim o estilo de vida pomposo dos príncipes da Igreja, a nova ordem era a humildade.

Uma verdadeira revolução foi a proibição de conceder mais de um bispado por religioso. Com isso, minguaria a influência dos principais membros da cúria, cujos mais ricos dispunham até de mais de uma dúzia de dioceses. Mais importante ainda, isso resultaria em uma nova Igreja, cujos pastores residiriam perto de seu rebanho. *Arrivederci Roma* ou vão atrás de seus prestimônios!

Confrontados com essa amarga alternativa, os prelados tremiam da cabeça aos pés. Para evitar a sublevação de suas condições de vida, eles estavam dispostos a mover céus e terra, aparentemente com sucesso. Em 28 de junho, o diplomata veneziano estimou a situação de forma bem diferente. Ninguém mais estaria falando dos cardeais da reforma. Alexandre VI teria reencontrado, mais do que nunca, o gosto de governar.

## **O breve verão da reforma**

Será que o fervor pela renovação do transtornado papa só tinha durado mesmo nove dias? Ou teria sido tudo apenas mais um ato de simulação, por cuja prática esse papa já era famoso? Será que ele, na verdade, nunca chegara a ter a intenção de abdicar de seu governo e, com isso, também de beneficiar sua família? Como era possível imaginar tanta esperteza? Será que um pai poderia ser tão

insensível a ponto de tirar proveito da morte de seu filho preferido para conduzir seus adversários a uma armadilha? Girolamo Donato observava, refletia, ponderava e honrava sua reputação como o mais inteligente diplomata da Itália. Segundo os prós e os contras do veneziano, o seu discurso de 19 de junho, que anunciou essas mudanças, mostrava basicamente a força das suas intenções de reforma.

Durante a solene declaração de, doravante, pretender postergar os interesses dos Bórgia, as ações do papa, aparentemente tão comovido, permitiram chegar à insípida constatação de que o casamento de Lucrecia, que nunca se consumara, deveria ser considerado não contraído.

As duas coisas não se encaixavam. No momento da mais profunda tristeza, Alexandre VI continuou fazendo planos para o futuro de sua família. Por outro lado, a sua consternação parecia tudo, menos fingida; também pareceu absolutamente franco o seu medo de uma nova punição de Deus. Dessa forma, a única conclusão possível é a de que havia muitos motivos juntos. E um profundo suspiro:

*Uma coisa é certa: esse papa faz coisas escandalosas e intoleráveis de tal maneira que não há nada que, com a devida compensação, ele não possa aprovar.*

Não causa admiração que os romanos vissem fantasmas. Eles acreditavam que, à noite, podiam ouvir o clamor do espírito do falecido duque. Ele não encontraria a paz enquanto seus assassinos não fossem punidos. Como a vingança estava demorando muito, ele estaria fazendo tudo para chamar a atenção por meio de todos os tipos de luzes. E o fazia de forma tão penetrante que as almas mais amedrontadas começaram a falar do diabo, que estaria conversando com o papa, seu mais fiel servo, sobre a elaboração de novos planos.

Para poder avaliar com mais precisão o que Alexandre VI realmente pretendia com o anúncio das reformas, é necessário ponderar a composição da comissão que deveria colocar essa

reforma em prática. Quem tinha sido designado para elaborar a nova constituição de uma nova Igreja? Em primeiro lugar, as atenções deveriam voltar-se aos seis cardeais que foram incumbidos dessa missão e, em seguida, aos quatro comissários, que lhes prestariam assistência em segundo plano. Eles coletaram material, foram em busca de casos precedentes, consideraram os estatutos em vigor, ponderaram as consequências jurídicas e avaliaram os interesses concorrentes uns com os outros. Quem estava conduzindo as ações e raciocinando naquele grêmio?

Sem dúvida, dos seis cardeais preponderava a mentalidade de reforma de Todeschini Piccolomini e Carafa. Com eles, Alexandre VI tinha convocado os representantes da "Contraigreja". Até mesmo o arcebispo de Lisboa, Jorge da Costa, de 91 anos, pertencia a essa pequena fração que desaprovava o espírito dos tempos atuais e pretendia promover a renovação, buscando as mudanças nas fontes puras da tradição, adaptadas às transformações sofridas pelas conjunturas.

No conclave de 1492, Raffaele Sansoni Riario, no entanto, tinha demonstrado ser subornável. Além disso, a Câmara Apostólica, o ministério de economia e finanças da Igreja, por ele dirigida, tinha sido poupada de todos os memorandos de reforma que tinham até então sido elaborados; provavelmente, o nepote de Sisto IV proibira todo e qualquer tipo de intervenção nas suas competências. Com toda a certeza, ele não fazia parte dos defensores da renovação, mas sim daqueles que, sem chamar a atenção, pretendiam evitá-la.

A orientação do cardeal Antoniotto Pallavicini era incontestável. Com ele, tomava lugar na comissão uma criatura muito submissa a Alexandre VI. Gian Antonio Sangiorgio, o cardeal de Alexandria, também não era um tecnocrata. No entanto, estabeleceu-se como especialista em direito canônico e, apesar do patrocínio dos Sforza, que tinham proporcionado a ele o chapéu púrpura, era considerado, até certo ponto, independente. É muito difícil concluir uma classificação e uma soma final O placar era quatro a dois para os reformistas. Ou três a três.

Dos quatro comissários, dois eram especialistas e deviam a isso sua nomeação.

Os casos de Bartelemi Flores e Ludovico Podocataro, ao contrário, eram muito diferentes. Podocataro, natural da ilha de Chipre, era médico. Conhecia a fundo a medicina da Antiguidade e gozava de grande reputação perante Alexandre VI; as artes para o prolongamento da vida estavam nas boas graças do papa Bórgia. Em 1500, tornou-se. É possível concluir que deve ter prestado bons serviços ao seu senhor também dentro dessa comissão. Bartelemi Flores, na pessoa do bispo de Cosenza, também alimentava esperanças de maiores avanços. Ele também era considerado íntimo do papa. No entanto, o seu futuro foi conduzido da forma menos brilhante possível. Em setembro de 1497, os esbirros do papa o capturaram e o prenderam nas masmorras do Castelo de Santo Ângelo. Foi-lhe imputada a culpa de ter falsificado uma série de documentos; entre eles estariam incluídas até mesmo bulas papais. Em vão, Flores alegava inocência.

Apesar da heterogeneidade da composição da Comissão Constitucional da Igreja, uma coisa era certa: o papa estava atente. Não se pode afirmar que houve alguma tentativa de auto-privação de influência ou de poder. Afinal de contas, Alexandre VI tinha tudo sob controle. Seus homens de segurança cuidavam para que ele não soltasse as rédeas da reforma. Mas qual teria sido a razão de tudo isso se a reforma, de antemão, já estava condenada, com o peso de todas as suas considerações e escrúpulos, a cair na rotina administrativa e, finalmente, no esquecimento? Talvez enganar a opinião pública, conquistar a simpatia dos reis espanhóis, ostentando boa conduta, ou incitar o partido adversário da cúria a mostrar suas cartas, simulando falsas margens de manobra. Ou, ainda, apenas pelo medo do dia do Juízo Final, ou seja, a preocupação com a própria salvação.

O anúncio da reforma deve ser considerado a confissão de não ter cumprido as exigências do papado à risca? Será que, pelo menos naquele verão, batia no peito do papa um coração aflito? Estaria Alexandre VI atormentado por um enorme peso na consciência, causado pela culpa de ter abusado do poder dentro das suas funções? Ou terá sido tudo apenas mais um jogo com outras regras, graças às quais seria possível manipular ainda mais os outros?

O ceticismo de Donato sobre todas as conclusões baseadas em um simples "ou isso ou aquilo" permanece válido até hoje. Em vez disso, é provável que se trate aqui de um "tanto isso quanto aquilo". Muitas almas habitavam em um mesmo peito. Atribuir a Alexandre VI mero cinismo na manipulação do instrumento de poder chamado religião reduz a variedade de motivos a uma trivial unidimensionalidade. É possível aproximar-se da personalidade do papa Bórgia atribuindo a reforma da cúria à consternação causada pelo assassinato, mas também permitindo, em um futuro próximo, a entrada de outros motivos em cena. Há muitas dúvidas se Alexandre VI, após as primeiras horas de sofrida comoção, teve realmente o firme propósito de realinhar radicalmente o seu governo, retirando-se, dessa forma, do poder para dar vez aos cardeais; no melhor dos casos, esse modelo de transposição de soberania foi apenas uma opção entre outras.

Nas declarações de 19 de junho, além de todo o autêntico desespero, já se percebia a presença de diversos cálculos táticos. A alma do poderoso é um país desconhecido, com muitos abismos. Por trás da cortina de fumaça que tudo encobre, as suas profundezas mais escuras podem ser iluminadas por uma psicologia empírica, que se apoia nos fatos nus e crus. Essa foi a conclusão de Francesco Guiciardini que, 25 anos depois, atuou como íntimo conselheiro político de outro papa.

Os fatos sobre a reforma de Alexandre VI podem ser rapidamente resumidos. A julgar pelos documentos deixados, o rígido cerne dos verdadeiros renovadores lançou-se com muito ardor ao trabalho. É como se tivesse sido lançado um tão aguardado grito de ordem que, com um golpe redentor, tivesse liberado a energia havia muito tempo represada. Em particular, as notas manuscritas do cardeal Todeschini Piccolomini parecem ter sido escritas com extrema pressa, em uma espécie de ato de erupção sobre o papel para o alívio da consciência. Essas notas apresentam-se misturadas, ordenadas muitas vezes de forma caótica, onde os pontos importantes da reforma se justapõem uns aos outros, em uma sucessão ofegante.

Juntando-se as grandes e pequenas mudanças para a formação de uma única imagem, obtém-se diante dos olhos o esboço definitivo de outra Igreja. Nesse modelo, os poderes não estavam completamente concentrados nas mãos do *pontifex maximus*, mas engenhosamente separados. Dessa maneira, o papa e os cardeais, considerados seres humanos capazes de cometer erros, podiam fiscalizar-se mutuamente, visando à condução do cumprimento de normas obrigatórias e, em casos de emergência, mantendo o controle. A nova elite da Igreja não deveria mais ser nomeada de acordo com a intervenção dos poderosos, mas selecionada exclusivamente segundo os critérios da austeridade moral, da formação e do zelo pastoral. A sua razão de ser deveria ser encontrada apenas no serviço aos fiéis e na pureza da doutrina. Assim sendo, a cúria tinha prescrito um estilo de vida que deveria fundir a majestade do cargo com retidão pessoal e simplicidade. Dessa forma, estava lacrada a lacuna fatal entre a teoria e a prática e conferida nova credibilidade ao clero.

Isso permaneceu uma utopia no verão de 1497, e continuou por muito tempo. A cúria, que realmente existia, sobressaía por trás desse esboço como se estivesse na contra-luz. Essas contradições eram intransponíveis. Lá, no mundo virtual da Igreja reformada, o afã de uma honrada auto-representação; aqui, na realidade romana de 1497, um César Bórgia que mata touros na Praça de São Pedro; lá, a concessão de benefícios de acordo com o mérito; aqui, o mercado de prestimônios romano com seu elaborado sistema de direitos, pensões e reservas; lá, o princípio inviolável de "um clérigo, no máximo, uma diocese"; aqui, o ilimitado império de dioceses dos "pluralistas" como César Bórgia.

Apesar do retorno às antigas tradições no novo espírito humanista da reforma, a imagem de outra Igreja era, acima de tudo, uma antítese ao domínio dos Bórgia.

Esse confronto mostrou-se da forma mais irreconciliável possível durante o planejamento para a concessão futura de graças: fim à coleta de prestimônios no berço, nada de negociações para a legalização de crimes; em seu lugar, direitos iguais para todos, principalmente para os bem-nascidos, que deveriam dar o exemplo.

Com isso, estava selado também o fim do nepotismo. Para o sustento dos parentes, era aplicado o mandamento do amor ao próximo, como para todos os outros. Se eles estiverem passando por necessidades, receberão ajuda decente, nada mais do que isso.

O que restou, afinal, ao papa? O acordo, tanto com seus cardeais, que governavam a Igreja com ele, quanto com a cristandade, que aceitava esse domínio cuidadoso — bem como a aprovação de Deus. Segundo o cardeal Todeschini Piccolomini, o cargo de vigário de Deus na terra deveria garantir a concórdia dos cristãos, a unidade da fé e a harmonia na vida. Pouco tempo depois, para Erasmo de Roterdã, isso significou orações, vigílias, sacrifícios, lágrimas e, havendo necessidade, o martírio — essas seriam as missões do papa.

A comissão criada por Alexandre VI, no entanto, não estava preparada para realizar essa renovação. Depois que os sonhos dos reformadores foram colocados no papel, havia chegado a hora dos pragmáticos. De forma correspondente, o conceito adotado no final não pressupunha vínculos. As quatro bulas da reforma, que deveriam ratificar as mudanças, nunca foram impressas. O vento da mudança, se é que chegou a soprar algum dia, tinha parado de soprar. Assim, no final do outono de 1497, Alexandre VI transferiu os benefícios de um cardeal à beira da morte ao seu filho mais velho. Esse ato de nepotismo foi escabroso e mostrou claramente o que se deveria esperar das boas intenções do papa.

## 4 O PAPA SEM AMARRAS

(1498 - 1503)

### Cobiça e ousadia

Alexandre VI praticamente enterrara as promessas de reforma da igreja. Além disso, eram fortes os rumores de que César Bórgia pretendia abandonar o cardinalato com o intuito de conquistar, para si mesmo, um Estado. As cidades de Cesena, Fano e Faenza, na Romanha, eram mencionadas como os objetos de sua ganância. No entanto, as três tinham dono. Portanto, se os rumores se confirmassem, a Itália certamente estaria diante de levantes políticos. A Romanha era um barril de pólvora pronto para explodir — bastava acender o estopim.

Nessa região altamente concorrida, havia muito tempo as exigências dos papas por obediência incondicional encontravam grande resistência por parte dos "vigários". Na maioria das vezes, eles agarravam os seus domínios sobre uma grande cidade e seus arredores, não de maneira delegada e, conseqüentemente, dependente, mas sim de forma autônoma. Desse modo, representavam o seu poder também externamente. Os Malatesta, em Rimini, por exemplo, não tinham o menor pudor em comparar a sua posição juridicamente subordinada em termos de construção, relevos e pinturas com a potência romana de César. Era uma propaganda em alto e bom som para que os *signori* (senhores) puxassem firmemente as longas rédeas, pois, por um lado, dependiam da tolerância benevolente das suas elites locais e, por outro, tinham resistido aos esforços do papado que, a partir de 1420, tinha-se revigorado.

Essa confusa situação tornou-se ainda mais explosiva quando, desde o pontificado de Sisto IV, os nepotes passaram a estabelecer-se nessa região já dominada e extremamente ocupada. Essas lutas de distribuição do poder culminaram, além disso, com a proximidade

espacial ao território veneziano, sem a aprovação do qual nada poderia ser feito entre as regiões de Ravenna e Bolonha. A República de Veneza soube manejar a situação na Romanha com mais eficiência do que os muitos papas; entre aquilo que eles eram intimados a proteger estavam agora as antigas e poderosas famílias da aristocracia, gravemente ameaçadas, que, havendo necessidade, poderiam contar com as garantias de sobrevivência dos grandes vizinhos do norte.

Quem pretendesse construir lá, em longo prazo, uma grande nação e sob forte liderança, via-se confrontado com uma missão verdadeiramente hercúlea. Antes de tudo, era necessário destituir uma dúzia de "vigários" e expulsá-los de seu território de domínio habitual. Com um papa extremamente determinado como Alexandre VI por trás, que abençoava essa expulsão violenta e colocava à disposição os fundos necessários, uma conquista desse porte era realizável tanto em termos políticos como militares, desde que Veneza desse sua aprovação. O problema era como isso se desenvolveria depois. Será que um nepote, longe das alavancas do poder romano, e que, de acordo com a experiência, só via inimigos ao seu redor, conseguiria afirmar-se nesse pandemônio da Romanha? Não se oporiam a ele crescentes lealdades, ou seja, será que o desejo de vingança dos sedentos desapropriados não iria aumentar de forma irresistível e arrastar para fora o usurpador? Veneza não iria aliar-se ao novo papa às custas desse nepote desencabrestado?

Perguntas e mais perguntas, uma mais justificada do que a outra, que o papa e seu filho devem ter avaliado muito bem. O fato é que correram o risco. A grandeza dos Bórgia justificava até mesmo uma política de extremo risco.

Mesmo que Alexandre VI tenha justificado a destituição do poder dos *signori* com o resultante fortalecimento dos Estados Pontifícios, o que iria acontecer era justamente o contrário. Um domínio familiar hereditário na Romanha enfraqueceria o poder do papado de maneira irreparável. Com um duque Bórgia ao norte de seu território, todos os papas após Alexandre VI correriam o risco de serem rebaixados a servos, meros receptores de suas ordens. Desta

maneira, a fundação do novo estado estaria fadada, pelo menos a longo prazo, a fracassar.

Muitos dos contemporâneos estavam preocupados e se perguntavam se os Bórgia tinham um plano secreto e recursos ocultos que justificassem a sua incompreensível confiança. Na verdade, veio à tona uma surpreendente estratégia: apenas os senhores mortos são bons senhores. Afinal, os que flutuam estrangulados nas águas do Tibre já não podem retornar.

Terá sido coincidência que essa política extremamente arriscada tenha sido estabelecida pouco depois do trauma sofrido pelo bem-sucedido atentado contra Giovanni Bórgia? Explicações psicológicas desse tipo são, evidentemente, muito tentadoras. A consternação provoca, antes de mais nada, desespero; em seguida, contrição, a qual, finalmente, transforma-se em exatamente o contrário: agora, mais do que nunca, tudo é permitido. Independentemente do que se passasse pela cabeça de Alexandre VI, saltava aos olhos de todos que, a partir daquele momento, tinha caído por terra todo e qualquer escrúpulo. De forma correspondente, transbordou também o caldeirão das fofocas. Em seguida, foram produzidas algumas notícias sensacionalistas que foram praticamente arrancadas das mãos dos mensageiros nos centros do poder italiano.

Em 16 de setembro de 1497, Alexandre VI quis que César abandonasse o cardinalato, casasse-se com a viúva de Ferrandino de Nápoles e recebesse o seu dote do ducado de Taranto. Em 22 de setembro, o papa planejou uma completa mudança na árvore genealógica da família Bórgia. César contrairia núpcias com sua amante de longa data, Sanchia, a esposa de seu irmão Jofre que, traído pelo próprio irmão, receberia, em troca da esposa, o chapéu púrpura. Tornou-se, pois, inevitável mais esse escândalo envolvendo divórcio. De qualquer forma, a família do papa sem amarras já não levava em conta sensibilidades dessa natureza. Afinal de contas, César, que estava gerindo a indecente redistribuição familiar, teve um bom motivo: de acordo com o embaixador veneziano, dotado de uma concisão insuperável, ele pretendia, finalmente, tornar-se *bellicose*, ou seja, belicoso.

Em dezembro de 1497, o papa pretendia conceder a César o domínio hereditário de Cesena e Fano. Em janeiro de 1498, Lucrecia Borgia estava prestes a casar-se novamente. Os candidatos mais promissores eram o senhor de Piombino, da família Appiano, e Francesco Orsini, duque de Gravina, do ramo da família da região da Apúlia. Alguns dias depois, César Borgia abandonaria o cardinalato e contrairia núpcias com a filha do rei Federico de Nápoles, recebendo Taranto e Altamura como dote de casamento da noiva.

Resignado, Girolamo Donato comentou: "Portanto, esse papa faz tudo, até mesmo autorizar o inautorizável. E todos os seus esforços são destinados a beneficiar seus filhos pela concessão de estados, mais precisamente ambos os filhos, César e Jofre."

Sua breve conclusão, pouco depois: "Dessa forma, ele está longe de ser um bom pastor, mas sim ávido por novas coisas."

O julgamento não poderia ter sido mais esmagador. O bem não está no futuro, mas embalava-se no seio do passado. Em março de 1498, o matrimônio de Lucrecia com o duque Orsini estava lacrado e sacramentado.

Mas isso, afinal, não deu em nada. O mesmo ocorria com quase todas as mensagens desse gênero. Todavia, elas ainda não eram completamente inventadas. Pelo menos temporariamente, a maioria dos planos divulgados foi realmente levada em consideração por Alexandre VI e seu filho. Apesar dessa instabilidade corrosiva, a Romanha continuou sendo um alvo tentador. E essa prioridade não excluía outras possibilidades. Entre elas, havia muitas, entre antigas e novas aspirações. A conquista do Reino de Nápoles podia agora ter sido rebaixada provisoriamente ao segundo lugar na lista de desejos, mas de forma alguma fora arquivada. Todos os objetos de cobiça dos Borgia tinham uma coisa em comum: eram inacessíveis. Embora Alexandre VI pudesse ter momentaneamente as melhores cartas nas mãos, o trunfo decisivo não estava entre elas. Mesmo que tudo estivesse pronto para a operação Romanha, ou seja, o papado tinha mobilizado os fundos e as relações necessárias para a investida, isso não era suficiente para o grande golpe. Faltava um poderoso aliado.

Esse aliado tornou-se ainda mais absolutamente necessário quando César expressou o desejo de abandonar o cardinalato e a

vida clerical, o que delineava um escândalo que haveria de abalar toda a cristandade. Era possível trocar comendas ou até mesmo dioceses. Mas um cardinalato só expirava com a morte.

Quem tirasse o chapéu púrpura sem necessidade estaria violando a santidade do cargo. Essa era a opinião predominante. No entanto, Alexandre VI parecia pensar de forma mais pragmática. Aqueles que, como ele, vendiam os cardinalatos, provavelmente consideravam o cargo como uma mercadoria e, portanto, não descartavam sua substituição. Mas o papa tinha que levar em consideração a religiosidade dos outros, já que seu cargo e seu poder estavam justamente baseados nela. Assim sendo, ele teve de se confrontar com um difícil dilema, ou seja, avaliar o quanto ainda poderia se sujeitar à opinião pública.

Havia muito tempo, foi negada a dispensa quando um cardeal de idade avançada a solicitou para encerrar sua vida em reclusão monástica, longe das tentações mundanas. O motivo alegado para a recusa foi que um príncipe da Igreja não podia fugir das tentações e das responsabilidades. E agora uma renúncia levada por motivos tão baixos!

Portanto, o escândalo inevitável teria de, pelo menos, valer a pena. No momento, não havia um equivalente desse gabarito. Por essa razão, presumivelmente, não houve pressa. Como as breves notícias da coluna "Últimas notícias do Vaticano"

mostram, mesmo os diplomatas mais bem informados não estavam sempre a par do estado atual das coisas devido às rápidas mudanças. Mas não pairava a menor dúvida de que César queria tornar-se "secular". Por outro lado, havia dúvidas de que o papa realizaria ou não o desejo de seu filho. Alexandre VI teve de, anteriormente, considerar muitas alternativas. Uma vez dado o passo, faltaria aos seguidores da família Bórgia um líder de peso no conclave seguinte.

Não menos graves foram os prejuízos financeiros. Em 1497, os benefícios de César tiveram um rendimento total de 32 mil ducados anuais. Embora essa quantia fosse menor do que os prestimônios recebidos por seu pai no final de sua carreira como cardeal, tratava-se, contudo, de uma enorme soma. Diante de fatos tão árduos,

Alexandre VI não ficou, de forma alguma, indiferente. No entanto, há razões para considerar que, perante o público, houve alguma encenação, na qual César fazia o papel de reclamante impetuoso e Alexandre, do escrupuloso atormentado por hesitações de todos os gêneros. A intenção da encenação era a seguinte: se, no final, o papa cedesse a essa solicitação indecorosa, ele poderia, pelo menos, alegar a existência de circunstâncias mais atenuantes. Que atirasse a primeira pedra aquele pai amoroso que nunca tinha atendido a um pedido imprudente de seu jovem filho.

Acreditando nos diplomatas, parte-se do princípio de que o ainda cardeal, nessa mesma época, estava mostrando a sua verdadeira natureza. Em 22 de fevereiro de 1498, o embaixador veneziano observou que um criado de confiança do papa chamado Peroto fora encontrado morto no Tibre. Com ele, fora também retirado das águas o corpo de uma empregada doméstica de Lucrecia chamada Penthesilea. Burckard, o mestre de cerimônias, relatou os mesmos fatos, acrescentando à narração que "sobre isso estavam falando determinadas coisas pela cidade". O que exatamente estava sendo cochichado foi posteriormente anunciado em relatórios devidamente redigidos — ou eles adornaram os acontecimentos com ideias fantasiosas? Suplicando proteção, Peroto teria fugido escondido sob o manto do Santo Padre para escapar do punhal de César. A lâmina assassina, no entanto, teria encontrado a sua vítima e manchado completamente de sangue as vestes brancas do papa.

Também agora, depois de passados alguns meses, já se saberia a causa da tragédia. Peroto teria tirado proveito de sua função central no palácio para partir o coração de Lucrecia. Seu irmão tinha, em consequência disso, lavado com sangue a honra da família Bórgia. A criada acabou tendo de morrer junto porque tinha sido cúmplice. Como fruto dessa ligação, Lucrecia, alguns meses depois, deu à luz a uma criança. A data de nascimento foi registrada por Burckard em 16 de fevereiro de 1499, quase exatamente um ano depois da morte no Tibre.

Boatos não obedecem à lógica.

Embora os romanos, amedrontados, tenham passado a escutar cada vez mais alto os rumores dos fantasmas do Vaticano e, à boca

pequena, diziam que os Orsini estavam planejando um atentado contra o papa, o sumo pontífice não perdeu o entusiasmo. Poucos dias depois das mortes sinistras ocorridas no círculo mais íntimo dos serviços, foi anunciada uma festa que contou com a participação de Lucrecia — que, supostamente, teria acabado de perder seu amante. E ela foi o centro das atenções dessa longa noite no Vaticano, que contou com danças e apresentações de comédias, visto que o seu casamento com o duque de Gravina, aparentemente, tinha sido definitivamente acordado. Mesmo os conhecedores da cúria mais experientes balançaram a cabeça com perplexidade. Como decidir quem era amigo e quem era inimigo? Dada a política imprevisível de Alexandre VI, todas as certezas dissipavam-se.

De modo geral, na primavera de 1498, estava tudo no ar. E o caminho para a realeza, que conferiria aos Bórgia a sua grandeza final, mostrava-se cada vez mais longínquo. De qualquer maneira, para a Casa de Aragão, em Nápoles, essa foi a última gota. O lema categórico do rei Federico era não haver mais um filho do papa como dignitário da corte. Essa foi a áspera resposta à proposta de Alexandre VI de fazer o casamento de sua filha Carlota com César Bórgia. Uma Coroa que só podia ser mantida com o apoio dos nepotes não valia a pena ser usada. Será que a família real preferia, de fato, perder o poder a consentir outro casamento com os Bórgia? Para Alexandre VI, era difícil imaginar tanta dignidade aristocrática.

Com seu obstinado desejo de conquistar o sul bloqueado e também impedido de se desenvolver perante às energias reprimidas, Alexandre VI e César ampliavam sistematicamente seus planos e suas jogadas. A agitação civil em curso abalou Siena, Pisa e até mesmo a orgulhosa Florença, que, na primavera de 1498, passou a se preocupar com o horror da classe política lá dominante. A mente de Ludovico Sforza também ficou carregada de sombras. Ele estava atormentado com o fantasma de um acordo franco-veneziano em seu detrimento, possivelmente com o apoio ativo do papa. Para evitá-lo, os irmãos Sforza agiam em Milão e Roma como se fossem servos fiéis dos Bórgia, forjando planos ousados para a criação do novo estado. Sua esperança era que Alexandre VI e seu filho, uma vez saturados, pudessem também conter o seu restante potencial de

risco. Seu medo era de que os Bórgia conquistassem o seu território com a ajuda de Carlos VIII e, em seguida, formassem uma aliança e partissem contra Milão.

Contra isso, Ludovico utilizava todos os meios necessários, mesmo que equivalessem a uma humilhação. Dessa forma, ele arquitetou o plano fantástico de subordinar o reino feudal de Milão à soberania francesa, isso apenas com a promessa de que Luís d'Orléans, o inquieto primo do monarca, tivesse de ser banido da corte. Caído em desgraça, ele seria incapaz de honrar suas reivindicações relacionadas à sucessão milanesa liderando as próprias tropas.

Seguindo o lema de que os fins justificam os mais lamentáveis meios, o cardeal Ascânio também teve de dar a sua parcela de contribuição. Ele deveria intervir para que não houvesse a reversão das alianças, ou seja, uma aliança entre Alexandre VI e Carlos VIII. Embora essa aproximação fosse muito pouco provável, em vista das diferenças intransponíveis entre eles, todo cuidado era pouco. Sendo assim, o vice-chanceler empenhava-se em desviar a cobiça dos Bórgia para alvos dos mais inofensivos, como as ricas cidades da Toscana. Ao mesmo tempo, o vice-chanceler tentava por todos os meios fazer valer a sua influência no colégio cardinalício. Lá ele não podia dar sinais de fraqueza! Ele podia articular seu medo na correspondência codificada que trocava com seu irmão, mas exteriormente tinha de exibir uma autoconfiança inabalável.

Dessa maneira, na primeira oportunidade, Ascânio Sforza triunfou. Em março de 1498, com a morte do cardeal Fregoso, ficou vaga a arquidiocese de Gênova. De uma lista de pretendentes enorme, havia dois muito fortes: um protegido de Ascânio e outro de seu colega, o cardeal Antoniotto Pallavicini. Ambos eram aparentados de seus protetores e, portanto, estava em jogo a honra das suas famílias. Além disso, os protetores conheciam muito bem a maneira mais fácil de, sob o jugo deste papa, chegar a um objetivo. Prometeram montanhas de ouro a César Bórgia.

A quem dar, afinal, a preferência? Se Pallavicini era um fiel seguidor do papa, o mesmo se aplicava ao outro candidato. Embora a estrela de Ascânio Sforza estivesse em declínio, não era apropriado

ofendê-lo de forma desnecessária, uma vez que as vicissitudes da política eram imprevisíveis. Não há dúvida de que se tratava de uma situação muito delicada, mas para Alexandre VI, o mestre do "Eu dou para que vocês dêem", não foi um problema. A sua solução foi rápida, eficiente e muito pouco convencional. Em seu nome, César Bórgia convidou Pallavicini para uma conversa particular em uma manhã de domingo. O cardeal acreditava que se tratava de um acordo entre amigos. No entanto, enquanto os dois conversavam, o papa apresentou fatos consumados e deu o golpe.

Para a estupefação de todos, ele convocou os cardeais que estavam por acaso no Vaticano para um consistório extraordinário, apresentando como palavra de ordem a reocupação do arcebispado de Gênova e, como único candidato, o protegido de Ascânio Sforza. Em seguida, iniciou a votação. Os cardeais não sabiam exatamente o que estava acontecendo, mas levantaram as mãos sem sinal de aprovação sem hesitar. Como Alexandre VI só queria ver rostos satisfeitos naquela bela manhã de primavera, foi rapidamente adicionada uma segunda ordem do dia: a concessão de uma diocese em Córsega. Quem seria o felizardo?

Mais ninguém do que o protegido do cardeal Pallavicini! Este papa regia com seus cardeais de forma bastante "unânime".

Uma semana depois, em 7 de abril de 1498, a população de Florença esperava em vão o julgamento divino do profeta Savonarola. Todavia, como relata Philippe de Comynes, outra decisão foi tomada nesse dia:

*Quando ele era, pois, considerado o máximo por todo o mundo e, devido à sua intenção de reformar a Igreja, demonstrava que também pretendia cumprir com suas obrigações perante Deus, o rei [Carlos VIII], na véspera do Domingo de Ramos, com sua esposa Ana da Bretanha, saiu de seus aposentos para assistir a um jogo de bola nas trincheiras do Castelo de Amboise, algo que nunca havia feito antes. O rei e a rainha tiveram de passar por uma galeria parcialmente destruída em função de alguns trabalhos de construção que o próprio rei tinha solicitado (...), o lugar mais deplorável e sem higiene que se podia imaginar, onde todos faziam suas necessidades.*

*Embora o rei tivesse pouca estatura, bateu com a testa contra as vigas da porta. Em seguida, Carlos assistiu aos jogos e conversou com todo mundo (...). Mal acabara de dizer que esperava, se possível, não cometer nenhum pecado mortal ou venial, quando caiu para trás e não pôde mais dizer uma palavra (...). Todos os que queriam vê-lo dirigiram-se à galeria, onde ele se encontrava deitado sobre um saco de palha usado.*

*De lá, ele não se levantou mais até que entregou sua alma a Deus, precisamente às nove horas do dia seguinte (...). Assim morreu esse grande e poderoso rei, que possuía inúmeras residências luxuosas e, justamente nesse momento, estava construindo um novo e belo castelo. Esse mesmo rei, para morrer, não pôde sequer contar com um modesto aposento.*

O diagnóstico de Commynes foi o seguinte: um acidente vascular cerebral após lesão das veias da testa. Imediatamente após o impacto, os médicos tinham aconselhado o rei, por precaução, a fazer uma flebotomia. Mas Carlos VIII não gostava das ventosas.

### **Momento das tentações**

Os cronistas fiéis ao papa, no entanto, viam grande violência em jogo. Carlos VIII tinha apenas 28 anos de idade. Essa não era idade para morrer, a menos que tivesse caído em batalha. O próprio Deus teria se ocupado da morte do rei a fim de puni-lo pela sua desobediência diante do vigário de Deus.

Um simples golpe contra a porta e tudo acabado? Evidentemente, a morte do rei não alterou em nada as condições de vida da maioria dos franceses. Para a pequena elite da corte, contudo, isso significava uma transformação radical de todas as circunstâncias. A saber: novos favoritos, novos inimigos, novas redes, novos líderes. Além disso, uma nova política, tanto na França como na Itália. O rei está morto, viva o rei. Carlos VIII morreu sem deixar herdeiros. O novo rei passou a ser, então, Luís XII, da Casa d'Orléans. Em um sistema político baseado na sacralidade do monarca e em lealdades pessoais, a sua vontade prevalecia, pelo

menos, nas grandes questões políticas, ou seja, em assuntos de guerra e paz.

O que Luís XII pretendia ficou evidente a partir de suas primeiras indicações.

Como comandante supremo, ele nomeou o aristocrata milanês Gian Giacomo Trivulzio, o líder absoluto de todos os inimigos de Ludovico Sforza, contra o qual lutava havia anos do exílio, de forma incansável. Georges d'Amboise foi escolhido como chefe de assessoria política, um astuto e ambicioso prelado, cujo maior desejo era receber um chapéu púrpura para, em seguida, tornar-se papa.

Com eles, estava fixada uma rota bastante clara, que levava a Milão!

Como pôde ser visto rapidamente, o caminho que conduzia à metrópole da Lombardia passava por Roma. Se ainda faltava uma prova de que os Bórgia tiravam proveito daquilo que prejudicava os Sforza, ei-la aqui. O rei não tinha apenas alvos tentadores, mas também um grande problema. Sem filhos, casado com Joana de França, uma princesa da linhagem da família real até então no poder, assim que subiu ao trono passou a arquitetar um plano para conseguir anular seu casamento a qualquer preço. A razão determinante desse ato era respaldada por uma necessidade política: Luís XII tinha de se casar com Ana, a viúva de seu antecessor, para garantir o elo de sua herança, o ducado da Bretanha, com a Coroa francesa.

Era competência do papa decidir sobre contendas desse tipo. E o papa farejou essa oportunidade única. O que um não tinha, o outro dava. O rei precisava de uma dispensa e César Bórgia, de um poderoso aliado. Em junho de 1498, os primeiros intercâmbios entre os embaixadores deixaram claro que uma permuta colossal de interesses estava no ar. Ao mesmo tempo, ambos os lados estavam avisados. A reputação de Alexandre VI indicava que ele não costumava manter suas promessas. Luís XII, por sua vez, era considerado um avaro crônico. Suas demonstrações de indignação eram tão lendárias quanto a capacidade de enganar do papa.

Antes de darem início, de fato, às negociações, reinava grande desconfiança de ambos os lados. Quem tinha os melhores trunfos, o

rei ou o papa? Quem revelaria o primeiro trunfo? Em geral, os diplomatas consideravam que as cartas de Alexandre VI não eram as melhores. Se ele colocasse a carta da anulação do casamento sobre a mesa, dificilmente poderia fazer uma jogada. Já Luís XII tinha boas cartas de reserva na manga. É que os Bórgia queriam tanto dele que o rei francês podia se dar ao luxo de fazer suas jogadas pouco a pouco.

Como ocorria sempre em momentos de extrema tensão, Alexandre VI sofreu um desmaio, dessa vez especialmente espetacular, durante a celebração de Corpus Christi. Por duas horas, o *pontifex maximus* ficou sem sentidos. Ao recuperar a consciência, ele anunciou ter visto o assassino de Giovanni, transformando assim, para a admiração do embaixador veneziano, uma fraqueza física em uma vantagem psicológica. A partir disso, durante o período de espera, pai e filho aproveitaram o tempo para angariar dinheiro. Não havia dúvida de que as campanhas futuras seriam ainda mais dispendiosas.

Ao papa não faltavam métodos de financiamento. Sendo assim, sem a menor cerimônia, ele simplesmente mandou aprisionar o bispo de Calahorra no Castelo de Santo Ângelo. A acusação era de que se tratava de um marrano, ou seja, um judeu convertido apenas aparentemente. Para livrar-se dessa denúncia, o prelado, notoriamente abastado, teve de desembolsar 20 mil ducados. Apesar disso, no final de julho, ele foi condenado como herege. Nessa mesma época, nada menos do que duzentos supostos marranos foram condenados com a mesma pena.

Parecia mais uma desapropriação, porém encheu os cofres papais.

Enquanto isso, nas incursões sangrentas da Campanha Romana, aconteciam fatos extraordinários. Até então, todos os papas ainda podiam ter certeza de que os Colonna e os Orsini praticavam uma verdadeira carnificina sem a intervenção papal. E essa regra parecia ser ainda válida. Em 12 de abril de 1498, os Colonna impuseram uma derrota pesada aos seus rivais. Isso podia ser conveniente para Alexandre VI. Os Orsini deveriam ver que, sem ajuda dele, não seriam capazes de chegar a lugar algum! Mas então toda a cidade

de Roma esfregou os olhos de surpresa. Em vez de encostar o inimigo contra a parede, como deviam fazer, os Colonna fecharam um acordo de paz. Para o papa, esse acordo feito sem pressões externas significava um sinal de alarme. Aparentemente, os barões tinham reconhecido que apenas juntos poderiam defender-se contra os Bórgia. Será que iriam agora passar a seguir essa linha de raciocínio?

Como candidatos para se casar com Lucrecia, os duques da família Orsini estavam fora de cogitação. Por outro lado, o papa ficava muito contrariado em deixar inoperante o capital social e político que era a mão de sua filha. Mesmo um rendimento medíocre era melhor do que capital parado. Dessa forma, em julho de 1498, depois de um curto período de noivado, Lucrecia casou-se aos dezoito anos com Afonso de Aragão, príncipe de Bisceglie, um filho ilegítimo do rei Ferrante. O casamento foi celebrado no Vaticano com a suntuosidade que havia se tornado a marca registrada dos Bórgia, com direito a comédias e dança noite adentro. Desmaios para cá e para lá, o pai da noiva colocou em prova o invejável fulgor da sua jovialidade, festejando até o amanhecer.

Mas será mesmo que havia algo a festejar? Essa era uma pergunta que se faziam os observadores políticos. Que propósito tinha esse casamento para os Bórgia?

Eles não queriam ser os herdeiros do rei Federico? E agora o casamento de Lucrecia com um príncipe de segunda categoria! Isso parecia, na verdade, uma recuada, mais precisamente um retrocesso.

Aparentemente, nenhum herdeiro legítimo da enfraquecida família real estava disponível para se casar com a filha do *pontifex maximus*. Na corte de Nápoles, dessa forma, não havia ganhos a serem conquistados. Na melhor das hipóteses, Alexandre podia utilizar esse casamento como uma arma para conseguir impor-se com relação ao casamento de César com a filha do rei Federico, que era o seu mais ardente desejo. Se essa suspeita se confirmasse, o jovem noivo teria uma espada de Dâmocles sobre a cabeça. Se o papa fizesse uma cruz definitiva sobre esse plano, o príncipe de Bisceglie não passaria, apesar da ostentação de seu título, de capital

morto. Em todo caso, a noiva estava feliz com o seu segundo marido. Bonito, cavalheiresco e versado em todas as artes da corte, Afonso de Aragão era o marido perfeito para conquistar o coração de Lucrecia.

Na expectativa febril do verão de 1498, Alexandre VI atreveu-se a chocar por completo toda a cristandade. As negociações com a França só faziam sentido se a mão de César estivesse disponível. Quatro semanas depois do banquete de casamento de sua irmã, o filho mais velho do papa dissolveu, por essa razão, a sua união com a Igreja. Em 17 de agosto, ele deu adeus ao chapéu púrpura e tornou-se "secular". Da forma mais discreta possível e com frases retóricas devidamente estudadas, Alexandre VI tentava dissimular essa retirada no mínimo escandalosa. César não tinha sido feito para a vida clerical. Sua saída, portanto, era necessária para o seu bem-estar espiritual. Agora era seguir adiante sem olhar para trás, já que grandes conquistas acenavam no horizonte. Os Borgia perderam um cardeal, mas, em compensação, ganharam um príncipe. Com ele, o Estado poderia ser formado.

Pela inteligência, raciocínio rápido e completa falta de escrúpulos, o filho puxou ao pai. Como seu genitor, César alimentava uma concepção bastante elevada da sua dignidade. A espada lhe caía melhor do que aos príncipes de sangue. Essa aparência forçada refletia a insegurança do homem em ascensão, precisamente a sua adaptação exagerada aos padrões que lhe eram alheios. Além disso, demonstrava a diligência que tinha com sua imagem: César Borgia, com a vontade e a mão também de ferro.

Enquanto isso, os embaixadores tinham dado início às negociações mais importantes entre Luís XII e Alexandre VI. Antes de mais nada, as partes determinaram as suas pretensões. Além da anulação do casamento, Luís XII exigia liberdade para a conquista de Milão e, como seu antecessor, o enfeudamento do Reino de Nápoles. Alexandre VI reivindicava para César um rentável principado francês e tropas para a conquista da Romanha, além de uma noiva de família altamente nobre. Apesar de sua fragilidade, a candidata preferida continuava sendo Carlota de Aragão, que vivia

na corte francesa. Se ela não estivesse disponível, teria de ser encontrada uma noiva do mesmo nível.

Isso significava que, se a influência do rei não fosse suficiente para articular o casamento da princesa com o filho do papa, ele teria de mover céus e terra para encontrar uma substituta à altura. Justamente por esse motivo, a condução das negociações tornou-se muito difícil. Tinha entrado em jogo a vontade e os desígnios de terceiros.

Seguindo suas eficazes táticas, Alexandre VI mostrou-se reservado durante a apresentação simultânea de exigências exorbitantes. Dessa maneira, o seu parceiro devia ser empurrado para a defensiva. Devido à sua auto-estima, o rei estaria forçado a recusar as reivindicações do papa, praticando um ato de injustiça e, assim, obrigando-se a ter de fazer as pazes. Além disso, era aconselhável desembolsar uma boa quantia para a obter as próprias concessões, principalmente para a dissolução do casamento real, que era um favor muito raro e, portanto, precioso, e que praticamente não podia ser compensado pela contrapartida. Até o momento, não havia nenhuma demonstração de cooperação na questão relacionada a Milão e Nápoles. Em todo caso, Alexandre VI praticamente já não podia impedir a conquista da capital da Lombardia. Dessa forma, o reino do sul não tinha nenhuma prioridade para Luís XII.

Assim sendo, ratificou-se o que os diplomatas haviam suspeitado: o rei estava com a faca e o queijo na mão. E, soberanamente, tirou proveito da situação. A primeira coisa a ser negociada devia ser a questão do seu casamento, e sobre esse tema o rei não acatava nenhum tipo de conversa. Essa era uma ordem de precedência. Além disso, tinha a vantagem de colocar o lado oposto contra o canto. Se cedesse muito rápido, perdia sua garantia. No entanto, se Alexandre VI demorasse a aceitar a anulação do casamento, corria o risco de irritar o monarca e provocar um curto-circuito nas negociações. Tudo dependia de saber dosar na medida certa a esperança e o medo. E o papa Bórgia dominava essa arte com primor.

Nesse processo, ele lançou mão dos recursos ligados à tradição. O casamento era, afinal de contas, um sacramento e sua anulação, uma questão profundamente séria, na verdade, uma questão de consciência. Isso significava concretamente que, se após profundas análises não houvesse boas razões que justificassem a anulação, essa não poderia ser realizada. Era tudo muito simples. Para o destinatário dessa mensagem, o rei, isso era difícil de aceitar. Para o monarca, não passava de uma chantagem.

## Guerra de nervos

Não havia margem a dúvidas nos textos assinados e selados por Alexandre VI.

Esses textos continham duas maneiras diferentes de formas de tratamento, ocorrendo o mesmo com a argumentação para a execução. Por um lado, nos breves enviados à França pelo papa, por meio de expressões antiquadas, o poder papal era invocado para ser vinculado e desvinculado. No primeiro pronunciamento papal, de 31 de julho de 1498, o tema era "*maturam requirebat considerationem*", ou seja, que essa questão de tamanha importância, tanto para esta vida como para a vida após a morte, requeria profunda reflexão. Para que não fosse acusado pelas má-línguas de parcialidade ou até mesmo de faltar com suas obrigações por complacência, o *pontifex maximus* estaria longe de poder decidir sozinho em um caso dessa amplitude. Ao seu lado, uma comissão de especialistas, acima de quaisquer suspeitas de corrupção, deveria fazer o julgamento.

Isso era um sinal evidente: o processo seria demorado. Além disso, a dignidade do papado estaria garantida verbalmente. Em Roma, as decisões eram tomadas de acordo com a lei, independentemente da pessoa em questão. Luís XII não tinha como opor-se a essa evocação majestosa de regras invioláveis. Todos os que estavam por dentro do assunto sabiam que a anulação do seu casamento era uma questão puramente política. Por esse motivo, suas exigências violavam exatamente o código de integridade evocado por Alexandre VI. O rei, portanto, foi colocado em uma posição desvantajosa, que era justamente a finalidade do exercício verbal. Mas agora, voltando ao cerne da questão, era a hora de pôr as cartas na mesa. O recente breve do papa, tão cheio de dignidade, mudou bruscamente o seu tom no que concerne às redes de que se pode tirar proveito. O

rei devia à intervenção de César toda deferência paternal que o papa, naquele momento, já dispensava ao monarca, a qual também

estava assegurada para o futuro. Falando claramente: tais benefícios iriam tirar as dificuldades do meio do caminho no processo de anulação do casamento do rei. Uma simples frase foi suficiente para colocar a mensagem de cabeça para baixo. O rei podia respirar novamente. Ainda havia algo a ser feito.

O papa havia dado o sinal de que "dou para que dê". Isso valia uma compensação. Agora era a vez do rei. Ele concedeu Valentinois a César, ou seja, a região de Valence, além da própria cidade. O filho do papa, dessa maneira, tinha o seu próprio domínio, embora ainda lhe faltasse o título. Mas essa generosidade era enganadora, pois o rei dera de presente uma coisa que indiscutivelmente não lhe pertencia. Não era à toa que Luís XII tinha a reputação de avaro. Por quase três séculos, havia uma disputa entre os papas e os reis franceses sobre os direitos desse domínio. A concessão de Valence a César Bórgia, vista por esse ângulo, tinha sido um golpe de mestre. Alexandre VI teria precauções em opor-se. Por meio dessa abstenção, no entanto, a supremacia real estava tacitamente reconhecida. O nepotismo falou mais alto e o caso foi decidido.

Com isso, a bola de Chinon, onde era sediada a corte francesa, passou a ser jogada novamente em Roma. A generosidade de Luís, embora polêmica, exigia uma contrapartida à altura. E veio sem demora. Em 13 de setembro de 1498, o papa assinou um breve adicional que dispensava o rei de todos os obstáculos que o impediam de casar-se com Ana da Bretanha. Essa foi uma jogada espetacular.

Isso porque essa licença para se casar novamente era apenas o segundo passo.

Faltava o primeiro. Enquanto o primeiro casamento não fosse anulado, o rei não podia fazer nada. Assim sendo, seria um equivalente ao domínio de Valentinois, sem a concessão do título correspondente. Com isso, Chinon entrou novamente em campo.

Houve grande irritação com relação à inteligente réplica. Essa desavença provocou, inevitavelmente, que o papa escrevesse mais um breve. Nesse texto, datado de 25 de setembro, Alexandre VI manifestou a sua ilimitada gratidão.

Tanta devoção, amizade e generosidade por parte do rei mereciam a expressão de seu reconhecimento paternal. Paternal em duplo sentido: do papa como pai de todos os cristãos — e como pai de César. Escreveu o papa: "(...) deveis saber que tudo o que demonstra ao duque e seus assuntos em termos de misericórdia, benefícios e patrocínio, estareis concedendo à nossa própria pessoa".

Logo em seguida, o mesmo César Bórgia foi referido como "a coisa mais preciosa que temos na terra" e, mais uma vez, foram apresentadas recomendações ao rei e à futura rainha, Ana da Bretanha. Nesse escrito, podem ser constatados os pontos fracos e os fortes do papado nepotista: como papa, Alexandre VI era soberano; como pai, subordinado. Mas é claro que a finalidade do breve não era demonstrar seus sentimentos. Toda essa afetuosidade não podia mascarar que o papa estava praticando uma obstrução. Ele estava esperando a contrapartida de seu breve de 13 de setembro e do chapéu púrpura concedido quatro dias depois a Georges d'Amboise, o protegido do rei. No entanto, em vez de oferecer ao papa algo equivalente, o rei apresentou novas exigências. Não era assim que as coisas funcionavam, considerou Alexandre VI, mas sim passo a passo.

Mais uma vez, o lado oposto entendeu a mensagem. Quatro dias após o recebimento da mensagem de 25 de setembro, Valentinois foi promovido a ducado e César Bórgia, o antigo cardeal de Valência, o *duca valentino*, duque de Valentinois, em italiano. Isso ainda não era um Estado soberano, como sonhavam os Bórgia, mas já era uma segurança substancial. Se as coisas andassem para trás, na Itália, eles teriam um nobre refúgio no sul dos Alpes. Dei para que dê: segundo este princípio, as reivindicações de Luís XII tornaram-se cada vez mais prementes e Alexandre VI estava pronto para ceder no ponto crucial das negociações. Sua carta seguinte ao papa imitava a linguagem antiquada e cheia de dignidades dos textos papais: por Deus, por que esta demora desoladora para um ato de salvação tão importante? Que pecados cometemos para merecer tamanha tormenta e angústia? A resposta do papa, datada de 20 de novembro de 1498, revelou um grave tom de condolência e consolo:

ele próprio não estaria entendendo os motivos pelos quais a decisão no processo de casamento do rei estava demorando tanto tempo, mas os especialistas teriam comentado sobre algumas questões delicadas e até contraditórias. Em questões difíceis como essa nem mesmo um papa poderia interferir.

Não havia, contudo, razão alguma para que Luís se preocupasse. Em vez disso, o rei deveria acreditar em Deus e ficar confiante. Afinal de contas, entre o rei e o papa reinava uma *mutua benevolentia*, ou seja, uma benevolência recíproca que justificava as mais belas esperanças. A sua intenção ficou clara com o último comentário. O rei já teria prestado tantos benefícios a César, seu mais ardente defensor na complicada questão da anulação do casamento. Ele só deveria continuar percorrendo esse caminho com diligência. E como se isso ainda não fosse suficiente, acrescentou secamente: "Estamos esperando maiores evidências dessa boa vontade real".

Mesmo os meios mais eficazes de exercer pressão, no entanto, esgotam-se algum dia. Ao protelar a dispensa por mais tempo, estavam correndo o risco de provocar o descontentamento da outra parte. Havia algum tempo, Alexandre VI vinha temendo uma reação dessa natureza. Afinal, ele não era o único a oferecer-se como futuro aliado do poderoso monarca. Entre outros, a República de Veneza também estava no páreo. Mal a notícia da morte repentina de Carlos VIII chegou a Veneza, a Sereníssima enviou imediatamente embaixadores ao novo rei. Eles traziam ofertas parecidas às dos Bórgia. A República de Veneza e o monarca tinham os mesmos interesses. O domínio dos Sforza em Milão era uma espinha atravessada na garganta de ambos.

Contra ajustes generosos na fronteira oriental no ducado, Veneza ajudaria o rei na conquista de sua herança legítima.

Aquele que demorar muito em fazer suas concessões será castigado pela diplomacia internacional. De acordo com esse princípio, em 17 de dezembro de 1498, foi pronunciado o veredicto do julgamento sobre a dissolução do casamento de Luís XII e Joana de França. O veredicto foi escrito pelos cardeais que tiveram oficialmente a tarefa de revisar esse caso e, como foi proclamado

solenemente pela sentença, "o julgamento foi feito apenas perante Deus". Após cuidadosa e equilibrada análise da matéria, teria sido constatada a seguinte verdade: o casamento seria nulo e inválido, uma vez que nunca fora consumado; nada impedia que o rei se casasse novamente. Até que enfim, suspirou Chinon, onde, antes mesmo da chegada da notícia, já estava tudo preparado para o casamento de Luís e Ana da Bretanha. Portanto, a cerimônia foi realizada rapidamente. Em janeiro de 1499, os dois já eram marido e mulher.

Alexandre VI teve de descartar o seu trunfo. Era bom saber, contudo, que os seus propósitos estavam em boas mãos. Ainda no outono de 1498, enviou César Bórgia para a França. Negociações desse escopo eram mais bem conduzidas face a face. A presença do filho tornou-se ainda mais premente, já que se tratava, em última instância, de articular seu casamento com uma noiva de família aristocrática. César, no entanto, estava diante de um enorme desafio. Será que ele obteria reconhecimento na corte? Será que ele manteria seu pavio curto sob controle, caso os orgulhosos aristocratas franceses o tratassem de forma desrespeitosa ou com ar de condescendência, já que era o filho bastardo do papa?

Será que César conseguiria impressionar o rei? Será que iriam depositar nele a confiança necessária para a conquista, para a qual ele solicitava as tropas? Em todo caso, o papa fez o que pôde. Não economizou palavras para expressar que seu filho era o seu alter ego. Tampouco economizou recursos financeiros.

Durante seis semanas, a expedição de César para a França foi equipada com o que havia de melhor e mais caro. A nobre comitiva, o vestuário mais luxuoso, as armas mais brilhantes, os animais de maior prestígio, os presentes mais ostentosos, nenhum rei era capaz de apresentar-se com tanta suntuosidade. Por outro lado, o próprio César andava vestido de veludo preto. Isso lhe dava uma certa austeridade, que caía bem a um emissário do Santo Padre. Ao mesmo tempo, o contraste deixava claro que toda aquela ostentação, afinal, tinha apenas o propósito de satisfazer as expectativas do outro lado.

No final de outubro de 1498, acabado de chegar são e salvo com a sua carga de navio, contendo os mais preciosos tesouros da Provença, o filho do papa teve de, a partir daí, seguir os planos de viagem ditados pelo seu anfitrião. Esse itinerário, todavia, era composto de várias etapas. Contra a sua vontade e com a bagagem cheia de planos ambiciosos, o noivo teve de se contentar em se locomover a passos de cágado. Assim sendo, ele só foi chegar a Chinon na época do Natal, às vésperas do novo casamento do rei. Foi uma longa jogada, mas as primeiras notícias que chegaram a Roma trouxeram mensagens esperançosas.

O filho do papa causou boa impressão. Dentro de uma corte conservadora, onde prevaleciam os princípios da arte da cavalaria, suas habilidades na equitação e na esgrima eram respeitadas e admiradas. Nas reuniões que se seguiram, ele demonstrou rapidamente que não era apenas um homem da espada, mas também um homem de palavra. Enquanto isso, seu pai atuava na frente diplomática. Se Roma e Veneza, em conjunto, empenhavam-se em benefício de Luís XII, era conveniente uma tríplice aliança. Do ponto de vista do papa, seria uma aliança muito bem-vinda, já que, dessa forma, as futuras propriedades de César na Romanha receberiam ao norte uma poderosa proteção de flancos.

Para os Bórgia, tratava-se da criação do seu próprio Estado; para os Sforza, da sua existência ou inexistência. Se a cogitada tríplice aliança viesse a ser concretizada, isso significaria para eles a completa perdição. Expulsos de Milão, depostos do poder em Roma, essa era praticamente a dupla morte política dos Sforza. Por esse motivo, Ascânio Sforza ficou tão ansioso quanto Alexandre VI pelas notícias chegadas da França. Se as coisas estivessem bem encaminhadas, o papa vibrava; se estagnassem, o cardeal dava pulos de alegria: uma montanha-russa de emoções. Nesse processo, ambos os protagonistas seguiam o mesmo procedimento: se as mensagens não chegassem, espalhavam boatos. Claro, os rumores deviam ser espalhados de tal maneira que atingisse o inimigo pelo seu lado mais vulnerável.

Assim sendo, Alexandre VI e seu antigo assistente eleitoral estavam dançando um balé bizarro. Nesse *pas-de-deux*, o que não

faltava aos bailarinos era justamente criatividade. Na sua simplesmente inesgotável capacidade inventiva, eles não paravam de criar novas figuras: voltas destemidas e audaciosas, piruetas desconcertantes, rotações inesperadas, retiradas abruptas. No entanto, como também tinha subido muita poeira, era impossível esconder permanentemente o fato de que os papéis tinham sido distribuídos de forma desigual. O papa dava os grandes saltos, mas o cardeal apenas tropeçava à beira do abismo.

Alexandre VI também tinha medo de cair no abismo. Se as negociações em Chinon não dessem bons resultados, seria a prova de que, afinal, a fortaleza dos Bórgia era frágil e instável. Mesmo que o papa tivesse dado um primeiro passo de grande importância por meio da dispensa de casamento, a decisão definitiva ainda não havia sido tomada. Nessa situação de tensão, os contraentes compraziam-se com a aflição da outra parte. Na verdade, eles alimentavam a alma desse estado miserável. O embaixador veneziano Girolamo Donato só precisava entrar na antecâmara do Vaticano para ler no rosto dos cortesãos em que pé as coisas andavam. Suas anotações são um registro para a eternidade da coreografia das mudanças, das intimidações e do triunfo.

Em outubro de 1498, Ascânio Sforza ainda se encontrava frequentemente com Lucrecia Bórgia. A filha do papa mantinha-se fiel ao seu marido e à sua família, que, por meio da tríplice aliança, não estaria menos ameaçada. Os perdedores em potencial, portanto, uniram-se. A sua coligação deveria ser estendida, no que fosse humanamente possível, aos barões romanos insatisfeitos. Com essas turbulências domésticas, contudo, eles dificilmente conseguiam assustar Alexandre VI, que havia muito tempo estava fazendo seus cálculos em outras dimensões. Se eles tinham a intenção de intimidar negociações de amplitude em âmbito europeu, era necessário alertá-los.

Essa dissimulação teve início em outubro de 1498 quando Ludovico Sforza anunciou de forma sensacional que o imperador do Sacro Império Romano-germânico Maximiliano I o apoiaria tanto política como militarmente. Além disso, revelou também que, de acordo com as estimativas, as suas tropas estavam muito mais

próximas do que as de Luís XII. E o potencial de Veneza estaria sendo também avaliado de forma exagerada. Infelizmente para ele, esse tiro saiu pela culatra. O que se poderia esperar de Maximiliano já se sabia na Itália havia muito tempo: exigências de dinheiro ininterruptas e ativismo desordenado.

Alexandre VI não estava com medo, mas encorajado.

Para deixar Alexandre VI assustado e temeroso, seria necessário colocar a Espanha no jogo. Ascânio Sforza reconheceu isso muito rapidamente.

Coincidências o ajudaram a tirar proveito dessa constatação. Em novembro e dezembro de 1498, chegaram a Roma o embaixador de Portugal e as majestades católicas, com o intuito de dizer ao papa certas coisas desagradáveis relacionadas a venalidade, nepotismo, negligência perante seus deveres espirituais, entre outras coisas. Alexandre VI conhecia muito bem essas acusações, mas o tom em que foram feitas tinha se tornado mais áspero. O vice-chanceler agarrou-se justamente a esse ponto. Os reis ibéricos estavam planejando um concílio para a deposição de um papa descuidado de seus deveres, que estava atizando os reis da cristandade uns contra os outros. *Touché* — tinha sido aqui atingido um ponto fraco do papa. Ascânio Sforza reportou com orgulho a Milão que o papa teria buscado refúgio em clichês ineficazes e estaria profundamente confuso.

Será que a subida íngreme seria seguida de uma queda vertiginosa? Já em 16 de novembro, Alexandre VI estava convencido de que o pacto com a França estava praticamente selado. Seis dias depois, segundo Donato, ele ansiava ardentemente pela confirmação da notícia como um languescido. Mas essa confirmação teimava em não chegar. Em vez disso, o papa caiu em um buraco negro. Suas preocupações eram, em muitas ocasiões, mais fortes do que a sua razão. O seu bom senso deveria ter avisado que as ameaças da Espanha eram um meio para alcançar um fim político. Isso se elas realmente foram proferidas de tal forma como o vice-chanceler as transmitiu. O bem informado Donato, em todo caso, não tinha reportado palavras assim tão duras. Não obstante, na virada de 1498 para 1499, Alexandre VI reforçou mais uma vez a sua

vigilância. O Vaticano foi expandido e transformado em uma enorme fortaleza, na qual 600 homens faziam a ronda 24 horas por dia. Apesar disso, não parecia provável que tantas alabardas fossem capazes de manter o medo afastado. Isso porque, a partir desse momento, Ascânio Sforza começou a falar na presença do *pontifex maximus*, sempre em alto e bom som, sobre as coligações europeias que pretendiam ajudar a Igreja a escolher um novo e honrado pastor.

Ele fez ainda outro registro. No consistório de 10 de dezembro de 1498, a Espanha lançou contra o papa a acusação de que ele estaria proclamando uma potência estrangeira e, dessa maneira, levando a Itália à ruína. Bem, contra essa acusação, Alexandre VI sabia se defender. Certamente, respondeu o papa com uma ironia mordaz, ele pretendia formar uma aliança com Luís XII, mas não foi ele o primeiro a trazer os franceses para a Itália, mas sim Ludovico Sforza, que teria destruído o estado de equilíbrio, o qual ele, Alexandre VI, estava agora pensando em restabelecer, utilizando as mesmas medidas. Tudo não passava de fantasias e meias-verdades, que, por meio de inflamadas palavras de ordem nacionalista, deveriam influenciar a instruída audiência e intimidar o adversário.

Com esse propósito, os Sforza anunciaram como passo seguinte a conclusão iminente das negociações de uma aliança entre Milão e Veneza — e acertaram, mais uma vez, na mosca. Por mais improvável que fosse a formação dessa aliança devido às diferenças de interesse, Alexandre VI considerava possível qualquer reação extrema do duque encurralado e desesperado. Assim, Donato foi convocado ao Vaticano e teve de pronunciar palavras apaziguadoras. Não, Ludovico não poderia ter se rebaixado a tal ponto de tentar comprar a permanência de seu domínio por meio de concessões de territórios venezianos.

Além disso, Veneza não estava aberta a esse tipo de comércio. O papa então se acalmou.

Enquanto todas essas manobras e intrigas aconteciam, ele continuava esperando notícias redentoras da França "com a maior expectativa", mais precisamente "com um fervor quase insano". Em 18 de dezembro, ele estava tão ressentido com o mundo que não

queria ouvir uma palavra sobre os negócios. De acordo com o diagnóstico de Donato: "Ele está profundamente preocupado com os acontecimentos na França, sobre cujos progressos realmente quer inteirar-se; na ausência de notícias, ele se encontra num estado de completa indecisão".

Afinal, Alexandre VI preocupava-se "de corpo e alma em conseguir formar um Estado para seu filho". Dividido entre esperanças e temores, ele ainda se mostrou vulnerável à fantasmagoria do medo, que Ascânio Sforza logo em seguida evocou: uma tríplice aliança entre Veneza, Milão e Florença. No momento decisivo, no entanto, prevaleceu a confiança orgulhosa. Sempre que era diretamente atacado, o papa apresentava-se na sua melhor forma. Os obstinados embaixadores enviados da Espanha também se deram conta disso. Em 24 de dezembro de 1498, em uma audiência concedida com muita relutância, quando eles começaram a ler o rosário de acusações, Alexandre VI passou imediatamente para o ataque. E encontrou as palavras certas, que feriram mortalmente. O assassinato de Giovanni também podia ser considerado um castigo dos céus — mas com a morte prematura de seu único filho, a pena concedida por Deus às majestades espanholas tinha sido ainda mais dura e isso precisamente devido aos seus ataques permanentes aos direitos da Igreja. Essas foram *stranie e superbe parole*, palavras ultrajantes e extremamente arrogantes, como avaliou Donato. Não faltou muito para que eles trocassem socos e bofetadas.

Apesar de toda a arrogância do papa, os embaixadores fizeram um ato de retirada. Em março de 1499, o papa voltou a subordinar Benevent e todos os territórios limítrofes ao direto domínio da Igreja. Não foi tarefa difícil para os Bórgia separar os feudos da propriedade familiar. Isso porque na frente napolitana não acontecia absolutamente nada. Embora ainda não tivessem colocado definitivamente uma pedra sobre o casamento de César e Carlota de Aragão, a conquista da Romanha por meio das negociações com a França continuou tendo prioridade máxima.

Tendo em conta os planos arquitetados para o território ao norte dos Estados Pontifícios, renunciar ostensivamente à região sul foi

uma manobra muito inteligente. Dessa forma, os espanhóis não só refutaram as acusações de que o pontificado de Alexandre VI estava prejudicando os interesses da Igreja, como passaram também a fazer propaganda de maneira ofensiva. "Vejam, nós tomamos esses territórios sob nossa própria proteção quando estavam correndo riscos e, agora, estamos prestes a devolvê-los, de forma completamente desinteressada, porque estão seguros novamente!". Mas esse era apenas um lado da moeda, o que se podia ver. Como sempre, o papa tinha segundas intenções.



*Figura 5 — Alexandre VI e o embaixador veneziano, de Francesco Jacovacci, 1883, Roma, Galeria Nacional de Arte Moderna. As opulentas câmaras do Vaticano como o inferno na terra. O venerável Alexandre VI representa o tentador astuto que pretende prender em suas artimanhas o honesto e decente embaixador da República de Veneza. Neste caso, a postura sinuosa mostra o papa como quem oculta a verdade, enquanto as dobras acentuadas no tapete indicam a ordem conturbada do mundo. Stendhal qualificou Alexandre VI*

*como a menos imperfeita encarnação do diabo em forma de homem — exatamente assim ele aparece nessa pintura.*

Não obstante as recentes afrontas, seu plano era ser cordial com Isabel e Fernando. Eles deveriam dar o seu consentimento para que o arcebispado de Valência permanecesse sob o domínio da família Bórgia, mesmo depois da saída de César da vida clerical. E seus esforços foram compensados. O rico arcebispado foi concedido ao jovem cardeal Juan de Bórgia-Llançol.

Em janeiro de 1499, quando notícias alarmantes chegaram da França, a importância de tudo tornou-se secundária. Lá, César tinha perdido a paciência e, ao que tudo indicava, também os nervos: se não tivesse a mão de Carlota, partiria imediatamente! Ascânio Sforza ficou exultante; Alexandre VI, horrorizado. Por mais que desaprovasse esse ultimato imprudente, via a culpa disso no lado oposto. A filha do rei mostrava-se hesitante porque estava sendo incentivada pelo rei francês.

No entanto, o *pontifex maximus* estava muito enganado. A orgulhosa princesa não estava resistindo apenas levada pela insistência de Luís XII, mas também devido às pressões, igualmente fortes, exercidas pelo cardeal Della Rovere. Esse tinha feito novamente as pazes com o papa e acreditava que estaria protegendo os seus interesses com essa aliança de casamento. Ao mesmo tempo, o monarca francês estava esperando o resultado de suas negociações com Veneza. A liga estava de pé ou tinha ido por água abaixo? Nesses dias de extrema tensão, ele não tinha tempo de se ocupar com as demandas de César Bórgia.

Em Roma, no entanto, os nervos estavam à flor da pele. Ascânio Sforza aproveitou os bons ventos do momento, afirmando que a tríplice aliança entre Milão, Veneza e Florença estava prestes a ser selada. É óbvio que essas afirmações eram infundadas. No entanto, em face do estado de ânimo em que se encontrava o papa, elas vingaram em solo fecundo. Para piorar a situação, os embaixadores espanhóis solicitaram mais uma audiência pública, a fim de apresentar suas acusações não apenas diante dos cardeais, mas também perante os diplomatas, que eram muito considerados em

Roma. Em 25 de janeiro, tinha chegado o momento. Nessa ocasião, pela primeira vez, Alexandre VI não foi capaz de se conter. Ao ser acusado de não ser um papa eleito com legitimidade, reagiu com a ameaça de mandar afogar os embaixadores no Tibre. E foi ainda mais abusivo: a rainha estava longe de ser a senhora casta e respeitada que demonstrava ser publicamente. A explosão foi seguida pela ressaca e pelo arrependimento de ter se envolvido com negociações com a França. E se a Espanha levasse mesmo adiante as suas represálias?

Com isso, Ascânio Sforza encontrava-se, novamente, em uma situação favorável.

Mas não por muito tempo. Isso porque as boas notícias não podiam esperar muito. As correspondências indicavam que o ultimato de César tinha sido esquecido e perdoado. Além disso, a conclusão da aliança entre Veneza e França era iminente. Ambas as partes tinham chegado a um acordo. Elas tinham acrescentado uma cláusula ao pacto, onde estava prevista a adesão do papa. Mas essa notícia ainda não tinha sido confirmada oficialmente. Na melhor das hipóteses, Alexandre VI tinha tirado um pequeno peso do coração, isso se tirou algum.

O vice-chanceler tinha entendido que devia transformar a alegria emergente em nova preocupação. De acordo com seu ácido comentário, todo mundo conhecia a deslealdade dos venezianos, que só eram fiéis ao seu estado, não demonstrando lealdade nem diante de Deus nem dos homens. Com o apoio francês, eles certamente não teriam agora o menor pudor em levar a cabo a conquista da Romanha. Analisando friamente, isso não passou de uma réplica desesperada, já que a aliança entre a França e Veneza não representava, de forma alguma, um perigo para o domínio de Alexandre VI, mas era uma grave ameaça para a existência do Estado dos Sforza em Milão.

Mas o medo não se explica com a razão. Assim sendo, mais do que nunca, Alexandre VI empenhou-se em dar um fim ao prolongado jogo da agonia. De acordo com círculos bem informados, ele teria enviado novas instruções a César.

Se não podia ser Carlota, então, pelo amor de Deus, que fosse uma outra nobre qualquer. Havia tempos vinham sendo cogitadas, como noivas pretendentes, princesas das famílias aristocráticas Montpensier e Bourbon. Apenas em fevereiro de 1499, o nome de Charlotte d'Albret passou ao topo da lista. A irmã do rei de Navarra, que dependia da França, tinha dezesseis anos e era considerada a mulher mais bonita da corte. Mas foi difícil para César deixar de lado seus antigos planos. Em 24 de fevereiro de 1499, o embaixador do rei Federico de Nápoles disselhe abertamente que, por nada nesse mundo, seu senhor teria concedido a mão de sua amada filha a um bastardo do papa. A reação do ofendido mortalmente foi, naturalmente, atacar: ele teria todos os motivos de ter orgulho de seu nascimento; o bastardo seria o próprio Federico.

Durante essa troca de gentilezas, Alexandre VI acreditava que Carlota e Federico ainda iriam escutar a voz da razão. Mas, em 4 de março, as notícias foram permeadas novamente por um tom sombrio: a estrela de César na corte de Chinon estaria em declínio. Ele estaria sendo visto apenas como um pretendente desagradável. Imediatamente, o papa mergulhou em profunda melancolia.

Tristeza de uns, alegria de outros. Ludovico Sforza, apressadamente, arquitetou uma liga de defesa de toda a Itália contra Luís XII, o invasor bárbaro, e contra a traiçoeira Veneza. Para seu arrebatamento, Alexandre VI perguntou timidamente se poderia também fazer parte dessa liga. Ele chegou até mesmo a pedir ao duque de Milão para fazer a mediação entre Roma e Nápoles. Além disso, perguntou também se Ludovico estaria disposto a conceder a conquista de Urbino ao braço forte de César. Isso era o que ele mais queria! Em 12 de março, quando as previsões de um acordo em Chinon pareciam estar completamente fora de questão, tudo indicava que a virada seria inevitável. Se César não estivesse na França, disse o papa, ele não hesitaria em fechar um acordo desse tipo. Mas a euforia dos Sforza foi prematura. Na sua agonia política, eles se agarravam a qualquer tábua de salvação.

Na Páscoa, a tensão tinha se tornado insuportável. Os romanos tinham a impressão de que a angústia estava sendo demasiada até mesmo para a Igreja de São Pedro. Parte de suas paredes vieram

abaixo: um sinal! O papa, no entanto, não acreditava em um sinal vindo dos céus, mas na artimanha de algum de seus inimigos. Mesmo os venezianos, geralmente providos de uma racionalidade pragmática, não tinham mais nada a dizer. Se a razão não pudesse mais ajudar, eles teriam de consultar poderes superiores. Algumas semanas antes, portanto, os políticos progressistas venezianos já tinham feito consultas a um espírito. O prognóstico comunicado pelo médium dizia o seguinte: Alexandre VI não poderia ser cogitado como aliado permanente porque, no decorrer de 1499, ele partiria desta para melhor. Eis a confiabilidade das informações vindas do sobrenatural!

Em abril de 1499, o tempo da incerteza angustiante estava fadado a ter um fim; nesse dia, após quase dois meses de espera, o papa recebeu a esperada notícia de que a liga entre França e Veneza tinha sido definitivamente selada. Além disso, o casamento de César e Charlotte d'Albret estaria lacrado e sacramentado. Mas ainda era necessário ter cautela. Dessa forma, Alexandre VI, imbuído de um autocontrole sobre-humano, conseguiu esconder a sua enorme alegria. No consistório, ele mostrou-se decepcionado com a França. Nos dias que se seguiram, não se ouviu de sua boca nenhuma palavra amável a respeito de D'Albret. Dessa maneira, ele conseguiu enganar também o sempre desconfiado Ascânio Sforza, que não se cansava de anunciar que o pacto entre Milão e Veneza estava praticamente selado. Alexandre VI, no entanto, dava boas gargalhadas disso, às escondidas, é claro. Ele tinha muito mais informações e de fontes fidedignas.

Em 22 de maio de 1499, a tragicomédia das confusões tinha chegado ao fim.

Naquele radiante dia de primavera, um mensageiro coberto de poeira chegou com a notícia triunfante: o casamento de César Bórgia com a filha do rei não só havia se realizado, como também já estava devidamente consumado. Para a admiração e perplexidade dos romanos, a consumação deu-se precisamente oito vezes só na noite de núpcias! Os Bórgia são os Bórgia. E a potência faz parte da sua imagem. Todos deviam inteirar-se das façanhas sexuais de César — os cardeais, então, em primeira mão. Assim sendo, Alexandre VI

mandou ler a carta de Charlotte no consistório. Como os poucos pensadores mais rigorosos observaram com desaprovação, a princesa expressava orgulho pelo seu forte marido "com termos picantes" e demonstrava esperança de poder abraçar brevemente seu sogro, coroado de forma tripla, em Roma.

Não menos interessante do que a consumação do casamento foi o contrato de núpcias, de cujos termos Donato tomou conhecimento imediatamente. Veneza leu o contrato com ele. A noiva pagou um dote de 30 mil ducados pelo casamento; o casamenteiro Luís XII também contribuiu com 80 mil ducados, com os quais César pretendia adquirir mais um feudo representativo na França.

Para adoçar um casamento dos orgulhosos D'Albret, que, de acordo com os critérios da origem, tinha sido um casamento desigual, o papa teria prometido por meio de um breve elevar o irmão da noiva a cardeal. Mas essa cláusula devia permanecer em segredo. Na conclusão do embaixador, em face desse grande sucesso, não se falou mais de concílio e deposição. Para Alexandre VI, as censuras de Isabel e Fernando tinham perdido o seu efeito temerário. O papa sentia-se agora livre de qualquer obrigação em considerar as majestades espanholas e deixava isso bem claro pelo seu comportamento.

Os tempos de dissimulação tinham chegado ao fim. Depois de um período de extrema preocupação, tiveram lugar anúncios de uma alegria exuberante. Para comemorar o casamento de nepotes na França, Roma foi solenemente iluminada.

Mais uma vez, os romanos tinham motivos para suspirar com admiração. Como foi relatado de fontes seguras, o filho do papa teria mudado de nome; ele agora chamava a si mesmo, com especial privilégio, de Luís XII, Dom César de França. A assinatura orgulhosa, no entanto, não conseguia esconder o fato de que os verdadeiros aristocratas continuavam a considerá-lo um arrivista grosseiro de filiação duvidosa. Além das damas das casas de Aragão, Montpensier e Bourbon, a duquesa de Foix também desdenhou do filho do papa. Charlotte d'Albret fora a quinta candidata.

Não apenas o casamento de César, mas também a aliança selada entre o papa e o rei, que passou, assim, a ter mais poder, merecem

interpretações. O humanista da cúria, Sigismondo dei Conti, à primeira vista, fez grandes elogios ao eixo França-Roma. Alexandre VI teria selado essa aliança para recuperar os direitos da Igreja e, o que também era de suma importância, salvar a tranquilidade e a honra da Itália. Esse era um argumento estranho a favor de uma política papal que, em conjunto com a República de Veneza, tinha aberto os portões da Itália para os exércitos franceses, e isso durante muitos anos! Além disso, Conti manifestava desprezo aos bárbaros da Gália, que agora estavam dando vazão aos seus instintos selvagens no país mais civilizado do mundo. Seu louvor a Alexandre VI estava, portanto, cheio de veneno.

Se o sarcasmo era uma maneira de lidar com os acontecimentos perturbadores, outro modo era a indignação. Três décadas e meia mais tarde, a política do papa Bórgia iria provocar a santa ira de Francesco Guicciardini. A sua tese era a seguinte: com cautela, bom senso e contenção, a ruína da Itália, que teve lugar a partir de 1494 e de 1499, poderia ter sido evitada. Não foram poucos os historiadores do século XIX que ampliaram o seu diagnóstico, dentro de um espírito de nacionalismo romântico. França e Espanha, trazidas para o território italiano por um papa espanhol, teriam destruído o espírito nacionalista da Itália durante muitos séculos. Examinando os fatos de forma pragmática, porém, essas interpretações não procedem. Com toda probabilidade, as intervenções das duas grandes e consolidadas potências, França e Espanha, jamais seriam capazes de impedir um diplomata do gabarito de Lourenço de Médici.

É de direito constatar que o nepotismo de Alexandre VI tornou-se um fator fundamental dentro da política europeia. Girolamo Donato registrou esse desenvolvimento no seu relatório final sobre a sua missão romana diante do senado veneziano, que durou dois anos. Segundo ele, esse nepotismo teria sido a verdadeira transgressão do pontificado. Para o enviado, não havia a menor dúvida de que a aliança com a França, em última análise, tinha servido apenas para atender aos interesses da família Bórgia e alimentar os planos ambiciosos do *pontifex maximus* em relação a seu filho César.

Não há como duvidar disso porque Alexandre VI, em muitas conversas, chegou a falar abertamente de suas motivações. "*Per lamor porta al nostro duca*" — ele só teria fechado a aliança devido ao favor que o rei tinha concedido ao duque de Valence, que agora teria de se apressar para criar um estado dos Bórgia. Dessa forma, tornou-se inevitável uma guerra contra a Romanha. Donato alertou que o papa, ganancioso por angariar mais e mais territórios, tinha outros objetivos ainda mais audaciosos, os quais, de forma alguma, tinham sido esquecidos; mesmo os territórios dos Sforza estavam dentro da sua alça de mira.

O verdadeiro legado do enviado, contudo, foi o perfil de Alexandre VI por ele traçado. Pela sua natureza, o papa seria astuto e complexo, sendo muito difícil conhecer as suas intenções. Devido a essa natureza dupla, ele teria perdido completamente a confiança tanto de dentro dos poderes italianos como dos cardeais. O papa mudaria de comportamento de acordo com as circunstâncias, seria inconstante e imprevisível, exceto em assuntos relacionados ao seu filho.

Acima de tudo, ele teria uma capacidade magistral de fingimento. Com isso, aparece pela primeira vez um princípio recorrente no relatório de um contemporâneo: a destruição do capital social. A inconsistência do *pontifex maximus* estava longe de ter chegado à exaustão. Donato continua: "O papa tem 69 anos, leva uma vida muito normal e não faz tudo aquilo que costumam imputar-lhe. Goza de boa saúde, nunca teve uma doença séria — e faz tudo para que seja assim".

Um segundo princípio recorrente era distinguir entre o que era mito e realidade.

Como todos sabiam, o papa continha-se não apenas no que se refere a bebidas e alimentação, mas também em relação às mulheres. Outra vez o astuto diplomata estava coberto de razão. Alexandre VI poupava suas forças. E, segundo Donato, fazia-o sempre. O terceiro princípio recorrente chamava-se prolongamento da vida. A palavra-chave do pontificado, no entanto, era uma quarta, ou seja, "dissimular", enganar os outros sobre as verdadeiras intenções. O papa não tinha escrúpulos quando se tratava de

oferecer benefícios à sua família. E, assim, chegamos ao quinto princípio: o estado dos Bórgia.

## **A queda da família Sforza**

A doutrina de Donato para a sua República era a seguinte: que se cuidem aqueles que fizerem alianças com este papa! O aviso chegou na hora certa. Justamente naquele momento, Veneza estava lutando contra um adversário extremamente poderoso, o Império Otomano. Para poder defender-se nesse duelo desigual, a Sereníssima apelou para o papa. A solicitação era para mobilizar a consciência, as finanças e os soldados da cristandade para a luta contra os turcos. Mas também a esse respeito, Donato não tinha a menor ilusão. Alexandre VI não era Pio II. Em primeiro lugar, a campanha de César na Romanha. Em seguida, caso sobrasse alguma coisa, a Cruzada. Essa era, supostamente, a hierarquia de valores do papa Bórgia.

Com a consumação do casamento francês de César, o destino dos Sforza estava selado. O próprio Alexandre VI abençoou a queda da família. De acordo com sua sentença lacônica, "a casa inteira dos duques de Milão devia ser derrotada e destruída", o que foi rapidamente divulgado ao vice-chanceler por seus inimigos.

Mesmo assim, o jogo de gato e rato ainda não havia terminado. O papa não perdia a oportunidade de declarar que não iria apoiar a conquista francesa da Lombardia. As suas ações, contudo, contradiziam suas palavras. A cooperação militar com Luís XII teve prosseguimento imediato e de uma forma muito significativa. Seguindo instruções de César Bórgia, uma frota naval dos Cavaleiros de São João, que estava estacionada na Ilha de Rodas, afastou-se na direção ocidental. Em vez de lutar contra os turcos, como estava previsto, as galeras deveriam ocupar Gênova para o rei da França.

Quando Ascânio Sforza denunciou essas novidades no consistório, abriu propriamente uma caixa de Pandora. Algumas semanas antes, em abril de 1499, seu irmão, Ludovico, já tinha começado a sondar a situação na região do Bósforo. Sua aliança com o sultão Bajasid o obrigava a atacar Veneza, e o que era pior,

não na distante região oriental do Mediterrâneo, como até aquele momento, mas sim no coração do Friul. Durante meses, houve uma discussão acirrada da opinião pública sobre quem tinha começado a cortejar uma aliança com os turcos. No final, os Sforza foram taxados de traidores da cristandade. Em 13 de julho de 1499, o vice-chanceler deixou a cidade de Roma. Antes de sua fuga, tentou resguardar sua fortuna, providenciando o envio de dinheiro para fora da cidade. Cada ducado era urgentemente necessário em Milão. Na pressa, contudo, não foi possível converter todos os seus bens em dinheiro vivo. Os Bórgia, claro, ficaram com o que restou.

Alexandre VI amaldiçoava o cardeal que partira para defender o ducado de Milão. O papa chegou até mesmo a ameaçar que excomungaria Ascânio e Ludovico, mas não foi necessário chegar a tanto. No momento de maior necessidade, o duque estava sozinho em Milão. Depois de tantas voltas e manobras, ele praticamente não tinha mais amigos na Itália. Dentro do aparato estatal, não foram menores as manifestações de deslealdade. Muitos dos grandes vassalos já tinham descartado o domínio de Ludovico e esperavam que o rei Luís XII fosse recompensá-los pelo seu apoio, precisamente com a concessão de mais feudos e maiores responsabilidades.

Além disso, a força expedicionária turca que tinha invadido o Friul era muito pequena para fazer frente, por muito tempo, à potência de Veneza. A prometida ajuda dos Habsburgo também não chegou. Mesmo diante do exército, a dissolução não pôde ser detida. Quando se deu a traição no campo de batalha, o poder dos Sforza ruiu completamente. Era o verão de 1499, meio século depois de sua edificação. Ludovico e Ascânio, acompanhados pela sua comitiva, conseguiram escapar por pouco das garras dos inimigos e colocar-se em segurança. Aproximadamente 4 mil pessoas exilaram-se na Áustria. O duque banido e o cardeal caído em desgraça prometeram aos seus seguidores, no entanto, que estariam de volta brevemente.

Tudo indicava que isso não iria acontecer tão rápido. O povo de Milão gritava "Hosana" no momento em que os conquistadores franceses, com os generais locais, assumiram o poder; os novos governantes prometeram pão barato ao povo. Alimentados por essa

esperança, os milaneses fizeram juramento de lealdade a Luís XII, em 5 de setembro de 1499. Tamanho sucesso provocou prontamente o surgimento de novos apetites de expansão. Em 9 de setembro, o embaixador veneziano informou que a campanha seguinte do monarca vitorioso seria endereçada contra Nápoles.

Esse ritmo de tirar o fôlego não agradou Alexandre VI, que ainda considerava o sul da Itália zona de influência dos Bórgia e, portanto, dava continuidade à sua política de erosão interna. Em setembro de 1499, o papa confrontou o rei Federico com a nova exigência de transferir aos Bórgia outros feudos e direitos de domínio. Que sua solicitação tenha sido rejeitada não causou surpresa a ninguém. Na verdade, a finalidade dessa exigência não era ser aceita, mas sim intimidar, humilhar e fornecer pretexto para ações futuras. Nesse verão de grandes triunfos, tudo parecia ser possível. Mas por que não conceder também o ducado de Ferrara aos Bórgia? Quem tivesse Veneza ao seu lado deveria também poder, certamente, afugentar a Casa D'Este. Quando o papa revelou essa nova ideia, o novo embaixador veneziano, Polo Capello, não acreditou no que estava ouvindo: "Onde fomos nos meter com esse aliado?", perguntou-se.

A queda dos Sforza também teve suas consequências em Roma. Para os Colonna, últimos aliados de Ascânio, a situação tornou-se ameaçadora. O pacto de sobrevivência selado no ano anterior pelos barões já não tinha efeito. Sem muito esforço, Alexandre VI puxou os Orsini para o seu lado. As primeiras vítimas das novas relações de poder foram os Caetani. No outono de 1499, sem o menor protocolo, foram removidos os direitos soberanos de suas extensas propriedades feudais ao sul do Lácio, cuja ocupação ocorreu imediatamente.

Girolamo Caetani morreu durante a ocupação; já Giacomo Caetani foi preso e veio a falecer na prisão. Destino de nepotes: o que Bonifácio VIII, duzentos anos antes, tinha arrebatado dos Colonna e passado às mãos de sua família teve agora de ser concedido aos Bórgia.

Depois de quatro meses de negociações por parte da Câmara Apostólica, Lucrecia Bórgia comprou o domínio de Sermoneta, que

fazia parte das propriedades dos Caetani, por 80 mil ducados. Mesmo que o preço tenha sido razoável, isso foi um presente. Isso porque todos sabiam de onde vinha o dinheiro da filha do papa. Mas a aparência da legalidade estava, dessa forma, garantida. Afinal de contas, não tinha sido a primeira vez que a filha do papa tinha tirado proveito da desapropriação dos bens de seus inimigos. Três meses antes, em 9 de outubro de 1499, tinham concedido a ela Nepi, uma localidade de importância geoestratégica, com todos os direitos e poderes de jurisdição, que havia pertencido anteriormente a Ascânio Sforza.

Tanto em Nepi como em Sermoneta, uma política inteligente foi conduzida em nome da nova senhora feudal. O principal objetivo era conquistar popularidade.

Com esse propósito, todos os direitos dos vassallos foram novamente restituídos e houve redução de encargos. A popularidade era algo que podia ser comprado. Os Bórgia, que tinham acesso às finanças papais, podiam dar-se a esse luxo. Além disso, seus rendimentos aumentaram por meio do arrendamento dos benefícios, que antes eram recolhidos com dificuldade por conta própria. Adicionalmente, a sua justiça penal, muito rígida, protegia a propriedade e os interesses da elite rural. Essas eram condições favoráveis para alcançar a aceitação desejada.

Por que Lucrecia, que até aquele momento havia apenas sido objeto de contratos de casamento, tinha passado a receber concessões tão ostensivamente?

Reformulando a pergunta de acordo com os planos dos Bórgia: quem tinha perdido o que ela ganhou? A primeira indicação a esse respeito foi registrada por Burckard, o vigilante mestre de cerimônias. Ele observou que Afonso, o príncipe de Bisceglie, no início de agosto de 1499, tinha ido secretamente para Nápoles.

De lá, ele exigia que Lucrecia o seguisse. Aparentemente, ele sentia-se mais seguro ao pé do Vesúvio do que às margens do Tibre.

Mas o que aconteceu foi justamente o contrário. Em nome de Alexandre VI, a sua esposa, que estava grávida, escrevia-lhe cartas comoventes. Lucrecia implorava para que ele não a abandonasse. Inesperadamente, durante essa troca de correspondência banhada

de lágrimas, a filha do papa tinha uma missão a cumprir. Em 8 de agosto, Alexandre VI comunicou aos altos funcionários comunais de Spoleto, de forma absolutamente sucinta, que tinha designado Madonna Lucrecia como regente de sua cidade, da cidade vizinha de Foligno e também dos distritos rurais a elas correspondentes. Muito provavelmente, os destinatários da carta perderam o fôlego ao ler o seu teor. Até então, esse cargo tinha sido reservado aos altos prelados. O mandato da governante só durou dois meses, mas nem por isso o efeito do escândalo provocado deixou de ser menor.

Por que essa provocação?

Aparentemente, Alexandre VI queria demonstrar a indivisível dignidade da sua família. Os Bórgia eram a Igreja. E, concretamente, os Bórgia de ambos os sexos. A preferência escandalosa, no entanto, tinha também outros lados, um prático e outro escondido. De Spoleto, Lucrecia podia apossar-se de Nepi, seu novo feudo. Além disso, ela estava destinada a desempenhar um novo e importante papel dentro da unidade familiar. E, a longo prazo, isso não prometia coisas boas ao seu marido. Mas, a princípio, tudo tinha voltado à mais perfeita harmonia. Afonso teve de ceder, foi buscar sua esposa em Spoleto e retornou com ela de volta para Roma. Já estava mais do que na hora. No Dia de Todos os Santos, Lucrecia deu à luz a um menino. Assim sendo, Alexandre VI era avô.

Era evidente que o neto receberia o nome do avô. O pequeno Rodrigo foi batizado por Paolo Orsini, cujo parente, o duque de Gravina, esteve temporariamente no páreo na conquista da mão de Lucrecia.

A comemoração depois do ato religioso foi realizada com a ostentação de sempre. Johannes Burckard organizou uma festa digna de um herdeiro do trono real. Os aristocratas romanos trouxeram presentes em ouro puro. À noite, como de costume, tiveram lugar apresentações de dança e comédia, às quais também foram convidados os embaixadores: o nascimento do neto do papa foi um ato político. De forma correspondente, Alexandre VI enviou comunicados oficiais sobre o feliz acontecimento às potências aliadas.

Contradizendo essa serena atmosfera, tinha-se a sensação de que o Vaticano estava armado até os dentes. O medo de um ataque era permanente. A notícia de que Catarina Sforza pretendia envenená-lo, que tinha sido espalhada nessa época pelo próprio papa, condizia perfeitamente com esse cenário. Além disso, todos os casos de morte na cúria e, em especial, dentro do círculo mais íntimo dos Bórgia, eram agora investigados de maneira mais do que suspeita. Em janeiro de 1500, quando o jovem cardeal Juan de Bórgia-Llançol morreu repentinamente na Romanha, César foi considerado imediatamente suspeito de ter assassinado seu irmão e, agora, seu sobrinho, mas essa teoria é absurda.

Juan de Bórgia-Llançol não era nenhum concorrente e, com a sua morte, os Bórgia tiveram apenas desvantagens, mais exatamente um voto submisso a menos dentro do Senado da Igreja. Burckard também considerou suspeito que o cardeal não tenha recebido nem um funeral solene, nem um túmulo suntuoso. Ao que parece, ele acreditava que a má consciência do assassino o impedia de dispensar as últimas honras à vítima. Mas existe uma explicação mais simples para essa falta de piedade. Os vivos estavam muito ocupados para perder tempo com seus mortos. Além disso, agora que o estado dos Bórgia estava ao alcance das mãos, a própria morte não era um tema, mas sim um tabu.

### **César, o conquistador**

Como consequência, a operação para criar o novo Estado teve início com a morte política dos outros. Em 9 de março de 1499, quando a aliança entre França e Veneza ainda não havia sido concluída, Alexandre VI declarou extinto o vicariato dos Sforza-Riario em Forlì e Ímola. Com isso, a artilharia pesada da tradição tinha sido verbalmente colocada em posição. Como "filhos da injustiça", tiveram enormes perdas Ottaviano, Galeazzo e Cesare Riario, assim como todos os descendentes da família. No mesmo espírito, Catarina Sforza, sua mãe, foi qualificada como *filia iniquitatis*, e alguns meses antes tinha sido mencionada como "amada filha" em escritos papais. Para justificar a repentina destituição dos benefícios, alegou-se que

Catarina Sforza, na qualidade de tutora de seus filhos, havia muito tempo não pagava os tributos anuais dos feudos no valor de 1.200 ducados de prata, apesar de ter recebido inúmeras intimações de pagamento.

Tantas terríveis maldições só por causa de alguns pagamentos pendentes? Dessa forma, foi oportuna para Alexandre VI a grande sensação causada pelo boato do suposto atentado que estaria sendo premeditado pela vigária deposta. Toda a exaltação causada por essa atrocidade não podia esconder da opinião pública que a destituição de poder não tinha sido incentivada pelo fortalecimento dos Estados Pontifícios, como alegava a propaganda. Muito ao contrário: por trás dessa ação, estava a edificação de um estado autônomo para os Bórgia. Com esse propósito, todos os direitos que tinham sido destituídos dos Sforza-Riario foram concedidos a César Bórgia.

Até que ponto o território familiar iria expandir-se ainda não havia sido determinado até aquele momento. Dessa forma, Veneza tinha concordado em liberar Pesaro, Forli e Ímola para serem conquistadas pelo filho do papa. Outros domínios familiares, como o dos Manfredi, em Faenza, e o dos Malatesta, em Rimini, permaneciam ainda sob sua inteira proteção. Luís XII também intercedia em favor desses senhores. Mas Alexandre VI não estava disposto a aceitar tais restrições. Por esse motivo, pouco depois, todos os representantes da Igreja, ao norte, foram sumariamente depostos de seus cargos. Até aquele momento, antigas promessas de proteção por parte do papa ainda se opunham a esses ataques. No período subsequente, a grande meta estratégica de Alexandre VI era justamente suspender essas promessas. O papa perseguia esse objetivo com tenacidade exemplar.

Enquanto isso, César Bórgia pôs-se a caminho para expulsar aqueles que tinha abandonado em Veneza à sua sorte. Depois da conquista de Milão, estavam criadas as condições políticas e militares necessárias para uma campanha bem-sucedida ao norte dos Estados Pontifícios. Havia abundantes tropas francesas à disposição para fazer que o primeiro ataque fosse de difícil resistência. E havia pressa. A temporada já estava bastante avançada. No inverno, o

clima adverso impedia comumente operações de maior alcance. Em novembro de 1499, a cidade de Ímola entregou-se praticamente sem oferecer resistência. A guarnição militar da cidadela entregou as armas no início de dezembro. No entanto, em Forli, as tropas da França e do papa depararam-se com forte resistência. Também aqui, as tropas de defesa não conseguiram defender a cidade, mas o cerco ao castelo durou muito mais tempo do que tinha sido previsto. Quem estava no comando era Catarina Sforza, uma soldada da envergadura de seus antepassados.

Ela própria lutou na linha de frente, atrás dos muros, reagindo aos ataques repetidas vezes.

A Itália tinha um novo mito: a brava mulher que se atreveu a travar o avanço cruel de César Bórgia. Até então, havia sido a única pessoa a fazê-lo. Mas, no final, toda a resistência foi em vão. Em 12 de janeiro de 1500, o vencedor exibiu triunfante a prisão de sua adversária. Excepcionalmente, Catarina sobreviveu ao calabouço dos Bórgia, mas isso não por deferência ao seu sexo, mas porque, além de estar sob a proteção de Luís XII, também poderia servir de garantia, já que era parente do cardeal Giuliano della Rovere.

Em seguida, no entanto, a maré de êxitos teve um fim abrupto. Em Milão, a popularidade do governo francês não sobreviveu ao inverno. Os vencidos foram precisamente aqueles que financiaram a guerra dos vencedores. De acordo com esse princípio, na metrópole da Lombardia, os impostos e os preços subiram rapidamente. Quanto mais desoladoras se tornavam as condições de vida, maiores eram as saudades que os milaneses sentiam do domínio dos Sforza e, com isso, a realidade tornava-se cada vez mais insuportável. As notícias do duque exilado que circulavam clandestinamente pela cidade contribuía também para isso. Chamado de volta pela população, ele governaria visando ao bem do povo e não daria mais ouvidos aos maus conselheiros que pretendiam colocá-lo contra o povo. Essas declarações, que eram uma espécie de confissão e promessas para o futuro, eram recebidas com ansiedade e devoção. A esperança, ainda que se esteja com o pé na cova, é a última que morre.

Assim sendo, em 5 de fevereiro de 1500, Ludovico Sforza chegou novamente à cidade de Milão, recebido pelo povo aos brados de Hosana. O que beneficiava os Sforza prejudicava os Bórgia. Sem as tropas francesas e sem armas, a campanha da Romanha perdia a sua força corrosiva. Além disso, o cessar-fogo da operação militar reduziu sensivelmente o prestígio de César, mostrando claramente que a sua força era temporária. Essa nova situação encorajou os inimigos. Para Luís XII, a Romanha era um espetáculo secundário que incomodava. Para sobreviver, tinham de entusiasmar o rei com metas que exigiam a concentração de todas as suas forças. Seria melhor, é claro, provocar um cisma entre o rei e o filho do papa. Mesmo os conselheiros de Alexandre VI tiveram muito o que pensar.

Como foi possível libertar-se dessa dependência humilhante e apossar-se da força alheia?

Já que, do ponto de vista militar, não havia mais nada a fazer, o conquistador, bruscamente travado, voltou a Roma no final de 1500. Às margens do Tibre, ele comemorou devidamente as suas vitórias. Em 27 de fevereiro, o Carnaval foi comemorado com espetáculos inigualáveis. Na Piazza Navona, onze carruagens representavam o triunfo de Júlio César. Mas quem foi ovacionado não foi o antigo imperador, mas, sim, seu xará vivo. O filho do papa veio, viu e venceu, essa era a mensagem clara dos quadros vivos. Um pouco mais tarde, o vencedor pôde até mesmo enfeitar-se com o título de capitão-general e porta-estandarte da Igreja. A propaganda omitia que as suas vitórias tinham sido conquistadas com armas estrangeiras.

O que ainda não acontecera podia vir a acontecer. O embaixador espanhol não tinha acabado de mencionar o parentesco dos Bórgia com os reis espanhóis e, com isso, confirmado o que a família desde sempre acreditou veementemente?

Outras boas notícias não podiam esperar muito tempo. Em abril de 1500, apenas dois meses após seu retorno à capital, Ludovico Sforza perdeu novamente o seu poder e, ao mesmo tempo, também a sua liberdade, ambos para sempre. No momento em que ele não pôde mais pagar seus mercenários suíços, um deles entregou-o aos franceses. O fato de que o orgulhoso duque tenha caído como

mercadoria nas mãos de soldados rudes teve um significado profundo para os contemporâneos piedosos. Com Ludovico, o cardeal Ascânio também foi preso pelos franceses; ao contrário de seu irmão, foi libertado novamente com vida.

A queda dos dois irmãos foi duplamente conveniente para Alexandre VI. Por um lado, o papa viu-se livre de um rival incômodo e de grande poder dentro da cúria; a influência perdida pelos seguidores dos Sforza passou imediatamente a ser usufruído pelos adeptos dos Bórgia. Por outro, o obstáculo com relação à Romanha tinha sido removido — podia-se, pois, seguir adiante!

Alexandre VI desempenhou seu papel de forma brilhante. O objetivo de seus esforços era tornar fora da lei os Manfredi, em Faenza, e os Malatesta, em Rimini. Para isso, Veneza tinha de romper o pacto de proteção com eles. Diante dessa exigência, a Sereníssima deparou-se com uma difícil tomada de decisão.

Deveria manter a palavra ou seguir simplesmente as razões de Estado? O benefício imediato era favorável ao abandono de ambas as famílias à própria sorte. Os sábios patrícios venezianos puderam avaliar, sem o menor esforço, que o poder dos Bórgia na Romanha dificilmente sobreviveria à mudança do pontificado. Veneza, então, riria por último na região. Por outro lado, tratava-se da credibilidade de Veneza e não só disso: estaria em jogo a sua reputação como um aliado de confiança. Preservar essa reputação era mais importante do que ganhos momentâneos. Em última análise, a sua sobrevivência política dependia disso. O que fazer então?

Alexandre VI praticava uma política de alfinetadas — e seus alfinetes eram grossos. Praticamente não havia nenhuma audiência do "orador" veneziano no Vaticano em que o papa não começasse a fazer acusações do tipo "a vossa República continua apoiando nossos inimigos, em detrimento do duque, nosso amado filho", e por aí vai. Essas acusações continuaram em fevereiro de 1500.

Na primavera, elas tornaram-se um verdadeiro bombardeio verbal. Nisso, Alexandre VI revezava suas palavras para atrair e ameaçar. Em junho de 1500, quando excomungou os senhores depostos da Romanha, Veneza viu-se em uma posição completamente desvantajosa. Quem ajudasse agora os banidos não

só seria injustiçado, como também estaria sob o princípio do severo castigo da Igreja.

É claro que o papa não deixou de informar esse fato aos embaixadores venezianos. Como motivo para a excomunhão dos senhores feudais, os documentos oficiais mencionaram apenas a falta de pagamento de tributos. Mas, na verdade, todos sabiam que os senhores eram simplesmente um obstáculo que impedia a expansão territorial dos Bórgia. Era desnecessário tapar o sol com a peneira.

Como, naquele momento, Alexandre VI não tinha como colher frutos de nada, passou a usar inesperadamente a tática oposta: quem não se sentia ameaçado, não precisava, por conseguinte, de proteção. Assim sendo, em nome do papa, um notário da República de Veneza fez uma proposta sensacional: se ele concedesse Faenza voluntariamente a César Bórgia, seria dado o cardinalato a Astorre Manfredi, o líder da família de apenas quinze anos de idade. Um estado em troca de chapéu púrpura!

Alexandre VI também tentou fechar uma transação de troca com Catarina Sforza. Pela renúncia definitiva de Imola e Forli, o papa colocaria à disposição da ilustre prisioneira um novo território com rendimentos de, pelo menos, 3 mil ducados anuais, assim como a arquidiocese de Pisa a um de seus filhos.

A oferta assumiu um caráter ainda mais espantoso porque foi feita quando César Bórgia já tinha tomado ambas as cidades. Mas a confirmação formal dos antigos senhores tinha, aparentemente, o seu preço. Obviamente, a combativa princesa rejeitou esse negócio. Uma senhora que tinha tentado ajudá-la a fugir foi, em seguida, resgatada morta das águas do Tibre. Após o assassinato de Giovanni, a vida dos inimigos dos Bórgia acabava geralmente no rio.



*Figura 6 — Medalha de Alexandre VI de aproximadamente 1500 (cópia), Madri, Museu Arqueológico Nacional. Mostra as mesmas características do rosto do papa das obras de Pinturicchio (figuras 1 e 2) e no retrato feito por um pintor alemão desconhecido (figura 4), ou seja, Alexandre VI como um honrado sucessor de Pedro. Como costumam fazer os papas até hoje, em seu papel de vigário de Cristo na terra, ele derruba simbolicamente a Porta Sagrada da Igreja de São Pedro com um golpe de picareta, inaugurando, dessa forma, o Ano Santo de 1500, que, por meio de uma indulgência geral, deveria ajudar os fiéis de toda a Europa a encurtar a sua estada no Purgatório. Na verdade, com a rentável venda de indulgências, César Bórgia financiou as suas campanhas na Romanha.*

Astorre Manfredi, primeiro deposto, em seguida, excomungado e, finalmente, candidato a cardeal, não ficou de braços cruzados diante

desses acontecimentos.

De acordo com as concisas impressões de Sanudo, no momento da chegada de um jovem cavalheiro, o balido dos cordeiros soou de forma estremecida no Palácio Ducal. Os olhos da República ficaram molhados de lágrimas só de vê-lo.

Um jovem tão inteligente e de beleza radiante, implorando com palavras cheias de dignidade a proteção que já tinha sido usufruída por seus antepassados, todos eles fiéis servidores da Sereníssima. Cenas comoventes como essa tornaram-se corriqueiras na primavera de 1500. Mesmo para os políticos de Veneza, normalmente poderosos e inflexíveis, isso era um verdadeiro fardo. Eles não tinham senão algumas poucas palavras de consolo a oferecer. Não é de admirar que, mais uma vez, o espírito teve de dar informações. Ele não se sentia na obrigação de admitir o erro da sua última previsão.

Em compensação, ele teria agora, por meio de seu médium, mensagens de conforto. O Império Otomano estaria prestes a auto-destruir-se. Em uma conversa do morto com Alexandre VI, cujo texto, no final de abril, foi encontrado pregado nas paredes de Veneza, a morte mostrava-se também amigável para com os venezianos. Depois que o sumo pontífice leu uma lista enorme de pecados, anunciou ao impenitente que uma febre seria responsável pelo seu fim iminente, fazendo que a República se livrasse, com apenas um golpe, desse seu aliado, que, além de ser impopular, era imprevisível.

Acertou quase na mosca! Em 13 de junho de 1500, Alexandre VI pôde ficar ainda muito feliz com a notícia de que Charlotte d'Albret tinha dado à luz uma filha de César. Agora ele dispunha de descendentes de ambos os sexos para futuras negociações com as cabeças coroadas. Em seguida, no amplo sentido da palavra, o sumo pontífice foi acometido por uma grave tragédia. Em 29 de junho, dia de São Pedro e São Paulo, o Vaticano foi surpreendido por uma tempestade que fez cair por terra não apenas o teto do palácio, mas também o baldaquim, sob o qual ficava o trono papal. As notícias de morte espalharam-se imediatamente, mas demonstraram-se prematuras. A viga que suportava as pesadíssimas portas de apoio

não caiu. Se ela também tivesse partido, teria esmagado o papa. Assim sendo, com contusões, arranhões e um grande choque, Alexandre VI conseguiu salvar-se.

A poeira ainda não tinha baixado completamente, quando tiveram início os trabalhos de adivinhação para decifrar o que os poderes superiores queriam dizer por meio desse desabamento espetacular. A versão mais popular dizia que o papa, que tinha firmado um pacto com o diabo, tinha tido sérios confrontos com seus aliados infernais. Seja como for, os peregrinos que estavam em Roma tinham agora uma história para contar quando voltassem para casa. No Ano Santo de 1500, eles foram mais numerosos do que nunca. O Ano Santo, que tivera início em 1300 e era celebrado a cada 25 anos, tinha trazido para Roma por volta de 200 mil peregrinos para receber a indulgência geral que encurtaria a sua permanência no purgatório. De qualquer forma, Burckard chegou a esse número aproximado porque mantinha relações com o círculo de pessoas responsáveis pela hospedagem dos peregrinos.

Em uma cidade que contava naquela época com, no máximo, uns 50 mil habitantes, esse número exorbitante de pessoas provocou não apenas o surgimento de um enorme problema de organização, mas também encheu os cofres daqueles que comercializavam hospedagens e indulgências. Finalmente, os cofres papais também ficaram cheios devido ao pagamento de tributos e concessão de tantos favores especiais. Isso era conveniente para César Bórgia, que agora tinha dinheiro suficiente para financiar a sua segunda campanha na Romanha.

## Inimigos fora da lei

Alexandre VI via na sua salvação a mão de poderes superiores. Seu mestre de cerimônias fez registros de como ele agradeceu fervorosamente Maria, a Rainha do Céu, pela sua intervenção naquele momento de extrema necessidade. Já convalescido, o papa enviou a Veneza um relatório oficial com conteúdo parecido. Nesse breve, atribuiu à intercessão de Cristo, da Virgem Maria e, naturalmente, dos dois apóstolos, o fato de ter sido milagrosamente poupado da tragédia. No momento em que corria risco de morte, estaria justamente pensando neles.

Dois dias depois, em 6 de julho, o embaixador veneziano teve notícias mais emocionantes a divulgar. O Santo Padre não estaria fazendo um recolhimento devoto para meditar sobre a onipresença da morte, mas planejava novos e extraordinários empreendimentos. Por conseguinte, ao que parece, Alexandre VI considerava a sua salvação desígnio de Deus para com ele e sua família. O cerne da tempestade não era um castigo, mas uma escolha. Realmente, uma interpretação muito obstinada. Ainda assim, o choque imediato provocado pelo acidente foi profundo.

Logo que voltou à consciência, o papa deu instruções de que queria ficar a sós com Lucrecia. Permanece em aberto se essa foi a reação instintiva de uma vítima que buscava proteção no seio da sua família. Segundo teorias, essa assistência exclusiva teria formado um círculo mágico de proteção que seria capaz de fazer frente à tragédia ou mesmo à própria morte. Não passam de especulações alimentadas por declarações que podiam ser utilizadas como fiança. Em agosto de 1500, no início do seu nono ano de pontificado, o *pontifex maximus* expressou a sua expectativa de que lhe seriam concedidos mais nove anos de reinado sobre o trono de Pedro. Essa profecia teria sido feita pelo mesmo vidente que tinha profetizado a sua eleição para papa.

Se esse prognóstico se concretizasse, os nepotes ainda teriam muito tempo. Para eles, essa informação significava poder, pois

poderiam planejar suas estratégias de forma correspondente, ou seja, precaver-se para o crítico momento após o final do pontificado. Declarações semelhantes demonstram com segurança que Alexandre VI e sua família preocupavam-se em obter informações seguras sobre esse momento de transição. Além do mais, a exemplo do espírito dos venezianos, todos os tipos de oráculos estavam na moda naquela época; consultá-los era considerado extremamente racional.

No verão de 1500, houve manifestações não só das forças da natureza, mas também de agressores humanos. Na noite de 15 para 16 de julho de 1500, Afonso, o príncipe de Bisceglie, foi atacado na escadaria da Basílica de São Pedro por um grupo de homens mascarados e sofreu violências terríveis. No dia seguinte, os diplomatas fizeram registros de quatro ferimentos graves. Os médicos balançavam a cabeça preocupados, mas o jovem era forte e sobreviveu.

Dia após dia, o seu prognóstico tornava-se cada vez mais otimista. Lucrecia, mesmo tendo ficado enferma devido ao susto que levou, cuidou de seu marido com muita devoção, sem tirar o pé do lado dele. Ela tinha medo de que os assassinos estivessem por perto ou mesmo no seio da família.

O genro do papa passou a ser vigiado 24 horas por dia dentro das câmaras do Vaticano. Temendo envenenamento, as refeições eram preparadas pessoalmente por Lucrecia e sua cunhada Sanchia. Enquanto isso, as investigações foram dirigidas contra pessoas desconhecidas. Será que esse atentado tinha sido cometido novamente pelos conhecidos desconhecidos que assassinaram Giovanni Borgia, ou seja, pelos Orsini? Essa teoria não era unânime. Que motivos teriam os barões para agredir um príncipe aragonês sem a menor importância? Os únicos que podiam tirar proveito de sua morte seriam os próprios Borgia. Essa era a opinião da maioria dos observadores. Os diplomatas apostavam que Alexandre VI, contudo, não tinha sido o mandante da agressão. Ele parecia surpreso com o fato e seu espanto parecia sincero. Por outro lado, tratando-se desse papa, quem podia garantir o que era verdadeiro ou falso?

Enquanto a vítima do atentado convalescia, Alexandre foi agraciado com novos êxitos. Em face da conjuntura mundial em transformação, Isabel e Fernando decidiram fazer a vontade do papa e conceder à família Bórgia a arquidiocese de Valência, mesmo após a morte do cardeal Juan de Bórgia-Llançol. O beneficiário dessa deferência foi seu irmão, Ludovico, outro nepote de segunda categoria. A concessão custou a Alexandre VI a dispensa para um casamento dentro da casa real ibérica.

Aproveitando a oportunidade, até mesmo o núncio veneziano do papa apresentou um protesto com relação à questão envolvendo Faenza e Rimini. Seu comportamento foi tão perspicaz que ele recebeu uma dura repreensão. O doge Agostino Barbarigo, que ocupava seu cargo havia catorze anos, tinha um temperamento muito forte. Ele não era jovem e, para muitos patrícios, o enérgico senhor era considerado poderoso. Em situações desse tipo, no entanto, era capaz de impor-se de forma solene, o que até mesmo o próprio Sanudo, seu inimigo, era obrigado a admitir. Ele falou ao embaixador em alto e bom som que o papa deveria preocupar-se com a guerra contra os turcos e não em intimidar cristãos a não cumprirem suas promessas. Mas a sua explosão não surtiu efeito.

Em 18 de agosto de 1500, o adormecido caso de Afonso teve uma virada sensacional. Alexandre VI contou o que acontecera ao embaixador veneziano Polo Capello da seguinte maneira: com as forças recuperadas, seu genro teria conseguido, da janela de seu apartamento, atirar com uma besta em César Bórgia, que estaria passeando pelos jardins do Vaticano, mas não conseguiu acertar. Em consequência disso, seu filho, tomado por um ataque de raiva, mandou matar o cunhado. Isso significava legítima defesa ou, pelo menos, resistência justificada!

Para os romanos, faltava mais emoção nessa história. Eles descreviam o crime de forma impressionante. César Bórgia, que havia muito tempo tinha tomado a decisão de cometer o assassinato, teria visitado o cunhado em seus aposentos e, ao despedir-se, ameaçado a vítima, que já tremia de medo, com a seguinte frase: "O que não foi feito no almoço, será completado no jantar". Essa teria sido uma morte anunciada. Quem tinha razão?

É completamente compreensível que César tenha negado a responsabilidade pelo primeiro atentado. Sua argumentação era óbvia: ele não se contentava com coisas pela metade. De fato, um atentado com tanto amorismo não era de seu feitio. Esse trabalho condizia mais com outros culpados ou outras intenções.

Será que a vítima tinha de sobreviver? Em caso afirmativo, por quê? Parece bastante razoável que o príncipe de Bisceglie, ao contrário, considerasse César o mandante do crime. Quem não julgaria o filho do papa capaz de umas coisas dessas? A sua imagem avalizava justamente esse comportamento. Se estivesse correta a teoria de que o primeiro atentado tinha sido realmente cometido por um desconhecido, mas que, mesmo assim, a vítima continuava convencida de que o culpado era seu cunhado, Afonso tinha sido, em última instância, vítima da reputação de César. Mas não se pode garantir que os acontecimentos tenham ocorrido dessa forma.

O relatório sobre o tiro com a besta da janela, em particular, parecia muito suspeito. Afinal de contas, o convalescente estava sendo vigiado 24 horas por dia. Além do mais, até o momento, César não era conhecido por ser amante de passeios em jardins tranquilos. É preciso, portanto, perdoar os romanos sensacionalistas por eles balançarem a cabeça por causa disso. No final das contas, o mais provável é que César tenha se aproveitado da melhor oportunidade para levar a cabo um atentado pelas mãos de terceiros, sob qualquer pretexto. Tanto o pai quanto o irmão já tinham planos mais altos para Lucrecia. Mas a filha do papa, transformada brutalmente em viúva, ficou inconsolável. Como sinal de protesto, fugiu para Nepi e, de seu exílio voluntário, escrevia cartas que testemunhavam, para além de todas as convenções, sua verdadeira aflição.

Enquanto isso, Alexandre VI e César ocupavam-se com os preparativos da segunda campanha na Romanha. Em 12 de setembro de 1500, a base logística para a expedição estava pronta. Como tinha sido comunicado ao núncio romano no Palácio Ducal, Veneza tinha abolido a proteção que concedia aos Manfredi e aos Malatesta. No dia anterior, Alexandre VI tinha ameaçado o embaixador separatista Polo Capello e seu sucessor, Marino Zorzi, de

tomar contramedidas enérgicas, caso houvesse novas obstruções. Quando a boa-nova foi anunciada em Roma, no dia 16, o clima da audiência transformou-se imediatamente. Zorzi ouviu, então, palavras em novos tons, aos quais não estava acostumado:

*E, então, ele agradeceu efusivamente à República, que teria superado todas as suas expectativas (...). Em seguida, acrescentou: a Sereníssima República poderia proceder com ele e com o duque [César Bórgia] da maneira que achasse melhor; nós pertencemos completamente a ela. Não queremos aliar-nos a mais ninguém, nem à Espanha nem à França, apenas à Veneza. Em seguida, veio o duque, beijou os pés de Sua Santidade, colocando-se também completamente ao critério da nossa República. A mesma coisa foi feita pelo cardeal Capua. Até o momento, ele não tinha tido grandes pendores em relação à República, mas agora isso havia se tornado ainda mais decisivo. A seguir, continuou o papa, queremos dar um presente à República na forma de territórios e pessoas.*

Um desempenho impressionante, perfeitamente encenado. O papa perseguia um objetivo.

*Então, disse: queremos que a República nos dê apoio em uma questão importante.*

*Solicitamos que escreva ao duque de Urbino para que se atreva a enviar ajuda àqueles senhores [de Rimini e Faenza] (...). Além disso, a República deveria elevar o duque [César Bórgia] a seu fidalgo, conceder-lhe uma dinastia e assegurar que essa proteção fosse garantida publicamente, de maneira que o duque pudesse mostrar a todos essa segurança.*

Com palavras melodiosas e descorteses ao mesmo tempo, a parte contraente tinha sido presa em um casulo. A ofensiva seguinte deu-se imediatamente.

Depois de dois dedos, a mão inteira. E, então, a outra mão. Nem bem a Sereníssima tinha feito suas concessões nas questões envolvendo Rimini e Faenza, o papa já estava fazendo novas

reivindicações. As exigências eram feitas de tal maneira que um desejo realizado era superado pelo próximo pedido em aberto, empurrando a parte oposta para a defensiva.

Depois de título de nobreza, palácio, promessa de proteção por escrito, o papa, pouco depois, desejava que seu filho recebesse uma *condotta*, ou seja, um contrato de mercenário, um negócio lucrativo e que, ao mesmo tempo, dava prestígio. O objetivo desses esforços eram óbvios: tratava-se da proteção permanente de Veneza. Um comandante da República era intocável. Analisando por esse ângulo, as negociações hostis eram um sinal de fraqueza. Mesmo que Alexandre VI tenha feito muito para a sua família em vida, o final do pontificado representava para ele uma espada de Dâmocles sobre a cabeça. De forma muito significativa, Veneza atendeu a todos os seus pedidos, menos ao último.

Alegria de um, desespero de outro. O embaixador Pandolfo Malatesta, de Rimini, foi comunicado com poucas palavras que a República de Veneza, infelizmente, não precisaria mais dos serviços de seus senhores na qualidade de *condottieri*: havia altos custos com a guerra contra os turcos, ele poderia entender. A demissão foi realizada com agradecimentos pelos serviços prestados. Quanto ao futuro, Pandolfo teria de ver em que situação se encontrava. A República não poderia fazer mais nada por ele. Mesmo o pedido suplicante de que, pelo menos, garantissem a proteção de sua pessoa e de seu pequeno filho caiu em ouvidos moucos. Não lhe foram concedidos sequer conselhos de como salvar a própria vida daquele momento em diante. Uma resposta semelhante foi dada também a Astorre Manfredi. A razão de estado ordenou: os servos tinham de obedecer à República.

Pouco depois, os servos da República no senado ouviram o relato final do embaixador Capello, reconvocato a Roma. De acordo com sua objetiva conclusão, no final de setembro de 1500 teria começado a haver desconfiança entre os membros da liga.

Os Bórgia ressentiam-se de Luís XII pelas constantes restrições impostas a eles, relacionadas aos seus planos de conquista. O rei, por sua vez, não confiava em César. Depois de desavenças anteriores, as relações entre Veneza e o papa tinham melhorado,

mas o problema não era apenas a questão da concessão dos territórios de Rimini e Faenza. As relações entre Alexandre VI com a Espanha estariam também carregadas por suspeitas recíprocas.

Por outro lado, o mensageiro de César Bórgia mostrou-se profundamente impressionado. Ele o descreveu como modelo de virtude, de força de vontade e de sagacidade. Diante dos embaixadores reunidos, ele teria matado nada menos do que sete touros, um após o outro, e decepado a cabeça de um deles com um único golpe! O seu poder em Roma baseava-se no medo. Quem, por qualquer motivo ou mesmo apenas por descuido, estivesse obstruindo o caminho do duque de Valence, certamente em pouco tempo seria retirado sem vida das águas do Tibre. Não apenas a população romana, mas também o papa tremia de medo de César. Ao mesmo tempo, esse seu filho estaria incondicionalmente subjugado ao amor paterno e, assim, de certa forma escravizado. O pontificado inteiro estaria orientado à grandeza de César. A garantia de dispensas de casamento tinha exclusivamente o objetivo de reunir as maiores quantias possíveis para as campanhas do nepote.

Mas isso não era nenhuma novidade. A distância calculada de Girolamo Donato foi dando lugar a uma admiração intimidada. O embaixador tirava agora exatamente as conclusões que lhe insinuavam as encenações dos Bórgia.

Segundo Capello, Alexandre VI seria forte o suficiente para impor em vida um sucessor igualmente conveniente para César e Veneza. Seria mesmo? O próprio César, diga-se de passagem, tinha prometido a mesma coisa ao bem-intencionado embaixador. Após a morte de seu pai, aquele que beneficiasse a Sereníssima iria tornar-se papa. Acreditar nisso era uma opção pessoal.

De qualquer modo, um veneziano tornara-se cardeal. Para o financiamento da segunda campanha da Romanha, Alexandre VI fez as suas ofertas. Mais uma vez, dúzias de cardinalatos foram postos à venda. Entre os que tinham acesso às ofertas e conseguiram conquistar um chapéu púrpura estava Giorgio Cornaro.

Ele não comprou o cardinalato para si próprio, mas para Marco, seu filho.

Vestido de veludo carmim e cheio de orgulho, anunciou ao doge e seus conselheiros a boa notícia sobre a conclusão da transação. Como bom comerciante veneziano, não deixou de mencionar os detalhes financeiros do negócio. A alta dignidade eclesiástica tinha lhe custado 15 mil ducados. Dois terços seriam pagos em dinheiro e o restante em jóias. Obviamente, essa aplicação financeira deveria dar um bom retorno à fortuna familiar.

Em Roma, aquele que tivesse lucros em seus negócios era celebrado abertamente. Logo após a cerimônia solene de concessão das insígnias, em 28 de setembro de 1500, os novos cardeais, com pesadas maletas nas mãos, fizeram a primeira visita a César Bórgia. Com dinheiro vivo, pagaram o filho do papa as quantias combinadas, prometendo-lhe, em seguida, lealdade. Antes disso, os partidários dos Bórgia no consistório abençoaram a nomeação dos novos membros do cardinalato; os cardeais da oposição mantiveram-se afastados.

Fazendo as contas na ponta do lápis, a operação rendeu nada menos do que 120 mil ducados. Além de rentável, foi uma operação frutífera. O cardinalato de Cornaro podia ser considerado uma concessão aos aliados de Veneza. O chapéu púrpura de Thomas Bakócz, o arcebispo de Esztergom, fez parte do lucrativo negócio de dispensas que Alexandre tinha fechado com o rei da Hungria. A nomeação de Gianantonio Trivulzio, da família do comandante milanês e governador de Luís XII na Lombardia, deveu-se à aliança feita com a França, assim como a elevação de Aimery d'Albret tinha resultado do pacto de casamento com a família do rei de Navarra. Dessa forma, as dívidas antigas tinham sido amortizadas.

Os oito cardeais restantes fortaleceram significativamente a posição de Alexandre VI e sua família na cúria. As fileiras que tinham ficado vazias com a saída de César e a morte de Juan de Bórgia-Llançol foram preenchidas abundantemente. Assim sendo, mais dois membros da família receberam o chapéu púrpura: Ludovico, o recém-nomeado arcebispo de Valência, e Francesco Bórgia. Foram acrescentados mais cinco prelados de carreira. Dentre eles estava Ludovico Podocataro, que já tinha dado provas da sua versatilidade

como aliado do papa durante a comissão de reforma, realizada no verão de 1497.

Outras posições similares foram ocupadas por Giovanni Battista Ferrari, que era responsável pelas dispensas mais difíceis e pelo fluxo secreto de dinheiro, pelo siciliano Giovanni Vera, na pessoa do governador de Roma. Também havia três espanhóis: Diego Hurtado de Mendoza, Pietro Isvalies e Jaime Serra, esse último sobrinho do papa. Eles também eram tecnocratas do poder. Mesmo que os novos dignitários fossem tão próximos ao papa, quer fosse pelo grau de parentesco, quer fosse pela lealdade demonstrada, eles não receberam o cardinalato de graça.

Nesses casos, as tarifas foram adaptadas à capacidade individual de pagamento.

De acordo com os registros minuciosos de Burckard, as quantias variaram de 4 mil ducados, para os prelados "pobres", a 25 mil ducados, para os mais endinheirados. No entanto, a tabela de custos do mestre de cerimônias, que deveria servir como referência para futuros negócios, estava acima dos preços indicados por Sanudo. Será que os Bórgia davam descontos para quem pagasse em dinheiro vivo?

## **Guerra contra a Turquia e estado de família**

Com o apoio do colégio cardinalício e provido de fartos recursos financeiros, em 1o de outubro de 1500 César Bórgia partiu para a segunda expedição contra a Romanha, que nesse meio-tempo tinha se tornado uma região isolada em termos diplomáticos. Os habitantes de Pesaro renderam-se sem oferecer a menor resistência. Eles queriam evitar passar pelo que Forli tinha sofrido. Alguns meses após a capitulação, a cidade tinha sido saqueada de forma cruel e atroz.

Giovanni Sforza fugiu para salvar-se, seguido pouco depois por Pandolfo Malatesta, fazendo que Rimini também caísse sem resistência nas mãos do nepote.

O grito de salve-se quem puder, proferido pelo duque de Valence com uma crueldade sem limites, tinha surtido efeito, mas não em

Faenza. Astorre Manfredi não estava disposto a entregar de mão beijada a herança de seus antepassados. Ele contava com o apoio da maioria da população. O domínio de sua família tinha criado raízes mais profundas do que as dos Malatesta, que tinham se envolvido em inúmeras querelas internas relacionadas à dinastia e ampliado o seu âmbito de poder. Além disso, o jovem senhor podia contar também com o apoio de Florença e Bolonha. Em Bolonha, seu avô materno Giovanni Bentivoglio tinha razões de sobra para temer ser o alvo seguinte do nepotismo desenfreado dos Bórgia.

Alexandre VI acenava para pôr novamente em marcha o trem que havia ficado preso diante dos portões de Faenza. Em meados de dezembro de 1500, foi concedido mais um cardinalato a Astorre. Dessa vez deveria ser acrescentada até mesmo uma vultosa quantia em dinheiro. Em vão. A vingança: a campanha só pôde começar no outono, pois a neve e o gelo obrigaram a suspensão do cerco.

Acompanhado de pelo menos sete mil homens, César teve de acomodar-se em quartéis de inverno, uma operação extremamente trabalhosa em virtude do tamanho do contingente.

Esses números, contudo, eram enganosos. A composição do exército do nepote era inconsistente. Os contingentes franceses receberam o reforço de algumas tropas que prestavam mais obediência ao seu líder do que ao comandante-chefe.

Isso se aplicava aos Orsini, que davam a sua contribuição com seu próprio exército, mas também aos Vitelli, da Città di Castelo, e a outros senhores dos Estados Pontifícios que não gozavam do reconhecimento do papa. Seus nomes são de arrepiar — os adversários de Soriano tinham passado para o lado oposto.

Dessa forma, tinha se formado uma coalizão paradoxal. Um domínio forte dos Bórgia da Romanha colocaria a posição das elites regionais nos Estados Pontifícios em uma situação extremamente perigosa. Em outras palavras: esses curiosos aliados certamente não tinham o menor interesse em contribuir para o sucesso retumbante do nepote. Além do mais, não estava claro se todas as contas antigas entre eles tinham sido devidamente pagas.

Até então, a aliança estava em vigor. Após o recomeço dos combates, na primavera, Faenza finalmente capitulou diante das

forças do inimigo. No entanto, os termos que foram negociados no final de abril de 1501, que previam uma rendição honrosa, não foram respeitados pelos vitoriosos. Em vez de garantir retirada segura a Astorre e seu irmão mais novo, como combinado, César deportou ambos para Roma e mandou aprisioná-los nas masmorras do Castelo de Santo Ângelo. Mais ou menos um ano depois, os irmãos foram retirados do Tibre. Haviam sido estrangulados. Sanudo perdeu até a fala. Em mais de trinta anos, a única ocorrência relevante que não foi mencionada no seu volumoso diário de Estado foi o assassinato dos irmãos Manfredi.

Aparentemente, suas penas recusaram-se a escrever "nossa culpa".

Nos meses do rigoroso inverno de 1500 e 1501, enquanto o exército de César esperava de braços cruzados nos acampamentos, Alexandre VI ocupava-se de outras batalhas. Ele tinha de resistir às solicitações cada vez mais prementes de Veneza em verter todos os meios disponíveis em prol da guerra contra os turcos.

Mas as prioridades do papa dentro do âmbito de seus domínios eram outras: primeiro o Estado dos Bórgia e, em segundo lugar, a Cruzada. Mesmo que a expulsão dos otomanos fosse desejável naquele momento, em que todos os ducados na Romanha eram necessários, essas exigências eram extremamente inconvenientes.

Só que isso não podia ser dito abertamente pelo *pontifex maximus*. Assim, a partir de novembro, o embaixador veneziano teve de ouvir inúmeras explicações prolixas de como a guerra contra os turcos era importante para o papa, tão importante que ele preferiria estar à frente das tropas, lutando pessoalmente ao lado dos soldados cristãos. Sem dúvida, a primeira parte dessa afirmação era verdadeira. No entanto, no que diz respeito à sua participação em carne e osso nos campos de batalha da Cruzada, era necessário ter muita cautela.

Inadvertidamente, isso poderia ser levado ao pé da letra.

Foi exatamente isso o que o enviado espanhol fez, em 30 de novembro de 1500, personificando a má consciência de Alexandre VI. Sua acusação: tantos anúncios de intenções e nenhuma ação! Aparentemente, o papa surpreendeu-se com essa contestação

abrupta. Excepcionalmente, daquela vez ele não conseguiu encontrar uma réplica adequada. Em vez disso, negou ter prometido alguma vez a sua participação pessoal na Cruzada. No que diz respeito à Cruzada, porém, os embaixadores da Espanha e de Veneza sabiam que não tinha sido bem assim.

Serviu de lição para Alexandre ter sido desmascarado dessa forma. Em 10 de dezembro, as suas declarações foram modificadas em um aspecto primordial. Se Luís XII ou Fernando de Aragão fossem juntos, ele partiria imediatamente para o leste. Uma tática antiga e comprovada: vai que eu te sigo. Não era de se esperar que um dos dois monarcas, devido à situação política, tomasse a iniciativa.

A exemplo de Alexandre VI, os governantes europeus também consideravam de extrema importância a defesa da expansão turca, mas eles tinham no momento outras coisas mais importantes para fazer. Sendo assim, o papa pôde continuar a cultivar a sua retórica floreada. O cerne de seu discurso de ano-novo sobre a guerra contra os turcos foi o seguinte: se apenas um dos dois senhores tivesse a mesma grandeza de alma que ele próprio tinha, o papa não hesitaria em se sacrificar em nome de Deus. No ano-novo, ficou claro o que estava por trás dessa afirmação. Em 2,4 e 5 de janeiro de 1501, foram feitos três comunicados: um por parte da França, outro por Veneza e, em seguida, um do papa. A desaprovação da Espanha não demorou muito a chegar. Em uma carta, Isabel e Fernando repreenderam em Alexandre VI. "Nós, os reis espanhóis, já fizemos a nossa parte contra os inimigos da cristandade, e o fizemos em nosso próprio solo. Agora é a vez dos outros. Ao invés de levantar falsas esperanças, o papa deveria, como convém ao seu cargo e à sua idade, agir com cautela."

Foi exatamente o que fez Alexandre VI, independentemente das escaramuças verbais. As medidas de ajuda que ele tinha organizado para toda a Europa demonstravam o estimado valor que tinha para ele, um devoto cristão espanhol, a guerra contra os turcos. Só que essa guerra não podia pôr em risco a conquista da Romanha. Essa prioridade resultou em um procedimento particularmente dividido: arrecadar o máximo de dinheiro por fora e, internamente, o mínimo

possível. Assim, o papa permitiu à República de Veneza submeter o clero local a impostos especiais. Passou a recolher taxas especiais também de cardeais e outras autoridades romanas, bem como de instituições de caridade. Os resultados desse novo modo de agir podem ser quantificados. Os cardeais pagaram ao todo 34.300 ducados e os demais contribuintes, outros 11.076 ducados. A soma total arrecadada chegava a pouco mais de um terço da quantia angariada durante a última nomeação de cardeais.



*Figura 7 — Alexandre VI e Jacopo Pesaro di fronte a São Pedro, de Ticiano (Museu Real de Belas Artes de Antuérpia). A famosa obra, com as galeras de guerra ao fundo, imortaliza a Cruzada contra o Império Otomano e, em especial, o papel desempenhado por Jacopo Pesaro, bispo de Paphos, em Chipre, por ordem do papa Bórgia. O que parece ser a imagem de um devoto doador é, ao mesmo tempo, um manifesto político. Pesaro, o patrício veneziano, ao lado de Alexandre VI, entrega-se à proteção de São Pedro, o fundador do papado, e demonstra a sua devoção ao sumo pontífice. A bandeira com o brasão dos Bórgia que ele carrega nas mãos indica também que era um fiel seguidor da família do papa. Tanto em Veneza*

*quanto dentro do seio familiar dos Pesaro, ambas as poses foram bastante controversas.*

Comparada com os recursos financeiros que estavam sendo constantemente canalizados para a expedição de César Bórgia na Romanha, essa soma era irrisória. Mesmo em relação aos subsídios que os reis espanhóis tinham colocado à disposição, a contribuição de Roma foi muito modesta. Em 1501, o sucesso comedido que tinha sido alcançado pelas frotas navais das tropas cristãs em águas gregas pôde ser atribuído também ao fato de que Veneza e Espanha, que receberam apoio vigoroso dos legados papais, tinham colocado à disposição dessa guerra um número considerável de soldados e abundantes recursos.

Irritado com acusações do embaixador veneziano, no dia 4 de março de 1501, Alexandre VI deixou cair a máscara da decência. Para ele, Veneza estaria usando a Cruzada como pretexto para perseguir apenas seus próprios interesses. A máxima "Os outros não são melhores do que eu e agem da mesma maneira"

tornou-se praticamente a justificativa-padrão de suas ações. Mesmo a advertência da oposição religiosa, de que o papado não deveria perder seu crédito moral, já que em matéria da defesa da fé estava sujeito a obrigações mais rigorosas do que as monarquias seculares, passou praticamente despercebida.

Assim sendo, em 22 de março de 1501, a convocação para a Cruzada feita no consistório refletiu perfeitamente a posição dividida do papa, bem como a de outros poderes. Com um tom enfático, Alexandre VI não assumiu, no entanto, nenhuma obrigação no ponto crucial da questão. Não foi mencionada nenhuma palavra sobre o compromisso insubstituível dos Reis Católicos na luta pela fé.

Em vez disso, Alexandre VI continuou dirigindo todos os seus esforços na causa da Romanha. *Condotta* e proteção para César, mas nenhuma intervenção em favor dos senhores ameaçados. Como de costume, essas eram as principais questões da diplomacia papal. A guerra contra os turcos serviu aqui como um profícuo pretexto. Em 17 de janeiro de 1501, o papa comunicou, por meio de seu núncio, que a República de Veneza deveria enviar tropas de apoio a

César, para que ele finalmente pudesse tomar Faenza e o papa pudesse, dessa forma, dedicar-se à sua grande causa, ou seja, à Cruzada. A resposta do doge foi seca: Alexandre VI deveria, finalmente, reconhecer as verdadeiras prioridades e colocar em segundo plano seus esforços visando apenas favorecer sua família. A partir desse momento, a família passou a ser também um lugar-comum. As discussões verbais tornaram-se acirradas. Isso valia também para a réplica de Alexandre VI. Por que a família? A guerra na Romanha servia única e exclusivamente para fortalecer os Estados Pontifícios!

Suas ações contradiziam suas palavras. No início de 1501, enquanto o aparato bélico estava parado, coberto pela neve, as manobras diplomáticas em favor da família funcionavam a todo vapor. Afinal de contas, a mão de Lucrecia estava novamente disponível. Seu pai e seu irmão, portanto, passaram a farejar um terceiro marido que fosse politicamente conveniente para a jovem viúva. A filha do papa, contudo, estava farta desse tipo de publicidade matrimonial. Ela expressou categoricamente o desejo de não querer se casar com o duque de Gravina. As razões para a sua recusa faziam sentido. Os seus primeiros dois casamentos não tinham acabado bem e, por isso, ela não estaria mais disponível para o matrimônio.

Alexandre VI e César, todavia, não ficaram nem um pouco impressionados com sua atitude, que revelava seu forte caráter. Eles continuaram à procura de um partido adequado para ela. No início dessa busca, o nome daquele que viria a ser seu terceiro marido já tinha sido ventilado: Afonso d'Este, o filho mais velho e herdeiro em potencial do trono do duque de Ferrara e Modena. A nobre e aristocrática família não se sentia lisonjeada com esse avanço. Muito ao contrário. A corte de Ferrara, considerada uma das mais elegantes da Europa, estava horrorizada. Nós e os Bórgia? Que chocante!

O duque Ercole, no entanto, encontrava-se em um beco sem saída. Afinal de contas, ele era um vassalo da Igreja. Os Manfredi tinham acabado de sentir na pele o que isso significava: se não contribuíssem, havia de se lançar mão da violência. De fato, os

D'Este tinham parentesco de casamento com muitas dinastias da Europa. Também com os Sforza. Mas não tinham tirado nenhum proveito disso. Em última instância, naquela ocasião, os fins justificavam os meios: o espírito da época era propício a esse casamento. Por outro lado, a reputação dos Bórgia era um empecilho. E o duque Ercole levava isso muito a sério. Será que a mãe de um futuro membro da família D'Este era um monstro que assassinava maridos, misturava venenos e praticava bruxarias? Foi grande o alívio quando os negociadores da família, no verão de 1501, retornaram de Roma com uma informação completamente diferente. Lucrecia era uma bela jovem, de conduta amável, que dominava o latim tanto na fala quanto na escrita, versada em línguas estrangeiras modernas e em todas as artes ilustres da corte.

O futuro sogro literalmente se derreteu ao ouvir todos esses atributos. Mesmo assim, esse casamento, que tinha se tornado praticamente inevitável porque era desejado não só pelo papa, mas também pelo rei da França, deveria custar o mais caro possível. O que era barato para os D'Albret aos pés dos Pireneus estava em ordem para os D'Este.

Naquele atribulado inverno de 1500 e 1501, Alexandre VI teve de dar provas de suas habilidades não apenas como casamenteiro, mas também dentro da grande maquinaria política. O reino de Nápoles, um ponto de discórdia das grandes potências e a menina dos olhos dos Bórgia, estava a ponto de ser executado.

Uma vez que a França e a Espanha não chegavam a um acordo sobre suas reivindicações relacionadas à herança do trono, tiveram de, finalmente, contentar-se com uma solução de compromisso. As duas nações dividiram o reino normando que, em outras épocas, tinha gozado de grande prestígio. De acordo com o acordo secreto, datado de 11 de novembro de 1500, a Coroa e o continente napolitano ficariam nas mãos da França. As províncias de Apúlia e Calábria ficariam sob domínio espanhol, com os seus respectivos ducados.

O que parecia ser uma renúncia muito nobre por parte de Fernando de Aragão foi, no fundo, uma jogada inteligente. Enquanto a França teve de lidar com a população cada vez mais insatisfeita da

grande cidade de Nápoles, a Espanha pôde beneficiar-se das vastas regiões operacionais e de segurança, situadas ao sul. Em junho de 1501, Alexandre VI deu a sua bênção a esse acordo. Foram muitos os motivos alegados para a deposição do rei Federico, que, logicamente, precedeu a divisão. De forma infame, ele teria cortejado o apoio turco e, portanto, era cúmplice dos inimigos da cristandade. Além disso, a concessão conjunta do feudo à França e à Espanha privaria as famílias dos rebeldes barões romanos de seu refúgio e de sua região de recrutamento.

Mas esse não foi o único motivo que levou o papa a promover a queda definitiva da família aragonesa. O fator decisivo foi resultado de uma calculada frieza.

Todas as tentativas dos Bórgia em herdar o trono de Ferrante tinham fracassado.

Em face dessa situação vexatória, o plano de divisão feito pela França e pela Espanha traziam-lhe algumas vantagens. Alexandre VI era um político extremamente experiente e deve ter prontamente reconhecido onde estava a semente do conflito nesse acordo. Ter as grandes potências europeias, em um reino de paz por ambas reivindicado por meio de acordos tão vagos e partilhando tantas fronteiras comuns, não seria um prato cheio para mútuas provocações?

Acreditasse nisso quem quisesse. Mais uma vez, os Bórgia alimentavam a esperança de ser o fiel da balança.

O ducado da Romanha, cujo título foi abocanhado por César após a rendição de Faenza, não era suficiente. Na primavera de 1500, as operações do nepote passaram a ter como alvo a região da Toscana. Florença estava tão intimidada pela reputação de César que tinha assegurado pagar-lhe um preço alto, durante três anos, para sair incólume dessa contenda. Mas a humilhação não ficou só por aí. A República teve de prometer não conceder mais nenhum apoio a seu protegido Jacopo d'Appiano, senhor de Piombino. Mais uma vez, os Bórgia tinham confinado o *protégé* de uma grande potência, visando apropriar-se, em seguida, de suas propriedades. Em nome de César, Vitellozzo Vitelli conquistou de golpe o principado e, inclusive, a ilha de Elba. Em seguida, mais uma vez, no auge do sucesso, uma

interrupção brusca nas operações do nepote. O consentimento do papa para a divisão do reino de Nápoles tinha tido suas consequências. César tinha de acompanhar as tropas francesas para o sul.

Lá ele não precisou lutar muito. O exército francês foi avançando sem encontrar qualquer resistência significativa. No caminho para Nápoles, com o apoio decisivo de César, foram destruídos os redutos dos Colonna. Partindo do ponto de vista do papa, esse foi, pelo menos, um efeito colateral positivo decorrente da molesta interrupção das atividades na Toscana. No final de 1501, teve lugar a conquista de Cápua diante dos portões de Nápoles. Alguns dias depois, o rei Federico dirigiu-se para Ischia, onde foi obrigado a submeter-se à vontade do conquistador. Em troca dessa renúncia, Luís XII garantiu-lhe um ducado francês e uma generosa pensão. Depois de sessenta anos, a casa do rei Afonso desapareceu silenciosamente da história do sul da Itália, passando doravante à privatização.

### **Orgias no Vaticano?**

Alexandre VI e seu filho tinham uma "vida privada" muito limitada porque suas atividades eram executadas dentro de seus aposentos. Por um lado, esse procedimento era mistificado de forma extremamente consequente; por outro, era instrumentalizado para manter a sua imagem. Assim sendo, corriam soltos os boatos mais espantosos sobre seus hábitos e costumes. No entanto, esses boatos também se baseavam, em parte, em fatos concretos. O fato de Alexandre VI ter comemorado de forma intensiva o Carnaval de 1501 ou divertir-se especialmente em procissões, onde se desfilava com pouca fantasia, não causava surpresa aos romanos, que já estavam acostumados com isso. O papa era simplesmente uma pessoa visual. Contudo, sua participação ativa em diversas farras tinha como consequência apenas o fato de ele só conseguir se levantar na parte da tarde do dia seguinte, o que desestruturava completamente a sua agenda.

A mesma tendência em trocar o dia pela noite era uma característica de seu filho.

Mesmo nos acampamentos da Romanha, César costumava recolher-se somente entre três e cinco horas da madrugada. Aparentemente, depois da meia-noite, estava sempre muito acordado e desperto. Mas essa atividade nas horas menos propícias da escuridão da noite, assim como o uso de máscaras e seus movimentos muito rápidos, também fazia parte da criação de sua imagem. A sua fama era assustadora: César Bórgia não era visto por ninguém, mas via e encontrava as pessoas no momento em que elas mais se sentiam seguras. Não apenas os romanos, mas também os diplomatas, perguntavam-se sempre: "Será que ele veio à noite, durante a névoa, ou será que já se foi — e quem estaria na sua alça de mira"?

Sem dúvida, essa demonização era planejada por Alexandre VI e correspondia à distribuição de papéis proposta. Em certa ocasião, quando um caso de assassinato nos mais altos círculos perturbou os espíritos, o papa anunciou laconicamente: se César estivesse em Roma, isso não teria acontecido. No final, ele mesmo simulava ter medo do próprio filho. Se até o Santo Padre se sentia ameaçado, quem poderia sentir-se em segurança? Trata-se aqui de estratégias de dissuasão na sua forma mais requintada.

Burckard, o mestre de cerimônias, também tinha relatos sobre eventos cada vez mais surpreendentes. No período de Pentecostes de 1501, quando tentou proibir que os fiéis beijassem o chão por onde pisava o papa durante as solenidades litúrgicas, Alexandre VI protestou veementemente. O seu lema era patente: adoração a quem se deve adoração. E devia-se adoração a toda família Bórgia.

Em julho de 1501 e poucas semanas depois, com o intuito de fazer que também os mais lerdos reconhecessem essa dignidade coletiva, o *pontifex maximus*, durante uma viagem ao sul do Lácio, transferiu novamente a Lucrecia cargos governamentais de caráter secular. Suas instruções permitiam que ela abrisse as cartas despreocupadamente e, em caso de dúvida, consultasse o cardeal de Lisboa. A filha de 21 anos do *pontifex maximus* como regente no

Vaticano, assessorada por um cardeal de 81 anos: realmente, uma dupla bastante bizarra!

Mesmo que as competências de Lucrecia não abarcassem as obrigações clericais, por meio desse ato espetacular, contudo, o papado foi qualificado como uma empresa familiar. Para os cardeais da oposição, essa delegação de poder à filha do papa foi considerada um insulto deliberado à tradição. O que dizia a opinião pública a esse respeito? Qual era a posição da Espanha? Pelo visto, Alexandre VI já não se importava mais com isso. Era impossível expressar de forma mais suprema o seu menosprezo ao que os outros pensavam. Se até mesmo uma quebra de tabu dessa dimensão permanecia impune, tudo seria possível.

De acordo com esse princípio, Alexandre VI passou a negociar sobre o contrato de casamento de Lucrecia também com os D'Este. Para adocicar a aliança, reduziu abruptamente as taxas anuais de juros dos feudos de Ferrara de 4 mil para 100 ducados. O dote de casamento do pai da noiva foi considerado uma provocação sem precedentes. Para defender os interesses dos nepotes, os direitos da Igreja tinham sido seriamente violados. De acordo com as normas morais e legais da época, um domínio dessa natureza era simplesmente ilegítimo.

Legítimo ou ilegítimo, isso não fazia a menor diferença para Alexandre VI. O desprezo das normas não poderia ser apresentado de forma mais extrema.

A falta de vergonha passou a fazer parte também do dia a dia. Ocorrências e fatos cruéis tornaram-se cada vez menos velados. Na primavera de 1501, os agentes do papa carregaram dos palácios de Ascânio Sforza, que se encontrava preso na França, tudo o que viram pela frente. Também algum tempo antes, quando um cardeal entregou a alma ao Criador, Alexandre VI já tinha tomado as medidas necessárias.



*Figura 8 — Lucrécia Bórgia dança diante de seu pai, Alexandre VI, de Hermann Kaulbach (1882, paradeiro desconhecido). Na pintura histórica do século XIX, a fantasia dos cidadãos bem-comportados inflama-se com o erotismo ofensivo da lenda criada em torno dos Bórgia. Deforma especial, à suposta relação incestuosa entre Alexandre VI e sua filha eram conferidos detalhes cheios de volúpia, na medida em que eram permitidos pela decência de uma época marcada por rígida moral. Assim sendo, Lucrécia Bórgia aparece dançando — como uma espécie de nova Salomé e femme fatale do fin-de-siècle — ligeiramente vestida diante de seu pai e de sua igualmente lasciva corte.*

Ao contrário do que seus predecessores costumavam fazer, o papa recusou novamente conceder à pessoa que estava morrendo o privilégio de transferir suas propriedades à sua família por meio de testamento. Em vez disso, ele apropriava-se imediatamente dos bens do falecido. Afinal de contas, o mais importante continuava sendo o financiamento das expedições de César. Os fins justificavam os meios.

A falta de vergonha dominava também o outro lado. Se tudo o que diziam era verdade, que limites poderiam ser ainda respeitados

pelos Bórgia? Dessa forma, a fantasia da população começava a divagar. A opinião pública passou a acreditar em absolutamente tudo. Era chegada, dessa forma, a hora das "revelações". Por meio de uma carta aberta, elas foram apresentadas ao lascivo público. O teor dessa carta, por sua vez, coincide com as anotações de Burckard.

Datada de 31 de outubro de 1501, essa carta era uma mistura explosiva de apenas nove linhas.

*À noite, jantaram com o duque de Valence, em seus aposentos no palácio do Vaticano, cinquenta belas prostitutas, as chamadas cortesãs. Após o banquete, elas dançaram com os criados que estavam presentes, primeiramente vestidas e, em seguida, completamente nuas.*

*Após o jantar, os habituais castiçais com velas acesas foram colocados no chão; foram lançadas então castanhas na direção dos castiçais, que as cortesãs nuas iam apanhando de quatro, rastejando por entre as luminárias. A cena era observada pelo papa, pelo duque e por sua irmã Lucrecia. Em seguida, foram premiados com sedas, botas, chapéus e outras coisas mais aqueles que tinham conseguido manter relações carnavais o maior número de vezes com as cortesãs. E assim aconteceu publicamente e, de acordo com o julgamento dos presentes, as dádivas foram distribuídas aos que tinham tido relações com maior frequência.*

O choque que é provocado por essa cena até os dias de hoje explica-se menos pelo ato de libertinagem descrito do que pela maneira como se abate sobre o leitor, que estava familiarizado com as descrições enfadonhas das festas religiosas e teve de se deparar, dessa forma, com cenas de sexo grupai nas dependências do Vaticano. A impressão de irrealidade é reforçada pelo fato de que o mestre de cerimônias, em seguida, retoma o seu relatório sobre atividades litúrgicas sem dispensar uma palavra sequer sobre o comentário. Com essa escassez lacônica, sugere-se que tal acontecimento escandaloso fazia parte do cotidiano e da normalidade: como um atividade regular, uma espécie de liturgia dos

Bórgia. Isso aconteceu mesmo ou foi inventado? Muito provavelmente, essa passagem não teria sido inserida posteriormente por falsificadores nos cadernos de anotações de Burckard.

Menos analisada do que as histórias transmitidas pelo manuscrito é a questão que envolve a origem dessa notícia sensacional e a sua relação com os outros fatos que, sem dúvida, aconteceram. É evidente que o clérigo alsaciano não participou das orgias por ele descritas. Devido ao seu interesse pelas "notícias contraditórias", não se trata de uma insinuação maliciosa afirmar que ele gostaria de ter estado presente. Além disso, salta aos olhos a dimensão simbólica da libertinagem. Ela teve lugar na véspera da festa de Todos os Santos, passando inusitadamente a ser chamada de "festa de todas as putas". O número 50 também não passa despercebido. Havia algum tempo, Alexandre VI teria derramado vinho em exatamente o triplo de decotes. Pelo jeito, os Bórgia não faziam nada com menos de meia centena.

Os relatos contêm descrições de uma profanação cuidadosamente encenada. Daí, a origem do ceticismo. Celebrar a santidade da família e a sua fusão com a Igreja não era a mesma coisa que a profanação intencional. Mas esse não era o estilo da casa. Como quase todas as pessoas de sua época, Alexandre VI depositava grandes esperanças na intervenção dos santos. Não era de seu feitio macular sua festa com ritos libertinos. Além disso, nem ele nem César teriam tido tamanha estupidez para testemunhar publicamente tamanha falta de fé e, com isso, estremecer os pilares de seu próprio poder. Pois isso, inevitavelmente, acabaria por acontecer. Seria praticamente impossível conter a língua de cinquenta cortesãs perfeitamente coordenadas umas com as outras pelo seu ofício. Além disso, os atletas orgulhosos do sexo não poderiam deixar de falar de suas façanhas. Adicionalmente, não era marca registrada de César, o suposto articulador, a exibição desajeitada, mas sim a clandestinidade bem dosada.

Sendo assim, os indícios indicam que tudo não passa de invenção. No entanto, nesse quadro pintado com tanta voluptuosidade, a virtualidade e a realidade se misturaram, especificamente,

com grande habilidade psicológica. Qualquer pessoa que tinha um contato mais direto com Alexandre VI conhecia o seu pendor em observar jovens mulheres a pentear-se e a dançar. O voyeurismo intensificado no ambiente cortesão estava a apenas um passo de ultrapassar outros limites, ou seja, podia ser atribuído aos Bórgia. O que não era de conhecimento de todos era a propensão de César para humilhar outras pessoas.

Esse sadismo também podia se refletido no ato de apanhar as castanhas.

No entanto, mesmo que o episódio, tanto quanto se julga saber, possa não ter acontecido dessa forma, Burckard estava longe de ser um falsificador. Ele acreditava piamente que as coisas tinham ocorrido dessa maneira e não de outra.

O texto mostra que a história escandalosa foi divulgada em Roma com o selo da autenticidade e que, naquela época, a lenda negra dos Bórgia alimentou-se dela e também, em grande escala, no período seguinte. No final de 1501, o mestre de cerimônias observou que a carta copiada por ele, remetida ao nobre romano Sílvio Savelli, tinha sido enviada recentemente da Alemanha para Roma e que, de acordo com as informações que recebera, teria sido lida em voz alta para o papa. Segundo as indicações do autor anônimo, a carta teria sido escrita em 15 de novembro de 1501, em Taranto.

Àquela altura, Savelli, o destinatário, encontrava-se na corte de Maximiliano I. O autor da carta tinha formação humanista, como pôde ser comprovado pelo domínio do latim clássico. Além disso, como também mostra o texto, nutria um ódio implacável por tudo o que estava relacionado aos Bórgia. A essência de seus argumentos era a seguinte: "Estás enganado, meu caro, estás completamente enganado se acreditas que algum dia alguém encontrará a paz com o monstruoso chefe dessa corja de serpentes".

Nós ou eles: na luta contra Alexandre VI, a semente do inferno, tudo era permitido. Os fins justificavam também aqui os meios. Por esse motivo, o destinatário deveria encaminhar a epístola ao rei romano e aos príncipes do Império, esperando que eles pudessem, finalmente, reconhecer a verdade e que, dessa forma, o terror pudesse ter um fim por meio da deposição do falso vigário de Cristo.

O papa como inimigo de Deus e transgressor da fé: esses eram tons apocalípticos. Essa acusação deveria ser respaldada pelos seguintes fatores: eleição simonista, venalidade de todas as posições de liderança da Igreja, extorsão de impostos excessivos, dissolução da lei e da ordem pública por meio de dispensas, tolerância benevolente de estupros e assassinatos, bem como todos os estímulos voltados para a heresia e a incredulidade.

Como já era comum no caso dos Bórgia, a lista baseava-se em fatos concretos; movimentava-se, porém, em zonas obscuras envolvendo suspeitas e suposições, ultrapassando quase despercebidamente a fronteira da pura imaginação. Essa corrente de argumentos estava atada por uma enorme habilidade psicológica.

Fazia sentido para o público que aquele que incentivava a heresia vivesse em contradição com sua própria doutrina, mesmo que não houvesse a menor evidência de que isso fosse verdade. De repente, um papa que violava as normas passou a ser visto como um anticristo. Em particular, o catálogo de crimes era de uma amplitude enciclopédica. Todas as suspeitas que circulavam por Roma foram mencionadas como se fossem fatos comprovados. Giovanni Bórgia, Afonso de Aragão, Peroto e os muitos outros que foram brutalmente assassinados levavam a um único indício: César Bórgia é o nosso assassino!

Naturalmente, o incesto de Alexandre VI com sua filha não poderia faltar nessa lista.

A história das cinquenta cortesãs foi incorporada a todo esse horror de forma muito eficiente. Além disso, outro episódio veio justamente para enfatizar o prazer perverso do papa em observar atos sexuais. Pouco depois da orgia, Alexandre VI teria dado a ordem de reunir os cavalos e as éguas diante do palácio do Vaticano para assistir ao acasalamento dos animais com o maior entusiasmo e fervor. O mesmo foi relatado por Burckard.

Aparentemente, havia um centro de coordenação, que abastecia o público com novidades relacionadas ao tema "sexo e crime" dos Bórgia. É redundante mencionar que essa "agência de notícias" era operada pelos seus inimigos. Como foi observado por Burckard, no momento em que a carta de Savelli foi lida a Alexandre VI, o papa

estava se olhando no espelho. Só ele sabia o que era verdadeiro e o que tinha sido inventado sobre a imagem que via diante de si. No entanto, ele via no espelho uma imagem que coincidia com aquela que estava sendo vista por um número cada vez maior de contemporâneos. Era a imagem assustadora de um violador. Mas a profanação exigia a reintegração visível do sagrado. As normas violadas deveriam voltar a entrar em vigor de forma ostensiva e os valores pisoteados tinham de ser ritualmente levantados, a partir do pó. Isso não era nada promissor para o futuro dos Bórgia, depois da morte do papa.

Fragilizado ou talvez, isso sim, sensibilizado pelas terríveis histórias dos outros, o chefe de cerimônias observava exatamente o seu empregador, agora até mesmo durante as solenidades profissionais. E ele descobriu coisas inescrutáveis.

Acontecimentos inexplicáveis durante a missa do Domingo de Páscoa, realizada em 27 de fevereiro de 1502:

*Ao partir a hóstia, antes de entoar o Pax Domini, diante dos meus olhos, o papa deixou cair um pedaço no cálice com o sangue de Cristo. Não expressei nenhuma oposição, até porque não havia mesmo nada a fazer. Quando o diácono e o subdiácono comungaram com o restante do Sangue de Cristo no altar, não havia mais nenhum pedaço de hóstia no interior do cálice que o papa, todavia, não teria podido sugar por meio da fístula. Eu não podia imaginar o que teria acontecido. Mas não disse nada para que não surgisse mais um escândalo.*

Assim sendo, Alexandre VI violou por duas vezes as regras durante o rito litúrgico. Por um lado, ele entoou a "Paz do Senhor" cedo demais. Para Burckard, tratou-se de uma ofensa negligente, já que o papa era notoriamente impaciente. Por outro lado, o desaparecimento do pedaço da hóstia deixou-o ensimesmado. O que o *pontifex maximus* queria com aquilo? Será que ele celebrava mistérios secretos com o Corpo de Cristo para, por exemplo, prolongar a sua vida? Justamente porque não pôde ser tirada nenhuma conclusão do episódio, ele se torna tão impressionante.

Explicações inócuas já não estavam na ordem do dia. As anotações desconsoladas de Burckard sobre a Missa da Páscoa, cujo propósito era desconhecido, servem como testemunha fidedigna da confusão que imperava na mente das pessoas, já que o mestre de cerimônias pertencia ao pequeno grupo daqueles que tentavam manter a cabeça fria. Em 20 de julho de 1502, quando Giovanni Battista Ferrari, o cardeal de Modena, faleceu sem deixar testamento e sem tomar qualquer remédio, ele não compactuou do clamor unânime de que o cardeal teria sido envenenado. Em vez disso, observou com cautela os sintomas da doença e chegou a uma única conclusão: um grave acesso de febre. Em seu diagnóstico, também não se deixou enganar acreditando que o papa tinha se apropriado imediatamente dos bens do falecido cardeal, ou seja, havia uma diferença entre as causas e as consequências dessa morte. E não foram apenas os Bórgia que tiraram proveito dela. Apenas um dia depois, o arcebispado de Cápua, que era de Ferrari, já havia passado às mãos do cardeal D'Este.

### **Casamento principesco e perseguição**

Tamanha generosidade não podia vir do nada. Desde o verão de 1501, as negociações para o casamento de Lucrecia com Afonso d'Este tinham avançado bastante. Choviam benefícios de toda e qualquer espécie sobre a família do duque de Ferrara. Ao mesmo tempo, choviam balas sobre os redutos dos barões.

Os castelos dos Colonna e de seus aliados, os Savelli, foram destruídos não apenas na área de fronteira com Nápoles, mas em quase todo o território do Lácio. A resistência era inútil e a docilidade não tinha trazido nenhum benefício.

Apesar da rendição voluntária de alguns castelos, ambas as famílias foram solenemente excomungadas, em 20 de agosto de 1501. Como cláusula leonina, a maior parte dos bens foi incorporada ao território dos Bórgia. O que sobrou ficou com os Orsini. No auge do triunfo sobre a derrota de seus rivais, eles já podiam calcular que seriam, em breve, os próximos.

Mas Alexandre VI fazia planos para alcançar a glória terrestre para a sua família — incessantemente. A incorporação seguinte às propriedades dos Bórgia, que tinham sido ampliadas de forma desenfreada, teve lugar quando o contrato de casamento com os D'Este foi assinado e devidamente selado. Em 17 de setembro de 1501, os feudos de Lucrecia, Nepi e Sermoneta, foram promovidos a ducados e estendidos às localidades que tinham sido tomadas dos Colonna e dos Savelli (incluindo castelos importantes como Nettuno, Nemi e Albano), e concedidos a dois rapazes menores de idade.

O ducado de Sermoneta, que agora abrangia nada menos do que 28 domínios individuais, foi concedido a Rodrigo, o filho de Lucrecia, que era órfão de pai por culpa de seu próprio tio. Giovanni (Juan), o caçulinha do clã dos Bórgia, por sua vez, passou a ser o orgulhoso duque de Nepi e, conseqüentemente, senhor de três dúzias de fortalezas — incluindo verdadeiras pérolas como Palestrina, Olevano e Frascati.



*Figura 9 — A Disputa de Santa Catarina de Alexandria, de Pinturicchio (1493/1494, Sala dos Santos, Apartamento Bórgia,*

*Vaticano). Segundo uma tradição não comprovada, mas duradoura, o afresco de Pinturicchio de Santa Catarina de Alexandria, que anunciou ao imperador Maximiliano e a cinquenta pagãos eruditos as verdades eternas do cristianismo, pretende immortalizar Lucrecia, a filha do papa, aos 13 ou 14 anos de idade. Mesmo que haja razões para duvidar dessa "identificação", há uma característica comum entre a jovem intelectual cristã e a nepote: os longos cabelos louros (veja a Figura 10).*

Como de costume, há dois documentos contraditórios sobre o seu procriador.

Em um deles, César Bórgia é apontado como seu genitor; em outro, o próprio Alexandre VI aparece como pai do menino de três anos de idade. É indiscutível, todavia, que César, Lucrecia e Jofre tenham ganhado um meio-irmão. Como comprova a tranquila atribuição de Sigismondo dei Conti, dentro da cúria essa paternidade não era nenhum segredo. A fertilidade era, afinal, uma marca registrada do papa, que exibia um touro em seu brasão. A mãe do pequeno príncipe Bórgia, no entanto, permanece desconhecida.

No final de 1501, a cidade inteira de Roma estava em polvorosa devido ao casamento de Lucrecia. O preço pago por Alexandre VI tinha sido excessivamente alto. Para completar seu território, além da escandalosa redução das taxas de juros feudais, o conde de Ferrara tinha sido agraciado também com as localidades de Pieve e Cento, que faziam parte das propriedades da Igreja.

Com essa transferência, houve uma redução territorial no domínio dos papas. O

nepotismo dos Bórgia restringia até mesmo os direitos da Igreja. Não apenas para os cardeais da oposição, esse ato foi uma verdadeira aberração.

Alexandre VI já não tinha o menor escrúpulo em violar tais normas jurídicas de Estado. O dote de Lucrecia não se restringia apenas a concessões territoriais.

Como verdadeiro enxoval, o conde Ercole mandou fixar em cartório a quantia de 200 mil ducados. Os Bórgia foram literalmente depenados. Não é de admirar que os agentes de Alexandre VI

tenham perdido a compostura durante essa luta hercúlea e dito aos orgulhosos aristocratas que eles se comportavam como verdadeiros comerciantes. Trata-se aqui de uma comparação apropriada, já que os D'Este fizeram que a diferença hierárquica entre eles e a família de Xátiva fosse paga como uma mercadoria.

Nesses 200 mil ducados ainda não estavam incluídos os presentes de casamento para a noiva, que também foram fixados em documentos. As modalidades de pagamento também foram regulamentadas de forma extremamente meticulosa: 100 mil ducados em moeda, o restante em jóias, tecidos preciosos e outras riquezas. Alexandre VI agiu exatamente dessa forma na nomeação de seus cardeais. Fazendo os cálculos dos inúmeros benefícios que foram concedidos ao cardeal Ippolito e a outros clérigos da família, acrescentando também o valor de Pieve e Cento, como oficialmente estimado, além dos 100 mil ducados, o conde de Ferrara podia vangloriar-se de ter abocanhado com o casamento uma quantia superior a 300 mil ducados.

Os relatores ficaram boquiabertos com o dote. Diante das festas que começaram a ser celebradas, faltavam-lhes palavras. Só a decoração já era algo inebriante.

Os alfaiates de luxo romanos nunca tinham costurado antes tanto ouro em tecidos tão finos. Mas o ponto alto das comemorações aconteceu em 23 de dezembro de 1501, com a chegada da escolta matrimonial completa, comandada pelo cardeal Ippolito d'Este e outros cinco membros da família ducal. A entrada na cidade foi um espetáculo que mesmo os exigentes romanos raramente tinham tido a oportunidade de presenciar. A nobre comitiva dirigiu-se da Ponte Mílvia até a Porta del Popolo, onde o senador de Roma, acompanhado de 2 mil homens armados, foi o primeiro entre outros inúmeros comitês a dar as boas-vindas aos visitantes. Os figurantes, vestindo trajes luxuosos, deveriam documentar a grandeza dominante da Cidade Eterna na antiguidade e sua reconquista espetacular por parte de Alexandre VI. A história era merecedora de tamanho tributo.

O rito seguinte, a solene acolhida dos embaixadores por parte de César Bórgia, foi uma solene demonstração de poder. Ele enviou por

antecipação seis pajens e uma centena de nobres romanos, seguidos por duzentos soldados suíços fortemente armados. Só então apareceu, ao lado do embaixador francês, para dar as boas-vindas a seus convidados. A sua presença de destaque ao lado de César revelava também uma mensagem clara: os Bórgia estavam sob a proteção de Luís XII. Os D'Este jamais poderiam concorrer com tamanha potência militar.

Os orgulhos aristocratas do Vale do Pó deveriam, portanto, estar satisfeitos e agradecidos de poder unir-se por laços de família ao clã dos Bórgia. Como foi evidenciado por meio de cartas, os D'Este mostraram-se devidamente impressionados com aquelas demonstrações marciais.

Somente depois do irmão da noiva vieram os cardeais. Por meio de uma cavalgada que contava com a participação de duzentos cavaleiros vestindo luxuosos trajes, cada um dos dezenove cardeais apresentou-se como príncipe da Igreja. Entre eles, estavam os cardeais Carafa e Todeschini Piccolomini. Mesmo que desaprovassem esse casamento e o preço pago pela Igreja para a sua realização, eles não foram capazes de recusar o convite para participar da cerimônia.

Nada ilustra o dilema da oposição de forma mais enfática do que o seu papel como acessório nas mãos dos nepotes. No final das solenidades, Alexandre VI recebeu os seus convidados nas câmaras do Vaticano.



*Figura 10 — Medalha de Lucrecia Borgia por ocasião de seu casamento com Afonso d'Este, 1502 (Museu Cívico Arqueológico de Bolonha). Também não há retratos de Lucrecia Borgia que tenham sido feitos comprovadamente durante seu período de vida, mas há, pelo menos, medalhas que tornam perceptíveis as suas feições.*

Foi lá que a noiva, extremamente observada, teve a sua primeira entrada em cena. O que ela estava vestindo e como se comportava? Seu traje correspondia ao que os Borgia entendiam como modéstia com exclusividade: um vestido concebido com simplicidade, cujo valor só poderia ser avaliado através do brilho emanado pela abundância de ouro; sobre ele, Lucrecia usava uma capa cujas pontas eram feitas de preciosa zibelina. Nós podemos contentar-nos com pouco para não envergonhá-los, mas se quiséssemos, poderíamos apresentar-nos de uma forma completamente diferente, pois, afinal de contas, temos o suficiente — mais ou menos essa era a mensagem do traje da noiva, endereçada aos D'Este. A discrição

dos Bórgia foi rompida apenas no pescoço de Lucrecia, onde resplandecia um colar de pérolas acetinadas, tão pesado e tão caro, que só poderia ter sido concebido pelos mais exclusivos joalheiros da cristandade.

Nesse ponto, as instruções de Alexandre VI eram irrefutáveis: para o delicado pescoço de sua filha, apenas o que houvesse de mais precioso. A sua atuação em si foi permeada pela mais requintada discrição.

Não há testemunho de como os D'Este, os verdadeiros aristocratas, interpretaram o mimetismo dos arrivistas. O seu comportamento foi perfeitamente ensaiado para não deixar transparecer nenhum reflexo de autêntica percepção. No entanto, mais uma vez, foi sincero o alívio que sentiram em relação à pessoa da noiva.

Aparentemente, a filha não tinha puxado ao pai. A conclusão era que Lucrecia não era parecida com o pai e, felizmente, também não tinha a menor semelhança com o irmão mais velho.

No entanto, em Roma, os D'Este tiveram de adaptar-se aos hábitos romanos. Isso significava, concretamente, que também passaram a ostentar objetos de valor.

Assim sendo, o cardeal Ippolito d'Este, após a cerimônia matrimonial, que ele celebrou representando o noivo, como era comum nos casamentos principescos, presenteou à noiva uma joia no valor de 70 mil ducados. Com essa quantia, era possível adquirir um imponente domínio feudal ou, para usar uma conversão de valores mais adequada, manter os soldados de César na Romanha durante dois meses. Antes de passar o presente às mãos da noiva, o cardeal agiu, mais uma vez, com bastante precaução. A entrega foi certificada por um tabelião para evitar que os Bórgia pudessem fugir com a joia. Os D'Este estavam e mantiveram-se desconfiados.

Com a primeira cerimônia de casamento — a segunda, que teria a presença do noivo, estava prevista para acontecer em Ferrara —, teve início a fase quente das festividades. Para transformar o casamento de Lucrecia em uma festa popular, o papa antecipou o Carnaval para os primeiros dias de janeiro — o nepotismo agora chegava ao ponto de decidir até mesmo sobre o calendário dos

feriados! O Carnaval às margens do Tibre sempre fora turbulento e violento. Dessa vez, no entanto, a agitação na cidade, através de apresentações cuidadosamente encenadas, foi capaz de provocar um estado de delírio coletivo. César Bórgia organizou duelos entre jovens da aristocracia diante da Igreja de São Pedro, não como mero espetáculo, mas com espadas afiadas, onde correu sangue em abundância, o que havia se tornado a sua marca registrada. Fora isso, toda a cidade de Roma estava dançando, nas ruas e no Vaticano. César também dançou, mas à sua maneira: no balé dos mouros e, apesar da grande descontração, bailou com máscara.

Durante essas apresentações, Alexandre VI também tirou algum proveito. As mais belas damas da corte apertavam a mão para a graciosa ciranda. Até mesmo César e Lucrecia, os irmãos, tiveram de apresentar uma dança de honra. Com tanta beleza diante dos olhos, o papa apresentava uma alegria quase infantil.

Lamentável apenas era que Alexandre VI tivesse tão pouco pendor para a comédia clássica, queixavam-se os intelectuais à boca pequena. Aqui, como acontecia durante os longos discursos, sua impaciência era percebida de forma desagradável: era necessário brevidade em tudo. Caso contrário, deveria ser interrompido — essa era a sua ordem. Os humanistas da cúria estavam decepcionados. Isso porque os nomes dos protagonistas vivos eram um convite para belos jogos de palavras: Alexandre, César, Hércules — uma pena por todos os versos elaborados e delicados que falavam da glória e do esplendor.

Os Bórgia podiam ser galantes, se quisessem, mas podiam também ser bem diferentes. Com o propósito de marcar as celebrações, em 2 de janeiro de 1502, César Bórgia matou fileiras de touros. Após o espetáculo sangrento, a comitiva dos D'Este, acompanhada da noiva, voltou para o Vale do Pó. Lá, além de ter sido consumado, o casamento foi comemorado pela segunda vez. Depois das apresentações pomposas e desajeitadas dos arrivistas, os D'Este queriam mostrar a sua cultura aristocrática na arte de celebrar festas. Eles não tiveram nenhuma dificuldade nisso, já que o duque Ercole era o maior mecenas vivo de música e teatro. Assim sendo, o exigente público de Ferrara pôde deleitar-se com melodias

refinadas em vez dos batuques dos bateristas de aluguel e dos tocadores de tuba romanos. Mesmo as apresentações cênicas, interrompidas graciosamente com passagens de balé, eram imbuídas de um discreto encanto.

De forma engenhosa, para quem quisesse comparar, foi apresentada a mesma peça de Plauto que havia sido encenada no Vaticano. Os D'Este estavam tendo a sua revanche. E aquele mundo que, de fato, era nobre e elegante, aplaudiu entusiasmado.

No entanto, para alguns que estavam ali aplaudindo, o espírito de festa passou rapidamente. Uma das mais ilustres damas ali presentes, a duquesa de Urbino, nascida Elisabetta Gonzaga, da família do marquês de Mântua, tinha sofrido uma queda do elísio da bela aparência para o inferno da poeira e do medo da morte. O caminho para a miséria era curto. Em junho de 1502, Elisabetta e seu marido, o duque Guidobaldo da Montefeltro, que estava fragilizado pela artrite e praticamente imobilizado, tiveram de fugir para salvar suas vidas.

Enquanto isso, César tinha entrado novamente em ação. Em Nápoles, havia muito tempo nada lhe prendia. Como tinha sido previsto por Alexandre VI, o acordo selado pelas grandes potências no sul não durou muito. Nas batalhas travadas, os arrogantes oficiais franceses depararam-se com um adversário que, mesmo contra a sua vontade, foi, no final, objeto de sua admiração: Gonzalo Fernández de Córdoba, conhecido como o Grande Capitão. Ele era a imagem de um herói de sua época: corajoso nas batalhas, sábio em seus conselhos, nobre contra seus inimigos, abnegado, modesto, destemido, um modelo incomparável para seus soldados. Além disso, era um estrategista de grande estilo que, por meio de seus ataques noturnos aos acampamentos inimigos e aproveitamento das vantagens do terreno, rompeu regras antigas e estabeleceu novos padrões. No decorrer de 1502, a sua arte de comandar fez os franceses, cujo exército era numericamente muito superior, passarem cada vez mais para a defensiva, deixando os Bórgia apreensivos. Não seria o momento de ficar do lado do invencível capitão e, conseqüentemente, da Espanha?

Em fevereiro de 1502, quando o papa e César partiram para o norte a fim de apropriar-se formalmente das últimas conquistas, essas ideias ainda não haviam amadurecido. Logo após a expulsão de Jacopo d'Appiano, Alexandre VI promoveu Piombino a cidade e sede episcopal. Era também notório que o principado era muito especial tanto para o pai quanto para o filho. Em sua defesa, teria sido mandada construir uma fortaleza e os visitantes controlavam os avanços da obra. Essa obra, que estava sendo edificada servindo-se das mais modernas técnicas na construção de fortificações, era uma espinha atravessada na garganta dos florentinos. O regime local não devia sentir-se muito seguro.

Por pouco essa viagem de inspeção não se tornou a última viagem dos Bórgia.

Houve tormenta durante o breve retorno da ilha de Elba ao continente. Para os marinheiros supersticiosos, não havia dúvidas: a tempestade tinha vindo das entranhas do inferno. Alexandre VI, no entanto, já acostumado com as tormentas, manteve a calma. Em 11 de março, estava de volta a Roma, salvo por mais um milagroso resgate. Lá, ele pôde descansar um pouco das situações de perigo das quais sobrevivera.

Nos quase três meses seguintes, a diplomacia manteve-se adormecida. Mesmo o embaixador veneziano não teve praticamente nada relevante para reportar naquela primavera. Para muitos, essa tranquilidade era suspeita. Em Siena, Florença e Pisa, todos estavam com medo. Em Urbino, no entanto, onde deveria haver agitação, imperava a despreocupação. Em 9 de junho de 1502, Alexandre VI comunicou que tinha a intenção de, brevemente, visitar Ferrara, na companhia de todos os cardeais. Mas isso, no entanto, não passava de uma armadilha. Apenas quatro dias depois, comandando um forte exército, César marchou na direção de Spoleto. De lá, atacou o ducado de Montefeltro, situado nas montanhas, de forma fulminante.

Estava tudo preparado também para a tomada da cidade de Urbino. Isso porque, dentro de seus muros, havia a ação de traidores. Até mesmo para Sanudo, que já tinha testemunhado tantas reviravoltas, esse foi um acontecimento horrendo.

Segundo o seu relato, pouco antes do ataque, Guidobaldo da Montefeltro tinha emprestado a sua artilharia a César Bórgia.



*Figura 11 — Cardeal Ludovico Bórgia com três contemporâneos, de artista desconhecido (Roma, coleção particular). É pouco provável que essas quatro famosas (ou, melhor dizendo, mal afamadas) personalidades tenham-se encontrado em vida. Não há dúvida, contudo, que seus destinos estavam entrelaçados de muitas maneiras. À direita, Nicolau Maquiavel levanta o dedo indicador de forma professoral, como hem convém ao mestre das regras históricas de sucesso. Seus ouvintes são nada menos do que César Bórgia, que, durante essa lição, está olhando para um livro com o mapa da Itália, uma atitude também perfeitamente adequada ao senhor que lutou na Romanha e desejoso conquistador de muitos outros estados da península. Na extrema esquerda, Don Micheletto Corella, "secretário" de César e homem para os serviços mais penosos (um deles foi o estrangulamento, a serviço de seu senhor, do marido de Lucrecia, Afonso de Aragão), sussurra um conselho secreto no ouvido do jovem cardeal Ludovico Bórgia. A curiosa pintura, realizada após a morte de Alexandre VI, mostra o filho do papa, do qual não há retratos que sejam garantidamente*

*verdadeiros, mas também Maquiavel, com feições que diferem fortemente daqueles traços considerados "típicos".*

Esse empréstimo de canhões tinha sido mediado por um cidadão de Urbino que fingia devoção ao seu duque, mas que, contudo, estava a serviço do nepote. Ao mesmo tempo, Guidobaldo, que era um verdadeiro anfitrião aristocrático, não aceitou receber principescamente, em seu nobre palácio, Lucrecia Bórgia, que estava a caminho de sua nova residência. Pouco depois, César Bórgia aproximou-se dele novamente com outros pedidos.

Após a artilharia, o nepote, usando o mesmo mediador desonesto, queria emprestado alguns soldados do duque. O nepote não ficou constrangido em justificar seu pedido de forma lisonjeira: Guidobaldo da Montefeltro não precisava de um exército para protegê-lo. Afinal de contas, ele recebia o apoio completo de seus súditos. De forma sincera e ingênua, o conde, paulatinamente, foi passando às mãos do nepote primeiro suas tropas e, em seguida, os passes para Urbino. Assim consta no verso que os venezianos tentaram fazer sobre o ocorrido. Se a astúcia e a dissimulação de César Bórgia realmente fizeram milagres, ou se Guidobaldo simplesmente se resignou diante das forças superiores do nepote, o fato é que os inimigos estavam praticamente diante dos muros de Urbino. Até mesmo os portões da cidade foram abertos aos inimigos.

No tumulto dos saques, o conde, gravemente enfermo, conseguiu sair carregado pela porta dos fundos do palácio despercebidamente.

A fuga continuou até a fortaleza de San Leo, com os perseguidores no encalço do pequeno séquito. Lá, o castelão trancou os portões diante de seu senhor hereditário. Assim sendo, o séquito seguiu para Ravenna, que, formalmente, pertencia à Igreja, mas que, de fato, fazia parte da esfera de influência veneziana.

Também lá, os oficiais da cidade não se atreveram a abrigar o suplicante em fuga sem prévia autorização. Como bons oficiais, eles tentavam proteger-se contra um julgamento de seus superiores. Dessa forma, um mensageiro dirigiu-se imediatamente para a cidade de Veneza a cavalo. Em Veneza, o doge e seus conselheiros caíram

das nuvens. Será que se tinha chegado ao ponto de permitir que um príncipe altamente respeitado, membro de uma das famílias mais prestigiadas da Itália, que usufruía da proteção da República de Veneza, fosse perseguido por um nepote papal como se fosse um animal selvagem — e ninguém movia uma palha para ajudá-lo? Parece que se podia perceber o alívio estampado no rosto dos patrícios do governo: finalmente teriam a oportunidade de fazer algo contra a má consciência. E, finalmente, seria possível também se livrar do vizinho sinistro ao sul.

Salvo por essa proteção no último momento, Guidobaldo, completamente exausto, foi levado para Pitigliano, na região de Siena, uma zona de proteção que não podia ser alcançada pelos longos braços de César. Lá, a República de Veneza passou a pagar-lhe uma pensão que mal dava para custear o essencial.

Apesar de todas as manifestações de indignação, ninguém tinha a intenção de destruir completamente as relações com Alexandre VI. Graças à garantia de asilo a Guidobaldo, o clima dentro da aliança ficou sensivelmente abalado. A partir desse momento, em suas conversas com o embaixador veneziano, o papa não se cansou de denunciar a traição do aliado e exigir a extradição de Guidobaldo.

Mas a honra da República de Veneza estava em jogo e, por esse motivo, o conde exilado podia sentir-se, naquele momento, seguro.

O mediador traidor, que tinha induzido Guidobaldo a conceder suas armas e seus soldados ao nepote, foi decapitado a mando de César pouco após a tomada de Urbino. A acusação foi que, ao contrário do que tinha sido combinado, ele teria deixado que seu antigo senhor escapasse. Traidores com coração não tinham a menor chance de sobreviver. Isso era aplicado também aos belos objetos com os quais os Montefeltro tinham transformado o seu palácio em um paraíso do bom gosto. A mando de César, foi feito um inventário de tudo o que estava dentro do palácio para a posterior avaliação de seu valor: 150 mil ducados! Em consequência disso, uma grande parte do valioso mobiliário foi transportada para Roma e lá vendida. Afinal de contas, era preciso financiar as batalhas seguintes.

## Reconciliação mortal

O filho do papa decidiu tirar proveito da situação bastante propícia, ou seja, um exército vitorioso sob seu comando e nenhuma interrupção incômoda das atividades à vista. Assim, desferiu outro golpe espetacular. Em 22 de julho de 1502, escreveu Sanudo:

*Acabou-se de saber que o conde de Valence, no dia 19 deste mês, tomou Camerino por meio de traição. Ele prendeu o governante da cidade, Júlio [Giulio Cesare da Varano], que fora outrora o comandante-geral de nosso exército (...), mas que, em seguida, caiu em desgraça. César mandou transportá-lo para Roma, onde, pouco depois, viria a morrer. Seu primogênito tinha conseguido escapar.*

Giovanni Maria da Varano, o filho mais velho, foi o único sobrevivente. O pai e três outros filhos foram executados a mando de César. Em 2 de setembro, o triunfante papa concedeu o espólio obtido dessa maneira a seu filho mais novo, Giovanni, que a partir daquele momento poderia vangloriar-se com o título de conde de Nepi e Camerino. Em virtude dos últimos êxitos, César sentia-se forte o suficiente para pôr o olho em outros alvos tentadores. Seguindo a lógica geoestratégica, o próximo objeto de expansão deveria ser a cidade de Bolonha.

De fato, no início de outubro, o embaixador veneziano, consternado, fez a seguinte anotação: o papa estaria tão obstinado por Bolonha que, se necessário, estaria disposto a vender a sua mitra a fim de possuir a cidade. Isso significava claramente que gostaria de possuir a cidade para submetê-la ao domínio de César. De direito, a cidade de Bolonha, com a mais antiga universidade da Itália, já pertencia aos Estados Pontifícios. De fato, no entanto, Giovanni Bentivoglio ainda detinha as rédeas do poder.

Ele teria de ser derrubado para que os Bórgia pudessem assumir o controle.

Assim sendo, o papa escreveu uma carta cheia de adulações à comuna de Bolonha. Na sua bondade paternal, ele estaria fazendo o

obséquo de ajudá-los a ter um bom governo. Giovanni Bentivoglio, todavia, deveria vir a Roma para justificar-se. É óbvio que Bentivoglio queria proteger-se dessa ordem de viajar até Roma, já que muitos desses viajantes acabaram nas águas do Tibre. Dessa forma, a seu pedido, os senhores de Bolonha mais idosos responderam: agradecemos a oferta generosa, mas já temos um bom governo.

O tom de autoconfiança tinha uma explicação: os Bentivoglio estavam sob a proteção do rei Luís XII da França. No entanto, era necessário verificar o verdadeiro valor dessa proteção. Em todo caso, as declarações de Florença a esse respeito eram pouco animadoras. Embora a República pudesse fazer valer uma relação especialmente estreita com a monarquia francesa, isso não impediu que os soldados de César atacassem e tomassem a curto prazo a cidade de Arezzo, que pertencia ao seu território.

O filho do papa tinha ido longe demais. A honra de Luís XII fora insultada. A audácia do nepote comprometera a sua autoridade na Itália. O aliado não estava respeitando as regras. Além disso, perseguia interesses pessoais contrários aos planos do monarca. Tudo isso alimentava o medo da traição. Aquele que conseguia convencer os outros a agir com tanto virtuosismo em detrimento de seu senhor natural não hesitaria, no momento certo, em passar para o outro lado.

A fim de acompanhar mais de perto suas operações na Itália, Luís XII, no verão de 1502, dirigiu-se para a Lombardia. Lá os inimigos de César reuniram-se para tentar atrair o rei para o seu lado. E eles não eram poucos. No caso dos Bórgia, aliás, era mais difícil do que nunca diferenciar amigos de inimigos. Quem hoje era amigo poderia ter sido inimigo ontem e vice-versa. Dessa maneira, os Orsini eram agora nominalmente aliados de Alexandre VI. Mas por que, então, o cardeal Giovanni Battista, de repente, partiu para o norte, em 2 de julho?

O papa e seu filho reconheceram a seriedade da situação. César tinha uma boa receita contra isso. Em 6 de agosto, o duque da Romanha bateu tarde da noite às portas do castelo dos Sforza, coberto de poeira e suor, depois de dias e noites de longa viagem,

acompanhado de apenas doze seguidores. Ele sabia que o rei estava sempre aberto a gestos dessa natureza. E ele tinha razão. O filho do papa, no entanto, passou, inesperadamente, a correr risco de morte. A proposta de casar sua filha com um príncipe Gonzaga tinha sido rejeitada de forma brusca.

Na discussão que se seguiu com o marquês de Mântua, este teria mencionado a sinistra palavra "bastardo". Luís XII conseguiu evitar a realização de um duelo de vida ou morte no último momento.

Do ponto de vista dos Bórgia, esse casamento teria uma importância estratégica, pois ligaria os nepotes às duas dinastias de maior prestígio e influência do norte da Itália. Isso significaria uma segurança adicional no crítico momento que se seguiria ao final do pontificado. O fato de Isabela d'Este ter avisado seu marido sobre o veneno de César refletia o clima geral dessas semanas. É também compreensível a sua desilusão pelo erro cometido pelo bobo da corte ao não cravar o seu punhal no alvo.

As conversas de César com o rei tinham sido um sucesso. O duque da Romanha responsabilizou seu subordinado, Vitellozzo Vitelli, pela tomada de Arezzo, já que não tinha sido essa a primeira vez que lhe eram atribuídas tais arbitrariedades — e o rei fingiu que acreditou. Como Sigismondo dei Conti observou, ironicamente, ele sabia há muito tempo que não tinha sido bem assim.

O próprio Vitellozzo tinha lhe mostrado uma carta manuscrita de César, em que o nepote lhe dava ordens para atacar.

A medida que a situação da guerra no sul da Itália ia se tornando desfavorável para ele, Luís XII precisava cada vez mais do apoio do papa. Dessa maneira, apesar de todas as reservas e suspeitas de ambos os lados, chegou-se novamente a um consenso. A nova aliança baseava-se no apoio de Alexandre VI na luta por Nápoles, em troca de tropas de apoio francesas. Mas isso ainda não era tudo.

Pela terceira vez, os Bórgia tinham conseguido privar seus inimigos da proteção de uma grande potência. Agora era a vez dos Bentivoglio e da maioria dos membros do clã dos Orsini perderem seu escudo protetor — e eles ainda não sabiam disso.

No outono de 1502, após uma década de domínio dos Bórgia, aqueles que se sentiam perdedores e, conseqüentemente, as

próximas vítimas, acreditaram que tinha chegado o momento de mostrar resistência. Mas essa constatação veio tarde demais. Afinal de contas, grande parte do Lácio e da Romanha já havia passado para as mãos dos nepotes, sem que as vítimas desse expansionismo, com exceção do episódio de cessar-fogo entre os Colonna e os Orsini, tivessem formado uma aliança defensiva ou de resistência. Essa fragmentação reflete como Alexandre VI dominava magistralmente a tática do "dividir e dominar!".

Assim, uma aliança dos prejudicados vinha em hora errada. Na ilusão fatal de que o agressivo nepote tinha perdido para sempre o apoio do rei, em 9 de outubro de 1502, os inimigos dos Bórgia os convidaram para um congresso da revanche em La Magione, perto do lago Trasimeno. O convite foi aceito pelos líderes do clã dos Orsini, que havia muito tempo não confiavam em um acordo de paz com o papa e seu filho. Nesse lugar afastado, eles encontraram-se com seu colega, o militar Vitellozzo Vitelli, a cujo domínio da Città di Castello Alexandre VI — como havia rumores — queria pôr um fim, com o objetivo de, em seguida, conceder Camerino a Giovanni Bórgia, seu caçula. Assim, juntaram-se Gentile e Gianpaolo Baglioni, de Perugia, Hermes Bentivoglio, de Bolonha, representando seu pai, assim como Liverotto da Fermo, que tinham a perder, em suas respectivas cidades, posições semelhantes de poder. Muito além das fronteiras dos Estados Pontifícios, a reunião conspiradora moveu seus círculos. Com Antonio da Venafro, estava presente nesse encontro um representante de Pandolfo Petrucci, o homem forte de Siena. Ele também achava que a sua supremacia corria grande perigo, em razão dos apetites insaciáveis de conquista dos Bórgia.

Mas não foi apenas a ameaça que consolidou esse encontro. Para os aliados nominais de César, havia um segundo motivo que era quase tão importante como o primeiro: a arriscada aliança com os Bórgia não valia a pena para eles. Isso porque o nepote não estava disposto a ceder em nada. Não havendo um salário razoável em vista, seria melhor então pôr um fim nessa aliança forçada e desigual e, com isso, acabar com o medo.

Dito e feito. Em 14 de outubro de 1502, Urbino passou a pertencer novamente aos Montefeltro; com a mesma facilidade,

Camerino retornou às mãos dos Da Varano. Os confederados de La Magione não precisaram sequer se comprometer de forma particular, já estavam sendo esperados. Em Urbino, especialmente, a lealdade das elites locais permaneceu intacta. Os dignitários preferiam o domínio dos Montefeltro às novas relações de poder vigentes. Eles conheciam os motivos. Os Montefeltro regiam com os mais baixos impostos da Itália. O filho do papa, por sua vez, precisava de ainda mais dinheiro para financiar suas campanhas do que a quantia que seu pai tinha colocado à disposição, vinda das ricas fontes de financiamento da cúria. Isso não oferecia boas perspectivas para o futuro. Esse era o mesmo pensamento dos cidadãos influentes de Camerino.

Aos olhos dos Bórgia, a perda de Urbino e Camerino era considerada uma traição sem limites. A gravidade da situação obrigou-os a realizar mudanças em seus planos. Nas suas conversas com o embaixador veneziano, Alexandre VI apresentava-se como um benfeitor generoso que tinha colhido a mesquinha ingratidão. Especialmente dos Orsini, a quem ele teria beneficiado mais do que qualquer outro papa, ele jamais teria esperado tanta deslealdade. O mesmo desconsolo tático foi expressado pelo seu enviado em Veneza. O objetivo era, com a promessa de perdão, colocar o outro lado em segurança.

A esperança dos aliados dirigia-se também para Veneza. Em suas declarações, eles defenderam-se da acusação de ter conspirado contra os seus soberanos legítimos. Em vez disso, alegaram que estariam lutando a favor de seu bom e velho direito. Ele teria apenas tido a intenção, como fora enfatizado por Paolo Orsini, em sua carta ao doge de 15 de outubro de 1502, de moderar a tirania insuportável reinante em Urbino, que era exercida pelos oficiais do novo governante. Os oficiais teriam dado início às hostilidades logo que o nepote aproximou-se, o que o fez ter de, forçadamente, pô-los em fuga.

Não se podia falar de uma rebelião contra a Igreja. Todas as medidas tomadas dirigiam-se apenas contra a *"servitù del signor duca di Valenza"*, ou seja, a escravidão sob o jugo do duque de Valence, cuja tirania não tinha nada a ver com o domínio legítimo do

papado. Ao contrário: ela resistiria em todos os sentidos. Essa foi uma jogada hábil, podendo ser considerada até mesmo uma nova maneira de fazer propaganda: jogar o nepotismo de Alexandre VI contra os verdadeiros interesses da Igreja.

Naturalmente, o papa afirmava o contrário. O conde da Romanha seria seu criado obediente. Tudo o que ele fazia era em seu nome, portanto, para a maior glória da Santa Sé. Os Orsini, de acordo com a sua acusação no consistório, eram, assim sendo, rebeldes contra Cristo. Essa acusação era ofensiva, pois colocava os adversários do papa na defensiva. Alexandre VI tirou proveito, imediatamente, dessa vantagem estratégica. Embora abalado por tamanha traição, ele, como pai de todos os cristãos, estaria disposto a estender a mão aos filhos perdidos para a reconciliação.

Essa oferta rompeu a aliança dos adversários. A maioria deles já estava sentindo um vago mal-estar. Notícias preocupantes sobre o acordo restabelecido entre Luís XII e César Bórgia estavam circulando por toda parte. Assim, tornou-se cada vez mais forte a tentação de reverter o acordo selado em La Magione. No caso dos Orsini, esse impulso revelou-se de uma força imperiosa. Em princípio, pouco depois da convenção, eles estavam prontos para fazer concessões, mas acreditavam que ainda eram capazes de ditar os termos. Dessa forma, eles exigiram o ducado de Nepi, com o pequeno duque, como penhor para a conduta futura dos Bórgia. Naturalmente, esse pedido foi rejeitado.

No final de outubro de 1502, Alexandre VI ainda não se sentia, de forma alguma, em segurança. Segundo informou o embaixador veneziano, ora ele tremia, ora tinha esperanças. Ao mesmo tempo, Pandolfo Petrucci, em Siena, estimava que sua posição era ainda forte o suficiente para exigir um cardinalato para sua família como preço para sua reconciliação. Aparentemente, ele também ainda não sabia o que estava acontecendo.

Seguro do apoio de Luís XII, César Bórgia tomou agora a iniciativa de completar a destruição da frente inimiga. Com perspicácia psicológica, pai e filho tinham identificado o seu ponto mais fraco: Paolo Orsini. Ele não podia recusar o convite de César para um encontro particular em Imola, visando desfazer os mal-

entendidos e restaurar as boas relações. O representante veneziano em Bolonha acreditava que, durante esse encontro, as discussões teriam sido muito acirradas. O duque da Romanha teria, primeiramente, bombardeado os aristocratas romanos com injúrias violentas, passando, na manhã seguinte, a embalá-los com promessas e garantias. Ele agiria, futuramente, com mais moderação e estaria satisfeito com apenas um único domínio, que poderia ser Urbino ou Bolonha. Em seguida, Orsini teria viajado direto para encontrar-se com Giovanni Bentivoglio, com o propósito de fazê-lo desistir de seu domínio. Em vão.

Independentemente das circunstâncias que o levaram a comportar-se dessa forma, Paolo Orsini, depois da reunião em Ímola, ficou irreconhecível. De uma forma ou de outra, ele agora fazia campanha para reconciliar-se com os Bórgia.

César tinha prometido solenemente distribuir os futuros despojos em pé de igualdade. E mais ainda: conceder aos interesses de seus aliados a máxima relevância. Se essas não eram perspectivas maravilhosas... Só quem quisesse podia acreditar nessa transformação milagrosa. Muitos queriam acreditar, mas, no entanto, não conseguiram. O desejo e a convicção eram muito divergentes.

Alexandre VI, um protetor de contratos? César Bórgia, uma pombinha da paz?

Se tivessem tomado conhecimento das anotações feitas por Sanudo no seu diário de Estado, entre outubro e dezembro de 1502, eles teriam buscado, o mais rápido possível, sua salvação na fuga. Embora o papa tenha reiterado continuamente a sua disposição para a reconciliação, ao mesmo tempo, ele desabafava o seu ressentimento contra o "traidor". No início de novembro, quando o acordo de paz foi elaborado e estava pronto para ser assinado, de acordo com Antonio Giustinian, que tinha substituído Marino Zorzi como embaixador de Veneza no verão de 1502, foi feita uma declaração muito reveladora: "Em tempos de guerra, governa-se com mentiras".

Maquiavel não poderia tê-lo dito com mais precisão. Entre as cláusulas do pacto, que os dois lados assinariam pouco depois, essa declaração representava um conflito irreconciliável. O acordo

restabelecia os antigos direitos, colocava os aliados de César em suas funções e posições anteriores e garantia a sua confiança inabalável. A versão oficial era a de que tudo não passara de um engano. Mesmo que tivesse existido uma rebelião — o que foi contestado novamente com grande loquacidade —, ela teria sido agora perdoada e esquecida por meio desse acordo.

Apenas duas cláusulas não condiziam muito bem com a harmonia que conjurou o pacto. Por um lado, foi proibido aos que tinham caído novamente nas graças do perdão fechar qualquer acordo sem a aprovação de César; por outro, todos eles tinham de oferecer um filho de um casamento legítimo como refém. Em contrapartida, o contrato foi abençoado pessoalmente por Alexandre VI. Mas, no entanto, qual era o valor da palavra do vigário de Cristo na terra, se nenhum poder do mundo era capaz de fazê-lo cumprir suas promessas?

Em 4 de novembro de 1502, o papa, triunfante, mostrou no consistório uma carta de Luís XII na qual garantia apoio a ele e a César. Os mais espertos do pacto de La Magione puseram-se em segurança. Os Baglione, de Perugia, por exemplo, saíram das vistas do exército do duque. Seus maus pressentimentos não estavam errados. Em suas longas discussões com o embaixador veneziano, que, a partir daquele momento, passou a enviar correspondências diárias para a República de Veneza, Alexandre VI não tinha papas na língua: ele não confiava nos aliados reincidentes — uma vez traidores, sempre traidores. Secretamente, os Orsini nutriam a intenção de conspirar com a Espanha. Além disso, o papa ainda não teria abandonado o seu plano de derrubar o domínio dos Vitelli, em Città di Castello. Essas eram confidências surpreendentes. Será que o papa queria pôr à prova a confiabilidade de Veneza? Ou será que ele tinha certeza de que a Sereníssima já não podia ter o menor interesse em avisar os subordinados de César?

Mesmo Johannes Burckard não conseguia entender tanta credulidade. De acordo com sua lacônica nota, inúmeras pessoas teriam implorado ao cardeal Orsini para não seguir de Milão para Roma, onde apenas a vingança dos Bórgia esperava por ele. Por outro lado, Alexandre VI teria apresentado ao ambicioso prelado a

oferta sedutora de torná-lo seu sucessor — com a condição de que, ao tornar-se o novo papa, ele colocasse o duque da Romanha sob as suas asas.

Dessa forma, Roma explicava o que era, aparentemente, incompreensível. O

cardeal hesitou até mesmo quando Alexandre VI, em 9 de dezembro de 1502, prometeu-lhe uma centena de homens armados para a sua proteção pessoal.

Pouco depois, no entanto, ele retornou ao Vaticano. O papa comportava-se diante dele de forma extremamente gentil. Quando Alexandre, na época do Natal, deu garantias de sua amizade também aos enviados dos Baglioni, de Perugia, o comentário lacônico de Giustinian foi o seguinte: "... deve-se confiar nele menos ainda".

Alexandre VI lidava com a segurança, César Bórgia agia. Quatro anos antes, ao papa foi concedido o papel de articulador, que iria instruir seu filho. Mais uma vez, o *pontifex maximus*, que contava agora quase 72 anos, teve de submeter-se a uma prova de paciência. Para sua inquietação, Alexandre encontrou uma válvula nas conversações com Antonio Giustinian, que era um dos poucos que tinham acesso regular ao Vaticano fortemente vigiado. Nessa tensão insuportável, o restante do mundo passou a não ter a menor importância. Se, durante os meses precedentes, o papa tivesse mostrado alguma relutância para um acordo de paz entre os venezianos e o Império Otomano, ele agora estaria cedendo, sem grandes dificuldades e, ainda mais surpreendentemente, sem a necessidade de exigir compensações substanciais para essa transigência.

Às vezes, a falta de notícias era tão insuportável que Alexandre VI perdia a compostura na presença dos diplomatas. Segundo Giustinian, ele teria gritado, em 23 de dezembro: "Aquele filho da puta bastardo, o que está fazendo?"

Referia-se a ninguém menos do que César Bórgia, que tinha acabado de partir para Cesena. Na virada do ano, os esforços do papa em torno do cardeal Orsini intensificaram-se de forma cada vez mais visível. Como se o cardeal do clã dos barões fosse seu melhor

amigo, Alexandre VI passou a convidá-lo quase todas as noites para jogar cartas no Vaticano, na companhia de senhoras. Pelo menos essas preferências eram compartilhadas por ambos. No entanto, o que, à primeira vista, podia ser considerado uma distração noturna de dois príncipes da Igreja que haviam feito as pazes depois de muitas disputas mútuas, pareceu suspeito ao desconfiado Giustinian. Por que será que Alexandre, em 31 de dezembro, tão descontraidamente, perguntou se tinha, finalmente, chegado alguma notícia de Senigallia? No dia do ano-novo de 1503, ele pronunciou uma frase que era equivalente a uma sentença de morte: "O duque [César Bórgia] é um homem vingativo e ele executa suas vendetas pessoalmente".

O cardeal Orsini, contudo, também obedeceu à vontade de seu senhor quando foi convocado por ele a comparecer ao Vaticano, na manhã de 3 de janeiro de 1503, com Giacomo e Antônio Santa Croce, além de outros leais seguidores.

Chegando lá, o grupo foi imediatamente preso. Ao contrário daqueles que foram tomados de surpresa, o embaixador veneziano sabia o que tinha acontecido.

Antes do nascer do sol, o tão esperado mensageiro tinha chegado com boas notícias para o papa. Segundo Giustinian, a notícia da prisão dos partidários de Orsini provocou grande estupefação na Cidade Eterna: "Roma inteira estava em alvoroço, no entanto, faltou alguém que pudesse assumir a liderança para transformar essa revolta em uma rebelião".

Enquanto isso, o que havia acontecido na Romanha? O relato mais famoso sobre os acontecimentos em Senigallia é de autoria de Nicolau Maquiavel. No sétimo capítulo de seu livro *O príncipe*, ele fala de César Bórgia, o mestre incomparável na política de Estado sem escrúpulos. Atuando, ao mesmo tempo, como uma raposa e um leão, o filho do papa seria astuto e teria crueldade seletiva; em suma, um modelo de estadista perfeito para todos os tempos. Embora os acontecimentos fossem recentes, o florentino tomou algumas liberdades ao reproduzi-los. Os fatos relatados a seguir, no entanto, são comprovados.

No último dia de 1502, César Bórgia convocou uma reunião com seus comandantes, em Senigallia, a fim de discutir com eles sobre como proceder para conquistar o restante da Romanha e também celebrar a reconciliação. Assim sendo, foram convidados os líderes dos Orsini, de Roma e Apúlia, assim como Vitellozzo Vitelli e Liverotto da Fermo. A ordem era de que Senigallia, que pertencia formalmente à província de Mache, deveria ser conquistada em primeiro lugar. Em seguida, permaneceriam lá até que o duque chegasse com seu próprio esquadrão. A primeira parte da missão foi rapidamente cumprida. O almirante genovês Andréa Doria, que comandava o castelo em nome de Francesco Maria della Rovere, o governante da cidade, reconheceu a inutilidade de qualquer resistência e fugiu diante do poder supremo que se aproximava.

Agora era só esperar.

Segundo Maquiavel, durante o período de descanso forçado, Liverotto teria sido assaltado por presságios sombrios. Por esse motivo, ele teria colocado suas tropas em estado de alerta e de prontidão, até mesmo para sair da cidade.

Imediatamente depois, no entanto, chegou a ordem de César para que, nesse dia de triunfo e alegria, ele se entregasse merecidamente ao lazer e ao ócio.

Persuadido pelos outros, o experiente soldado rendeu-se a essa insistência, mas não sem demonstrar sinais de profunda resignação.

Se os acontecimentos são verdadeiros ou apenas histórias para impressionar, o que é mais provável, não se sabe exatamente. O fato é que, em 31 de dezembro de 1502, tudo correu na mais perfeita ordem para César. Ele tinha anunciado a sua chegada para a tarde e convocado seus generais para uma recepção festiva, com uma pequena escolta, diante dos portões. Lá, abraçou-os de forma calorosa e, em seguida, em animada conversa, saíram a cavalo na direção da cidade. Cada um dos comandantes foi escoltado por vários soldados fortemente armados. O objetivo dessa "guarda de honra" ficou claro quando César acompanhou seus convidados até seus aposentos, onde esperavam por eles capangas que dominaram rapidamente os comandantes indefesos, levando-os dali presos e algemados. Vitellozzo Vitelli e Liverotto da Fermo foram

estrangulados na mesma noite. Paolo e Francesco Orsini, ex-candidato a marido de Lucrecia, tinham um destino incerto pela frente.

César tinha executado sua vingança — pelo menos a primeira parte dela. Beijo de Judas ou legítima traição contra os traidores? A questão foi debatida calorosamente em toda a Itália. O autor do crime passou imediatamente a espalhar a sua versão da façanha. Em uma carta escrita ao doge de Veneza, imediatamente após o ataque, o filho do papa relatou sobre a repetida revolta de seus subordinados, sobre o atentado contra sua vida, do qual escapara no último minuto. Sendo assim, ele teria agido em legítima defesa e esperava que Veneza soubesse apreciar a eliminação do inimigo comum. O ataque é a melhor defesa.

Como sempre, todo o procedimento tinha sido combinado entre pai e filho.

Alexandre VI deu a mesma explicação. Os Orsini teriam planejado uma nova traição para apoderar-se de Cesena. Além disso, de acordo com sua confissão, Vitellozzo Vitelli queria mandar matar César com uma besta. O cardeal Orsini também estava implicado. Contra ele pesava a acusação de ser cúmplice e instigador de toda a força da lei. Segundo os relatos de Giustinian, em 5 janeiro, toda a cidade de Roma acreditava... que o cardeal deveria morrer". Num primeiro momento, ele não tinha perdido a vida, somente sua propriedade. Os agentes do papa espalharam-se e levaram consigo tudo o que viram pela frente.

Em seguida, Alexandre VI explicou que muitos outros prelados mais elevados estariam envolvidos na conspiração. Ele não mencionou nomes — a acusação deveria despertar medo e terror. Aparentemente, pai e filho estavam planejando um golpe duplo: a eliminação de seus inimigos e o financiamento de futuras campanhas. Mesmo os mais inocentes não podiam sentir-se seguros se fossem donos de propriedades. Nos primeiros meses de 1503, o medo da morte súbita rondou os altos círculos romanos.

A história de "Senigallia" foi escrita pelo vencedor, mais exatamente pelo seu admirador: Maquiavel. Os perdedores e seus seguidores foram assassinados, presos em masmorras ou fugiram. A

sua versão só teve oportunidade de ser ouvida após a morte de Alexandre VI. No entanto, as vítimas sobreviventes tinham pouco mais a reiterar do que a sua inocência. O atentado contra César nunca fora planejado. O próprio ato revela muitas coisas e, principalmente, a maneira como os líderes trotaram para o abate. Essa ignorância é o verdadeiro enigma. Como foi possível que aristocratas e generais romanos, que tiveram a oportunidade de estudar durante anos as ações desse papa, pudessem sucumbir à destruição sem a menor resistência?

Será que eles acreditaram realmente nas promessas solenes de Alexandre VI? A resposta mais plausível é: sim e não. Depois do acordo imprevisto entre César e Luís XII, toda e qualquer resistência parecia praticamente inútil. Não seria incomum que, em uma situação tão precária, os desejos dessem lugar à fria razão. Além disso, César Bórgia deve ter sido dotado de uma extraordinária força de persuasão; a "conversão" de Paolo Orsini tem todas as características de uma verdadeira lavagem cerebral. Além disso, os líderes das tropas provavelmente subestimaram a força do exército de César e superestimaram a sua própria importância. Mas tudo isso junto é suficiente para uma explicação plausível?

Sigismondo dei Conti é autor de um relato diferente. De acordo com sua interpretação, César surpreendeu seus inimigos com a inesperada chegada em Senigallia. Eles teriam esperado pelo pior e juraram que jamais voltariam a ficar juntos em um mesmo local. Tentativas de escapar no último minuto teriam sido feitas por um cerco à cidade destruída. No entanto, essa explicação incrivelmente simples — César, o relâmpago — não condiz com a história. A história é contada pelo humanista da cúria e por outros também: Alexandre e César, os chefes da enganação, teriam embalado seus inimigos em segurança. Também não é confiável que Sigismondo, das profundezas dos líderes das tropas, pudesse ainda filtrar uma moral edificante. Anos antes, durante a conquista do poder em Fermo, Liverotto teria assassinado não somente membros de sua própria família, mas também o primo do senhor de Senigallia, que agora lhe oferecia o merecido destino. Com isso, o dedo divino da história deve tornar-se visível — para o consolo dos vencidos.

## Assassino com rosto

Até mesmo os prelados de menor porte, como o mestre de cerimônias Johannes Burckard, esforçavam-se para não chamar a atenção. Todos olhavam fixamente para o Castelo de Santo Ângelo, onde o cardeal Giovanni Battista Orsini aguardava seu futuro incerto. Certa ocasião, Alexandre VI anunciou que todos os Orsini, sem exceção, mereciam a morte. Em seguida, demonstrava novamente clemência e prometia tratar o príncipe da Igreja com a generosidade que competia a um papa. Ainda brincando de gato e rato? No início de janeiro de 1503, Alexandre VI mandou prender o bispo de Cortona, um partidário dos Colonna. Mas quem, em Roma, não pertencia à clientela de um ou de outro clã dos barões, perseguidos, atualmente, da mesma forma pelo papa? Na realidade, de acordo com o que acreditavam os romanos, os Bórgia só queriam mesmo era apropriar-se dos bens dos prisioneiros.

O cardeal Giovanni de Médici também se sentia extremamente ameaçado. Os rumores de que o papa estaria tentando pôr as mãos nele e em seu irmão, Piero, tornaram-se cada vez mais intensos. De acordo com os boatos, ele pretendia entregar a República de Florença, com a qual teria a intenção de formar uma aliança. O filho do grande Lourenço, no entanto, permanecia fora da zona de perigo. Por prudência, ele teria recusado um convite amigável do papa para visitar o Vaticano em companhia de seu irmão.

Assim sendo, Alexandre VI e seu filho intensificaram seus esforços para capturar novos inimigos. Em outubro de 1502, o retorno dos Montefeltro e dos Da Varano aos seus domínios hereditários transformou-se em um acontecimento.

Eles não tinham a intenção de opor-se ao superior poder militar de César. Após a reconquista de Urbino pelas tropas do nepote, Guidobaldo caiu novamente na mira dos perseguidores.

Alexandre VI exigiu categoricamente que Veneza enviasse, finalmente, os rebeldes reincidentes para Roma. Mas a Sereníssima opunha resistência — ainda. Assim deveria parecer ao papa, que lhe

fez uma proposta, a qual, ao menos do seu ponto de vista, era praticamente irrecusável. Uma aliança entre Roma e Veneza — precisamente contra a França! Em 8 de janeiro, os patrícios líderes de Veneza discutiram a emocionante novidade. Ao mesmo tempo, diante do embaixador da República, Alexandre VI desfazia-se com demonstrações de ilimitada devoção: "E ele dizia que a nossa República deveria apenas comandar.

Ela verá o que eu farei; dar-lhe-ei um cheque em branco".

Pouco depois, para dar provas ainda mais cabais de sua comprovada boa vontade, Alexandre VI moderou suas exigências em relação à extradição de Guidobaldo. César teria se expressado de forma muito severa. De modo geral, seu filho era um jovem furioso, cujo temperamento exuberante precisava de freios. Ao mesmo tempo, provocou uma enorme confusão. Dois dias depois, o papa exigiu novamente e com força total que o "conspirador" fosse transferido para Roma. Enquanto isso, a guerra de extermínio contra os Orsini tinha começado. Nominalmente lideradas por Iofre Bórgia, mas, de fato, pelos capitães de César, as tropas papais foram conquistando castelo por castelo. Ceri, porém, não se entregou, pois lá a resistência estava sendo coordenada por Giulio Orsini.

Com preocupação, foi registrado no Vaticano que o número de seguidores dele estava crescendo cada vez mais. Das resistentes fortalezas situadas ao norte, os sitiados carregaram suas baixas até os portões de Roma. Para fazer frente a essa destruição, Alexandre VI escreveu uma carta ao seu inimigo, o barão: "Se não vos detiverdes, sereis culpado pela morte do cardeal". A ameaça era categórica.

Ao mesmo tempo, Burckard informou que o cardeal, em sua cela na prisão, tinha sofrido um ataque de loucura e perdido o domínio de suas faculdades mentais.

Se assim foi, ele salvou-se de más notícias. Em janeiro, César mandou matar seus dois prisioneiros: Paolo Orsini e o conde de Gravina. Em 13 de fevereiro, Alexandre VI promulgou um decreto em que destituía de todos os membros das famílias Orsini e Savelli os seus direitos soberanos. Além disso, foi proibido qualquer tipo de comércio com os banidos.

Apenas dois dias mais tarde, o papa mostraria seu outro lado, mais gentil e cortês. Os Orsini deveriam entregar voluntariamente Bracciano, sua localidade principal, com o castelo. Em compensação, ele iria indenizá-los generosamente no Reino de Nápoles. Em 16 de fevereiro, Giustinian informou Veneza que o estado de saúde do cardeal Orsini era muito grave e, no dia 18, ele estaria à beira da morte. Na noite de 22 de fevereiro, estava morto. Foi vítima de "loucura" ou envenenado a mando dos Bórgia? Para Sigismondo dei Conti, como também para a maioria dos romanos, o caso estava claro: mais um nobre defunto para debruar o caminho sangrento dos Bórgia. Para refutar essas suspeitas, Alexandre VI mandou que os médicos diagnosticassem e certificassem oficialmente que a morte do Príncipe da Igreja tinha causas naturais — as "amarguras" dos últimos tempos. Até hoje, no entanto, ninguém acredita nessa versão.

Os Orsini sobreviventes já não tinham mais nada a perder. Irritados até a raiz dos cabelos, eles saquearam as minas de alume de Allumiere, uma importante fonte de rendimentos papais. Além disso, as suas violações relâmpagos contra a Cidade Eterna tornaram-se extremamente ousadas. Enquanto isso, Luís XII mostrava-se cada vez mais irritado. Por um lado, ele estava sendo acusado de ser também responsável pelos atos dos Bórgia. A aliança com Alexandre VI e seu filho estava arruinando a sua reputação. Florença, seu antigo aliado, Siena, Bolonha e Lucca estavam vivendo sob o medo e o terror. Por outro lado, no Reino de Nápoles, os franceses estavam perdendo cada vez mais terreno. Estava na hora de uma palavra de poder. Pouco depois, César Bórgia a tinha, preto no branco: "Tirem as mãos de Giulio Orsini!". No dia 18 de março, o embaixador veneziano na corte real francesa chegou a afirmar que o crédito do nepote estava completamente esgotado. Mais uma transgressão e haveria guerra.

Durante todo esse alvoroço, o papa não deixou de celebrar, com alegria, o Carnaval. Com entusiasmo, ele assistiu às procissões dos mascarados e, à noite, como de costume, tiveram lugar as suntuosas celebrações no Vaticano. César, que estava sempre viajando entre a Romanha e Roma, participou dos festejos, como

sempre, mascarado. Apesar disso, tanto o pai quanto o filho tiveram tempo suficiente para dar continuidade à guerra de nervos com Veneza. A acusação era a mesma: a República estaria dando apoio aos inimigos de César na Romanha.

Essa tinha sido a única razão pela qual o conde Guidobaldo de Urbino não fora apanhado na mais recente expedição. Era realmente verdade que Veneza pretendia selar uma aliança com a Espanha? Essas acusações mais ou menos infundadas eram seguidas de afirmações prolixas de devoção. O papa sabia muito bem que César, sem a ajuda de Veneza, estaria perdido.

O objetivo de Alexandre VI — atar Veneza de forma indissolúvel aos Bórgia — não tinha sido alcançado com essa estratégia. Giustinian tinha chegado à decepcionante conclusão de que as relações mútuas tinham sido abaladas pela desconfiança. Veneza também se sentia comprometida pela aliança com os Bórgia. Aos observadores mais atentos, parecia previsível que essa aliança não sobreviveria à morte do papa e que César cairia, dessa forma, em um vazio político. Alexandre VI também já não podia fechar os olhos a esse amargo reconhecimento. Em consequência disso, passou a exigir, sempre com mais veemência, novas garantias de Veneza para a proteção permanente de seu filho, despertando, dessa forma, uma desconfiança ainda maior.

O tom entre ele e Luís XII foi se tornado também cada vez mais hostil. No dia 26 de fevereiro de 1503, um embaixador especialmente enviado a Roma agravou a situação: mais uma desobediência, como um ataque contra os Orsini em Bracciano, e o papa em pessoa correria o risco de sofrer o castigo do monarca no Castelo de Santo Ângelo. Alexandre VI reagiu a essas ameaças com boicote.

Embora o enviado tenha se apresentado em diversas ocasiões, o papa não lhe concedia, até aquele momento, nenhuma audiência. E quando já não era mais possível evitá-lo, passou, então, para o contra-ataque. Acusou Giovanni Giordano Orsini, o conde de Bracciano, das mesmas ofensas atribuídas aos demais membros da família, para, em seguida, mostrar-se comedidamente generoso. A perseguição foi suspensa por um mês, a fim de atender aos pedidos

do monarca. Caso esse gesto de demonstração de boa vontade não surtisse efeito, independentemente das ordens reais, as hostilidades recomeçariam.

Aos ouvidos franceses, esse tom era demasiadamente insubordinado. Afinal de contas, a apenas alguns dias de marcha ao sul de Roma, no Reino de Nápoles, encontrava-se o exército de Luís XII. O colapso da aliança fechada havia quatro anos estava prestes a acontecer. Será que uma nova aliança tomaria o seu lugar?

Em 16 de março de 1503, Alexandre VI e o embaixador espanhol tiveram uma longa conversa. O papa teria expressado sua eloquente disposição em estabelecer uma aliança entre o papado e a Espanha, mas, ao mesmo tempo, considerou que César seria leal ao serviço de seu senhor feudal francês.

O enviado de Isabel e Fernando não se deixou enganar. Tudo — assim ele explicou a seus colegas venezianos— estaria orientado para uma aliança da República de Veneza com o papa e a Espanha. Ao ser perguntando se o próprio papa havia dito isso, ele teve de negar, mas não havia nenhuma dúvida em relação à firme determinação de Sua Santidade. Isso era reiterado também pelas contramedidas de Luís XII. O monarca apoiaria o duque de Bracciano a todo custo. Para enfatizar a ameaça, em 20 de março, ele deu ordens a seus comandantes para enviar tropas de apoio, caso os Orsini sofressem um ataque.

Se os Bórgia realmente quisessem levar a cabo a transição arriscada de uma grande potência para outra, precisariam de muito dinheiro. Os ricos prelados sabiam disso. Por esse motivo, sob os mais irrisórios pretextos, solicitaram férias. Se a permissão lhes fosse negada, saíam do mesmo jeito. Entre aqueles que permaneceram em Roma estava o cardeal Giovanni Michiel. Com idade avançada, Michiel, que se tornara bispo de Verona no conclave de 1492 por meio de faustuosos presentes ao candidato vencedor, Rodrigo Bórgia, acreditava que dispunha de proteção suficiente devido à sua condição de aristocrata veneziano.

Ele estava enganado. Em 11 de abril, Antonio Giustinian enviou uma carta expressa a Veneza. O cardeal tinha acabado de falecer e, segundo o parecer de todos, por envenenamento. A pressa com a

qual os agentes do papa circundaram o palácio de Michiel, antes mesmo de seu último suspiro, justificou a forte suspeita. Nem bem o corpo do defunto tinha esfriado, já estavam transportando os seus pertences para o Palácio do Vaticano. O próprio Giustinian havia solicitado imediatamente uma audiência com o papa, a fim de pedir que o lugar vago na diocese de Verona só fosse ocupado novamente quando o senado veneziano tivesse nomeado o seu candidato de preferência. Mas ele não recebeu permissão de entrada. O papa estava reunido com César e, como lhe fora dito, ambos contavam o dinheiro de Michiel.

Dois dias depois, Giustinian foi informado, em primeira mão, que o resultado desse balanço tinha sido decepcionante. Candidamente, o papa teria dito que estava contando com 100 mil ducados, mas só tinham sido encontrados 24 mil.

O embaixador sabia o porquê, mas teve o cuidado de não revelar o que sabia.

Obviamente, o idoso tinha transferido, em tempo, a maioria dos seus ativos financeiros para sua terra natal — era melhor prevenir do que remediar.

As suspeitas das testemunhas não eram infundadas. Ao analisar com prudência as fontes, chega-se à conclusão de que, sem dúvida, Alexandre VI e César Bórgia mandaram envenenar Michiel. Em 1504, o papa Júlio II, o segundo a assumir a Cátedra de Pedro após a morte de Rodrigo Bórgia, mandou abrir um processo criminal para a investigação policial da morte súbita do príncipe da Igreja. Um clérigo alemão, chamado Leonhard Cantzler, acompanhou não só o processo, mas também conseguiu uma cópia da sentença, cuja autenticidade é incontestável. Além disso, o alemão fez anotações que descrevem a reação do réu durante as sessões do julgamento das acusações feitas contra ele.

O réu, chamado Asquin de Colloredo, na pessoa do diácono da diocese de Aquileia e mordomo de Michiel, teria recebido duas vezes o veneno para matar o cardeal. A primeira vez, "de uma personalidade importante, cujo nome a decência proibia mencionar" e, em seguida, de um homem menos nobre a mando do primeiro. Ele teria, finalmente, obedecido, acima de tudo, pelo fato de que

muitas pessoas influentes estavam insistindo para que cometesse o crime. Para atender aos seus desejos, ele teria passado às mãos do cozinheiro do cardeal o pó branco de cheiro doce. Em 7 de abril, teria adicionado esse veneno, pela primeira vez, aos alimentos de Michiel. O pó teria surtido efeito imediatamente, provocando na vítima terríveis dores no estômago e constantes acessos de vômito. Já que, contrariando as expectativas, o cardeal conseguiu se recuperar, uma segunda dose teria sido administrada. Essa teria causado à vítima um enorme sofrimento, levando-a à morte em 10 de abril. Pelo seu ato, Colloredo tinha recebido uma recompensa total de mil ducados.

Segundo os registros de Cantzler, durante a audiência, o acusado teria sido ainda mais loquaz. Ele teria declarado repetidas vezes: "Papa Alexandre e César Bórgia foram os meus mandantes!". Mesmo que tenha mencionado o nome de seus mandantes, Colloredo foi destituído de suas dignidades eclesiásticas e, em seguida, decapitado. Naturalmente, esse julgamento não está acima de qualquer suspeita. Júlio II estava muito interessado em denunciar o escandaloso pontificado do papa Bórgia como uma aberração única e irrepetível. De acordo com a opinião da maioria, o papado não sobreviveria a um segundo governo desse tipo sem sofrer danos irreparáveis.

Em princípio, o processo contra Colloredo pode ter sido premeditado. Uma análise mais aprofundada das declarações, no entanto, não dá margem a dúvidas.

Os detalhes fornecidos pelo acusado correspondem exatamente aos relatos de outras testemunhas sobre a natureza e a duração da agonia da vítima. De qualquer maneira, as observações do mordomo revelam um conhecimento interno que só poderia ser compartilhado pelo autor do crime ou por seus cúmplices. Além disso, ao mencionar o nome do papa e de seu filho como mandantes do crime, Colloredo não podia estar contando com a redução de sua sentença. Assim sendo, parece inevitável a conclusão de que esse assassinato teria sido organizado por Alexandre VI e César Bórgia. Motivo: ganância. Com base nessa evidência, passaram a ser

consideradas, no mínimo, suspeitas outras mortes de clérigos ricos entre os anos de 1502 e 1503.

Não menos notável foi a reação de Giustinian ao suspeito caso de morte. Ele não exigiu inquérito judicial, apenas considerou as consequências políticas dentro da Igreja. Tratava-se aqui de razões de Estado que, no entanto, tinham dois lados. O

papa desejava profundamente que César estivesse sob a proteção de Veneza. Era decisão única e exclusiva dos benefícios políticos da República ele receber ou não essa proteção. Naquele momento, o mais aconselhável era aguardar. Essa estimativa, no entanto, poderia ser bem diferente na próxima vez.

Contudo, as coisas para Alexandre VI e César Bórgia estavam correndo de vento em popa e em mais de uma frente. Em abril de 1503, após um longo período de resistência, o forte Ceri foi forçado a entregar-se. De acordo com Sigismondo dei Conti, foram disparadas contra o forte mais de 6 mil balas de canhão. César, no entanto, não se atreveu a ultrapassar a barreira erguida pela França. Embora a conquista de Bracciano pudesse ser facilmente obtida, a revanche pela derrota do ano de 1497 tinha sido negada ao nepote.

Como medida de precaução, todavia, Giovanni Giordano Orsini tinha sido enviado para França, a fim de discutir com seu protetor os passos seguintes.

Paralelamente, Gonzálo Fernández pôde acrescentar outra brilhante vitória sobre os franceses. Pouco tempo depois, ele fez uma entrada triunfante em Nápoles e tomou posse da capital do reino para as majestades espanholas. Para Alexandre VI, era uma confirmação enfática de seus planos: afastar-se do poder em declínio do monarca francês para seguir a estrela do grande capitão. O perigo de uma supremacia francesa e, portanto, de um cerco aos Estados Pontifícios ao norte e ao sul, tinha sido, em grande parte, eliminado. Também os interesses da família Bórgia estavam agora orientados para a Espanha.

Já que o assassinato de Giovanni Michiel tinha rendido apenas uma mínima fração da soma esperada e o mercado dos pequenos postos administrativos da cúria, com a venda de nada menos do que oitenta postos a 760 ducados, estava completamente saturado,

parecia conveniente, naquele momento, empreender uma nova nomeação de cardeais para angariar fundos. Dito e feito! Em sua correspondência de 31 de maio, Antonio Giustinian fez uma avaliação de que os nove chapéus púrpura que tinham acabado de ser concedidos terminaram por render aos cofres do papa Bórgia entre 120 mil e 130 mil ducados. Alguns dos novos príncipes da Igreja teriam pagado 20 mil ducados e até muito mais pelo cardinalato.

Infelizmente, não é possível comprovar essa informação em outra fonte, já que o mestre de cerimônias Burckard estava passando uma temporada em sua terra natal, a Alsácia, a fim de verificar se estava tudo em ordem com seus prestimônios. Mesmo assim, que os novos cardeais foram recrutados principalmente pelo seu poder financeiro é indiscutível. Isso, como sempre, não exclui alguns pontos complementares da seleção. Assim sendo, cinco dos novos membros pertenciam ao Senado da Igreja: Juan de Castellar, Francisco de Remolins, Francisco Dezprats, Jaime de Casanova e Francisco Loriz — bons seguidores dos Bórgia e, ao mesmo tempo, súditos natos das majestades espanholas.

Os reis, portanto, deveriam considerar a nomeação uma gentileza ou um sinal de aproximação. Além do mais, Loriz era um parente distante de Alexandre VI.

Também a concessão do chapéu púrpura ao prelado alemão Melchior von Meckau, na pessoa do bispo de Bressanone e súdito de Maximiliano I, foi motivada tanto por motivos financeiros como políticos. O prelado, que era um talentoso empreendedor, tinha estreitas ligações com a casa bancária dos Fugger, em Augsburg, onde se firmou como especialista em finanças, tornando-se indispensável, especialmente, como provedor de crédito para o chefe do Império.

Após a morte (natural!) de Melchior, em 1509, a sua enorme fortuna caiu nas mãos da Igreja.

Sem o menor protocolo, Júlio II anulou o testamento do príncipe da Igreja.

Nesse ponto, o papa Della Rovere era tão justo como o Bórgia. Adriano Castellesi, de Cometo (hoje Tarquínia), deve o seu

cardinalato a razões financeiras e geoestratégicas. Lá, no noroeste dos Estados Pontifícios, o novo cardeal desfrutava grande influência, o que, sem dúvida, traria benefícios ao Principado de Piombino, localizado nas proximidades. O flerte com uma aliança com a Toscana foi responsável pela concessão do cardinalato a Francesco Soderini, cujo irmão, Piero, tinha sido eleito, em 1502, chefe de Estado vitalício da República de Florença. E, com o púrpura de Fiesco Niccolò, da poderosa família da nobreza genovesa, Alexandre VI estava pagando uma velha dívida de gratidão pelo apoio recebido para chegar ao trono papal.

Contra quem seria direcionada a campanha que seria financiada com esse dinheiro? A escolha do alvo dependia, naturalmente, dos próximos aliados.

Aqui, no entanto, houve uma hesitação atípica por parte dos Bórgia. Em julho de 1503, andou circulando o boato de que Alexandre VI teria recebido o palafém de Luís XII, o cavalo branco trazido como símbolo da submissão feudal de Nápoles, embora esse não fosse havia dois meses o governante da cidade ao pé do Vesúvio. De fato, pai e filho não poderiam trazer de volta os meses do verão para mudar os rumos da situação. Eles consideravam a opção de aliança com a Espanha muito arriscada, embora fosse, ao mesmo tempo, tentadora. Por um lado, Luís XII não aceitou a derrota no sul da Itália e já tinha equipado um novo exército, que estava em marcha. Por outro, a passagem para o acampamento espanhol não poderia ser realizada sem consequências negativas para César, na posição de duque de Valence. A situação exigia paciência.

No início, Alexandre VI e seu filho não apenas mantiveram o bom humor, como também estavam eufóricos. Parecia que o tempo estava trabalhando para eles sem poder prejudicá-los. O papa tinha 73 anos, porém sentia-se mais saudável e motivado do que nunca, como asseguravam os diplomatas em todas as oportunidades condizentes. Isso também era propaganda de governo. Por conseguinte, tinha chegado novamente o momento de arquitetar novos planos.

Mais uma vez, eles voltaram as suas atenções para a Toscana, onde havia muitas regiões a serem conquistadas sem a necessidade de violar os interesses das grandes potências.

As cidades que estavam na alça de mira dos Bórgia — Siena, Pisa e Lucca — pertenciam nominalmente ao reino, mas os reis ou imperadores romanos, de fato, estavam havia muito tempo afastados. Um feudo de César por meio do líder imperial poderia ser, dessa maneira, objeto de negociação. O enviado de Ferrara teria também informado que Alexandre VI, no início de agosto de 1503, teria mantido contato com Maximiliano para tratar de assuntos referentes aos feudos da Toscana.

Mas então a morte, pela primeira vez, entrou em cena. Em 1o de agosto, morreu Juan de Bórgia-Llançol, o arcebispo de Monreale, o nepote que tinha passado o mais longo período em posições de topo na cúria. A sua fortuna, como era de se esperar, caiu nas mãos do papa. Dessa vez valeu a pena. Segundo as informações do embaixador veneziano, foram contados em dinheiro, jóias e outros objetos de valor mais de 160 mil ducados. Era muito improvável que o cardeal tivesse sido mais uma vítima do veneno dos Bórgia. Mais preciosa do que as suas posses era a sua presença dentro do colégio cardinalício, especialmente naqueles tempos incertos.

Enquanto Juan morria, César estava em Viterbo, recrutando tropas. O mesmo negócio estava sendo operado, em Roma e seus arredores, por recrutadores franceses e espanhóis. Três exércitos perto das muralhas da cidade e uma completa confusão quanto a quando e quem deveria lutar contra quem e para quem. A Cidade Eterna nunca tinha vivido na sua história uma situação tão caótica como essa. De acordo com Sigismondo dei Conti, Alexandre VI teria afundado em luto profundo em razão morte de seu nepote e começado a desenvolver até mesmo premonições de morte. Mas isso não parece muito provável, pois do relato do humanista pingavam ironias causticantes. Acima de tudo, a melancolia teria dilacerado o papa, porque, no calor do verão, uma fila de obesos teria partido desta para melhor e o sumo pontífice, em face de sua própria circunferência, sentia-se a eles ligado.

A celebração de aniversário da eleição papal, em 11 de agosto, tinha transcorrido com menos pompa do que o habitual. Por esse motivo, o papa sentiu-se mal na manhã seguinte. À tarde, teve febre e vomitou. A notícia da doença propagou-se como um incêndio e, é claro, a possibilidade de envenenamento foi imediatamente ventilada. Observadores atentos discordaram de forma veemente, por muitas razões. Por um lado, após ter vomitado apenas uma vez, não surgiram dores estomacais; a febre ia e vinha em intervalos notoriamente regulares. Por outro lado, as circunstâncias exatas do jantar da véspera, no qual o papa poderia ter ingerido o veneno, ofereciam razões contra essa hipótese. O banquete tinha sido realizado nos jardins do cardeal Castellesi, um seguidor fiel dos Bórgia, que só teria a perder com o final do seu governo. Além disso, o anfitrião também tinha ficado doente e, com ele, um grande número de convidados. Todos apresentavam os mesmos sintomas. Entre eles, estava também César Bórgia.

Resta apenas o simples diagnóstico de que a malária rondava Roma, como era comum naquela época quente do ano. Mas, para a maioria das pessoas, essa era uma argumentação banal. Alexandre VI e César teriam trocado as taças e tomado — por engano ou pela ação consciente de um criado — o veneno que tinham preparado para outra pessoa. Acredita-se até hoje nessa versão dos acontecimentos, apesar da sua improbabilidade, pois ela oferece uma resposta à pergunta das perguntas: o que foi feito por Deus em vista das práticas deste papa? Fez que ele fosse destruído por meio da sua própria maldade!

Ainda demorou um pouco até que esse momento chegasse. Uma flebotomia melhorou temporariamente o estado de saúde do papa, permitindo até mesmo que ele tivesse disposição para jogar uma partida de cartas. Na noite de 17 para 18 de agosto, uma grave recaída frustrou a crescente confiança dos médicos. Em função da perda de consciência e de problemas respiratórios, provocados pela febre, Alexandre VI não resistiu e faleceu nas primeiras horas da noite de 18 de agosto de 1503, depois de um pontificado de onze anos e sete dias.

## EPÍLOGO O que ficou

No momento em que Alexandre VI faleceu, César estava a caminho da recuperação, embora ainda estivesse bastante debilitado. O terror que tinha sido disseminado pelo reinado dos Bórgia desde o assassinato de Giovanni, em junho de 1497, transferiu-se para o corpo do falecido *pontifex maximus*, que, dentro de pouco tempo, transformou-se numa massa negra excessivamente intumescida, que expelia asquerosos fluidos purulentos. O estado deplorável do corpo foi considerado prova irrefutável de que Alexandre VI tinha sido envenenado e sua alma, levada pelo diabo. No entanto, poucos tinham visto o morto realmente. Na verdade, muita coisa ficou por conta da imaginação. Segundo Burckard, especialista em assuntos funerários, a rápida decomposição do corpo nada tinha de anormal, em face das altas temperaturas vigentes em agosto.

Com a morte do papa, o poder de César desmoronou como um castelo de areia.

Os desapropriados e refugiados regressaram com força sobrecomum, tanto em Urbino como no Lácio. Apesar de todo o poderio militar, a situação do ex-nepote tornou-se rapidamente insustentável também em Roma. O novo chefe da casa dos Bórgia teve de dar o seu consentimento para que os cardeais não só preparassem a eleição do sucessor, sem qualquer pressão externa em S. Maria Sopra Minerva, mas também entregassem as chaves do Castelo de Santo Ângelo e deixassem a Cidade Eterna logo em seguida.

Depois disso, começou uma verdadeira intriga política e militar, na qual o ainda tão poderoso filho de Alexandre VI estava encurralado. O que contribuiu de forma significativa para o seu enfraquecimento foi o fato de a clientela dos Bórgia, que era constituída de muitos cardeais, ter desmoronado tão rapidamente.

Quem pôde distanciou-se. Os únicos que permaneceram fiéis foram aqueles que estavam altamente comprometidos. Os outros se distanciaram de forma bastante clara, também no conclave, onde, em 22 de setembro de 1503, foi eleito papa o protagonista da "Contraigreja", o cardeal Francesco Todeschini Piccolomini. O fato de ele ter se denominado Pio III, adotando o nome do seu adorado tio, anunciava um programa que ele não teve tempo de implementar.

Um erro médico conseguiu arruinar ainda mais a saúde do único papa, além de Adriano VI (1522-1523), do qual seria possível esperar reformas drásticas antes do Concílio de Trento. Sendo assim, a eleição papal seguinte já estava prestes a acontecer, em 18 de outubro de 1503. Mesmo que o cardeal Ascânio Sforza, que acabara de ser libertado de uma longa prisão francesa, tivesse esperanças de obter a tiara, o vencedor foi Giuliano della Rovere, que adotou o nome Júlio II.

A eleição do inimigo mortal de César Bórgia selou o seu destino. Além disso, o filho do falecido papa cometeu um erro fatal, que até mesmo Maquiavel teve de admitir. Logo ele, que glorificava a política do nepote como uma luta heróica contra a inclemência da sorte. César contou com as tranquilizadoras garantias do novo pontífice e acabou esquecendo que não se pode confiar nunca nas promessas de um inimigo. Sendo expulso para Nápoles, foi extraditado para a Espanha por Gonzálo Fernández. Lá, após um longo período de detenção, conseguiu fugir para Navarra, indo ao encontro de sua esposa e parentes. Em 11 de março de 1507, César Bórgia sofreu morte prematura, após uma corajosa batalha travada em Viana, no sopé ao sul dos Pireneus, a serviço dos D'Albret.

Enquanto o poder romano vinha abaixo rapidamente, os nepotes procuravam firmar-se na periferia. Isso valia tanto para o ducado de Gandia, na Espanha, como também para Jofre Bórgia e suas possessões no Reino de Nápoles. Com o seu casamento com Afonso d'Este, Lucrecia Bórgia foi completamente afastada do ambiente de Alexandre VI e César. No papel de duquesa e mãe de família, ela teve uma vida irrepreensível a serviço da caridade e do mecenato. Morreu no parto em 1519, aos 39 anos.

Apesar de todos esses acontecimentos, no período que se seguiu, a presença dos Bórgia ainda podia ser notada, mesmo em Roma. Francisco Bórgia (1510-1572), bisneto de Alexandre VI, foi nomeado general da Ordem dos Jesuítas e, mais tarde, canonizado. O papa Inocência X, nascido Pamphili, que foi eleito em 1644, era descendente, por parte de mãe, de Isabella Matuzzi, filha do papa Bórgia.

No momento da sua morte, César Bórgia era uma pessoa praticamente esquecida na Itália. Assim como a perplexidade — ou até mesmo a impotência — que demonstrou depois de 18 de agosto de 1503, sua saída silenciosa do cenário político deve ser avaliada como uma prova final e conclusiva de que Alexandre VI era o pai das ideias e ele, apenas o executor da vontade papal. Em Roma, quem não pudesse contar com a autoridade de um cargo estava simplesmente perdido. Partindo dessa perspectiva, o plano da criação do novo estado na Romanha estava fadado ao fracasso. Se é verdade que César queixou-se com Maquiavel de que a morte do papa ocorrera no pior de todos os momentos, sua queda teria sido inevitável, mesmo em condições menos adversas. Na Romanha, o novo duque teria confirmado e, em alguns casos, até mesmo ampliado os privilégios das antigas elites, mas não teria podido eliminar a profunda desconfiança que reinava. Ao contrário: medidas administrativas escandalosas, como a divisão do ducado em províncias, alimentaram suspeitas de que os Bórgia estariam buscando mais poder do que era conveniente às influentes famílias locais.

Assim, os Bórgia acabaram só fazendo inimigos. Seu poder financeiro — por ocasião da morte de Alexandre VI, os caixas estavam cheios até a borda — contrastava com o total esgotamento de todo o capital social. Pior ainda: os caixas estavam no vermelho. Nunca uma família de nepotes, ao deixar os palcos do poder, havia provocado o surgimento de desejos de vingança tão fortes.

Orsini, Colonna, Caetani, Savelli, Della Rovere, Malatesta, Manfredi, Montefeltro, Da Varano, Riario e Sforza — muitas grandes famílias italianas estavam tramando atos de vingança, no fim do verão e começo do outono de 1503. Considerando a proporção do

ódio acumulado, pode-se até afirmar que César Bórgia saiu ileso da história.

O fato de o principal culpado ter escapado da punição aumentou ainda mais a necessidade de distância explícita e purificação ritual. No âmbito desse processo foram substituídas inúmeras pessoas, mas quase nenhuma regra ou costume.

Destacaram-se apenas duas mudanças decisivas. A partir deste ponto, viver as inclinações sexuais de forma tão escancarada como Alexandre VI fazia não encontrava aprovação dentro da cúria. Com exceção das festas celebradas no Vaticano, que algumas décadas mais tarde continuavam sendo bastante mundanas, como os torneios de cavaleiros que eram encenados com lanças e mulheres nas arquibancadas, ainda sob o papado de Pio IV (1559-1565) no Pátio do Belvedere, no Vaticano. O nepotismo do segundo papa Bórgia foi neutralizado em mais um ponto: envenenamentos de cardeais para financiar campanhas familiares deixaram de ser registrados. Mas, dentro da cúria, as coisas não eram assim tão pacíficas: apenas quinze anos depois do envenenamento de Michiel, um atentado contra o papa Leão X de Médici, planejado por cardeais descontentes, fracassou no último minuto. Também as exigências feitas pelos parentes do papa continuaram sendo do mais alto nível.

Nessa situação, Júlio II até que foi comedido; a dinastia dos Delia Rovere chegou ao poder de uma forma incomum, ou seja, por meio da adoção. Em 1504, Guidobaldo de Montefeltro, que não tinha filhos e estava enfermo, adotou seu sobrinho, Francesco Maria delia Rovere, tornando-o seu sucessor. Em 1516, Leão X expulsou esse primeiro duque de Urbino da dinastia dos Delia Rovere e introduziu o seu sobrinho como governante. No entanto, em 1521, Francesco Maria retornou ao seu ducado após a morte do hostil *pontifex maximus*.

Finalmente, Paulo III, nascido Farnese (1534-1549), o irmão da bela Giulia, elevou seu filho, Pier Luigi Farnese, à condição de duque de Parma e Piacenza.

Todas essas guerras de nepotes foram travadas de forma sangrenta e, no caso do papa Médici, financiadas com a venda de cardinalatos. Essa política em favor da própria família não contribuiu

muito para a reputação do papado na época da Reforma. Além disso, Júlio II ofereceu à cristandade o espetáculo marcial de um papa que era a personificação de uma batalha. Embora Leão X não nutrisse tendências bélicas, era famoso por usufruir a vida desenfreadamente. Seu hedonismo foi retratado em comédias, poemas de improviso, apresentações musicais e em banquetes suntuosos. O comportamento e a autorrepresentação dos papas sofreram mudanças radicais só algum tempo depois, após a conclusão do Concílio de Trento (1545-1563). Os esforços eram destinados a apresentar uma imagem melhorada, demonstrando, em primeira linha, uma moral impecável.

Roma não é Babilônia, mas o lugar mais respeitável e moralmente mais rigoroso que existe na terra; e o *pontifex maximus* não é um ancião pervertido, mas um incansável consumidor do ascetismo a serviço de seus súditos. Essas mensagens eram usadas com o objetivo de anunciar, ou mesmo martelar, literalmente, a exaltação da era confessional por meio das imagens e dos edifícios romanos.



*Figura 12 — Brasão no teto da Sala dos Mistérios, de Pinturicchio (1493/1494, Apartamento Bórgia, Vaticano). O brasão de Alexandre VI com o touro na parte esquerda do escudo raramente é encontrado em Roma. Até mesmo Júlio II (1503-1513) tentou apagar a lembrança do odiado antecessor. Dois séculos mais tarde, os romanos revolucionários de 1798 caçaram sistematicamente os brasões dos papas — especialmente do "mais maligno papa" de todos. O touro perpetuou-se, esculpido em mármore, no Castelo de Santo Ângelo e em forma de pintura no Apartamento Bórgia, no Vaticano. Aqui, nos afrescos de Pinturicchio, na Sala dos Santos, o vigoroso touro tornou-se até mesmo protagonista de um conto mitológico, em cujo final ele é glorificado como um ser divino e imortal.*

Dessa maneira, deveriam defender o monopólio da verdade da religião católica contra as novas convicções. Os verdadeiros sacerdotes do Senhor são reconhecidos pela sua vida exemplar. Os

luteranos e calvinistas viam isso, naturalmente, de outra forma. Diziam que uma vez Alexandre VI, sempre Alexandre VI; o papado é, e continuará sendo, uma fossa de pecados.

O lado romano, no entanto, enfatizava que a dignidade do papado não fracassaria mesmo com um sucessor de Pedro indigno. A história confirma essa frase do papa Leão, o Grande, de uma maneira bastante sóbria. No entanto, para isso foi necessário um radical processo interno de reforma que começou, em parte, antes da Reforma (e exatamente por isso não deveria ser chamado de "contrarreforma"). Embora esse processo tenha sido influenciado de várias maneiras pelas posições contrárias dos reformadores, no final, foi responsável pelo retorno de suas próprias posições dogmáticas e a transformação radical, em muitos aspectos, da Igreja Católica Romana e, não menos importante, do estilo de vida de seu clero. Partindo dessa perspectiva global, o segundo pontificado Bórgia encontra-se no início de todas as mudanças internas. Assim, Alexandre VI mantém-se vivo até hoje como um impulso perpétuo para o autoexame e como uma verdadeira contra-figura.

Isso se torna evidente principalmente pelo fato de o papa Paulo VI (1963-1978) ter mandado construir um Museu de Arte Moderna Religiosa nos aposentos dos Bórgia, no Vaticano. Não obstante esse ato de exorcismo, os afrescos de Pinturicchio, encomendados por Alexandre VI, continuam adornando, com cores suntuosas, as paredes acima das vitrines. Será que elas revelam um pouco dos verdadeiros motivos e da natureza da família? O ciclo de Ísis e Osíris mostra-se bastante revelador. Nessa peça da mitologia egípcia, surge, no final, um touro vigoroso: o touro dos Bórgia. Ele é de origem divina e, assim como os Bórgia, certo da sua predestinação. As imagens não revelam "nenhum segredo", tampouco dão uma resposta à pergunta das perguntas: por que Alexandre VI tenta alcançar o que é obviamente impossível?

Se os contemporâneos de julgamentos sóbrios consideravam impossível criar um estado na Romanha, tendo em conta as normas e mentalidades das elites e do povo, por que então os Bórgia insistiam em empregar toda a sua energia nesse empreendimento — não hesitando nem mesmo perante um assassinato para alcançar

esse propósito? Não há nenhuma dúvida de que a tirania, com o tempo, tenha desenvolvido uma dinâmica própria muito forte. Uma medida produz a seguinte ainda mais implacável. Quando tudo chegou ao fim, os protegidos dos Bórgia justificavam as suas ações violentas com assustadora normalidade, ou seja, de que não passavam de ferramentas nas mãos dos outros. Mas essa explicação não é suficiente. A verdadeira explicação é, antes de mais nada, a de que Alexandre VI e César possuíam uma lógica própria e distinta.

Aparentemente, seus cálculos consistiam em ampliar o poder da família na cúria de tal forma que os futuros papas tivessem de governar sob uma espécie de tutela da família.

A esperança de conquistar a supremacia permanente dentro da cúria também não passava de ilusão. A monarquia eletiva clerical de Roma dependia da troca periódica das elites, cuja natureza era essencialmente cosmopolita. Todas as potências europeias tinham interesse vital nessa mudança realizada regularmente, pois só assim poderiam fazer valer sua influência sobre o papado.

Por isso, elas nunca teriam se conformado com o domínio permanente de uma única família. Para os observadores políticos do segundo pontificado Bórgia, esse fato era claramente visível.

Mesmo assim, embora todos fossem contra, Alexandre VI apostava numa política do "tudo ou nada". Essa estratégia de risco máximo tinha a sua própria racionalidade. Os Bórgia e a sua sorte: a crença na elegibilidade coletiva da família e a igualação dos seus interesses com a Igreja criaram e justificaram uma espiral de escândalos e violência. Parece paradoxal, apenas à primeira vista, que o papa Bórgia quisesse colocar o envenenamento do cardeal Michiel em conformidade com o seu papel de bom cristão. No fim das contas, com a atitude certa, é possível justificar qualquer coisa. Nada é tão ilimitado como a capacidade humana de se enganar — essa é a conclusão a que chegou o notável historiador renascentista Francesco Guicciardini, uma geração mais tarde, partindo da análise das pessoas e, especialmente, dos poderosos da sua época. Se aplicássemos essa constatação à história de Alexandre VI, ela poderia ser vista como uma lição. Trata-se da sedução e da ilusão do

poder ilimitado. E, como tal, isso nunca chegou a ser escrito até o fim.

## **APÊNDICE CRONOLOGIA DOS Fatos**

1378 ♦ Início do Grande Cisma do Ocidente: dois papas rivais em Roma (Urbano VI) e Avignon (Clemente VII) ♦ 31 de dezembro: nascimento de Alonso de Borja, descendente de uma nobre família provincial em Xátiva (Valência).

1381 ♦ Lutas pela sucessão do trono do Reino de Nápoles.

1400 ♦ Reinado do rei Ladislau de Durazzo em Nápoles: consolidação e expansão (até 1414).

1409 ♦ Concílio de Pisa: eleição de Alexandre V e, assim, existência de três papas.

1411 ♦ Alonso de Borja, advogado cada vez mais renomado, torna-se cânone da Catedral de Lérida.

1414 ♦ Concílio de Constança (até 1418).

1416 ♦ Ascensão ao trono do rei Afonso V de Aragão (nascido em 1396); pouco depois, Alonso Borja passa a prestar-lhe seus serviços

1421 ♦ Novas agitações internas no Reino de Nápoles, sob a regência da rainha Joana II; envolvimento crescente de Afonso de Aragão nas disputas pela sucessão.

1429 ♦ Alonso de Borja torna-se bispo de Valência.

1431 ♦ Janeiro: nasce Rodrigo de Borja (Bórgia), filho de Isabel de Borja, a irmã do bispo de Valência, e Jofre de Borja, em Xátiva.

1435 ♦ Após a morte da rainha Joana II, as lutas em Nápoles entre os representantes da Casa de Anjou francesa e Afonso de

Aragão tornaram-se mais acirradas.

1437 ♦ Alonso de Borja traslada-se para o sul da Itália, a serviço do rei Afonso.

1443 ♦ Afonso de Aragão impõe-se como rei de Nápoles e Sicília.

1444 ♦ Alonso de Borja torna-se cardeal com o título eclesiástico Santi Quattro Coronati.

1447 ♦ O humanista Tommaso Parentucelli é eleito papa, assumindo o nome de Nicolau V.

1450 ♦ Após a extinção na linhagem principal da família Visconti, o líder mercenário Francesco Sforza torna-se o novo duque de Milão.

1453 ♦ Rodrigo Bórgia, o sobrinho do cardeal, estuda Direito em Bolonha.

♦ 29 de maio: o sultão otomano Maomé II conquista Constantinopla.

1454/55 ♦ Acordos de paz e aliança em Lodi reduzem temporariamente as tensões entre as potências Veneza, Milão, Florença, Roma e Nápoles, assim como entre os estados por elas protegidos.

1455 ♦ 8 de abril: Alonso de Borja é eleito papa como candidato de conciliação e assume o nome de Calisto III. Como sobrinho do *pontifex maximus* no poder, Rodrigo Bórgia torna-se o mais importante nepote e recebe inúmeros cargos de liderança eclesiásticos e seculares.

1456 ♦ Fevereiro: Com seu primo Luís Juan de Mila, Rodrigo Bórgia é nomeado cardeal; um ano depois assume o cargo de vice-chanceler e torna-se bispo de Valência.

1457 ♦ As relações entre Roma e Nápoles agravam-se rapidamente.

1458 ♦ 27 de junho: morte do rei Afonso de Aragão e Nápoles; começam os preparativos de guerra contra o sucessor de Afonso, Ferrante, por parte do papa ♦ 6 de agosto: morte de Calisto III; em consequência disso, crise dos Bórgia em Roma.

1460 ♦ O sucessor de Calisto, Pio II, critica o comportamento moral de Rodrigo Bórgia; ao mesmo tempo, nascem os primeiros filhos do cardeal (mãe desconhecida).

1464 ♦ Rodrigo Bórgia equipa uma galera para a Cruzada, que não chega a ser realizada.

1468 ♦ O cardeal Rodrigo Bórgia torna-se bispo de Albano e recebe, por essa ocasião, a ordenação.

1468 ♦ O cardeal Rodrigo Bórgia viaja à Espanha como legado do papa Sisto IV, conduz negociações políticas bem-sucedidas e entra triunfalmente em Valência.

1473 ♦ Naufrágio durante a viagem de volta à Itália.

1475 ♦ Nascimento de César, filho de Rodrigo Bórgia, fruto do relacionamento de longa data com Vannozza dei Cattanei; em 1476, 1480 e 1481 nascem Giovanni, Lucrecia e Jofre.

1476 ♦ Rodrigo Bórgia torna-se decano do colégio cardinalício.

1478 ♦ Sisto IV promove guerras contra Florença e Nápoles e, até 1482, contra Ferrara, para defender interesses de seus nepotes.

1484 ♦ 29 de agosto: no conclave realizado após a morte de Sisto IV, o cardeal Giovanni Battista Cibo, candidato do inimigo

mortal de Rodrigo Bórgia, Giuliano della Rovere, é eleito papa e assume o nome de Inocêncio VIII.

1485 ♦ Pedro Luís Bórgia, filho do cardeal, torna-se duque de Gandia (morto em 1488); em 1493, após novas negociações, Gandia é transferida para Giovanni Bórgia.

1488 ♦ O filho de Inocêncio III, Franceschetto Cibo, casa-se com Maddalena de Médici.

1492 ♦ 11 de agosto: Rodrigo Bórgia é eleito papa graças a abundantes presentes eleitorais e ao apoio do cardeal Ascânio Sforza, assumindo o nome de Alexandre VI (de acordo com a contagem atual, de fato, Alexandre V, já que o antecessor de seu nome é considerado oficialmente um antipapa).



12 de outubro: o genovês Cristóvão Colombo, a serviço da princesa Isabel de Castela, descobre a ilha de Guanahani, nas Bahamas, e, em seguida, Cuba e Haiti, entre outras.



O papa tem conflitos com o cardeal Giuliano della Rovere e o rei Ferrante de Nápoles.



Até 1494: influência dominante de Ascânio Sforza, o novo vice-chanceler.

1493 ♦ 25 de abril: aliança entre Milão, Veneza e o Papa; Alexandre VI é o mais fraco membro dessa tríplice aliança.



12 de junho: casamento de Lucrecia Bórgia com Giovanni Sforza, o senhor de Pesaro.



Julho: proposta de aliança do rei Ferrante de Nápoles; conclusão de um pacto prevendo o casamento de Jofre Bórgia com a princesa aragonesa Sanchia.



20 de setembro: César Bórgia torna-se cardeal; venda de outros onze cardinalatos.



As concessões políticas da Igreja para o Novo Mundo são conferidas aos reis espanhóis. O papa delimita as esferas locais de influência em favor da Espanha.

1494 ◆ 25 de janeiro: morte do rei Ferrante de Nápoles; Alexandre VI confirma a sucessão de seu filho, Afonso II, ao trono.



Maior: coroação de Afonso II e casamento de Jofre Bórgia com Sanchia de Aragão.



Junho: Tratado de Tordesilhas entre Espanha e Portugal sobre a divisão das novas terras descobertas; correções beneficiando Portugal.



Agosto: início da expedição italiana do rei Carlos VIII da França para conquistar Nápoles; Alexandre VI nega-lhe a investidura e, portanto, corre risco de concílio e deposição.



9 de novembro: expulsão de Piero de Médici de Florença.



31 de dezembro: entrada de Carlos VIII em Roma.

1495 ◆ 15 de janeiro: acordo entre Alexandre VI e Carlos VIII, que segue triunfante para Nápoles; árduas condições para o papa; abdicação de Afonso II em favor de seu filho Ferrandino.



31 de março: Santa Aliança entre o papa e maioria das potências italianas contra Carlos VIII, que abandona Nápoles no início do verão.



6 de julho: batalha sem vencedores da aliança contra a França, em Fornovo. Savonarola faz pregações em Florença contra Alexandre VI.

1496 ♦ 18 de fevereiro: nova nomeação de cardeais, na qual recebem o chapéu púrpura parentes e seguidores de Bórgia



Agosto: Giovanni Bórgia, duque de Gandia, chega a Roma ♦

Outubro: morte de Ferrandino de Nápoles, que é sucedido por seu tio, Federico d'Altamura. Alexandre VI destitui os poderes feudais da maioria dos membros da família Orsini.

1497 ♦ 25 de janeiro: derrota das tropas papais contra o contingente dos Orsini, na batalha de Soriano.



5 de fevereiro: paz com os Orsini, que, após o pagamento de caução recebem a confirmação da devolução de suas propriedades.



Maio/junho: Alexandre VI planeja a anulação do casamento de Lucrecia Bórgia com Giovanni Sforza.



7 de junho: enfeudamento de Giovanni Bórgia com Benavente, Terracina e Pontecorvo.



14/15 de junho: assassinato de Giovanni Bórgia por autores desconhecidos.



Verão/outono: a comissão designada por Alexandre VI para a reforma da cúria e da Igreja é realizada sem resultados concretos.



Dezembro: o casamento de Lucrecia é declarado inválido sob alegação de impotência do marido.

1498 ♦ Abril: morte do rei Carlos VIII da França; prisão de Savonarola, após prolongada e acirrada disputa com Alexandre VI e as circunstâncias internas de Florença.



23 de maio: execução de Savonarola em Florença.



Junho: início das negociações sobre uma aliança com o novo rei francês Luís XII.



Julho: casamento de Lucrecia Borgia com Afonso, príncipe de Bisceglie.



17 de agosto: César Borgia renuncia ao cardinalato e abandona a vida eclesiástica.



Outubro até dezembro de 1498: César Borgia viaja para a corte francesa de Chinon, a fim de negociar a dispensa de casamento de Luís XII e contrapartidas para os Borgia; César Borgia torna-se duque de Valentinois.

1499 ◆ Janeiro: casamento de Luís XII com Ana da Bretanha, após a dispensa papal



Maio: após o fim da aliança entre França e Veneza, Luís XII e o Papa chegam a novos acordos; casamento de César Borgia com Charlotte d'Albret.

Setembro: os franceses conquistam Milão.



Agosto: por algumas semanas, Lucrecia Borgia é oficialmente governadora de Spoleto.

1o de novembro: nascimento do filho de Lucrecia, Rodrigo ◆

Dezembro: César Borgia conquista a cidade e o castelo de Ímola.

1500 ◆ Ano Santo: grande afluência de peregrinos de toda a Europa; da mesma forma, grande fluxo de receitas para as Cruzadas e para as campanhas militares de César Borgia na Romanha



Janeiro: conquista de Forli por César Borgia; pouco depois, ele interrompe a campanha na Romanha, uma vez que as lutas em Milão se inflamaram novamente.



Abril: nova derrota dos Sforza contra Luís XII; o conde Ludovico e o cardeal Ascânio são presos na França.



29 de junho: desmoronamento do palácio do Vaticano; Alexandre VI fica ligeiramente ferido.



18 de agosto: César Bórgia manda matar seu cunhado Afonso, príncipe de Bisceglie.



Outubro: segunda campanha de César Bórgia na Romanha, novamente com o apoio de tropas francesas; tomada de Pesaro e Rimini, cerco de Faenza.



11 de novembro: contrato entre França e Espanha sobre a divisão do Reino de Nápoles.

1501 ◆ Março: proclamação de Cruzada por parte de Alexandre VI.



Abril: capitulação de Faenza, prisão de Astorre Manfredi, apesar de garantias de salvo-conduto; conquista de Piombino e ameaça às cidades toscanas pelas tropas do filho do papa, que é nomeado duque de Romanha; em seguida, nova interrupção das atividades devido à guerra de Nápoles.



Julho: Lucrecia Bórgia exerce a função de Alexandre VI durante a sua ausência (isso se repete pouco tempo depois), como representante para assuntos seculares.



Agosto: tomada de Nápoles por tropas francesas; excomunhão dos Colonna e dos Savelli; conquista dos castelos de ambas as famílias.



Dezembro: casamento de Lucrecia Bórgia com Afonso d'Este, filho e herdeiro do conde de Ferrara.

1502 ♦ Fevereiro/março: Alexandre VI e César Bórgia em Piombino e Elba.



Junho/julho: César Bórgia conquista Urbino e Camerino; assassinato de Astorre Manfredi a mando dos Bórgia.



Agosto: César Bórgia visita Luís XII na Lombardia; renovação da aliança.



9 de outubro: Convenção de La Magione: os líderes das tropas de César Bórgia unem-se contra as suas ambições expansionistas; em seguida, Urbino e Camerino recaem de volta rapidamente aos seus velhos senhores.



31 de dezembro: ataque-surpresa dos "conspiradores" em Senigallia; a mando de César Bórgia, dois dos líderes são estrangulados na noite de ano-novo.

1503 ♦ Janeiro: prisão do cardeal Giovanni Battista Orsini que, em 22 de fevereiro, morre no cárcere sob circunstâncias suspeitas; dois outros membros da família, que são prisioneiros de Senigallia, são mortos a mando de César Bórgia.



Abril: Alexandre VI e César Bórgia mandam envenenar o cardeal veneziano Giovanni Michiel; ataque contra os Orsini, que são resgatados graças à proteção francesa; com isso, Alexandre VI e Luís XII afastam-se cada vez mais; os Bórgia fazem planos para passar para o lado da Espanha.



11 de agosto: enfermidade de Alexandre VI e César Bórgia, muito provavelmente de malária.



18 de agosto: morte de Alexandre VI.



22 de setembro: cardeal Francesco Todeschini Piccolomini é eleito papa e assume o nome de Pio III; morre 33 dias depois.



31 de outubro: cardeal Giuliano della Rovere é eleito papa e assume o nome de Júlio II; César Bórgia perde seus bens em Roma e na Romanha.



1507 ◆ 11 de março: César Bórgia é morto durante uma batalha para os D'Albret, aos pés dos Pireneus.